FRF_MRF_07_118

PEDRO DE CARVALHO PONTUAL

Desafios Pedagógicos na Construção de uma Relação de Parceria entre Movimentos Populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina
A Experiência do MOVA-SP
1989-1992

Mestrado - Educação

PUC - SP
1995

PEDRO DE CARVALHO PONTUAL

Desafios Pedagógicos na Construção de uma Relação de Parceria entre Movimentos Populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina
A Experiência do MOVA-SP
1989-1992

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE em Educação - História e Filosofia da Educação - sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Haddad.

PUC - SP
1995

Banca Examinadora:

_____

_____

_____

RESUMO

Esta perspectiva sobre os "DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE PARCERIA ENTRE MOVIMENTOS POPULARES E O GOVERNO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO NA GESTÃO LUIZA ERUNDINA - A EXPERIÊNCIA DO MOVA-SP (1989-1992)" realizou-se com o objetivo de verificar os aprendizados que tiveram as entidades e movimentos populares no processo de construção da parceria com o governo municipal no programa MOVA-SP - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo.

Trata-se de um estudo do **processo** qual partimos de uma caracterização de como eram estas entidades **antes**, como se comportaram **durante** o programa e como ficaram **depois** do encerramento formal da parceria pela gestão posterior que assumiu o governo municipal.

Trabalhou-se a pesquisa a partir do universo de entidades que fazeram parte do Fórum Regional Leste II. Além de um estudo descritivo da documentação existente foram realizadas 15 entrevistas abrangendo lideranças e supervisores pedagógicos de cinco entidades populares, membros da Secretaria Municipal de Educação que tiveram responsabilidades sobre o programa e de uma das ONGs que acompanhou o processo do MOVA-SP.

Os resultados buscam descrever, através da leitura que distintos atores protagonistas fazem daquele processo, o rico e complexo caminho da construção da relação de parceria político-pedagógica no programa MOVA-SP.

Os aprendizados dos movimentos e entidades demonstraram-se bastante significativos e, ao mesmo tempo, carregados de contradições resultantes de uma herança de relacionamento com o poder público absolutamente distinto daquele que esteve presente no processo de construção da parceria. Também tiveram importantes aprendizados aqueles que, à frente da Secretaria Municipal de Educação, procuraram quebrar os entraves de uma máquina administrativa até então pouco permeável a relações de efetiva parceria com movimentos populares.

Como temática emergente desta pesquisa destaca-se a importância de uma pedagogia democrática na relação entre os atores que a partir da sociedade civil e também no interior do aparelho de Estado buscam construir novas práticas de exercício do poder na perspectiva da construção de uma Cidadania Ativa e de uma Democracia Integral.

Agradecimentos

Ao prof. Dr. Sérgio Haddad que, além da sempre dedicada e competente orientação deste estudo, foi um grande incentivador de minha reinserção na vida acadêmica.

Aos protagonistas entrevistados do projeto MOVA-SP que tiveram tanta disponibilidade e interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa e que com a riqueza dos seus depoimentos contribuíram para um retrato vivo do que foi aquela experiência.

Aos professores e colegas da PUC-SP, em especial do Programa de História e Filosofia de Educação e do núcleo de pesquisa de Educação Popular, Sociedade Civil e Estado pelas valiosas contribuições apresentadas durante todo o processo desta pesquisa.

Ao Zico e a meus companheiros(as) de Gabinete que souberam compreender a importância da minha dedicação a este trabalho.

À minha família pelo incentivo sempre dado às minhas atividades.

À Terezinha, minha esposa, que além do incentivo dedicou carinhosamente muitas horas para tornar possível a edição gráfica deste trabalho.

À Júlia, minha filha, que com seus 11 anos, sempre buscou um jeitinho de oferecer sua ajuda.

À meu pai, em especial, que sempre torceu e me incentivou a dar este passo.

A tantos companheiros(as) parceiros de caminhada na Educação Popular do Brasil e desta querida América Latina com os quais construí a maior parte das reflexões e perguntas que motivaram este estudo.

A todos aqueles que de alguma forma tornaram possível a realização deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I

Cidadania, Democracia e Educação 18

CAPÍTULO II

O Projeto MOVA-SP (1989-1992) 58

CAPÍTULO III

A Construção da Parceria : avanços, limites e perspectivas .. 109

CONSIDERAÇÕES FINAIS 222

BIBLIOGRAFIA..... 243

ANEXOS

INTRODUÇÃO

1. Uma questão nascida da prática - (Contextualização e justificativa da pesquisa)

Tendo trabalhado nos anos 70 e 80 com práticas de educação popular no interior dos movimentos sociais, foi na gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992) na Prefeitura de São Paulo que atendendo a um convite do Prof. Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação) exerci a função de coordenação do projeto MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo durante o ano de 1989 e início do ano de 1990.

O MOVA-SP é um programa de educação de jovens e adultos trabalhadores criado a partir de uma parceria entre movimentos populares organizados e a Secretaria Municipal da Educação durante a Administração Luiza Erundina de 1989 a 1992. O projeto MOVA concretizou-se através de convênios celebrados entre a SME e entidades populares que se dedicavam ao trabalho de alfabetização e pós-alfabetização com jovens e adultos trabalhadores. Ao final de 1992 estes convênios já abrangiam 73 entidades populares, que haviam constituído cerca de 1000 núcleos (classes) e que atendiam cerca de 20.000 jovens e adultos.

Os movimentos populares organizados vêm, ao longo da história, cumprindo importante papel na luta por serviços educacionais em

quantidade e de qualidade suficientes para atender a demanda das populações, especialmente daquelas que vem sendo "excluídas" da possibilidade de acesso e permanência no sistema regular de ensino. Nesta luta, as experiências educativas levadas a frente pelos movimentos populares, além de se constituírem em possibilidade efetiva para muitos jovens e adultos de acesso à escolarização, criaram em diversos casos práticas pedagógicas bastante consistentes e mais coerentes com a realidade vivida e o universo simbólico destas populações.

No final dos anos 80, os movimentos populares que se dedicavam a alfabetização de adultos na cidade de São Paulo viviam sérias dificuldades para o prosseguimento do seu trabalho, dado o agravamento da crise econômica do país e o cancelamento de diversos projetos que se desenvolviam com recursos da Fundacão Educar.

Neste contexto, com a posse da Administração Luiza Erundina na cidade de São Paulo, a partir do início de 1989, um grupo de educadores ligados aos movimentos populares procurou a Secretaria Municipal da Educação para propor a construção de um projeto educativo caracterizado por uma relação de parceria entre o Estado, através da SME e os movimentos populares, através dos grupos já organizados que trabalhavam com educação de jovens e adultos.

Em diversos municípios do Brasil hoje, desenvolvem-se ricas experiências de parceria entre os movimentos populares e governos municipais na construção de políticas e ações, no campo da educação de jovens e adultos, como parte integrante de uma política educacional

globalmente voltada para a construção de uma Educação Pública, Popular e Democrática.

Os projetos de parceria entre prefeituras e movimentos populares de alfabetização expressam o reconhecimento destes governos sobre a importância de buscar a cooperação da sociedade civil organizada para a tarefa da alfabetização de adultos, apoiando aqueles grupos que já a desenvolviam no meio popular.

A articulação entre o atendimento escolar promovido pelas redes de ensino oficial e o apoio às iniciativas de movimentos de educação de jovens e adultos trabalhadores promovidos por grupos populares possibilita não só ampliar as possibilidades de acesso à educação, como gerar um fecundo confronto de práticas educativas que contribuem na construção de uma educação pública popular e democrática.

As práticas de 'parceria' entre o Estado e a sociedade civil organizada, respeitando a autonomia e assegurando as responsabilidades de cada parte, podem dar significativa contribuição à constituição de uma esfera pública democrática na construção de uma Democracia integral e radical e de uma Cidadania Ativa em nosso País.

Procurando estabelecer vínculos com a minha experiência anterior no campo da educação popular no interior dos movimentos sociais, interessei-me particularmente em analisar que possibilidades e limites que se colocavam na construção da relação de 'parceria' entre os movimentos e o governo municipal representado pela SME. Ou seja, em que medida a relação de 'parceria' contribuiu para novas aprendizagens e

uma nova qualidade de intervenção dos movimentos populares em relação ao Estado. Começava então a surgir a preocupação acerca da necessidade de uma pedagogia da participação popular.

Os movimentos populares constituídos sobretudo a partir dos anos 70 nasceram de uma prática reivindicativa por direitos e num contexto em que o Estado era visto como representante exclusivo de interesses contrários aos das classes populares. Nos anos 80, no bojo do contraditório processo de redemocratização da sociedade brasileira, os movimentos populares passam a adotar uma nova postura frente ao Estado: começam a apresentar propostas de políticas públicas, de criação de canais de democratização da gestão pública (como é o caso de diversos tipos de Conselhos criados naquela década). No final dos anos 80, a conquista de governos municipais em diversas cidades do Brasil, por forças políticas democráticas e populares, ampliou muito as possibilidades de inversão de prioridades das políticas públicas e da criação de canais de democratização da gestão.

Os programas de parceria, como foi o caso do MOVA e para o qual foram convocados os movimentos populares organizados, criaram novos e mais complexos desafios para os mesmos. A tentativa de se construir uma relação de parceria alicerçada em objetivos comuns, independência entre os dois atores (Estado e Movimentos), divisão de responsabilidades numa relação de mais horizontalidade entre os mesmos, provocou novos aprendizados para aqueles movimentos que vinham de uma experiência anterior, fortemente marcada pelo confronto com o Estado ou da experiência de um tipo de parceria estabelecida com o poder público que

se limitava ao recebimento de recursos e na qual as entidades mantinham um vínculo muito verticalizado com relação ao Estado.

Portanto, quando refiro-me à necessidade de verificar se a relação de parceria estabelecida no projeto MOVA possibilitou a criação de uma nova qualidade nas ações dos movimentos em relação ao Estado, estou querendo verificar: se estes movimentos passaram a ter maior clareza sobre o sentido público das suas ações, sobre o caráter público que devem ter as ações do Estado, sobre a importância da transparência nas ações de ambos, sobre as características da autonomia necessária em relação ao Estado, sobre a coerência entre o discursos e a prática de ambos os atores em relação aos valores de uma cultura política democrática. Também a nova qualidade de ação tem que ver com uma maior capacidade de articulação daqueles movimentos, com uma melhor compreensão da problemática do analfabetismo e das responsabilidades do Estado e da Sociedade na sua solução. E ainda, no caso específico do MOVA, essa nova qualidade tem que ver com o aprendizado acerca da complexidade da ação alfabetizadora e, portanto, da necessária capacitação para o seu exercício por parte dos seus educadores.

Tendo deixado o exercício de minhas funções na SME em março de 1990, retomei minhas atividades como formador e membro da Diretoria do Instituto Cajamar e, já a partir de 1991, em conjunto com outras ONGs, passo a fazer parte da coordenação do Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais.

De lá para cá a observação de diversas práticas participativas e a sistematização de diversos relatos de experiências em vários eventos e

seminários do Fórum de Participação Popular possibilitou-me uma visão cada vez mais clara sobre a necessidade da mediação explícita da ação educativa para possibilitar uma nova qualidade política na intervenção dos diversos atores (com ênfase nos movimentos populares) nos espaços públicos criados através de canais de participação popular (entre eles os programas de 'parceria' como foi o caso do MOVA, dos "mutirões" de habitação popular, das creches conveniadas etc).

Parto da compreensão de que a criação de canais de participação e programas de parceria envolvendo o Estado e atores da sociedade civil (no caso específico movimentos populares organizados) enfrenta uma arraigada cultura política autoritária que não se transforma da noite para o dia. Portanto, a abertura de novas formas e canais de participação envolvem a construção de uma nova cultura política radicalmente democrática, exigindo permanente processo educativo de mudança de atitudes, valores, mentalidades, comportamentos, tanto por parte dos atores da sociedade civil quanto daqueles que estão no interior do aparelho de Estado.

As experiências em curso têm demonstrado que não é suficiente a criação dos espaços e canais de participação, mas é preciso criar as condições para que esta participação ocorra de fato, capacitando os diversos atores no sentido de interferirem propositivamente em relação ao direcionamento e qualidade das políticas públicas. Trata-se de desenvolver uma pedagogia da participação popular capaz de contribuir para a construção de novas formas de exercício do poder no terreno da sociedade civil e das ações do Estado.

É dentro desta temática geral que me interessei em investigar para fins desta dissertação de mestrado a questão dos desafios pedagógicos da relação de parceria entre movimentos populares e governos municipais democráticos e populares e o papel de uma pedagogia democrática na construção desta relação.

Tomei como objeto deste estudo a experiência do MOVA-SP por se tratar de um projeto onde se construiu institucionalizadamente uma relação de parceria entre movimentos de educação de jovens e adultos e a Secretaria Municipal de Educação. Esta proposta de parceria esteve presente desde a concepção inicial, na própria organização do programa e esteve permeando os vários níveis de relação estabelecidos no programa: administrativo, concepção político pedagógica, formação de educadores, etc.

Tomei, para fins desta pesquisa, o universo das entidades que faziam parte do Fórum da Região Leste II, pois ali estavam presentes algumas entidades com larga trajetória de trabalho na educação de jovens e adultos. Tais entidades tiveram papel bastante ativo, desde a construção inicial do projeto MOVA-SP. Interessava-me, também, verificar uma possível continuidade daquele momento de criação do MOVA em relação à lutas anteriores por educação naquela região. Esta opção tem que ver também com limites de tempo para a realização da própria pesquisa. Portanto a opção pelo estudo das entidades daquela região não significa deixar de reconhecer que outras entidades, de outras regiões da cidade, também deram importante contribuição a construção do projeto MOVA-SP.

Em síntese, a relevância mais global deste estudo tem que ver com as seguintes questões:

a) A participação popular é elemento substantivo na construção de uma democracia radical e integral e de uma cidadania ativa.

b) Os projetos de parceria entre governos municipais democráticos e populares e entidades e/ou movimentos populares são importantes iniciativas no sentido da construção de novas relações da sociedade civil com o Estado e da constituição de uma esfera pública não estatal de controle.

c) A parceria é parte de uma estratégia de partilha do poder e, portanto, exige alterações de comportamentos e concepções por parte dos movimentos e entidades populares e do aparato estatal. Assim sendo, sua construção ocorre ao longo de um processo.

d) A Educação e uma pedagogia democrática são mediações fundamentais para possibilitar uma nova qualidade da relação dos movimentos populares com o Estado. Para possibilitar uma parceria em que haja respeito e autonomia de cada um dos atores e uma divisão de atribuições em todos os níveis que viabilize uma co-gestão efetiva do programa.

e) Acreditamos que essa prática pedagógica democrática pode criar uma nova qualidade na ação político-educativa dos movimentos e novas alternativas para a construção de políticas públicas.

A especificidade deste trabalho em relação a outros estudos desenvolvidos sobre o MOVA-SP[1] reside na focalização da temática da parceria e das consequências educativas e aprendizagens que o seu processo de construção provocou sobre os atores nela envolvidos, sobretudo sobre as entidades que representavam os movimentos populares que fizeram parte do projeto.

2. Objeto da Pesquisa

O objeto desta pesquisa foi o programa MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo desenvolvido durante a gestão da prefeita Luiza Erundina entre 1989-1992. Trata-se de fazer um estudo da relação de parceria entre entidades populares dedicadas a alfabetização de jovens e adultos e o governo municipal representado pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

O objetivo foi verificar se houve uma mudança de qualidade na relação das entidades e movimentos populares, dedicados a alfabetização de jovens e adultos, com o poder público. Procuramos verificar o impacto da relação de parceria tanto quanto aos temas pautados pelos movimentos quanto em relação à prática dos mesmos.

---

[1] Existem diversos estudos acadêmicos em andamento no Brasil e em outros países. Daqueles já concluídos cabe mencionar Stromquist. (1994, que enfatiza a dimensão de gênero no MOVA-SP. Há também artigos publicados: Graciani (1992), Jóia (1993) e outros.

Trabalhamos a pesquisa a partir do universo de entidades que faziam parte do Fórum Regional Leste II e, dentre estas, priorizamos aquelas que já tinham um experiência educativa anterior e/ou revelaram capacidade de avaliação e sistematização de uma reflexão acerca do impacto da relação de parceria sobre as entidades e movimentos populares que participaram do projeto MOVA-SP.

3. O problema de pesquisa

O problema investigado consistiu em verificar em que medida a prática de construção da relação de parceria entre a SME e as entidades populares foi educadora destas. Trata-se de um estudo de processo, no qual, partimos de uma caracterização de como eram estas entidades **antes**, como se comportaram **durante** o projeto e como ficaram com a alternância de governo e o encerramento formal de relação de parceria pelo governo municipal seguinte.

As hipóteses iniciais levantadas para este estudo foram as seguintes:

a) No programa MOVA houve a construção de uma parceria efetiva que abarcou as diversas dimensões do projeto.

b) Para isso foi necessária a construção de uma relação pedagógica democrática entre movimentos e a SME para sintonizar as expectativas criar condições favoráveis para um salto de qualidade na

relação das entidades e movimentos populares com a administração municipal.

c) Os conflitos e contradições ao longo do processo são parte das tensões inerentes à busca de novas formas de relação entre movimentos populares e o Estado.

d) A relação de parceria possibilitou uma nova qualidade em relação: a articulação entre as entidades e movimentos populares; aos temas da sua pauta de discussão e as práticas dos mesmos.

4. Objetivos da Pesquisa

Os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram os seguintes:

a) Sistematizar o processo de construção da relação de parceria entre movimentos populares (através de suas entidades) e o governo municipal (através da SME) no programa MOVA-SP.

b) Verificar os aprendizados que tiveram as entidades e movimentos populares provocados pela relação de parceria estabelecida no projeto MOVA-SP.

c) Verificar se o impacto provocado pela relação de parceria provocou mudanças na qualidade das relações entre os movimento de educação de jovens e adultos e destes com o poder público.

d) Apontar alguns elementos constitutivos de uma pedagogia democrática na construção da relação de parceria entre poder público municipal e movimentos populares.

5. Metodologia da pesquisa

A perspectiva de abordagem foi a de se fazer um estudo descritivo do processo pelo qual passaram as entidades populares, partindo de como era sua conformação na situação anterior, como se educaram ao longo da construção da parceria com a Secretaria Municipal de Educação (1989-1992) e como ficaram depois de rompida formalmente a parceria pela gestão seguinte no governo municipal.

Para a seleção das entidades utilizamos os seguintes critérios e procedimentos:

a) De acordo com a regionalização adotada no projeto MOVA e que corresponde aos mesmos critérios utilizados por outros atores (Igreja, movimentos sociais, etc), tomamos como ponto de partida do nosso estudo as entidades conveniadas pertencentes ao Fórum Regional Leste II. Nossa opção por esta região deveu-se ao fato da existência anterior de importantes lutas por educação naquela região e também porque algumas das entidades daquele Fórum tiveram papel decisivo na conformação inicial do projeto MOVA.

b) Do universo das 13 entidades conveniadas daquela região,[2] procuramos classificá-las de acordo com diversos aspectos constitutivos de sua identidade: tempo de existência, tipo de ator social a qual está ligada, grau de institucionalidade, duração do convênio e outros.

c) Selecionamos para fins da pesquisa as 5 entidades que já tinham uma experiência educativa anterior e/ou capacidade de sistematizar uma reflexão para avaliar o impacto da parceria sobre a prática daquelas entidades, sobre a relação entre elas e com o poder público.[3]

Para a efetivação deste estudo foram utilizadas as seguintes fontes e procedimentos metodológicos:

a) Como fontes documentais recorri a todo material disponível: documentos das entidades do Fórum Regional Leste II, documentos do Fórum Municipal dos Movimentos, documentos gerais da SME sobre o MOVA, cadernos publicados pelo MOVA, atas de reuniões do Fórum Leste II e de seminários e eventos promovidos pela SME e movimentos para discussão da relação de parceria, além de outros documentos que contextualizam o MOVA na discussão das políticas de educação de jovens e adultos naquele período.

---

[2] Relação e descrição das 13 entidades consta do capítulo II - ítem 4-B - Um breve histórico das entidades conveniadas - p 97-103.

[3] As cinco entidades selecionadas foram: Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista; Centro de Educação da Zona Leste; Associação Casa da Mulher do Jardim São Carlos; Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista e Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio da Pedras.

b) A partir de uma análise desta documentação elaborei uma descrição do que foi o projeto MOVA e uma sistematização em 3 momentos da relação de parceria no período de 1989-1992. Fiz também uma descrição dos seus antecedentes históricos e, ao final, uma referência sobre os acontecimentos posteriores ao rompimento formal da parceria e sobre os caminhos adotados pelos movimentos para buscar dar continuidade ao seu trabalho.

c) A partir desta descrição sobre o desenvolvimento da parceria elaborei um roteiro de entrevistas, cujo objetivo foi detalhar o processo de construção da parceria e verificar se houve mudança na qualidade das relações entre as entidades e organizações populares e destas com o poder público.[4]

d) Em seguida realizei 15 entrevistas de campo com protagonistas daquela parceria.[5] Os critérios para classificar os entrevistados[6] foram os seguintes:

- No caso das entrevistas com membros das entidades selecionadas busquei em cada uma o depoimento de um responsável político pelo acompanhamento dos diversos Fóruns e também de um supervisor pedagógico da entidade.

---

[4] O roteiro de entrevistas utilizado na pesquisa de campo consta do Anexo 1-A.

[5] As 15 entrevistas foram assim classificadas: 10 entrevistas com membros de cinco entidades conveniadas selecionadas; 4 com membros da SME e 1 entrevista com um membro de ONG de assessoria.

[6] Relação nominal e descrição do perfil dos entrevistados consta do Anexo 1-B

- Priorizei entre as pessoas entrevistadas da SME aquelas que tiveram responsabilidade de coordenação do projeto e aqueles que tinham funções com relação ao conjunto das políticas e projetos da Secretaria à nível central e nível regional.
- Entrevistei ainda um membro de ONG com tradição de trabalho na área de educação de jovens e adultos e que acompanhou diretamente o projeto MOVA.

e) Dos depoimentos obtidos selecionei aquelas passagens que me apresentavam elementos mais significativos para uma análise dos fatores intervenientes e do processo de construção da relação de parceria.

f) Na análise dos dados privilegiei aqueles indicadores de aprendizados importantes por parte das entidades e movimentos que foram proporcionados pela dinâmica da construção da parceria com o Estado.

g) Ao final, destaquei algumas considerações que fornecem indicações dos elementos constitutivos de uma pedagogia democrática na construção da relação de parceria.

6. Uma breve descrição dos capítulos

Concluída esta introdução do trabalho onde constam as linhas gerais e os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa

passo a brevemente enunciar o conteúdo dos capítulos seguintes e anexos.

No capítulo I - **"Cidadania, Democracia e Educação"**, apresento o marco teórico de referência e alguns elementos de sistematização de diversas práticas participativas em curso em diversos municípios hoje no Brasil e que constituem os parâmetros mais globais para interpretação dos dados desta pesquisa.

No capítulo II - **"O Projeto MOVA-SP (1989-1992)"**, consta uma descrição do projeto elaborada sobretudo a partir da documentação a que tive acesso. Ali estabeleci também uma sistematização dos momentos que caracterizaram a construção da relação de parceria. Há também uma breve descrição dos antecedentes históricos do projeto e das consequências posteriores ao rompimento dos convênios por parte da gestão seguinte da Prefeitura de São Paulo. Neste capítulo ainda apresento uma descrição mais detalhada do que foi o Fórum Regional da Leste II, as entidades que fizeram parte daquela instância e um breve perfil de cada uma delas.

No capítulo III - **"A Construção da Relação de Parceria"**, apresento, a partir da descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, uma visão do processo de construção da relação de parceria na ótica de seus protagonistas e algumas indicações sobre os aprendizados que aquela relação proporcionou para as entidades dos movimentos e também para aqueles que estavam à frente da Secretaria Municipal de Educação.

Nas **"Considerações Finais"** faço uma avaliação mais global sobre o significado da experiência do MOVA-SP e particularmente da relação de parceria estabelecida entre a SME e os movimentos populares. Aqui procuro destacar os avanços, contradições e conflitos presentes naquele processo e, a partir daí, extrair alguns indicativos de elementos que constituem uma pedagogia democrática na construção de uma relação de parceria entre Estado e Movimentos Populares.

Nos **"Anexos"** podem ser encontrados, além do roteiro das entrevistas e de um perfil dos entrevistados, diversos extratos de documentos sobre o MOVA-SP que auxiliam na descrição e compreensão do que foi aquele projeto.

Capítulo I

Cidadania, Democracia e Educação

A temática deste estudo, os "Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina - a experiência do MOVA-SP -, tem como pano de fundo conceitual a discussão das relações entre educação, cidadania e democracia.

Diante da indiscriminada utilização desses conceitos por distintas correntes teóricas e ideológicas, torna-se importante explicitar e qualificar de quais concepções estaremos partindo neste estudo, para em seguida, apresentar nossa visão sobre a articulação entre estes referenciais teóricos.

1. Uma nova cidadania: A Cidadania Ativa

Estamos partindo de uma compreensão do conceito de cidadania para superar a tradicional visão liberal de uso mais frequente nos vários discursos. Para tal estou partindo da idéia da construção de uma nova cidadania e que para mim encontra seu melhor qualificativo na expressão Cidadania Ativa.

Dagnino (1994), Santos (1993), Covre (1991) e outros vem desenvolvendo vários estudos no sentido da construção de uma nova concepção de cidadania, que estrapole os limites da visão liberal do termo. Procuram enfatizar a necessidade de uma cidadania plena que se constrói a partir de um processo permanente de criação e de recriação de novos direitos. Destacam ainda, o importante papel que vem cumprindo os movimentos sociais na construção desta nova concepção de cidadania e

a necessidade da incorporação da dimensão da subjetividade como elemento indispensável à transformação dos valores necessários a essa nova prática de cidadania.

Dagnino (mar.1994 p. 2) destaca três elementos básicos para a compreensão da idéia de uma nova cidadania: *"... primeiro, o fato de que ela deriva e portanto está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais ... o processo que transforma carências em direitos ... segundo, de que à essa experiência concreta se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, mas mais do que isso, na sua extensão e no seu aprofundamento ... um terceiro elemento que eu considero fundamenta nessa noção de cidadania, o fato de que organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características de sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece, enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática".*

Santos (1993 p. 227) nos introduz o conceito de "politização" como a chave da construção de uma nova cidadania na perspectiva de uma cultura política democrática: *"A politização do social, do cultural e mesmo do pessoal, abre um campo imenso para o exercício da cidadania e revela no mesmo passo, as limitações da cidadania de extração liberal, inclusive da cidadania social, circunscrita ao marco do Estado e do político por ele constituído. Sem postergar as conquistas da cidadania social, como pretende afinal o liberalismo político e econômico, é possível pensar e*

organizar novos exercícios de cidadania - porque as conquistas da cidadania civil, política e social não são irreversíveis e estão longe de ser plenas - e novas formas de cidadania - coletivas e não meramente individuais; assentes em formas políticos-jurídicas que ao contrário dos direitos gerais e abstratos, incentivem a autonomia e combatem a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos; atentas às novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda de qualidade de vida, no consumo, na guerra, que ora ocultam ou legitimam ora complementam e aprofundam a exclusão baseada na classe social".

Couvre (1991 p. 63) após uma revisão das origens e desenvolvimento histórico da noção de cidadania, reafirma a sua atualidade e mostra que se trata de uma categoria estratégica para uma sociedade melhor: *"A categoria cidadania, como tento distingui-la, depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflitos, e também das condições globais da sociedade. No decorrer da história, tivemos em nossos modelos de desenvolvimento posturas que enfatizaram ora os sujeitos, ora as estruturas e seus próprios mecanismos, como agentes de história. A categoria cidadania, permite avançar no pressuposto dialético marxista: os homens fazem História, segundo determinadas circunstâncias estruturais - o que significa não pender nem para os sujeitos, nem para as estruturas. Nisso reside a possibilidade de fazer a ligação entre os desejos e as necessidades dos homens, enquanto indivíduos (subjetividades) e enquanto sujeitos grupos no bairro, nas fábricas, sindicatos, partidos, até chegar ao âmbito global da sociedade".* Mais adiante conclui a autora propondo a noção de cidadania plena (p. 74) *"Retorno aqui, pela última vez, a dubiedade da cidadania: de um lado a cidadania esvaziada, consumista; de outro, a cidadania plena, dos que atuam nos vários níveis sociais, para atingir o nível mais abrangente do mundo, avançando nessa ação como*

sujeitos em direção a utopia (e ao destino da Terra em seu navegar pelo Universo)".

Benevides (1991) propõe a conceituação de Cidadania Ativa[7] que distingue-se da passiva - aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela - e institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Este conceito de Cidadania Ativa parece-me bastante apropriado a este estudo, pois incorpora as dimensões de uma nova cidadania anteriormente enunciados e, enfatiza a imprescindibilidade da participação popular na sua construção, assim como, a necessidade de uma radical alteração das relações entre o Estado e a sociedade na construção de espaços públicos.

Benevides (1991 p. 19) assim explicita a articulação entre esse conceito, o princípio da participação popular e uma nova e alargada compreensão da democracia: ***"A cidadania ativa através da participação popular é aqui considerada um princípio democrático, e não um receituário político que pode ser aplicado como medida ou propaganda de um governo, sem continuidade institucional. Não é um "favor" e, muito menos, uma imagem retórica. É a realização concreta da soberania popular, mais importante do que a atividade eleitoral que se esgota na escolha para cargos executivos e legislativos. A participação popular, assim entendida, supera a velha polêmica sobre o "verdadeiro" significado de cidadania ativa na***

---

[7] A *"Cidadania Ativa"* é o título da obra de Maria Vitória BENEVIDES publicada em 1991, na qual ela dedica todo último capítulo a discussão da necessidade de um amplo processo de educação política na construção dos valores, comportamentos e atitudes correspondentes ao exercício de uma cidadania ativa.

filosofia política, desde o século XVIII - assim, como a dicotomia Estado e sociedade civil, vigente até hoje entre liberais e antiliberais. Esta cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes".

2. Uma nova teoria de democracia: A Democracia Integral

A concepção de cidadania acima referida nos remete a idéia de um processo de democratização integral e radical das nossas sociedades. Por democratização integral estou entendendo a necessidade de democratizar o conjunto das relações que constituem a vida humana e social. Radicalizar a democracia significa para mim um tal enraizamento da prática democrática que posssibilite cada vez mais a prevalência do princípio da soberania popular e um movimento em que a sociedade cada vez mais define e redesenha o Estado.

Santos (1993), Benevides (1994), Daniel (1994), Coutinho (1991) e outros vem formulando a necessidade de uma nova concepção de democracia que também supere os limites da visão liberal do termo. Afirmam a necessidade de assumir a democracia como valor estratégico, a necessidade de estendê-la a todos os campos da vida econômica, social, política e cultural, a importância de combinar as formas diretas e representativas, enfim a necessidade de enraizá-la em todos os âmbitos da sociedade e das ações do Estado.

Santos (1993 p. 237) assim sintetiza as linhas gerais de uma nova teoria da democracia: *"A nova teoria de democracia - que também*

poderíamos designar por teoria democrática pós-moderna para significar a sua ruptura com a teoria democrática liberal - tem, pois, por objetivo alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais de interação social. No processo o próprio espaço político liberal, o espaço de cidadania, sofre uma transformação profunda. A diferenciação das lutas democráticas pressupõe a imaginação social de novos exercícios de democracia e de novos critérios democráticos para avaliar as diferentes formas de participação política. E as transformações prolongam-se no conceito de cidadania, no sentido de eliminar os novos mecanismos de exclusão da cidadania de combinar formas individuais com formas coletivas de cidadania e, finalmente, no sentido de ampliar esse conceito para além do princípio da reciprocidade e simetria entre direitos e deveres. Aqui entronca a necessidade de uma nova teoria da subjetividade". Logo adiante conclui sobre a relação entre uma nova teoria de democracia e da emancipação (p. 238): *"...Nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais sem fim definido. O que a destingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político de processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. O SOCIALISMO É A DEMOCRACIA SEM FIM".*

É esta visão de alargamento e do aprofundamento da democracia que me faz chegar a noção da democracia integral como alternativa ao caráter excludente e restritivo da democracia do capital.

Boff e Arruda (1994 p. 61) assim caracterizam a democracia do Capital: *"Resumindo, a democracia do capital é seletiva e excludente no que se refere aos que podem usufrut-la e restritiva em termos dos diferentes aspectos e dimensões da existência humana e social que ela abrange".*

Como alternativa àquela propõe Boff e Arruda (1994 p. 66) a necessidade de construção de uma Democracia Integral: ***"Democracia integral seria o sistema político que garante a cada um e a todos os cidadãos a participação ativa e criativa, enquanto sujeitos, em todas as esferas de poder e de saber da sociedade. O sistema que garante a cada um e a todos o direito de sermos co-autores do mundo... Para isso, cada um e todos os cidadãos da sociedade são chamados a participar, enquanto sujeitos ao mesmo tempo singulares e plurais, do desenvolvimento e de todas as instituições a ele relacionadas, desde a aldeia, o bairro e as unidades produtivas até o Estado".***

3. Radicalizar a democracia: a construção de uma nova relação Estado/Sociedade

Radicalizar a democracia tem para mim como implicação um tal enraizamento de prática democrática que desloca para a sociedade a capacidade de redefinir e desenhar um novo tipo de Estado de acordo com suas necessidades.

Oliveira (1994 p. 5) afirma sobre o processo de democratização em curso na sociedade brasileira a partir das bases da sociedade: ***"Tenho a impressão de que estamos vendo no Brasil hoje um movimento que a Sociedade redefine, dá novos limites e desenha o Estado ... observamos o desaparecimento do poderio de desenvolvimento comandado pelo Estado ou impulsionado basicamente por ele".***

Na construção da Democracia Integral e no processo de radicalização da democracia como anteriormente definimos, a

participação popular é elemento substantivo para possibilitar efetivamente uma mudança na relação Estado/Sociedade onde esta última passe a controlar e a definir o Estado de que necessita.

Daniel (1994 p. 23) assim se refere ao direito de participação como elemento indispensável à mudança das relações entre Estado e Sociedade e na ampliação das formas de exercício da democracia: ***"Não se trata de restringir a idéia de democracia apenas do plano do regime política em sentido restrito, ou às chamadas regras do jogo, mas compreendê-la como constitutiva de um sistema social, buscando sua presença ou ausência nas formas da sociabilidade e da organização do trabalho, bem como nas modalidades de relação entre o Estado e a Sociedade - âmbito no qual a extensão dos direitos demanda a conquista do direito à participação de sociedade na gestão pública, ultrapassando a mera democracia representativa".***

Também Coutinho (1991 p. 100-101) ao analisar os dois grandes projetos em disputa hoje na sociedade brasileira (liberal-corporativo ou simplesmente neo-liberal por um lado e a "democracia de massas" ou simplesmente democracia de outro) assim sintetiza as características desse modelo da democracia de massas que vai sendo constituída a partir das classes subalternas no Brasil:

"Trata-se de um projeto hegemônico que pressupõe a proliferação dos movimentos sociais de base, a presença de um sindicalismo combativo e politizado (o que não é sinônimo de "partidarizado") e a mediação política de partidos programaticamente estruturados e socialmente homogêneos (o que não é sinônimo de "ideologizados" ou estreitamente classistas). Precisamente por visar a uma democracia de massas, há aqui o empenho em combater a apatia, reforçando a participação política organizada do

conjunto da cidadania, condição mesma para o êxito do projeto. Esse modo de estruturação política e social certamente reconhece o pluralismo de interesses mas busca ao mesmo tempo construir uma vontade coletiva majoritária, capaz de articular esses múltiplos interesses por meio da gestação de um espaço público onde se combinem hegemonia e pluralismo ... Essa democracia de massas aparece assim como o quadro institucional no qual profundas reformas de estrutura, resultados da construção de amplos consensos majoritários, podem abrir o caminho - o único caminho possível e desejável - para a progressiva construção de uma sociedade socialista em nosso país".

4. Redefinindo as relações entre o público e o privado no âmbito da Sociedade e do Estado

No movimento de construção de uma Cidadania Ativa e da radicalização da Democracia, na perspectiva anteriormente enunciada, é necessário operar uma reformulação fundamental na relação entre o público e o privado, superando a oposição dicotômica entre estatização X privatização.

Souza (1995), Telles (1994), Genro (1994) e outros vem trabalhando as noções de **bem público** e **espaço público** como elementos constitutivos da nova cidadania e utopia democrática e de redefinição das relações entre Estado e Sociedade.

Souza (1995 - FSP p. 3) afirma que a noção de bem público é o critério fundamental para possibilitar a universalização da democracia e da cidadania:

"O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre o direito de uns poucos e o de todos. Nesse sentido, o público é o espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. Enfim, o público é a expressão da democracia aplicada ao conceito do que deve e pode ser universal. Mas é também um modo de pensar a reorganização da nossa sociedade marcada por esta dicotomia entre o privado e o estatal. Não estamos propondo que não haja espaços privados, onde cada pessoa possa exercitar sua privacidade e defender seus direitos. Essa seria uma forma de totalitarismo do social sobre o pessoal, ou individual. Também não estamos propondo a eleminação do estatal, naquilo pelo qual só o Estado pode e deve se responsabilizar, como as questões de segurança, a garantia dos direitos, a proteção contra o abuso do privado contra o público."

E mais adiante conclui Souza: *"Estamos propondo que o democrático seja abrangente, que o público seja a forma democrática de existir e equacionar os problemas de todos, em que a cidadania se realiza em toda sua universalidade."*

Também a noção de espaço público como elemento constitutivo de uma nova cidadania e utopia democrática, pode ser encontrada em Telles (1994 p. 47-48):

"Entre a versão comunitarista da sociedade civil e a versão liberal que a reduz ao mercado e ao domínio dos interesses privados, arma-se portanto, um conjunto de dilemas que trazem a democracia e a cidadania para o centro da discussão. Isto redefine por inteiro os termos como a sociedade civil pode ser entendida. Não mais como uma sociedade que se estrutura nas regras que orgnaizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações socias sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços

públicos que confiram legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação. Longe de corresponder a um processo harmonioso e linear, esta é uma construção a cada momento, feita e refeita no terreno conflituoso e sempre problemático da vida social. Mas sinaliza um campo no qual a utopia democrática pode ser formulada na aposta de que homens e mulheres descubram o sentido do espaço público, no qual as diferenças se expressam e se representam numa interlocução possível; no qual parâmetros públicos podem ser constituídos e reconstituídos como balizas para o debate em torno de questões pertinentes; e, no qual, enfim a dimensão ética da vida social, pode se constituir através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam, exigindo por isso mesmo, de cada um, a cada momento, o exercício desta capacidade propriamente moral do discernimento entre o justo e o injusto. Esta medida, por ser desprovida de garantias e pontos fixos, ainda mais nesse final de século que faz desmoronar antigas certezas, só pode ser construída numa permanente e sempre renovada negociação".

Para concluir este item gostaria de introduzir o conceito de **esfera pública não estatal** para expressar a direção mais estratégica para a qual estão orientadas as práticas participativas que visam assegurar o controle social sobre as ações do Estado e, em última análise, uma nova relação do Estado com a Sociedade. Genro (1995 p. 27) assim explicita o significado deste conceito a partir das práticas participativas em curso na cidade de Porto Alegre: *"Trata-se da criação do que nós chamamos de esfera pública não-estatal de controle. Construir uma esfera pública não-estatal de controle significa um movimento inverso, radicalmente inverso, ao movimento realizado pela experiência do socialismo real, no qual a tônica foi a estatização da sociedade. Nesse processo ocorre o contrário. É um*

processo de civilização do Estado, um processo no qual o Estado se torna uma estrutura pública controlada pela sociedade civil organizada... Construir uma esfera pública não-estatal significa criar instituições voltadas para a produção e reprodução de políticas públicas, que não são controladas pelo Estado, mas tem um caráter indutivo, fiscalizador e controlador do Estado."

5. Parceria: poder compartilhado entre Estado e Sociedade em torno de ações concretas com finalidades públicas

A utilização cada vez mais frequente da expressão parceria para se referir a distintas modalidades e diferentes compreensões sobre como deve se dar a relação entre Estado e Sociedade na produção de serviços públicos, obriga-me a explicitar a concepção de parceria que tomo como referência, na perspectiva da construção de espaços públicos e da universalização da cidadania e da democracia.

A análise etmológica da palavra parceria (do latim - *partiariu*) mostra que ela vem para significar igual, par, semelhante, sócio, companheiro. Guarda portanto a idéia básica de compartilhar.

No âmbito de discussão deste estudo, concebo portanto parceria como um processo de construção conjunta de vontades (objetivos) do Estado e da Sociedade na produção de serviços públicos, onde ambos compartem responsabilidades específicas, mantendo sua identidade enquanto atores distintos e autonômos.

Aguiar (1994) assim se refere a parceria nesta concepção de ação compartilhada entre Estado e Sociedade onde ambos: ***"participem juridicamente de um empreendimento com finalidades públicas, sem que haja sobreposição de funções, hierarquia de papéis ou rendição à burocracia, à lentidão ou ao autoritarismo. Na parceria pretendida a relação democrática é a base. Também é preciso ratificar que os partícipes das parcerias não são uma entidade pública e outra privada. Na parceria constitui-se uma nova unidade onde o público estatal se relaciona com a publicidade da cidadania, em uma dimensão horizontal.*** **(o grifo é do autor)**

Aguiar (1994) conclui sobre o caráter e as características desta relação de parceria: ***"Não é um desvirtuamento privatista das funções do Estado, mas a extensão das atividades públicas para uma área cinzenta limotrofe entre o Estado e a Sociedade que tem como características centrais a flexibilidade, a velocidade e poder aglutinador."***

Esta concepção de parceria entre Estado e Sociedade diferencia-se substantivamente da ótica neoliberal, que utiliza o discurso da parceria para justificar a transferência de responsabilidades pela prestação de desterminados serviços pelo Estado para as organizações da sociedade civil. Este discurso vem reforçar a direção estratégica do modelo neoliberal de reduzir a presença do Estado na produção de serviços.

A ótica formulada neste trabalho sobre a relação de parceria entre Estado e Sociedade enquanto ação compartilhada, enfatiza a unidade de objetivos (finalidade pública de ambos), a divisão de responsabilidades e o reconhecimento da necessária autonomia política entre ambos. Assim sendo, nesta concepção, a participação do Estado não se resume ao repasse de recursos para organizações da sociedade civil, a ele cabendo

assumir também, outras responsabilidades indispensáveis à construção de uma boa qualidade do serviço prestado à população. Também as organizações da sociedade não se atém ao recebimento de recursos para o desenvolvimento da prestação de serviços, mas devem assumir responsabilidade de contruir junto com o Estado propostas e mecanismos que assegurem quantidade, qualidade e gestão democrática nas ações desenvolvidas.

Assim sendo a direção mais estratégica desta concepção de parceria aponta no sentido da publicização das ações do Estado e da sociedade civil, resguardando-se a autonomia de ambos os atores envolvidos.

6. O papel dos Movimentos Sociais na construção de uma nova Cidadania e Democracia

Ainda que com ênfases diferenciadas pode-se observar na discussão de uma grande quantidade de autores, o destaque atribuído ao papel dos movimentos sociais na construção de uma nova Cidadania e Democracia.[8] Mesmo admitindo que a construção das mesmas não é obra apenas de ação dos movimentos sociais, é preciso reconhecer que estes, enquanto expressão organizada da sociedade civil, sobretudo da grande massa de excluídos, tem papel estratégico no processo de

---

[8] Sobre o tema ver estudos de Sader (1988), Dagnino (1995), Cardoso (1994)e outros.

construção dos direitos coletivos, na conquista de crescentes espaços públicos de negociação e, assim sendo, na conformação de uma democracia substantiva em nosso País.

Bengoa (1988) refere-se a noção de democratização substantiva para denotar um processo constante de reforço da sociedade civil, dos atores e sujeitos sociais. A seu ver é um conceito que recupera a democratização de base.

A evolução recente da realidade brasileira e as transformações que vem ocorrendo em todo o mundo, a queda dos regimes socialistas, vem a nosso ver reafirmar o papel estratégico dos movimentos populares:

a) de um lado o modelo neo-liberal apresentado como solução capitalista para a crise, ao propor a fórmula de mais mercado/menos Estado, vem demonstrando no Brasil e em vários países da América Latina que sua resultante é a fome e miséria crescente na maioria da população. A privatização do Estado e dos seus serviços, a corrupção como fenômeno inerente a este processo; as ações políticas voltadas para a desorganização da sociedade civil; o reforço ideológico ao individualismo, etc, tudo isso tem aprofundado a desigualdade social. Aumenta o contingente dos "excluídos" aos direitos da cidadania, as políticas de discriminação reforçam-se, contribuindo para uma tendência de atomização e corporativismo dos movimentos socais e, o que é mais grave, criando-se forte desesperança em muitos setores da população e uma crise de representatividade de diversos movimentos e entidades sociais e políticas criadas com o objetivo de aglutinar os oprimidos na

luta pelos seus direitos e como instrumentos de sua representação política na sociedade.

b) De outro lado, a crise dos regimes socialistas burocráticos evidencia as graves conseqüências de se praticar a transformação social através de uma ação de tutela do Estado e do Partido sobre a sociedade, desprezando a construção de sujeitos coletivos e de processos participativos que assegurem a constituição de uma Democracia Integral e Radical e de uma Cidadania Ativa entendida como a possibilidade permanente de criação, por parte de sujeitos individuais e coletivos de novos espaços e direitos.

Portanto, afirmar o papel estratégico do Movimento Popular significa a meu ver:

a) Reconhecer o seu peso estratégico no enfrentamento das estruturas de dominação do sistema capitalista e de todas as relações de opressão, discriminação e exclusão que ele cria no cotidiano de vida das pessoas.

b) Afirma o seu papel na melhoria da qualidade de vida da população, na superação das diversas formas de opressão e discriminação sobre distintos segmentos "excluídos" através da conquista coletiva dos direitos sociais; na construção de múltiplos sujeitos coletivos, capazes de vitalizar a organização autônoma da sociedade civil, de resgatar e redefinir a função social do Estado, assegurando o controle da sociedade sobre suas ações.

c) Construir um movimento popular de caráter amplo e combativo, praticando os princípios da **Autonomia, Democracia e Representatividade.**

d) Combinar sempre ações de mobilização, organização e formação e interferir nos planos econômicos, social, político e ideológico cultural.

e) Reafirmar o seu papel de resistência à implantação do projeto neo-liberal, mas sobretudo enfatizar o seu papel propositivo de políticas públicas capazes de responder às necessidades dos "excluídos" e do conjunto da população e o seu papel ativo na democratização do Estado em todos os níveis e esferas de sua atuação, através da criação de canais e mecanismos institucionais que assegurem a mais ampla participação popular na definição, acompanhamento e fiscalização das suas políticas.

Assim, o movimento popular entende-se numa relação de complementariedade e nunca de inferioridade, atrelamento ou submissão em relação aos demais atores sociais e políticos (mov. sindical, partidos políticos, ONGs, entidade democráticas) que a partir das suas especificidades e com suas respectivas identidades se somam no projeto de construção de uma Democracia Participativa e de uma Cidadania Ativa como condições fundamentais de uma transformação radical das relações sociais existentes.

Sobre a história recente e a situação atual dos movimentos socias no Brasil gostaria de relembrar o título da obra de Sader (1988), "QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA" que para mim é a expressão mais representativa do significado da irrupção dos

movimentos socias na conjuntura brasileira na década de 70. Na conclusão daquela obra sob o título "Algumas Considerações" assim sintetiza o autor (p. 311) ***"Os movimentos sociais que adentraram no cenário público (e o modificaram) no findar da década passada trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social".*** Mais adiante sintetiza algumas das suas contribuições (p. 312-315): ***"Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontavam para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está indiretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros" ... "construiram um espaço público além do sistema de representação política" ... "Através de suas formas de organização e luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidos".***

A década de 80 e o processo de redemocratização que se desenvolve em nosso País traz significativas alterações na relação dos movimentos sociais com o Estado. A principal mudança tem a haver com a compreensão nova que se estabelece em diversos movimentos sociais de que, ao mesmo tempo em que buscam preservar sua autonomia, devam buscar desenvolver uma atitude mais prepositiva em relação às políticas públicas e disputar no espaço institucional os interesses e a hegemonia dos setores populares. Estas transformações e desafios novos colocados para os movimentos sociais trouxeram à tona, com maior nitidez a sua

heterogeneidade e assim conseguiu-se avaliar seu significado de modo mais realista, abordando tanto seu alcance como também seus limites.[9]

É preciso reconhecer que algumas formas de luta e tipos de organização se esgotaram face aos novos desafios de estabelecer um novo tipo de relação com o Estado e de participar dos distintos canais institucionais que vão sendo conquistados. Novas formas de luta e organização vão surgindo e substituindo formas anteriores. É nessa compreensão dialética que me localizo no debate sobre a "crise" dos movimentos sociais que se abre no início dos anos 90.[10]

Situo-me entre aqueles para quem a idéia da existência de uma "crise" não significa que ela representa o fim dos movimentos sociais. Trata-se de uma crise provocada pelos necessários saltos de qualidade que os movimentos sociais já tiveram que fazer ao longo dos anos 80 (uma nova atitude frente ao Estado, práticas propositivas de políticas públicas e participação em canais institucionais) e que se renovam no início dos anos 90 diante de novas e mais profundas transformações que vem ocorrendo no mundo (globalização da economia, crescimento do setor informal, aumento da miséria e da exclusão e a criação de novas formas de relação Estado/Mercado/Sociedade).

---

[9] Sobre as mudanças nos movimentos sociais nos anos 80 e uma reeleitura do seu papel nos anos 70 é importante ver os estudos de Cardoso (1994), Jacob (1993), Gohn (1994) e outros.

[10] Sobre a crise dos movimentos sociais há vários estudos que podem ser consultados: Coelho (1993), Warren (1993), Alvarez (1992), Carvalho (1995) e outros.

O diagnóstico da situação atual, da força e da conformação dos movimentos sociais mostra que nem todos aqueles atores que tiveram incidência em momentos anteriores conseguiram se reciclar. Outros sim o fizeram e, adotando novas formas de organização e luta, continuam a jogar papel de destaque na construção de políticas públicas e na democratização do Estado (como é o caso por exemplo dos movimentos de moradia, sem teto, saúde, crianças e adolescentes e mulheres e outros). Ocorre ainda a emergência de novos sujeitos com conformações bastante inovadoras como é o caso dos movimentos ecológicos e da Ação da Cidadania.

Fonte de importantes aprendizagens para os movimentos sociais tem sido a sua relação com o campo institucional pois esta tem permitido desvendar os mecanismos de funcionamento do Estado, construir canais para a sua democratização e assim apontar na direção da sua publicização.

De particular relevância tem-se revestido as práticas participativas desenvolvidas à nível do poder local e em especial as relações de "parceria" que vem se estabelecendo em diversos municípios governados por forças políticas democráticas e populares.

7. Participação Popular: um sonho possível

A afirmação da importância da participação popular esteve presente, continuamente, na prática e no ideário dos movimentos sociais

desde os anos 70. No entanto, a discussão sobre a participação popular no Estado adquiria particular amplitude e relevância com a conquista, por forçar democráticas e populares, de diversas e importantes Prefeituras especialmente a partir das eleições de 1988.

A participação popular é um elemento substantivo de um programa democrático e popular apontando no horizonte a construção de um Socialismo Democrático. Nesta perspectiva, portanto, participação popular significa **partilha de poder**, propiciar poder real de decisão à população, para propor, fiscalizar e controlar as ações do Estado. Dentro desta concepção combinam-se mecanismos de democracia participativa e democracia representativa.

Para atingir o estágio da partilha de poder, é preciso que as práticas de participação popular abranjam um conjunto diversificado, ousado e planejado de iniciativas que envolvam, a transparência das ações de governo, a política de inversão de prioridades e a abertura dos canais de participação. Todas essas iniciativas visam a conquista da hegemonia na sociedade em torno da disputa de políticas públicas, construídas a partir de um programa democrático e popular e de uma radical reforma do Estado, que garanta o controle da sociedade sobre as ações dos seus organismos.

Nada melhor do que a prática para balizar a concretização dos nossos sonhos. Em publicação do Fórum de Participação Popular nas Administrações Municipais (nov. 1991. p. 3) encontra-se um primeiro balanço de diversas gestões municipais democráticas que se iniciaram a partir de 1989:

"Hoje decorridos 3 anos de governo, a realidade e a nossa prática nos tornam mais conscientes da complexidade, diversidade e das mediações necessárias na implementação de uma política de participação popular. Adquirimos maior clareza sobre a necessidade de combinar nossa ação política no sentido de fortalecer, de uma lado, a organização autônoma e independente dos movimentos sociais em relação ao Estado, e de outro da criação, pelo Estado, de canais institucionais que viabilizem a participação popular na decisão, no controle e na fiscalização das políticas".

Daniel (1994 p. 28), afirma sobre a importância de uma nítida separação entre o que é a organização autônoma da sociedade e o que são os canais de participação popular criados pelo Estado: *"O fundamental é ter claro que a participação democrática real só pode existir caso estejam presentes simultaneamente duas condições: um conjunto de cidadãos, entidades ou movimentos sociais dispostos a participar e canais de participação criados pelo Estado. Sem uma tal discriminação do que é da sociedade e do Estado não haverá garantia de manutenção de uma distância entre a ordem do poder político e a ordem dos direitos, básica para o sistema democrático".*

No tocante a configuração dos canais de participação popular que vem sendo criados a partir das administrações municipais democráticas pode-se constatar *que* há diferentes possibilidades, níveis e graus de participação popular assim como diferentes formas institucionais de transformar as relações do Estado com a população, e seus diversos segmentos. Estes canais ou formas institucionais podem ser permanentes ou eventuais, setoriais ou globais, regulamentados ou normatizados, consultivos ou deliberativos. Tem a denominação genérica de Conselhos quando se tratam de instâncias de discussão e gestão de

políticas e de Programas de Parceria quando se trata de ações de produção e prestação de serviços públicos.

Villas Boas (1994 p. 55-56) assim se refere acerca da importância e do caráter desses canais:

"No plano do poder local, a privatização do espaço público sempre se revestiu de práticas clientelistas, autoritárias ou populistas, que impregnaram a máquina administrativa e, principalmente, moldaram a relação da população com as prefeituras, tornando-as inacessíveis à grande maioria.

Romper com essa cultura requer transformar a administração municipal em um espaço de representação dos diversos interesses da sociedade local, criando novas regras de convivência política. Para tanto, é preciso conquistar ampla adesão à participação direta na gestão, abrindo espaços, criando canais, gerando processos participativos onde se reconheçam as diferenças entre as demandas e direitos dos distintos setores sociais e a legitimidade da disputa entre eles".

Assim sendo também com relação a oferta de serviços de educação de jovens e adultos as práticas de parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada respeitando a autonomia e assegurando as responsabilidades de cada parte, podem dar significativa contribuição à constituição de uma Democracia integral e radical e de uma Cidadania Ativa em nosso País.

Num primeiro balanço sobre a prática da relação dos movimentos populares com os governos municipais nas gestões democráticas eleitas em 1988 constata-se a seguinte avaliação em documento do Fórum de Participação Popular, (nov. 1991. p. 7):

"Em relação a sociedade, com a convocação a sua participação nas decisões colocou-se a nú as virtudes e fragilidades existentes na sua organização. Os movimentos sociais organizados, não conseguiram, de intcio, na sua maioria, avançar muito além da apresentação de demandas e reivindicações e tem dificuldades para ocupar e disputar hegemonia nos múltiplos espaços criados. Aqueles que conseguiram desenvolver uma capacidade propositiva em relação às polítticas públicas tem ocupado espaço e contribuído muito para a implementação efetiva dos canais de participação popular, na aplicação das polítticas de inversão de prioridades. Cabe assinalar que o maior intercâmbio e articulação que vem se desenvolvendo entre os movimentos e os desafios a eles colocados a partir da criação de espaços de participação popular nos nossos governos, provocaram ao longo desses 3 anos um amadurecimento política e uma nova qualidade na sua relação com o Estado".

Genro (1995 p. 19) alerta, a partir da experiência que vem se acumulando em Porto Alegre, sobre os riscos de uma idealização ou avaliação apressada acerca do universo do chamado movimento comunitário: *"O censo comum popular, o senso comum do movimento comunitário, trabalha com as mesmas categorias e com a mesma ética da política tradicional. Há uma tendência no meio da esquerda em geral, talvez no Partido dos Trabalhadores em particular, de achar que existe uma esfera ética e política apartada da sociedade burguesa, formada pela vida comunitária, pelas associações comunitárias. Pela experiência que acumulamos em Porto Alegre, podemos dizer que essa visão não é realista e pode trazer uma série de equívocos. Inclusive pode levar a conclusões apressadas e artificiais a respeito do que significa efetivamente a promoção de uma cidadania material, de uma cidadania revolucionária."*

Prossegue Genro afirmando: *"A lógica mais geral do movimento comunitário é geográfico-corporativo e tende a reproduzir uma relação de clientelismo entre as próprias lideranças. E as armas que essas lideranças usam nas suas disputas e para influenciar o Estado são as mesmas armas da política tradicional. Vão desde a calúnia até a cooptação. Se não compreendermos a universalidade desse significado do movimento comunitário, não teremos condições de sermos leais com ele, e de fazer da participação um instrumento de reforma moral e intelectual, e de transformação da consciência da comunidade, inclusive dos agentes administrativos e políticos do Estado."*

8. Por uma Pedagogia da Participação Popular

A observação de diversas práticas participativas e a sistematização de diversos relatos de experiências em vários eventos e seminários sobre Participação Popular possibilitou-me uma visão cada vez mais consolidada sobre a necessidade da mediação explícita da ação educativa para possibilitar uma nova qualidade política na intervenção dos diversos atores (com ênfase nos movimentos populares) nos espaços públicos criados através de parceria como foi o caso do MOVA, dos mutirões de habitação popular, das creches comunitárias etc).

A participação popular é um processo que se constrói e que tem a magnitude da criação de uma nova cultura política, oposta a cultura política autoritária e excludente, criada e implementada pelas elites dominantes do nosso País.

A concepção de participação popular fundada na idéia da partilha do poder tem impulsionado as administrações municipais democráticas a envolver a população na formulação e nas decisões sobre as políticas públicas. Para alcançar esta meta, um governo democrático precisa criar uma pedagogia democrática.

A proposta de mudança da relação do governo municipal com a sociedade local, na perspectiva de construção da democracia participativa, deve estar necessariamente permeada e mediada pela presença do princípio educativo. Ainda que, em geral, se identifique educação como escolarização, aqui estamos falando de uma intencionalidade educativa no conjunto das ações de governo, que de fato possibilite à população apropriar-se das formas de funcionamento da administração municipal, apontando um novo patamar de relação.

Nos seminários do "Fórum Nacional de participação popular nas Administrações Municipais Democráticas", ao fazer um balanço das experiências de criação de canais e mecanismos de participação popular, verificamos que as dificuldades que se apresentam têm sido, por muitos, consideradas intransponíveis. Observamos em várias gestões que tentaram implementar a participação popular, no período de 1988 a 1992, um certo desencanto com as experiências desenvolvidas.

Ao investir na criação de mecanismos de participação popular, enfrentamos uma arraigada cultura política profundamente autoritária que não se transforma da noite para o dia, mas exige um longo processo. Em quatro anos de governo é possível deflagrar iniciativas mas nem sempre é tempo suficiente para consolidá-las.

A cultura do privilégio, do favor, do jeitinho e, em alguns momentos, a repressão, históricamente caracterizaram a relação da população com o Estado. Estes valores e costumes geram uma mentalidade que não se altera substancialmente através da mera criação de canais de participação popular. A vontade política de impulsioná-los e até mesmo de formalizá-los, se não vier acompanhada de uma ação educativa intencionada - introduzindo mudanças de atitudes e valores, que apontem para uma nova cultura política democrática - pode significar apenas a criação de espaços onde se reproduz o fisiologismo, o clientelismo e outras velhas práticas.

Superar as dificuldades que se apresentam implica desenvolver uma pedagogia da participação popular, enfrentando uma série de desafio na relação cotidiana como a população, tais como:

A cultura política autoritária forjou na população uma visão delegativa do poder, em que se espera que o Estado apresente e implemente soluções aos problemas da cidade. Abrir espaços e oferecer condições concretas para que a população exercite o seu direito de propor, acompanhar e fiscalizar as ações de governo, estabelecendo as responsabilidades de cada parte, é contribuir para a construção da consciência de cidadania. Para tanto, é fundamental o estímulo à multiplicação das formas de auto-organização da população que favoreçam ações coletivas. Neste sentido, os programas de parceria para execução de política públicas, como os mutirões para a construção de moradias populares e outros, são exemplos de iniciativas que as prefeituras podem promover.

Introduzir a dimensão educativa nos espaços de participação popular significa, muitas vezes, gerar novos conflitos ou acentuar os velhos. O grande desafio da ação política educativa é o que Paulo Freire chamou de "pedagogizar o conflito": tomar o conflito de tal ordem pedagógico, através da explicitação dos interesses em jogo e o estímulo às formas de organização para enfrentá-lo, que passe a significar um fator de crescimento político educativo. Pedagogizar o conflito significa também admitir a possibilidade de que se tomem decisões erradas num primeiro momento, mas que poderão representar lições mais à frente que correspondam a um importante salto de qualidade.

A constatação de que as gestões democráticas populares desenvolveram uma enorme capacidade para produzir projetos de participação popular seja no orçamento, na elaboração do plano diretor ou nos mutirões para a construção de moradias populares, é muito significativa. No entanto, o fato destas iniciativas terem atingido uma parcela minoritária da população, entre outras razões também reafirma a importância de incorporar a dimensão pedagógica nas ações de governo, como elemento essencial da política de participação popular.

A compreensão de que as iniciativas governamentais nesse campo tem uma fecundidade que muitas vezes não aparece através de resultados imediatos, visíveis ou quantificáveis, não deve ser motivo de frustração ou desânimo. Mas, deve levar à valorização de todos os momentos e situações, aparentemente específicos, parciais ou episódicos, e no entanto significativos para o processo de acúmulo e transformação de uma nova cultura política.

Constata-se que há uma visão por vezes excessivamente idealizada e formal a respeito de como fazer a participação popular. As experiências que conseguiram diversificar formas, criar novas linguagens e flexibilizar visões quanto às iniciativas de participação, parecem estar obtendo maior eficácia, conseguindo incorporar e ampliar a participação da população em seus municípios.

Nestas experiências, uma mediação de extrema importância continua sendo a do exercício da educação popular. Ou seja, o reconhecimento de que a conquista da hegemonia, através de uma proposta participativa e de resgate da cidadania, requer a presença específica de uma pedagogia democrática em todas as ações de um governo. Só assim, podemos reverter a lógica historicamente presente na relação da população com o Estado, impregnada de clientelismo, apatia, marcada por práticas populistas, de corrupção, cooptação e outros tipos de vícios.

Daniel (1994 p. 40) enfatiza a função pedagógica que devem ter os governos na ativação de práticas participativas:

"Mais do que isso, a democratização do acesso à participação exige uma presença ativa do governo, em particular no campo pedagógico. Assim, é crucial para tal democratização, a pesquisa de linguagens sintonizadas com a cultura da população, bem como a organização de processos de formação do cidadãos, de maneira a lhes permitir acesso à informação sobre o modo de funcionamento do Estado (Prefeitura, Câmara) e da configuração do município. Tais iniciativas caminham no sentido de se contrapor ao monopólio da informação de que os integrantes do Estado costumam ser portadores. Evidencia-se, ademais, que é perfeitamente possível e inclusive

necessário, que o governo local - respeitando a independência e riqueza de formas de articulação da sociedade - atue de maneira concreta no sentido de estruturar e estimular a participação para que esta obtenha sua máxima eficácia".

Também Dawbor (1994 p. 72) destaca o papel da educação na organização do poder local[11]: ***"O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, implica, portanto, alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa".***

O espaço local tem se demonstrado mais acessível às organizações populares no sentido de afirmar seu poder e de transformar as formas de ação do Estado na direção de uma maior partilha do poder. Cabe assinalar que tem se conseguido importantes avanços na criação de mecanismos de participação e controle das ações do poder executivo, que precisam ser estendidas à uma democratização também dos poderes legislativo e judiciário que são instâncias importantes a serem submetidas a um maior controle social e abertas à interferencia da população na discussão das suas políticas e ações. Também nestes casos, instrumentos previstos na legislação, tais como, plebiscitos, referendos, audiências públicas, projetos de lei de iniciativa popular, mandatos de injunção, só se tornarão efetivos na democratização do poder, se houver intenso trabalho educativo junto a população e aos governantes afim de capacitá-los para sua plena utilização.

---

[11] Sobre a questão do Poder Local ver ainda estudos de Caccia Bava (1994), DANIEL (1994)e outros que estão indicados em Dawbor (1994 p.84-85).

O espaço político de exercício do poder local é de enorme importância para que, a partir de uma pedagogia democrática, se consiga construir organizações populares como formas efetivas de poder local, democratizar o governo local e suas ações e, assim enraizar efetivamente a democracia e edificar valores novos na população e nos governantes. A multiplicação de tais práticas será base indispensável para a democratização do poder a nível de suas distintas esferas (municipal, estadual e federal).

Vale ainda destacar a preocupação presente na obra de Freire (1992 p. 174) sobre a importância da ação pedagógica de um governo radicalmente democrático:

"Tudo deve estar visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se é bem duro apenas com os oposicionistas e suave e ameno com o correligionário".

Bastante importante na construção do projeto MOVA-SP, foi a compreensão, por parte daqueles que estiveram a frente da SME, sobre as possibilidades e limites da prática educativa naquele contexto histórico em que assumiu-se a gestão do governo municipal e a visão de que não se tratava de transplantar modelos de ação que foram possíveis em outros contextos, mas de reinventá-los, criando um programa de parceria com os movimentos populares à luz das características daquele contexto histórico. Para tal o referencial de Paulo Freire foi de extrema importância (1993 p. 47):

"A compreensão crítica dos limites da prática tem que ver, por isso mesmo, com a questão da luta e do conflito de classes. Compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político-educativa".

Mais adiante afirma ainda o Freire no texto acima citado (p. 48):

"O que quero dizer é que uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho não opera necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas. Em outras palavras, devo descobrir, em função do meu conhecimento tão rigoroso quanto possível da realidade como aplicar de forma diferente um mesmo princípio válido, do ponto de vista da minha opção política".

9. Conclusão: Cidadania Democracia e Educação

Desejo concluir este capítulo abordando aquela questão que está no centro de minhas preocupações e portanto norteia este projeto de investigação: o reconhecimento de que a educação é uma mediação indispensável à construção de uma cultura participativa e democrática e, portanto, à criação de novas formas de relação entre a sociedade civil e o Estado, entre a população e os governos municipais.

Ainda que, em geral, se identifique educação com escolarização, aqui estamos nos referindo às práticas educativas que se desenvolvem

através do conjunto das ações de governo, no interior das ações dos movimentos socias e demais âmbitos de organização da população.

Aqui cabe destacar a particular contribuição trazida pelas práticas e concepções educativas desenvolvidas no campo da Educação Popular.

A Educação Popular no Brasil e na América Latina de modo mais geral tem dado importante contribuição para o fortalecimento de diversos atores sociais e políticos no terreno da sociedade civil, o que tem provocado uma nova qualidade da relação destes com o Estado.

É neste sentido que no documento do CEAAL (jan. 1994 p. 73) encontramos a seguinte definição da Educação Popular:

"A Educação Popular constitui uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalece-las enquanto sujeitos coletivos, e assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas, tanto para a construção democrática de nossos países, como para o desenvolvimento econômico com justiça social".

Também Bengoa (1988 p. 7-42) destaca a contribuição da Educação Popular na construção de um substantividade democrática a partir da sociedade civil ao fomentar a diversidade existente em seu interior:

"Esta educação está dirigida a fomentar a diversidade da sociedade, isto é, a criar e fortalecer movimentos sociais, culturais, de opinião, que por sua vez rreforcem a sociedade civil, aumentam sua capacidade de negociação e conflito regulado e, portanto, permitam a expressão e desenvolvimento da criatividade social. Esta é a educação para 'diferença'".

Outra contribuição fundamental da Educação Popular é o desenvolvimento de um conceito do educativo que é bastante mais abrangente do que as práticas que se realizam no interior do sistema escolar.

Sobre esse tema, afirma o documento do CEAAL (1994) citado anteriormente:

"... na educação popular há uma abordagem mais compreensiva das demandas e necessidades de aprendizagem integral que estão na sociedade e que a escola quase sempre não consegue (nem mesmo às vezes) entender. Para nós o educativo sempre esteve articulado às práticas sociais e a constituição de sujeitos".

Também Mejia (1993 p. 7-21) destaca a importância da Educação Popular no sentido de ampliar o universo do educativo e da Pedagogia:

"Ao reconhecer o campo da educação, a Educação Popular reconhece a pedagogia como a base a partir da qual constroem-se as interações e os eventos educativos. Neste processo, retiramos a pedagogia de confinamento do ensino (a que esteve subordinada durante anos) e a devolvemos ao campo da aprendizagem e dos contextos de ação. Ou seja, reconstruimo-la como relações sociais de saber e conhecimento e como dispositivos culturais, que são aqueles que a tornam operativa"

Para que a educação popular possa continuar contribuindo históricamente nesta direção, acredito que é preciso compreender em profundidade a magnitude, o significado e o sentido das mudanças que vem se processando no contexto mundial, na América Latina e no Brasil em particular. É neste quadro maior que adquire significado o debate

sobre uma necessária refundamentação da Educação Popular[12] na busca de redefinir seu papel, suas tarefas, sua concepção metodológica e assim criar novos instrumentos para sua intervenção.

É nesse contexto que adquire particular relevância hoje, no debate sobre a Educação Popular, a temática do Poder Local e de uma pedagogia democrática capaz de contribuir para a construção de novas práticas de exercício do poder. Trata-se de construir novas formas de exercício do poder fundamentalmente a partir do terreno da sociedade civil e promover seu encontro com as mudanças que vão se operando no exercício das ações do Estado, no sentido de que estas estejam constantemente alimentadas e retroalimentadas pela prática viva dos processos e sujeitos sociais.

Tamez e Rolemberg (1995 p. 6) sintetizam os elementos básicos de um poder construído e exercido com outra lógica e outros valores:

" a) poder assumido como serviço; b) poder entendido como responsabilidade designada e sobre o qual se deve prestar contas; c) poder entendido como exercício compartilhado e não como algo que se deve concentrar. Isto implicará dar outro sentido à representação política e a relação entre governantes e a população".

Para isso é preciso formar e educar os diferentes atores que vão participar, criar, exercer essas novas formas de poder. A educação popular por sua contribuição histórica ao fortalecimento (qualificação) da

---

[12] Para uma melhor compreensão sobre a discussão de refundamentação de Educação Popular ver os documentos do CEAAL (1994), Mejia (1993), ALFORJA (1991), Osório (1993) e outros.

ação de diferentes processos e sujeitos sociais no terreno da sociedade civil, tem uma importante contribuição a oferecer às novas práticas a que estes estão desafiados.

Gohn (1989 p. 16) enfatiza o papel central da educação na construção do que ela chama de "cidadania coletiva":

"A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo".

Gostaría de retomar neste ponto a discussão sobre a presença indispensável e explícita da educação na construção de uma Cidadania Ativa e de uma Democracia Integral.

Benevides (1991 p. 194) discute o papel indispensável da educação política na construção de uma cidadania ativa:

"A introdução do princípio da participação popular no governo da coisa pública é, sem dúvida, um remédio contra aquela arraigada tradição oligárquica e patrimonialista, mas, não é menos verdade que os costumes do povo, sua mentalidade, seus valores, se opõe à igualdade - não apenas a igualdade política, mas a própria igualdade de condições de vida. Os costumes, não há como megar, representam um grave obstáculo à legitimação dos instrumentos de participação popular. Daí sobrelevar-se a importância da educação política como condição inarredável para a cidadania ativa - numa sociedade republicana e democrática".

A mesma autora em recente artigo (1994 p. 17) retoma o tema e mostra que tal educação se faz a partir da prática:

"Não resta dúvida de que a educação política - entendida como educação para a cidadania ativa - é o ponto nevrálgico da participação

popular. Mas esta educação se processa na prática, aprende-se a votar, votando... O que importa, essencialmente é que se possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação com pluralismo e liberdade".

Mais adiante conclui Benevides sobre o caráter e os atores desta educação política no mesmo artigo acima citado (p. 18-19):

"Essa educação - crucial para a cidadania ativa e para que se transforme o quadro atual dos vtcios de represntação e das eleições no Brasil - supõe, sem dúvida, uma discussão aprofundada sobre o papel dos meios de comunicação de massa como vetculo a serviço do pluralismo de valores. É evidente que a educação poltica não pode ser entendida num quadro de mão única - só do Estado para o povo. Mas sim, pela exigência da pluralidade de agentes polttico e não só de partidos polttico, apesar de sua clara e necessária função pedagógica. A educação poltica num contexto democrático, supõe que os próprios interessados se transforme me novos sujeitos polttico. Recuperando, assim, o sentido verdadeiro da cidadania ativa e da participação popular".

Também Arroyo (1993 p. 79) discute a necessidade de redefinir as relações entre educação e cidadania:

"Por este caminho nos aproximamos de uma possível redefinição da relação entre cidadania e educação. Há relação entre ambos? Há e muita no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legttimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição".

Em Freire (1995 p. 74) podemos encontrar uma exposição sobre a relação dialética entre educação e cidadania:

"Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é dificílimo, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania."

Assim como vimos a educação como elemento constitutivo de uma Cidadania Ativa podemos situa-la em relação à construçao da Democracia Integral indissociável de uma visão de desnvolvimento integral do ser humano.

Boff e Arruda (1994 p. 67) assim explicitam a questão: ***"E neste ponto que emerge com clareza a estreita vinculação entre desenvolvimento integral e educação. A proposta de desenvolvimento humano só é viável se o vincularmos a um processo de consturção da democracia integral. E este só pode progredir se apoiado num movimento educativo permanente que abranje todos os cidadãos e todos os aspectos e dimensões de sua existência pessoal e social e vise educá-los para o exercício sempre mais pleno e integral do poder. Tanto na esfera da sua subjetividade e de sua singularidade quanto na esfera de suas relações interpessoais, sociais e políticas. Trata-se de construir, por um lado as instituições, mecanismos e relações sociais coerentes com os objetivos do desenvolvimento humano. Por outro lado, e ao mesmo tempo, trata-se de edificar os sujeitos que regerão as mesmas no sentido da realização dos objetivos mais altos do desenvolvimento".***

Gostaria de concluir afirmando que este referencial teórico aqui apresentado procurou dar ênfase no papel da educação na construção de

uma Cidadania Ativa e da proposta de uma Democracia Integral. Destacou ainda a importante contribuição que vem da Educação Popular sobretudo porque, na medida em que esta alargou o âmbito do educativo para além da escolarização, deu importante impulso à constituição e qualificação de vários atores sociais e políticos no terreno da sociedade civil. Trata-se agora de desenvolver uma pedagocgia da participação popular capaz de contribuir aos novos desafios colocados para estes atores de construir novas formas de exercício do poder que incluem novas maneiras de relação com o Estado e a sua participação em diversos canais e espaços de exercício compartilhado do poder.

A observação e sistematização de diversas práticas participativas possibilitou-me uma visão cada vez mais clara sobre a necessidade da mediação explícita e intencionada da ação educativa, para propiciar uma nova qualidade na intervenção dos diversos atores nos espaços públicos e canais de participação popular que vem se multiplicando hoje sobretudo no plano municipal.

Acredito que este referencial teórico é apenas um ponto de partida que fica bastante enriquecido com os dados obtidos na investigação do objeto específico deste estudo e na voz dos seus protagonistas.

Capítulo II

O Projeto Mova-SP

(1989-1992)

1. O que é o MOVA-SP: alguns dados gerais de caracterização

O MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo) nasceu a partir de uma parceria entre os Movimentos Populares e a administração municipal governada por uma coligação partidária progressista tendo a frente o Partido dos Trabalhadores (PT) através da prefeita Luiza Erundina.

Estando Paulo Freire a frente da Secretaria Municipal da Educação (SME), o MOVA teve seu lançamento público em ato celebrado na Câmara Municipal de São Paulo em 29/10/89 e teve sua existência oficializada através do decreto nº 28302 de 21/11/89 enviado pela Prefeita para publicação no Diário Oficial do Município.[13]

Em documento do MOVA-SP (1992, p. 22) assim se sintetiza o que é o MOVA-SP:

"O MOVA-SP é um programa de educação de jovens e adultos trabalhadores do município de São Paulo, mantido através de convênios entre movimentos populares e a Prefeitura.

Desenvolve trabalhos na área de alfabetização e pós-alfabetização, através do CICLO ENSINO FUNDAMENTAL I, cujos conteúdos são desenvolvidos em complexidade crescente e de forma interdisciplinar, levando-se em consideração a realidade do educando, com a perspectiva de

---

[13] Ver no anexo 2 a íntegra do Decreto Lei nº 28302 que institui o MOVA-SP

possibilitar melhorias na sua qualidade de vida e da comunidade em que ele está inserido.

Baseia-se nos princípios filosófico-político-pedagógicos sócio-construtivistas a partir das obras de Paulo Freire, Vigostsky, Emilia Ferreiro, Ana Teberosky e obras dos sócio-lingüistas.

O MOVA-SP nasceu a partir da "parceria" entre movimentos populares organizados e a administração democrática e popular do Município, que conjuntamente organizaram o programa, através da Secretaria Municipal de Educação na figura do então Secretário Prof. Paulo Freire. Foi oficializado no final de 1989, através do decreto da prefeita Luiza Erundina.

Hoje, o MOVA-SP conta com aproximadamente 73 movimentos populares organizados, atendendo cerca de 20.000 educandos em toda cidade de São Paulo. Sua estrutura de funcionamento é composta basicamente de três instâncias de decisões: 6 Fóruns Regionais, onde os movimentos discutem os problemas da região; 1 Fórum Municipal, onde os representantes dos Fóruns Regionais discutem os problemas da cidade como um todo; e o Fórum MOVA, onde movimentos populares e Secretaria Municipal de Educação - S.M.E, negociam e decidem sobre os rumos do programa.

Cabe aos movimentos populares: ceder os espaços físicos para o funcionamento das salas de aula; formar as classes, matriculando os educando; indicar os monitores populares (atualmente em torno de 1.000) e os supervisores populares (atualmente em torno de 120); e participar, em conjunto com a S.M.E, da construção do projeto político-pedagógico do programa.

À S.M.E cabe gerenciar recursos financeiros que possibilitem o desenvolvimento das ações educativas necessárias à manutenção do ensino nos núcleos, a construção do projeto político-pedagógico do programa em

parceria com o movimento, bem como acompanhar os trabalhos desenvolvidos, sua organização e coordenação. A equipe da S.M.E ligada ao MOVA-SP está vinculada atualmente ao Secretário Municipal de Educação e é composta por três núcleos: pesquisa e acompanhamento, formação e administrativo, aglutinados por um colegiado de coordenação."

Vale destacar a idéia de que a opção por "**Movimento**" de Alfabetização de Jovens e Adultos expressou um posicionamento crítico em relação as campanhas tradicionais de alfabetização. A organização de movimentos de alfabetização põe ênfase no seu aspecto processual, e não datado como as campanhas. Propõem-se que tais movimentos construam uma unidade filosófica em torno de princípios político-pedagógicos, mas, ao mesmo tempo, mantenham a mais ampla diversidade nas formas de atuação, respeitando as diferenças culturais, de rítmo e organização das comunidades em que a alfabetização de jovens e adultos se realiza.

Para uma descrição inicial do perfil do projeto gostaria de apresentar alguns dos dados que constam do Relatório de Pesquisa e Avaliação do MOVA-SP.[14]

Sobre o perfil dos alfabetizandos[15] vale destacar que em junho de 1992 eles totalizavam 18.400 alunos matriculados e cadastrados fazendo

---

[14] O relatório de pesquisa "Avaliação MOVA-SP" foi publicado em dezembro de 1992 contendo os dados preliminares daquela pesquisa. Foi um trabalho do Núcleo de Pesquisa e Documentação do MOVA-SP, coordenado por José Angelo de Gomes Ferreira e com assessoria de Maria Nilde Mascellani e Ney Rodrigues. Destaco neste texto alguns dados que me parecem mais relevantes para a finalidade desta pesquisa. (Ver anexo 3)

[15] Os dados completos constam do anexo 3.1 - Dados de Caracterização da Demanda do Relatório de Pesquisa - Avaliação do MOVA-SP. Dezembro/92.

parte de 896 núcleos em efetivo funcionamento. Em sua maioria eram mulheres (60,70%), situavam-se numa faixa etária que ia dos 14 a 55 anos (94,6%), eram de origem predominantemente nordestina (57,49%) e sua maioria tinham rendimentos até 5 S.M. (89,5%). Do ponto de vista da sua situação de trabalho, tinhamos 30% como empregados registrados em carteira, 17% empregados não registrados, 15,6% desempregados e 26,8% do total dedicados ao trabalho doméstico (predominantemente entre as mulheres nas quais essa ocupação atinge 42% do total). É interessante destacar o papel da informação boca a boca na tomada de conhecimento sobre o projeto, na medida em que 72,02% dos alunos afirmam que ficaram sabendo do MOVA através de amigos e parentes. Outro dado importante a destacar é que 86,05% dos alfabetizandos declaram não participar do movimento ou entidade contra 12,02% que afirmam ter participação. Do ponto de vista da sua escolarização é interessante observar que 50,7% afirmam que quando entram para o MOVA já sabiam ler/escrever/contar, versus 28% que não sabiam ler/escrever/contar. Também na sua maioria já tinham frequentado escola regular (45,29%) e outros o curso do MOBRAL (16,95%).

Observa-se com relação ao perfil dos educadores do MOVA-SP (monitores e supervisores)[16] que eram predominantemente mulheres, concentram-se na faixa etária de 20 a 40 anos de idade em sua maioria já residiam no bairro há mais de 5 anos. Em sua maioria tanto monitores

---

[16] Dados completos do perfil dos educadores constam do Anexo 3.2 - Dados de Caracterização da Estrutura - Relatório de Pesquisa - Avaliação MOVA-SP. Dezembro/92.

(53,9%) como supervisores (60,9%) tem outras ocupações, sendo que o exercício do magistério é ocupação mais comum para 25,6% dos monitores e 35,8% dos supervisores, seguida em ambos os casos de atividades ligadas a serviços administrativos e comércio. É importante destacar que, ainda que a maioria tanto de supervisores como de monitores declare não estar estudando atualmente, ambos traziam escolarização anterior. No caso dos monitores, se somarmos aqueles que tem segundo grau completo (20,3%) aos que tem algum tipo de formação no curso de magistério (10,8% incompleto e 11,3% completo) teremos um total de 42,4% que tem 2º grau completo ou passagem pelo curso do magistério. No caso dos supervisores se somarmos aqueles que declaram ter curso superior (18,8% incompleto e 21,8% completo) teremos um total de 40,6% com passagem pelo curso superior.

Pode-se observar, no entanto, que com relação ao exercício anterior da função de monitor ou professor há uma diferenciação entre os monitores (60% não exerceu anteriormente) e os supervisores (65,4% tiveram exercício anterior da função de monitor ou professor). Específicamente com relação a experiência anterior no trabalho de alfabetização de adultos, pode-se observar que aquela diferenciação também ocorre, sendo que no caso dos monitores 68,6% declaram não ter tido tal experiência enquanto entre os supervisores temos 55,6% que já tiveram trabalho com alfabetização de adultos.

Vale ainda destacar que com relação a participação dos educadores em atividades dos movimentos populares, pode-se observar que entre os monitores haviam 52,4% que declararam ter alguma

participação versus 44,5% que afirmam não participar das atividades dos movimentos, sendo que, entre aqueles que participam predomina um ingresso recente de até 5 anos naquelas atividades. Já entre os supervisores observa-se um nível maior de participação nas atividades dos movimentos (79,7% participam versus 17, 3% que declaram não participar) e com predominância daqueles que já tem mais de 5 anos de militância.

Embora não seja objetivo desta pesquisa traçar um perfil dos participantes do MOVA-SP, acredito que estes dados podem fornecer um quadro de caracterização inicial de quem foram os protagonistas da realização daquele projeto.

Cabe agora passar a uma descrição dos seus antecedentes históricos.

2. Antecedentes: um pouco da história

É importante destacar que a presença de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação no início da gestão da prefeita Luiza Erundina foi fator importante na geração de expectativas entre os Movimentos Populares da criação de um projeto de envergadura no campo da educação de jovens e adultos e da participação dos movimentos na sua concepção e execução.

A história de Paulo Freire liga o MOVA às experiências e práticas de alfabetização de adultos do início dos anos 60 ainda que o próprio

Paulo Freire sempre insistisse de que a criação do MOVA dava-se em um contexto histórico e político radicalmente diferente e que portanto desafiava-nos a recriar aquelas experiências em moldes distintos.

O "Recado de Paulo Freire" na abertura do primeiro caderno do MOVA-SP (1989, p. 2) expressa essa conexão mais remota:

"Só muito dificilmente poderia negar a alegria, mesmo bem comportada, que sinto hoje, como Secretário de Educação da Cidade de São Paulo, enquanto um entre os que pensam e fazem o MOVA. Tantos anos depois de haver coordenado o Plano Nacional de Alfabetização do MEC, em 1963 e que o golpe de Estado frustou em começo de 1964."

Durante o período de ditadura militar a ausência de oferta adequada de escolarização para atender as demandas daqueles que foram excluídos da oportunidade de frequentar a escola regular na idade devida, a deteriorada qualidade e forte controle ideológico exercido pelo governo sobre os raros programas oficiais criados (como foi o caso do MOBRAL[17]), obrigam os movimentos populares que se constituíram naquele período, a assumir a tarefa supletiva de oferta de serviços educacionais que vinha combinada com um forte trabalho de conscientização política.[18]

Assim é que na década de 70 criaram-se na cidade de São Paulo diversos núcleos de desenvolvimento de programas de educação de jovens e adultos (alfabetização, suplência - chamada naquele período de "cursos

---

[17] Sobre o MOBRAL ver estudos de Fletcher (1983), Mendonça (1984), Paiva (1981/1982)

[18] Sobre a política de educação de jovens e adultos neste período ver estudos de Haddad (1991), Beisegel (1982) e outros.

de madureza e ensino profissionalizante). Tais atividades eram desenvolvidas através de entidades ligadas principalmente aos setores progressistas da Igreja Católica (que se expressava no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais Operária e de Direitos Humanos), mas também em alguns casos através de grupos ligados às oposições sindicais, clubes de mães, associações de moradores e outras formas associativas de resistência que se desenvolveram nos bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Nestes núcleos o trabalho era desenvolvido em alguns casos por professores, mas sobretudo por militantes políticos e agentes de pastoral com distintas formações profissionais e com heterogênea capacitação pedagógica. A unidade maior residia na compreensão da alfabetização de adultos como importante meio para conscientização política e tinha nas obras de Paulo Freire sua mais importante referência teórica. O trabalho era desenvolvido de modo totalmente voluntário sendo que os custos de manutenção das salas eram assegurados sobretudo através de projetos de financiamento enviados a organizações não-governamentais (notadamente ligadas a Igreja Católica àquela época) de outros países.

No final dos anos 70 o início do processo chamado de "abertura política" foi impulsionado, entre outros fatores, pelo dinamismo assumido pelas lutas sindicais (sobretudo expressas nas mobilizações do ABC paulista, nas atividades das oposições sindicais) e pelas lutas populares por direitos, que tiveram no Movimento contra a Carestia a sua expressão mais pública naquele período. É também o momento em que começam a emergir da clandestinidade várias forças políticas de

esquerda e que passam a se expressar algumas através da Corrente Popular do PMDB (que lança candidaturas próprias ao legislativo já em 1978 na cidade de São Paulo) e outras que iniciam junto com os líderes do movimento sindical do ABC a discussão da criação de um partido político que fosse a expressão daquelas lutas emergentes, o que se concretizará em 1980 com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A emergência destes novos atores sociais e políticos na realidade brasileira foi muito bem sintetizada por Eder Sader (1988) que ao fazer a reconstituição das "experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980" intitula sua obra de "Quando Novos Personagens entram em Cena".

Neste cenário multiplicam-se as práticas educativas desenvolvidas no interior destas organizações populares emergentes e que passam a constituir-se no campo privilegiado de reflexão da Educação Popular. Como parte deste processo, podemos observar a multiplicação nos bairros da cidade de São Paulo de diversas entidades dedicadas às práticas de educação de jovens e adultos, da formação política de lideranças dos movimentos, da produção de recursos pedagógicos em linguagem popular e que de um modo geral se constituíram como pequenas instituições de assessoria intituladas de Centros de Educação Popular sempre vinculadas a alguma organização do movimento popular ou da Igreja Católica.

No início dos anos 80 esse movimento de educação popular expande-se fortemente na zona leste da cidade de São Paulo e com intensidade menor em outras regiões da cidade. É importante resgatar

que é também neste período que surge na Zona Leste (sobretudo na região de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo), importante mobilização popular por educação iniciada a partir de uma luta contra a abusiva cobrança obrigatória que se fazia em diversas escolas públicas da região de uma taxa da APM - Associação de Pais e Mestres.

Várias reuniões são realizadas na Igreja de São Miguel Paulista com participação majoritária de mulheres, para protestar contra a cobrança obrigatória daquela taxa. Esse movimento amplia-se para uma discussão sobre a crise da oferta de vagas nas escolas públicas da região o que foi demonstrado através de um mini-censo realizado pelos próprios participantes do movimento. Este denomina-se então Movimento de Educação da Zona Leste que passa a discutir e apresentar propostas, visando a democratização do acesso à escola pública e a melhoria da qualidade de ensino voltada para o atendimento das necessidades e características específicas daquela população.[19] É importante resgatar esse elemento da história do Movimento de Educação da Zona Leste, pois nele pode estar a explicação do fato de que foram justamente as entidades e movimentos daquela região que exerceram maior poder de pressão e que tomaram a frente na apresentação de uma proposta à Secretaria Municipal de Educação em 1989 para a criação de um projeto de alfabetização de jovens e adultos em parceria com os Movimentos Populares.

---

[19] Sobre o Movimento de Educação da Zona Leste ver estudos de Sposito (1993), Ribeiro (1986).

A crise econômica dos anos 80 que se abateu fortemente sobre o nosso País e que atingiu particularmente as classes populares teve entre outras conseqüências, forte impacto sobre a sustentação dos trabalhos de educação popular de um modo geral e das práticas de educação de jovens e adultos de um modo particular. Houve uma diminuição relativa da expansão que vinha ocorrendo na abertura de núcleos de alfabetização de jovens e adultos e as entidades que continuaram dedicando-se a esse tipo de trabalho tiveram que buscar outras fontes de financiamento pois já não era mais possível sustentar o trabalho dos educadores de modo totalmente voluntário. É neste contexto, que diversas entidades buscam a parceria da Fundação Educar (organismo federal ligado ao Ministério da Educação e Cultura) e que abre alguns projetos de financiamento para experiências desenvolvidas por organizações da sociedade civil.

Cabe ressalvar que outro fator responsável pela diminuição relativa das práticas de educação de jovens e adultos no interior dos Movimentos Populares deve-se ao fato de que por força também de forte crise econômica e recessiva, estes tiveram que deslocar suas ações para o campo das lutas ligadas diretamente às estratégias de sobrevivência das classes populares (lutas contra o desemprego, contra a carestia, pela ampliação do atendimento à saúde ,pela moradia, pelo transporte etc.)

Assim é que no final dos anos 80 as entidades dos movimentos populares que se dedicavam ao trabalho de alfabetização e pós-alfabetização na cidade de São Paulo viviam sérias dificuldades para o prosseguimento do seu trabalho, devido ao agravamento da crise econômica do país e ao cancelamento de diversos projetos que se

desenvolviam com recursos da Fundação Educar. No final do Governo Sarney esta foi praticamente extinta pela canalização da maioria dos seus recursos para outras finalidades.

Do ponto de vista do atendimento público, a Prefeitura de São Paulo, ainda por ocasião da existência do MOBRAL, havia rompido seu convênio e criado um programa próprio da cidade de São Paulo intitulado EDA (Educação de Jovens e Adultos) e que se localizava na esfera da Secretaria Municipal do Bem Estar Social simbolizando a compreensão do analfabetismo como uma questão de emergência e carência social. O atendimento oferecido pelo programa oficial (EDA) era não só insuficiente do ponto de vista quantitativa como também, no seu conjunto inadequado à realidade dos seus usuários e conformado a partir de práticas metodológicas conservadoras e pouco flexíveis. Algumas exceções a este quadro ocorriam em regiões onde o programa era coordenado por supervisores e executado por monitores com vínculos mais orgânicos com a comunidade local e em alguns casos até com os movimentos e organizações populares da região.

Resumindo esta breve trajetória traçada anteriormente podemos afirmar que o movimento popular organizado vem historicamente exercendo importante papel na luta por serviços educacionais em quantidade e qualidade suficientes para atender a demanda das populações, especialmente daquelas que vem sendo "excluídas" da possibilidade de acesso e permanência no sistema regular de ensino. Nesta luta, as experiências educativas desenvolvidas pelos movimentos populares além de se constituírem em possibilidade efetiva para muitos

jovens e adultos trabalhadores de acesso a escolarização, criaram em muitos casos práticas pedagógicas bastante consistentes e mais coerentes com a realidade vivida e o universo simbólico destas populações.[20]

Neste contexto, com a posse de uma administração democrática e popular na cidade de São Paulo, a partir do início de 1989, um grupo de educadores ligados ao movimento popular procurou a Secretaria para propor a construção de um projeto educativo caracterizado por uma relação de parceria entre o governo através da Secretaria Municipal de Educação e os Movimentos Populares, através de grupos já organizados que trabalhavam com educação de jovens e adultos.

No estudo dos documentos sobre o histórico do MOVA-SP três fatores são apontados como responsáveis pelo surgimento do projeto MOVA-SP na administração da Prefeita Luiza Erundina:

a) as expectativas nacionais e internacionais geradas com a indicação de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação sobre qual diretriz seria adotada em relação a alfabetização de jovens e adultos na cidade de São Paulo.

b) Outro fator que exerceu influência foi a decretação do Ano Internacional da Alfabetização, feita pela UNESCO, celebrado em 1990. Isto teve como conseqüência uma expectativa ainda maior sobre qual seria a resposta da gestão petista do Município de São Paulo, em relação

---

[20] Sobre o tema ver estudos de Beisegel (1982), Sposito (1993), Malta Campos (1991), Gohn (1989).

a luta internacional contra o analfabetismo, sobretudo em função da presença de Paulo Freire a frente da Secretaria Municipal da Educação.

c) Um terceiro fator (a meu ver decisivo) para a criação do projeto MOVA-SP foi o de que já existiam na cidade, movimentos populares organizados que já vinham desenvolvendo trabalhos de alfabetização de jovens e adultos e que tomam a iniciativa de procurar a Secretaria para buscar apoio à continuidade dos seus projetos, e para propor uma relação de "parceria" na construção de um "grande projeto" na área de alfabetização de jovens e adultos.

3. A proposta de "parceria" entre movimentos e entidades populares e a administração municipal

A proposta de "parceria" entre entidades populares e o governo municipal, na concepção e durante todo o desenvolvimento do projeto, parece ser a característica inovadora mais importante do projeto MOVA-SP. Pode-se afirmar de modo genérico que ela é a resultante de uma vontade política da equipe que com Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação (e que trazia a idéia de que era necessário criar um projeto junto aos movimentos populares, para além dos limites do programa oficial da Prefeitura) e de uma grande expectativa criada entre os movimentos populares já existentes na cidade de um apoio direto do novo governo ao seu trabalho e da possibilidade de criarem juntos "um

grande projeto" para enfrentar a questão do analfabetismo na cidade de São Paulo.

No esforço de recuperação histórica deste processo pude identificar três momentos que correspondem aos principais desafios colocados para os atores envolvidos. Passo então a descrever cada um destes momentos, lembrando que se constituem em etapas de um mesmo processo e que, portanto, não podem ser entendidos de modo estanque.

3.A- Primeiro Momento - A Construção do Projeto (1989)

Neste primeiro momento a **construção do projeto** foi a marca da relação de parceria. Tal construção envolvia várias ações concatenadas como pode-se observar a partir da reconstituição dos diversos documentos e depoimentos sobre esta etapa:

a) Iniciativa da SME de fazer contato e abrir um amplo processo de debate com os movimentos populares já organizados na cidade e que se dedicavam ao trabalho de alfabetização.

b) Pressão destes movimentos junto a Secretaria para uma liberação de recursos face as dificuldades que viviam e, ao mesmo tempo, cobrar a discussão de "um grande projeto" junto com os movimentos.

c) SME não dispondo de recursos num primeiro momento propõe aos movimentos a discussão de um projeto conjunto e a busca de outras parcerias para o financiamento (ex.: UNESCO).

d) SME amplia a discussão e convoca o I Simpósio Municipal de debate da política de Educação de Jovens e Adultos realizado em 01/04/89.

e) Movimentos e entidades populares resolvem articular-se e constituem o Fórum Municipal dos Movimentos de Alfabetização da cidade de São Paulo.

f) Equipe Técnica da Secretaria define melhor os termos de um projeto em conjunto com os movimentos. Para tal recorre-se a subsídios de experiências significativas realizadas no Brasil e em outros países da América Latina (Ex: Projeto da Baixada Fluminense, Campanha "Monsenhor Proanho" no Equador, Cruzada Nacional de Alfabetização na Nicarágua e outros) e ouvem-se especialistas de reconhecida trajetória no campo da alfabetização de jovens e adultos (Sérgio Haddad (CEDI), Maria Aparecida Romano (CEPIS), Vera e José Carlos Barreto (VEREDA), Luis Eduardo Vanderley (PUC), Sílvia Manfredi (UNICAMP), Celso Beisegel (USP), Marcos Arruda (PACS-RJ), Oscar Jara (ALFORJA) e diversos outros que muito contribuíram com suas observações e sugestões críticas).

g) Grupo de trabalho misto (técnicos da SME e representantes dos movimentos fazem esforço intensivo de definição da "cara do projeto", das suas linhas de funcionamento e dos princípios político-pedagógicos que lhe serviram de embasamento.

h) Internamente à Secretaria define-se que o projeto MOVA-SP estaria articulado a duas outras frentes de atuação com relação a

educação de jovens e adultos: o programa EDA (que formalmente passava à responsabilidade da SME) e o programa de alfabetização para o funcionalismo público municipal a ser criado mediante convênios com outras secretarias e órgãos da administração municipal interessados.

i) O projeto é lançado publicamente obtendo novas adesões, aliados e com repercussão na imprensa.

j) O projeto é oficializado mediante decreto da Prefeita que possibilitava a celebração de convênios com entidades populares e toma-se a decisão no âmbito da SME de que tratava-se de projeto especial e que deveria ficar sob responsabilidade direta do Gabinete da Secretaria.

k) Os primeiros convênios são assinados possibilitando a transferência de recursos para as entidades populares e são iniciados os primeiros cursos de capacitação de monitores e supervisores das entidades.

O acúmulo de discussão e de definições conseguido na discussão entre a SME e as entidades populares durante o ano de 1989 está sintetizado em dois documentos básicos.

O primeiro deles é o caderno nº 1 do MOVA (1989 p. 09 a 12) onde se apresenta o projeto, suas características, objetivos, critérios de participação e forma de ingresso. Deste documento destacamos as seguintes passagens mais importantes:

"O ***MOVA-SP consiste no projeto que prevê a celebração de um convênio entre SME e Movimentos Populares que já desenvolvem ou que venham a desenvolver experiências de alfabetização e pós-alfabetização.***

... O que se pretende é um trabalho conjunto da SME com estes grupos, respeitando a sua autonomia política.

O MOVA-SP é pois a ação conjunta de movimentos populares e da SME, buscando-se a viabilização de projetos populares de alfabetização de jovens e adultos.

Através do Convênio, a SME, se propõe a cumprir três funções:

1º Apoiar financeira e materialmente os grupos populares.

2º Criar novos núcleos de alfabetização nas áreas onde os movimentos populares ainda não assumem essa tarefa.

3º Garantir a orientação político-pedagógica e a formação permanente dos educadores populares através de encontros sistematizados entre educadores dos movimentos populares e assessores pedagógicas da SME

Enquanto parceiros no projeto, os educadores dos movimentos populares serão selecionados, sobretudo por seu compromisso político com a tarefa do projeto e sua disposição para a capacitação pedagógica coletiva.

A proposta político-pedagógica do MOVA deve ser assegurada. Deve ser construida, discutida, assumida pelos educadores e coerentemente concretizada ao nível do trabalho cotidiano com os grupos populares de alfabetização e pós alfabetização. A SME expedirá os certificados de conclusão da primeira fase da alfabetização e da pós-alfabetização".

Sobre o objetivo geral do MOVA-SP afirma o documento acima citado:

"Possibilitar ao educando jovem e adulto o processo construtivo de ampliação do próprio conhecimento, através da intervenção sistemática do educador e da vivência com os colegas, numa relação dialógica.

Isto implica o acesso a níveis cada vez mais elaborados do saber discursar, saber ler, saber escrever, teorizar, contar, resolver situações matemáticas vivenciais, pesquisar as informações técnico-científicas indispensáveis a compreensão do ser humano e da realidade social. É essencial que esse saber fundamental esteja voltado para a leitura crítica do mundo, e para a apropriação e criação de conhecimentos que melhor capacitem o sujeito à ação transformadora sobre a realidade social.

O MOVA-SP é parte de uma estratégia de ação cultural voltada para o resgate da cidadania e da identidade histórica dos trabalhadores, contribuindo para a constituição de uma alternativa democrática e popular em nosso país".

Sobre a proposta pedagógica e metodológica observamos a seguinte referência no item intitulado: *"Campo de pesquisa e criatividade"* retirado do mesmo documento:

"A proposta pedagógica está pois orientada por uma síntese teórica que articula as dimensões política, humana e técnico-científica da Educação. Sendo assim, na formulação dos princípios e diretrizes metodológicas não poderão faltar os subsídios da Educação Libertadora, do modelo CONSTRUTIVISTA - interacionista do conhecimento e dos modernos estudos sobre a linguagem.

O MOVA-SP se constituirá num campo de pesquisa e criatividade".

Sobre os critérios e formas de participação dos grupos e entidades populares propõe o referido documento no item intitulado *"Como Participar do Mova-SP"*:

"Primeiro O Grupo Popular de Alfabetização e Pós-Alfabetização que pretende integrar-se ao MOVA-SP deverá estar comprometido com uma

proposta de alfabetização voltada para o fortalecimento do Movimento Popular;

2º O Grupo Popular de Alfabetização e Pós-Alfabetização que pretende integrar-se ao MOVA-SP deverá inicialmente constituir-se numa Entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, ou estar ligado a Entidades desta natureza;

3º A Entidade deverá ter representação no "Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de adultos da cidade de São Paulo".

O Fórum foi criado a partir de uma decisão tirada do Simpósio de Educação de Adultos, organizado pela SME de São Paulo, em 01/abril/1989.

O Fórum, enquanto organização dos movimentos populares, reúne-se semanalmente na sede do MOVA-SP, na SME, na Av. Paulista nº 2198 - 10º andar para debater questões relativas à construção e funcionamento do MOVA-SP;

4º Para que a entidade se integre ao MOVA-SP deverá atender a critérios mínimos a saber:

- Já desenvolver, ou pretender iniciar trabalhos de alfabetização e pós-alfabetização com grupos populares, sem fins lucrativos;

- que os trabalhos se desenvolvam dentro da concepção político-pedagógica libertadora;

- que os educadores tenham o domínio da leitura e da escrita;

- que os educadores populares se comprometam a participar do processo de formação permanente junto ao coletivo dos educadores do projeto MOVA-SP".

O segundo documento básico deste período expressa o acúmulo de discussão dos movimentos populares sobre como deveria ser sua participação na construção da parceria com a SME O documento é

datado de 12/10/1989 e enuncia os princípios definidos até então pelos movimentos sobre como devera se dar tal seleção de parceria.

Apresentamos a seguir sua forma definitiva que só foi aprovada em 03/9/90 pelo Fórum Geral sob o título de "*Carta de Princípios*":

> ***"1. Parceria efetiva entre a Secretaria Municipal de Educação e o Fórum dos Movimentos de Alfabetização na composição do MOVA.***
>
> ***2. A linha política - pedagógica do MOVA será objeto de elaboração conjunta pela Secretaria Municipal de Educação e pelos Movimentos, resguardada a estes últimos a liberdade de adequarem tais propostas em sua realidade específica. O mesmo se aplica à elaboração e utilização de material didático, pedagógico e metodológico.***
>
> ***3. Liberdade para que os Movimentos escolham seus monitores e Supervisores, de tal modo que sejam preservados os princípios centrais do projeto político-pedagógico estabelecido em conjunto pelos Movimentos e pela Secretaria Municipal de Educação. Eventuais casos que se choquem frontalmente com tais princípios serão objeto de parecer por parte da Secretaria Municipal de Educação, quando dos cursos de Capacitação, pareceres estes que serão encaminhados às Entidades em questão para sua auto-avaliação e decisão final.***
>
> ***4. Dentro da linha política-pedagógica estabelecida em conjunto pela Secretaria Municipal de Educação e pelos Movimentos, assegura-se a autonomia aos movimentos quanto à realização de debates, programas de formação específicos e atividades paralelas.***
>
> ***5. Parceria também na formação dos monitores: os movimentos desejam participar ativamente com o corpo e com a cabeça na formação de seus monitores, e desejam portanto, que seja criado mecanismo de***

parceria com a SME, para os trabalhos pedagógicos de formação de monitores.

6. Os Movimentos desejam independência da atual administração, tendo em vista sua compreensão de que o MOVA nasce na atual gestão mas que deverá existir e crescer independentemente a ela.

7. Há o desejo de ampliação e generalização do trabalho de educação, e para isto entendem os movimentos ser fundamental o intercâmbio entre os movimentos de alfabetização e entre estes e os demais movimentos populares".

3.B- Segundo Momento - Implementando o projeto (1990-1991)

Neste segundo momento assistimos a uma ampliação progressiva da implantação dos núcleos. O projeto se iniciou em janeiro de 1990 junto a 14 entidades que já desenvolviam trabalhos na área da alfabetização. Este crescimento pode ser medido pelos seguintes dados extraídos de relatórios da SME:

outubro 1990	62 entidades	626 núcleos
outubro 1991	71 entidades	837 núcleos

A proposta de "parceria" construída ao longo de 1989 formalizou-se através de 3 instrumentos básicos:

a) Termo de Convênio - celebrado entre a SME e a entidade popular em que se estipulam as responsabilidades das partes, o valor e o procedimento de transferência dos recursos da SME para a entidade conveniada.

b) Apresentação do projeto - por parte de cada entidade como condição necessária para a celebração do convênio incluindo histórico, objetivos, concepção político-pedagógica e um plano dos núcleos a serem implantados.

c) Relatórios de prestação de contas - onde se faz uma descrição e avaliação das atividades efetivamente desenvolvidas e a prestação de contas dos gastos da verba recebida.

Outro aspecto importante da estruturação da relação de parceria refere-se a definição de atribuições das diversas instâncias de deliberação do projeto. A primeira definição importante foi a distinção entre o **Fórum dos Movimentos de Alfabetização da Cidade de São Paulo** (ou Fórum Geral dos Movimentos) enquanto organização autônoma e independente dos movimentos e suas entidades e o **Fórum MOVA** enquanto espaço de discussão e deliberação conjunta entre as entidades populares e a SME.

O segundo passo importante foi o processo de regionalização dos Fóruns que teve como objetivo aproximar melhor a fase de implantação às características e identidades regionais dos movimentos e da realidade local, assim supondo-se também uma melhor adequação da prática pedagógica à identidade sócio-cultural de cada região. O Fórum Geral

ficou sub-dividido em 6 **Fóruns Regionais** a saber: Região Centro, Região Oeste, Região Leste I, Região Leste II, Região Norte, Região Sudeste e Região Sul.[21]

Também vale destacar na construção desta parceria a importância atribuida a uma definição clara das atribuições da SME que, além de repassar os recursos necessários a viabilização do trabalho das entidades populares, assumiu um conjunto de responsabilidades no sentido de criar as melhores condições possíveis para o bom desenvolvimento do projeto. Suas atribuições iam desde o controle sobre o efetivo funcionamento dos núcleos conforme as normas estabelecidas no termo do convênio, passando por toda uma série de ações no sentido de assegurar orientação pedagógica adequada ao projeto, até a montagem de uma infra-estrutura de documentação de pesquisa que proporcionasse os dados necessários para a avaliação do projeto.[22]

Outra importante definição da relação de parceria ocorreu com respeito ao processo de formação dos monitores e supervisores do MOVA-SP. Também neste plano ainda que a responsabilidade fundamental coubesse a equipe técnica da SME, conforme estabelecido na definição de atribuições, houve desde o início, reinvindicação e participação efetiva

---

[21] Para um melhor detalhamento das atribuições dos Fóruns ver anexo 4 ítem A.

[22] Para um conhecimento mais detalhado da definição das atribuições da SME ver anexo 4 - itens B, C e D.

dos movimentos na elaboração da proposta de formação e mais adiante inclusive uma atuação direta conjunta no curso de formação inicial.[23]

Importantes ferramentas para esta etapa de implementação foram os cadernos nº 2 e 3 editados pela equipe de coordenação do MOVA no ano de 1990 e que explicitam a concepção político-pedagógica do projeto e as reflexões sobre o processo metodológico de alfabetização.

No caderno de nº 2 do MOVA (1990) destacamos o conceito de alfabetização e a conclusão onde se sintetizam as referências político-pedagógicas que orientam o projeto.

Com relação ao **conceito de alfabetização** enuncia-se da seguinte maneira (p. 15):

"Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente a sociedade global"... "A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica" ... "Os educadores do projeto MOVA-SP se lançam ao risco dessa bonita e complexa tarefa: a de resgatar a multidimensionalidade da alfabetização, no exercício mesmo dela, no esforço de conquistar níveis cada vez mais avançados de coerência entre os princípios aqui declarados e a sua concretização prática no dia a dia da alfabetização de jovens e adultos dos movimentos populares".

---

[23] Para um conhecimento mais detalhado do sistema de formação de educadores e das tarefas de pesquisa e documentação ver Anexo 4 ítem 5 - Proposta de Ação do MOVA-SP.

Mais adiante no item "*Conclusão*" do documento acima referido encontramos o enunciado das principais referências Teóricas que orientam a concepção político-pedagógica do projeto. Vejamos(p.16):

"Neste processo de pensar a alfabetização que queremos no projeto MOVA-SP vem sendo importante clarificar nessas concepções fundamentais e ressaltar como integramos em nossa síntese atual a tríplice contribuição teórica:

1 - Da concepção de "Educação Libertadora", alicerçada num projeto histórico",

2 - Do modelo construtivista - interacionista da alfabetização, alicerçado numa teoria de conhecimento e numa concepção geral de metodologia do conhecimento;

3 - Dos estudos científicos da linguagem, ou seja, a linguística moderna e a sua relação com o ensino de Língua Portuguesa.

São muitos os autores que marcam presença em nossa construção de princípios:

Gramsci, Vygotsky, Paulo Freire e demais pensadores dialéticos;

Emélia Ferreiro e demais estudiosos da linguagem, em especial a Sócio-Lingüística, Pisco-Lingüística e a Análise do Discurso:

E também todos aqueles autores nacionais e estrangeiros que publicam relatos de sua prática pedagógica fundamentada em princípios educacionais iguais ou compatíveis com os nosso".

Já no caderno nº 3 do MOVA (1990) encontramos na sua abertura uma importante passagem sobre a proposta político-pedagógica que se pretendia desenvolver nas palavras de Paulo Freire (p. 3): [24]

"O projeto político-pedagógico que estamos articulando pretende, em última instância, que partindo de uma primeira leitura do mundo, meninos e meninas, homens e mulheres, façam a leitura do texto, refaçam a leitura do mundo e tomem a palavra".

Também o Ano Internacional da Alfabetização em 1990 instituído pela UNESCO constituiu fator dinamizador da ampliação do universo de reflexão sobre as implicações do projeto MOVA-SP, na discussão mais global do problema do analfabetismo e um fator catalizador de importantes eventos como foram o Congresso Brasileiro de Alfabetização realizado em São Paulo em setembro de 1990 e o I Congresso dos Alfabetizandos da cidade de São Paulo realizado em 16/12/1990 que após amplo processo de preparação reunia cerca de 5.000 jovens e adultos das classes do MOVA e do EDA.

A declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização realizado em São Paulo de 14 a 16 de setembro de 1990, por ocasião do Ano Internacional de Alfabetização, afirma na sua parte introdutória[25]:

---

[24] Para conhecimento mais detalhado da proposta metodológica do MOVA-SP ver anexo 5.

[25] A íntegra da declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização pode ser encontrada na publicação MOVA (1992) - Construíndo o Cíclo de Ensino Fundamental I - p.24-26.

"Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo".

"Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação a situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas do governo e os segmentos organizados da sociedade civil estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos (o grifo é nosso)".

"Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de decisão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação (o grifo é nosso)".

Já o I Congresso dos Alfabetizandos da cidade de São Paulo realizado em 16/12/1990 foi precedido de amplo processo de preparação a partir de um questionário "*OUVINDO O ALFABETIZANDO ADULTO*" que considerava basicamente os seguintes aspectos: histórico, sócio-econômico, afetivo; situação atual do alfabetizando a respeito de ler, escrever e ser sujeito de sua realidade; expectativas e perspectivas de participação e alteração desta realidade. Com base nas informações obtidas no questionário elaborou-se um documento base que foi objeto de reflexão em todos os núcleos. Finalmente em 16/12/90 realizou-se o evento final do Congresso onde além dos 5.000 jovens e adultos participaram educadores e educadoras do Brasil e de outros países da América Latina que a partir de uma breve saudação passaram o dia todo ouvindo os depoimentos e discussões dos alfabetizandos.

A título de ilustração, destaco duas citações relativas a falas de alfabetizandos e que constam do documento de preparação do I Congresso dos Alfabetizandos:

"Mais ou menos a 19 anos atrás eu fiz o círculo de cultura. Não tinha muita diferença deste curso. A moça que ensinava conversava, contava história e fazia com que a gente contasse" (Maria das Graças).

"No Mobral a gente copiava tudo, enchia o caderno. Aqui eu sinto mais responsabilidade e é a gente que faz os livros"(Maria D de Oliveira Silva).

Ainda no esforço de contextualizar a realização do projeto MOVA cabe destacar a formulação de diversas prefeituras acerca das razões do seu compromisso com os movimentos populares de alfabetização[26]:

"a) Ao exercitarem práticas educativas, os movimentos sociais desenvolvem critérios para criticar a escola pública atual e elaboram contribuições para um projeto alternativo e popular de educação;

b) A organização de movimentos sociais dedicados à educação incentiva a participação popular na gestão da escola pública;

c) As práticas de educação de adultos fortalecem o movimento popular e auxiliam na construção do sujeito histórico que promove, hoje e no futuro, as mudanças sociais e a democratização do Estado.

O apoio material e pedagógico das prefeituras aos grupos populares que promovem educação de adultos deve ocorrer sob duas condições básicas: que esse apoio não implique na desobrigação do dever que a administração

---

[26] Este texto intitulado *"Relações das Prefeituras com os Movimentos Populares de Alfabetização" (p.17-18)* é parte de um esforço mais abrangente de sistematização das políticas desenvolvidas por diversas prefeituras e cujas conclusões podem ser encontradas na publicação CEDI - Fórum de Políticas Municipais de Educação de Jovens e Adultos (1990)

municipal tem de oferecer a educação de adultos pública e de qualidade, e que ele seja dado em condições que respeitem e preservem a autonomia política e pedagógica dos grupos populares".

Finalizando a descrição deste segundo momento da construção da proposta de parceria, gostaria de destacar os dois eventos que sintetizam o debate ocorrido nos movimentos e entidades populares no ano de 1991 e que considero de vital importância para os propósitos deste estudo na medida em que nos fornecem indicadores da percepção e avaliação dos movimentos sobre a relação de parceria que se estabeleceu desde o início da construção do projeto.

O primeiro foi denominado *"Primeiro Encontro dos Movimentos Populares de Alfabetização da cidade de São Paulo"* e foi realizado na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 17/03/91. No documento que sintetiza suas conclusões[27] podemos verificar que a questão da pós-alfabetização reivindicada pelos movimentos como continuidade da parceria e a emissão de certificados para os participantes do MOVA são os dois itens principais da agenda dos movimentos aquela altura.

O 2º evento sob a denominação "*Seminário Estado e Movimento Popular* " realizado em 10/11/91 promovido pela equipe da SME e pelo Fórum dos Movimentos teve como objetivo, conforme seu documento de

---

[27] A íntegra do documentos de conclusões deste I Encontro de Movimentos Populares de Alfabetização consta do anexo 6.

conclusões[28]: "aprofundarem um pouco mais as suas reflexões sobre a parceria e suas implicações, no que diz respeito, a especificidade, a autonomia e independência política tanto do movimento popular de alfabetização como da SME, bem como a contínua dinâmica de construção do MOVA-SP.

3.C- Terceiro Momento - Institucionalizando o projeto e discutindo perspectivas (1992)

Um primeiro aspecto a destacar deste momento que definimos como de "institucionalização" do projeto MOVA-SP é o esforço proposto nos documentos oficiais da SME de integrá-lo mais ao EDA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), às instâncias regionais da SME que eram os NAEs (Núcleos de Ação Educativo) assim como dotá-lo de melhor estrutura material e humana para o seu desenvolvimento.[29]

Um segundo aspecto a destacar é que a reivindicação dos movimentos de que se construísse em parceria a proposta de pós-alfabetização e de que a SME oferecesse certificados aos alunos que concluíssem o MOVA acabou provocando uma discussão mais ampla do projeto, uma síntese pedagógica do trabalho desenvolvido e que

---

[28] A transcrição dos elementos mais significativos deste evento está no documento *"Relatório do Seminário Estado e Movimento Popular - constatações - propostas e questões"* que consta do Anexo 7.

[29] Isto está expresso no documento SME (1992: *"Construindo a Educação Pública e Popular" - Ano 4 - Diretrizes e Prioridades para 1992 - Ver Anexo 8.*

desembocou no final de 1991 na construção do chamado Projeto Ensino Fundamental I, a partir de um trabalho de uma comissão conjunta de representantes dos movimentos populares e das equipes centrais do EDA e do MOVA.[30]

Finalizando a descrição da relação de "parceria" construida entre movimentos e entidades populares no período (1989-1992) no projeto MOVA-SP apresentaremos alguns dados do relatório de pesquisa Avaliação do MOVA-SP (dezembro/92) referentes a uma avaliação dos alfabetizandos sobre a continuidade do projeto MOVA-SP.[31] Pode-se observar que a maioria absoluta (95,53%) dos usuários era favorável a que o MOVA tivesse continuidade. Entre as razões apontadas aparecem com maior incidência, uma compreensão de que muitas outras pessoas precisam daquele serviço (71,63%) e também de que o MOVA abre novas oportunidades de escolarização (60,61%) e ajuda conseguir emprego (36,91%). Entre as possíveis razões pelas quais ele não devesse continuar destacam-se a má organização (50%) e o estudo fraco logo a seguir (25%).

Cabe ainda assinalar que na documentação disponível, tanto do movimento como da equipe técnica do MOVA-SP, não há registro de discussões mais aprofundadas sobre cenários possíveis diante das eleições municipais de 1992 e de alternativas para continuidade do MOVA-SP.

---

[30] O resultado deste trabalho foi apresentado publicamente pela SME em 1992 no documento *"Construindo o Ciclo de Ensino Fundamental I"* - Ver Anexo 9.

[31] Os dados completos constam do Anexo 3.3 - Dados de Caracterização do Produto que fazem parte do Relatório de Pesquisa - Avaliação do MOVA-SP (dezembro/1992).

Passemos agora a uma descrição mais detalhada sobre o MOVA-SP a nível do Fórum Regional Leste II que se constitui no âmbito mais específico desta investigação.

4 - O Fórum Regional Leste II

4.1- Histórico

O Fórum Regional Leste II tinha 13 entidades conveniadas com o projeto MOVA-SP, segundo dados de junho de 1992 da SME[32] Para se ter uma idéia melhor do peso daquelas entidades no conjunto do projeto vale citar alguns dados.

De acordo com os dados constantes da publicação MOVA (1992 p. 22) é a seguinte a distribuição dos alunos do MOVA-SP por região em junho 1992.

Região Norte	1.838 alunos
Região Sudeste	907
Região Centro-Oeste	1.750
Região Sul	6.240
Região Leste I	1.756
Região Leste II	6.275

[32] Relação completa das entidades conveniadas em toda cidade de São Paulo consta da publicação MOVA (1992) sob o título *"Construindo o Ciclo Ensino Fundamental I"* - p. 23.

De acordo com dados da publicação MOVA (dez. 1992) era a seguinte a distribuição geográfica do número de núcleos em funcionamento em junho de 92:

Região Norte	96 núcleos
Região Sudeste	86
Região Centro-Oeste	47
Região Sul	95
Região Leste I	268
Região Leste II	304

A história dos movimentos de alfabetização da Região Leste articula-se com a do Movimento de Educação da Zona Leste e com as práticas de educação popular que se iniciaram nos anos 70, sobretudo em setores ligados a Igreja Católica e que deram origem a diversos movimentos populares (saúde, moradia, mulheres, creches etc) e a constituição de diversas organizações de apoio conhecidas como Centros de Comunicação e Educação Popular na região.

Em documento do "Movimento de Alfabetização da Zona Leste II" podemos constatar a articulação entre o surgimento deste movimento e as lutas do Movimento de Educação da Zona Leste:

"Surgiu em 1980, a partir da luta de mães da região, contra a abusiva e obrigatória cobrança das taxas das APMs, que são Associações de Pais e Mestres organizadas oficialmente pelo Estado, que dificultava (e dificultava de acordo com relatos da população) o acesso ao Ensino Público dos segmentos mais empobrecidos da população. O Movimento de Educação da Zona Leste, desde então, tem se mobilizado em torno de várias

reivindicações, que expressam a precariedade do ensino público oferecido nesta região da capital paulista... Mobilizando a população, elaborando suas reivindicações, denunciando e exigindo respostas das Secretarias de Educação, o Movimento conquistou mais escolas de 1º grau para a região, a ampliação dos cursos de 2º grau e da rede de educação infantil, além de incluir na responsabilidade do Estado a educação básica de jovens e adultos expulsos do sistema regular, através da abertura de cursos supletivos.

Inserido numa região, cuja população já ultrapassa os 3 milhões de habitantes, na maioria trabalhadores, onde o índice de analfabetismo chega a ultrapassar a 30% e as iniciativas oficiais são dispersas e aquém do que seria necessário para atender a demanda, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo, o Movimento decidiu intervir e lançar um novo desafio à sua trajetória, passando do âmbito exclusivamente reivindicatório para o âmbito do fazer educacional.

Em julho de 1986, foram estabelecidos os primeiros contatos com a Fundação Educar e efetivas negociações no sentido de lançar as condições essenciais para o surgimento do Movimento de Alfabetização de Adultos da Zona Leste II".

Já na edição especial do jornal "Grita Povo" (19/10/90 - p. 3) destacamos no artigo de Rosinaldo Antonio Milane (do Centro de Educação da Zona Leste) a seguinte referência ao histórico do trabalho de alfabetização naquela região:

"Em determinado momento da caminhada de lutas na Zona Leste surge a preocupação de se buscar soluções para um dos problemas mais graves deste povo: o analfabetismo. Surge, então, no início de 1987, o Movimento de Alfabetização da Zona Leste II e, logo em seguida, o trabalho de alfabetização coordenado pelo CEMI (Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel) no ano de 1985. Com o surgimento destas

iniciativas, começava-se à dar atenção especial à questão da alfabetização como instrumento de luta à serviço da construção de uma nova sociedade, utilizando-se do Método Paulo Freire. Inicialmente o governo federal, através da Fundação Educar financiava os custos deste trabalho, mas gradativamente foi sendo dificultado o envio de verbas a esses movimentos penalizando a todos que participavam dessas organizações.

Foi então que, depois de muita luta por parte de vários grupos de alfabetização espalhados na cidade de São Paulo e da vontade política da administração Luiza Erundina e do Secretário de Educação Paulo Freire, se estabelece definitivamente o MOVA -SP..."

O Fórum Regional Leste II foi fundado em 4 de janeiro de 1990 e realizava reuniões semanais todas as 3ªs feiras a partir das 17:00 hs em São Miguel Paulista. De acordo com carta de 26/03/1991:

"Desde sua fundação este Fórum promove a participação organizada dos movimentos de alfabetização da região, sendo também o canal de comunicação entre estes movimentos e demais instâncias, garantindo, assim, as informações necessárias para a participação no MOVA como um todo".

No ano de 1990 o Fórum Regional dedicou-se a todo o trabalho de implantação e estruturação do MOVA em região. Há num primeiro instante uma intensa cobrança junto a SME no sentido da agilização na liberação de recursos, de um maior apoio dos NAEs (Núcleos de Ação Educativa) especialmente na liberação de salas de escolas para utilização pelos núcleos do MOVA e de explicações para as mudanças ocorridas na coordenação e equipe técnica do projeto.

Também o Ano Internacional da Alfabetização em 1990 foi bastante trabalhado na região com atos comunitários, uma pesquisa sobre o perfil dos educadores e educandos da região e que foi publicada em suplemento especial do jornal "Grita Povo".

Neste período (1990-1991) nota-se, por meio de consulta ao caderno das atas de reuniões do Fórum, que há toda uma preocupação e alguns embates no sentido de assegurar a representatividade das pessoas que participavam das reuniões e de garantir o perfil de entidades populares bem como a seriedade no trabalho de alfabetização na discussão dos projetos apresentados ao Fórum para obtenção do convênio com a SME É o momento em que a nível da cidade, define-se claramente um fluxograma de como se dava a relação entre as entidades e a SME no convênio MOVA-SP.[33]

No ano de 1991 pode-se observar uma preocupação do Fórum no sentido de avaliar o trabalho dos supervisores do movimento e sua relação com a equipe técnica da SME Do relatório do I Encontro de Supervisores da Região Leste II realizado em 04/03/91 podemos constatar as seguintes problemáticas discutidas: a idéia de regionalizar as reuniões dos supervisores com a equipe técnica da SME para possibilitarem trabalho mais próximo às necessidades de cada região; proposta de que os supervisores fizessem em parceria com a SME a formação de novos monitores; redução do número de núcleos sob responsabilidade de cada supervisor (de 10 para 8); dar maior dimensão

---

[33] O Fluxograma aqui referido consta do Anexo 10.

política às reuniões da supervisão com a Secretaria e a reivindicação de que a SME assegurasse a possibilidade dos movimentos desenvolverem o trabalho de pós-alfabetização e garantisse a emissão dos certificados aos que concluíssem o curso.

Ainda em 1991 podemos observar que o Fórum Regional dos Movimentos de Alfabetização de Leste II passa a incluir na sua agenda uma discussão mais ampla a respeito do compromisso também do governo estadual e federal com a erradicação do analfabetismo. Assim é que em 13/08/91 foi realizado um encontro dos Movimentos de Alfabetização da Zona Leste com a seguinte proposta de pauta: 1) discussão do programa de alfabetização do governo federal; 2) compromisso do Governo do Estado com a alfabetização de adultos; 3) encontro com o Secretário Estadual de Educação e representantes do Governo Federal. Também naquele ano por ocasião da realização da Caravana de Movimentos Populares a Brasília em novembro, o Movimento de Educação da Zona Leste elabora documento de análise da situação educacional do País e de reivindicações que incidem sobre o repasse de verbas do governo federal para os municípios e o cumprimento das obrigações constitucionais referentes a educação. O MOVA da Zona Leste teve importante participação na referida caravana de âmbito nacional e que reuniu diversos movimentos populares que através de audiências em distintos Ministérios e no Congresso Nacional apresentaram sua pauta de reivindicações.

O ano de 1992 teve como temas prioritários na agenda do Fórum da Região Leste II a questão de uma avaliação da relação Estado e

Movimentos Populares e da parceria estabelecida no projeto MOVA. Teve bastante ênfase o tema da autonomia e independência dos movimentos e entidades em relação ao Estado, mas isso não chegava a se traduzir em discussões mais concretas de alternativas e cenarios possiveis diante da eleição municipal que se aproximava. Parece que havia uma aposta na continuidade da administração Luiza Erundina.

4.B- Uma Breve Descrição das Entidades Conveniadas

O Fórum Regional Leste II contou com o reconhecimento de 13 entidades que obtiveram a condição de conveniadas no projeto MOVA-SP a saber:

Região Leste II

1 - Ação social Comunitária do Lageado Joilson de Jesus
2 - Associação Casa de Mulher do Jardim São Carlos
3 - Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio das Pedras
4 - Associação dos Moradores do Lageado Guaianases
5 - Associação dos Moradores São José e Adjacências
6 - Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel
7 - Centro de Promoção Social e Educativo
8 - Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista
9 - Centro de Educação da Zona Leste
10 - Clube de Mães Flor do Oriente

11 - Sociedade Amigos do Bairro da Vila Progresso e Adjacências

12 - Igreja Primitiva Deus de Israel

13 - União dos Moradores de Vila Taquari e Adjacências

Passamos a seguir a fazer uma breve caracterização das entidades pertencentes ao Fórum dos Movimentos de Alfabetização da Zona Leste II:

1 - Ação Social Comunitária do Lageado "Joilson de Jesus": entidade que atua na área de Guaianases. Já tinham convênios anteriores com a Prefeitura na área de creches e casas de meninos e meninas. Apresentaram projeto de alfabetização ao Fórum Regional em agosto 91 tendo sido objeto de várias discussões dada a precariedade da sua apresentação. Os núcleos começaram a funcionar somente no ano de 1992.

2 - Associação Casa da Mulher do Jardim São Carlos: esta entidade surge da divisão do Movimento de Alfabetização da Zona Leste II que provocou a separação dos núcleos de alfabetização em duas entidades: Associação Casa da Mulher de Jardim São Carlos e o Centro de Educação da Zona Leste. Após extenso debate sobre distintas compreensões de como se deveria dar a ampliação dos núcleos optou-se pela divisão em 2 grupos com duas entidades correspondentes.

De acordo com o projeto da Associação Casa da Mulher do Jardim São Carlos esta tem por finalidade promover a união de mulheres, a

defesa de seus direitos e interesses de suas associadas, a assistência às mesmas e suas famílias e assistência e promoção social aos moradores do bairro e região... Além dos objetivos e fins da Associação a Diretoria Executiva apresentou como objetivo específico para seu mandato, um "investimento de todos os recursos humanos, físico e materiais para a luta contra o analfabetismo e a favor da Educação Popular".

3 - Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio das Pedras: entidade mais ligada aos movimentos de moradia e que iniciou o trabalho de alfabetização a partir de convênio com o MOVA. Esta associação era a figura jurídica da entidade denominada Central de Entidades Populares (CEP) que reunia as várias associações de mutirão habitacional que se criaram com os programas habitacionais desenvolvidos durante e gestão da prefeita Luiza Erundina e que tem sua origem no Movimento dos sem Terra da Zona Leste surgido em 1084. No projeto apresentado pela CEP aparece no item dos objetivos: "Envolver as lideranças das associações dos mutirões e outras pessoas que participam das nossas formações política nesse processo de alfabetizar e politizar pessoas".

4 - Associação dos Moradores do Lageado Guaianases: entidade mais ligada ao trabalho das Associações de Moradores e que inicia seu convênio após um ano de existência do projeto MOVA. A AMLG surge a partir de práticas reivindicatórias por pavimentação, esgoto etc.; mais tarde passa a desenvolver programas de cursos para crianças ex: cursos de cabanas e artesanato) e a partir do projeto MOVA inicia o trabalho no campo da alfabetização.

5 - Associação dos Moradores São José e Adjacências: situada na região do Itaim Paulista inicia o trabalho de alfabetização com o convênio com o MOVA. No entanto na apresentação e histórico contidos no seu projeto, seu trabalho é apresentado como herança dos trabalhos de educação popular e alfabetização de adultos iniciados em 1980 junto ao setor da Igreja do Itaim Paulista e acompanhados pelo CEPIS. Em 1985 a crise econômica afeta fortemente o trabalho voluntário desenvolvido até então e o que restou na área de alfabetização foi assinalado pelo CEMI - Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista. No período mais recente o trabalho da Associação São José se desenvolveu em forte conexão com o Centro de Educação Popular a Operária do Itaim Paulista (CEPO).

6 - Centro de Educação da Zona Leste: era a entidade jurídica do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Zona Leste II que tem sua origem mais remota no Movimento de Educação do início dos anos 80 e que em 1987 passa a assumir trabalho de alfabetização a partir do apoio da Fundação Educar. Com a crise financeira da Fundação, é na gestão da prefeita Luiza Erundina que o Movimento terá grande expansão. Teve papel destacado na pressão pela criação de um projeto de alfabetização com os movimentos populares e seus líderes deram destacada contribuição na concepção e elaboração do projeto MOVA.

Diante de divergências internas no tocante a implantação e ampliação do projeto, houve uma divisão sendo que uma parte se manteve na entidade Centro de Educação da Zona Leste e a outra passou a trabalhar junto a Associação Casa da Mulher da Jardim São Carlos.

7 - Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI): entidade criada em 1985 diretamente ligada a Diocese de São Miguel Paulista e dedicada a diversos programas no campo da educação popular e comunicação popular junto aos movimentos populares da região. Em 1986 inicia o trabalho de alfabetização com apoio da Fundação Educar e já em 1989 apresenta projeto de convênio com o MOVA. Desenvolveu trabalho de bastante abrangência e teve destacada importância na animação do Fórum Regional Leste II. Na parte dos objetivos do projeto apresentado pelo CEMI destacamos algumas importantes idéias-força: 1) reivindicar o direito democrático do povo a alfabetização e a educação ...; 3) procurar - durante o processo de alfabetização - a criação e desenvolvimento de uma alternativa pedagógica popular, com objetivos, conteúdos e métodos próprios, e inserida no processo de educação popular; 4) integrar as ações de alfabetização aos projetos comunitários e movimentos populares...

8 - Centro de Promoção Social e Educativa (CPS): tem origem em 1988 no Movimento dos Sem Terra sob a denominação de "Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da Vila Central em São Miguel" com objetivo de lutar por habitação e manter trabalhos com as mulheres e crianças carentes e sem amparo. A denominação do "Centro de Promoção Social e Educativo" vem espelhar a extensão do seu trabalho ou campo da educação e alfabetização de jovens e adultos. Não tinham experiência anterior em alfabetização e não chegaram a permanecer no Fórum até o final da parceria com o governo da prefeita Luiza Erundina.

9 - Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista (CECOPI): O CECOPI é uma entidade ligada a programas de educação popular e comunicação popular. Esses trabalhos são anteriores enquanto o trabalho de alfabetização se inicia com o MOVA. Tem forte ligação com o setor da Igreja do Itaim Paulista onde já se desenvolveram trabalhos de alfabetização desde o início dos anos 80. O CECOPI teve destacada participação nas atividades e nas elaborações do Fórum dos Movimentos de Alfabetização da Zona Leste II.

10 - Clube de Mães Flor do Oriente: entidade que só firmou convênio no início de 92 e que é o resultado de divisões ocorridas em outras entidades. O credenciamento do seu projeto foi motivo de forte discussão no Fórum da Leste II devido às resistências da entidade em apresentar um projeto e a problemas de representatividade nas reuniões do Fórum.

11 - Igreja Primitiva Deus de Israel: entidade mais dedicada a um trabalho assistencialista. Surge em meados de 1985 com o nome de Clube de Mães Itituanas I. No projeto apresentado para solicitação de convênio com a SME encontra-se a seguinte descrição: *"Envolvendo condomínios e moradores locais percebemos a grande necessidade de assistirmos famílias carentes. Iniciou-se a luta por benefícios tais como: tickets de leite através de igrejas evangélicas, cestas básicas, roupas e calçados"*. Também o projeto da Igreja Primitiva Deus de Israel elaborado para implantar 5 núcleos (de fato funcionaram 2) foi apresentado apenas em 1992 e sofreu longa discussão no Fórum dada a precariedade da sua apresentação. Devido a crise do Orçamento

Municipal e que afetou as verbas da SME, esta entidade não chegou a assinar convênio.

12 - Sociedade Amigos do Bairro da Vila Progresso e Adjacências: esta entidade apresentou projeto de criação de núcleos e não chegou a assinar convênio devido aos cortes do Orçamento em 1992.

13 - União dos Moradores da Vila Taquari e Adjacências (UMOVITA): entidade com atuação na região de Itaquera e ligada ao trabalho de Associação de Moradores. Foi fundada em 1989 e unindo lideranças comunitárias e diversos movimentos (saúde, transporte, educação etc.) com o objetivo de se tornar um espaço de articulação dos diversos movimentos da região. Iniciaram sua prática de alfabetização a partir do convênio com o MOVA.

5. Situação Atual do MOVA-SP

Encerrada a gestão da Prefeita Luiza Erundina e com a posse do prefeito eleito Paulo Maluf inicia-se o processo de extinção do programa MOVA-SP por parte da nova administração que tem a frente da SME Solom Borges dos Reis.

Como primeira iniciativa o governo municipal recusa-se a ampliar qualquer convênio já existente e comunica que não renovará qualquer convênio ao final do prazo estabelecido.

Diante da dificuldade de qualquer negociação que assegurasse a continuidade do projeto as entidades conveniadas com o apoio de diversos

movimentos populares, sindicais e entidades da sociedade civil convocam um "Ato em Defesa do MOVA" que se realizou em 13/04/93 em frente a SME com a participação de cerca de 2.000 pessoas. Na convocatória do referido ato são apresentadas as seguintes reivindicações:

- respeito a Lei Orçamentária votada pelos vereadores que prevê ampliação do número dos núcleos neste ano de 1993;
- pagamento sem atraso;
- garantia do princípio da formação pedagógica permanente
- garantia de posturas mais democráticas e de diálogo por parte da Secretaria Municipal de Educação
- respeito, por parte do Governo, ao processo de negociação
- garantir a manutenção da supervisão popular.

Diante do impacto provocado pela manifestação o governo municipal resolve distribuir à imprensa um dossiê de acusações ao projeto MOVA-SP. As principais acusações feitas foram: caráter político partidário do projeto que teria beneficiado somente entidades ligadas ao PT; caráter 'político ideológico' dos conteúdos trabalhados e o desvio de recursos públicos por parte de diversas entidades sem o devido controle e fiscalização da Secretaria. Em seguida passa o documento a fazer a denuncia de uma série de irregularidades que teriam sido constatadas pela nova gestão.

O referido dossiê é respondido através de extenso documento elaborado pela equipe técnica anterior, sob o título "Sobre o MOVA-SP" aonde se refutam tanto as acusações gerais através da reafirmação dos princípios de uma educação pública democrática e popular, assim como

se respondem, uma a uma, as denúncias de irregularidades que teriam sido constatadas pela atual gestão. Ao final do documento apresenta-se uma avaliação global de como vinha se processando a relação entre SME e os movimentos e o que estava mudando com a nova orientação que se instalava na gestão municipal:

"A relação entre a equipe técnica da SME e as entidades conveniadas sempre se caracterizou por uma certa tensão natural tendo em vista a natureza dos agentes em questão. No entanto esta tensão nunca chegou as raias do desrespeito ou da confrontação. Em determinados momentos cedeu a SME, em determinados momentos cedeu o Movimento Popular. Arrisco-me a dizer mais, ao longo desta convivência, por conta dos inúmeros pontos de contato e dos objetivos comuns, logrou-se estabelecer uma sadia camaradagem, que não desviou a Secretaria de sua função coordenadora e fiscalizadora, nem o movimento de seu papel reivindicador e autônomo.

Apesar de não conhecermos todos os detalhes dos conflitos ora deflagrados, só podemos supor que estes ocorreram por conta do rompimento do vínculo de respeito e independência que sempre se manteve nesta relação. Por tudo que se pode depreender das atitudes observadas e do documento ora analisado podemos deduzir sem muita chance de erro, que esta ruptura se deu por iniciativa da atual gestão da SME".

Diante da ausência de qualquer proposta da SME para a continuidade do projeto, os movimentos populares de alfabetização com a solidariedade de outros movimentos e entidades da sociedade civil convocaram um "2º ato em Defesa do MOVA" com as seguintes chamadas:

- "Contra o descaso do Prefeito Paulo Maluf com a alfabetização de Jovens e Adultos";

- Contra a política de não renovação dos convênios;

- Contra o crescimento do analfabetismo;

- Contra o desvio de verbas da educação para obras faraônicas.

Uma comissão de negociação dos movimentos de alfabetização acompanhada de diversos parlamentares foi recebida por um assessor do Secretário responsável pela área e finalmente ouviu deste ***"que a intenção era de fato substituir o MOVA por um outro projeto de alfabetização de adultos a partir de outros tipos de parceria, como por exemplo, com empresários da construção civil".***

Segundo artigo do vereador Devanir Ribeiro (PT) publicado no jornal Diário Popular de 3012/1994 o programa instituído pelo Prefeito Paulo Maluf sob a denominação de PROALFA (Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos) funcionou com apenas 7 classes durante o ano de 1994 e previa a criação de apenas mais 8 classes em 1995. Isto em contraste com o programa MOVA que ao ser extinto trabalhava com aproximadamente 1.000 núcleos, atingindo portanto cerca de 20.000 jovens e adultos.

Tendo tentado sem sucesso durante todo o ano de 1993 negociar com o governo municipal a continuidade do projeto MOVA-SP, as entidades e movimentos populares de alfabetização tomam 2 decisões importantes no final daquele ano: 1º buscar novas parcerias "que assegurassem a continuidade do projeto, 2º criar uma entidade jurídica sem fins lucrativos que reunisse todas as entidades que faziam parte do Fórum dos Movimentos que passou a denominar-se de IACEP - Instituto de Alfabetização Cultura e Educação Popular.

No tocante a busca de novas 'parcerias' a principal delas foi a do M.E.B. - Movimento de Educação de Base, organismo ligado a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que tendo obtido verbas do Orçamento Federal através do MEC - passou a apoiar, em regime de "parceria", projetos de entidades e movimentos populares em todo o Brasil. Através dos chamados "pólos regionais a MEB" reuniam-se as entidades conveniadas em cada região. Cabe assinalar que o montante de recursos disponível era inferior ao padrão dos convênios estabelecidos anteriormente com o governo municipal e que houve constantes atrasos no envio de verbas devido ao demorado processo de aprovação do Orçamento Federal para 1994 e a burocracia subsequente para a liberação e envio dos recursos.

Com relação ao IACEP - Instituto de Alfabetização Cultura e Educação Popular, este, realiza o seu I Congresso nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1994. De acordo com a tese apresentada pela coordenação ao Congresso, são os seguintes os objetivos do IACEP(1994 p. 7):

"1. Desenvolver conjuntamente com as entidades filiadas um processo de educação que possibilite, aos educandos e educadores envolvidos, uma leitura crítica da realidade.

2. Contribuir, através de sua prática e instâncias para o desenvolvimento da consciência polltica dos educadores, dos educandos e dos movimentos de alfabetização.

3. Incentivar e ampliar a participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico a educação pública e popular.

4. Ampliar e instrumentalizar o trabalho das entidades filiadas e dos grupos populares que desenvolvem, o que venham desenvolver, projetos de educação de adultos na cidade.

5. Desenvolver projetos na área educacional e cultural, objetivando o intercâmbio de nossa concepção e prática pedagógica.

6. Desenvolver projetos de auto-sustentação, buscando a autonomia financeira.

7. Cooperar com outras entidades na organização local, regional, municipal, estadual e nacional dos Movimentos de Alfabetização e dos Movimentos Populares".

O IACEP tem procurado ainda assegurar o trabalho de formação dos monitores e supervisores através do apoio de algumas ONGs que trabalham com assessoria na área de educação de jovens e adultos.

Apesar de todas as dificuldades advindas da escassez de recursos, das disputas internas que se acirram nas conjunturas de crise, pode-se afirmar que o IACEP significa a continuidade do projeto MOVA e sobretudo um espaço de articulação das várias entidades e movimentos de alfabetização da cidade.

A descrição do projeto MOVA-SP contida neste capítulo fica limitada àquelas informações disponíveis na documentação a que tive acesso e que por mim foi organizada em função dos objetivos específicos desta pesquisa. Passamos a seguir a um relato mais vivo do que foi a prática de construção da relação de parceria no MOVA-SP, a partir do relato daqueles que foram seus protagonistas.

Capítulo III

A Construção da Parceria:

avanços, limites e perspectivas

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados da minha pesquisa de campo acerca do processo de construção da relação de parceria entre as entidades populares e a Secretaria Municipal de Educação no projeto MOVA-SP.

A partir do material colhido nas 15 entrevistas realizadas pretendemos apresentar uma avaliação dos diversos elementos e níveis de construção daquela parceria na visão daqueles que protagonizaram esse processo e sobretudo a partir da experiência das entidades que constituíram o Fórum da Zona Leste II.

Os depoimentos colhidos procuram confrontar a leitura do processo por diversos atores que nele estiveram envolvidos: lideranças e supervisores pedagógicos das entidades populares, coordenadores do projeto MOVA da Secretaria de Educação, membros da Secretaria que tinham relação direta com o projeto ao nível central e regional e finalmente a visão de quem acompanhava na qualidade de assessor a partir de ONGs que fizeram parte da rede de apoio ao projeto.

A discussão que segue pretende apresentar uma visão do processo abrangendo a situação anterior em que se desenvolvia o trabalho de alfabetização de jovens e adultos na Zona Leste, a prática de construção da parceria no período da administração da prefeita Luiza Erundina e, finalmente, a situação posterior que se colocou a partir do rompimento dos convênios pela atual gestão, assim como uma avaliação sobre as repercussões e perspectivas de continuidade do projeto MOVA-SP.

O texto que se segue procura não apenas apresentar os resultados das entrevistas mas obviamente já está ordenado como uma análise feita por mim dos diversos elementos que emergiram na pesquisa. Apesar das óbvias limitações de abrangência das entrevistas em relação ao conjunto de atores que participaram de todo o processo, acredito que elas nos trazem os elementos básicos e os temas fundamentais para a compreensão do processo a partir da experiência vivida por aquelas entidades que faziam parte do Fórum Leste II.

Esta abordagem, a partir das entidades da Zona Leste, nos permitiu verificar em que a parceria com o poder público no projeto MOVA-SP era continuidade de antigas lutas e práticas dos movimentos populares daquela região, como ela contribuiu para alterar significativamente o curso do trabalho que vinha sendo desenvolvido e qual a situação em que vivem hoje aquelas entidades após o rompimento da parceria pela atual gestão da Prefeitura e a busca de novos parceiros que possam contribuir para a continuidade do trabalho de educação de jovens e adultos.

Passemos então a reconstituição daquele processo a partir da fala dos seus protagonistas.

1. MOVA: continuidade e ruptura de antigas lutas na Zona Leste

O trabalho de alfabetização de jovens e adultos esteve presente desde os anos 60 e 70 nas práticas dos grupos populares da Zona Leste.

Desde aquela época a Igreja Católica foi um ator com forte presença junto as lutas populares da região e estimulou a luta pelo direito a escolarização de crianças, jovens e adultos.

Nos anos 60 e 70, durante o período do regime militar, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) constituiram-se em importante espaço de resistência e articulação das lutas e ações dos grupos populares. A exclusão de grande parcela de jovens e adultos trabalhadores e moradores daquela região do direito de frequentar a escola regular provocou um forte trabalho daquelas comunidades no sentido da conscientização acerca dos direitos educativos e também a oferta de oportunidades de alfabetização impulsionada por educadores leigos, agentes daquelas comunidades. Diversos grupos e classes de alfabetização funcionavam junto as comunidades, como por exemplo, o trabalho do Jardim São Carlos, acompanhado naquela altura por irmãs religiosas e educadoras do CEPIS, assim como outros grupos tinham o apoio do CEDI. [34]

No início dos anos 80 como parte da conjuntura de ascenso das mobilizações populares iniciadas no final dos anos 70 e com o início do processo de redemocratização do País emerge na Zona Leste particularmente na região de São Miguel o Movimento de Educação que se constitui inicialmente para lutar contra a cobrança obrigatória feita

---

[34] CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae e CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação são ONGs que tem larga experiência de assessoria a organizações populares que desenvolvem programa de escolarização de jovens e adultos. O CEDI encerrou suas atividades em 1994 sendo que a equipe se dedicava ao programa de Educação Popular e Escolarização Popular funda uma nova entidade denominada Ação Educativa - Assessoria Pesquisa e Informação - A.E

nas escolas públicas de taxa da APM e que depois estende sua pauta de discussões e reivindicações para várias questões ligadas ao direito de acesso, qualidade, gestão democrática das escolas públicas na região, chegando inclusive a propôr em meados dos anos 80 a criação de uma Universidade do Trabalhador na região (sobre isso ver obra de Marília Spósito (1993) e Vera Ribeiro (1986).

Em meados dos anos 80 diversos grupos envolvidos nas lutas do Movimento de Educação da Zona Leste e outros ligados às lutas dos sem-terra e da moradia sentem a necessidade de ampliar a oferta de classes de alfabetização de jovens e adultos na região.

Das entidades pesquisadas foram o CEMI-Centro de Comunicação e Educação Popular que atuava na região de São Miguel e o Movimento de Alfabetização da Zona Leste (que deu origem ao Centro de Educação da Zona Leste - CEZL e posteriormente a Casa da Mulher do Jardim São Carlos - CMJSC) situadas na região de Ermelindo Matarazzo que conseguiram criar projetos de maior envergadura na oferta de serviços de alfabetização de jovens e adultos. Por isso se constituiam em dois pólos de referência para outros grupos e entidades que se formaram na região e que pretendiam oferecer serviço educacional semelhante.

No caso do CECOPI - Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista, a entidade passa a existir por volta de 1988 e começa a desenvolver prática sistemática de alfabetização a partir do convênio com o projeto MOVA. A necessidade de oferecer trabalho de alfabetização de jovens e adultos foi apontada por agentes da Pastoral da Juventude

que atuavam no movimento cultural denominado Arte e Educação do Itaim Paulista.

No tocante à Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio das Pedras (AMCHRP), esta surge como entidade jurídica por ocasião do convênio com o MOVA e só aí começa a oferecer um serviço de alfabetização de jovens e adultos. No entanto, as pessoas que constituem a referida entidade já tinham antigo trabalho junto aos sem-terra e sem-teto, tanto nas comunidades, como nos mutirões de auto-construção. Foram exatamente as dificuldades com a leitura e escrita encontradas entre aquelas pessoas que participavam das lutas por moradia que levaram suas lideranças a buscar formas de oferecer um serviço de alfabetização de jovens e adultos.

Pode-se dizer que até meados dos anos 80 toda essa rede de grupos e entidades dedicados a alfabetização desenvolviam esse trabalho com apoio práticamente exclusivo da Igreja Católica, sem recursos ou convênios com o poder público, contando com o trabalho voluntário de agentes pastorais e lideranças populares e com algum apoio por parte das ONGs de assessoria como era o caso do CEPIS e do CEDI.

Nos anos de 1986 e 1987 o CEMI e o CEZL firmaram convênios de parceria com a então denominada Fundação Educar do MEC. De acordo com os depoimentos dos entrevistados tratava-se de um convênio apenas formal pois as verbas eram pequenas e quase nunca chegavam, além da questão de que tal parceria se limitava a um apoio de recursos por parte da Fundação, sem nenhum compromisso em fornecer assessoria e orientação pedagógica aos movimentos.

Eram também as duas entidades acima mencionadas (CEMI e o CEZL) que mantinham um trabalho mais estruturado de rede de núcleos de alfabetização com formação e supervisão sistemática dos seus alfabetizadores. Por isso o modelo de funcionamento destes 2 projetos serviu de forte inspiração na discussão inicial de estruturação do MOVA.

Pode-se constatar ainda que nesta etapa anterior ao MOVA não havia articulação mais sistemática dos trabalhos de alfabetização em âmbito regional, limitando-se à alguns contatos exporádicos entre os grupos.

A crise de sustentação econômica e financeira vivida por essas entidades para dar continuidade ao trabalho de alfabetização e o desejo de ampliar e articular melhor este trabalho em âmbito regional eram os vetores que impulsionavam a idéia de que se deveria criar um grande projeto de alfabetização a partir dos horizontes criados com a vitória do PT nas eleições municipais de 1988 na cidade de São Paulo.

2. Esperança, sonhos e expectativas em torno a um grande projeto de alfabetização

A vitória do PT nas eleições de novembro de 1988 desencadeou fortes energias de pressão, criou expectativas, alimentou sonhos de educadores e lideranças dos movimentos e, enfim, criou grande esperança em torno da criação de um grande projeto de alfabetização de jovens e adultos junto com os movimentos populares.

Além da expectativa criada em torno da prioridade que o PT no governo daria às políticas sociais e ao diálogo com os movimentos sociais, da liderança de Luiza Erundina com forte tradição de participação nas lutas socias e com grande sensibilidade para a questão educacional, a indicação de Paulo Freire como o primeiro nome anunciado pela prefeita para a Secretaria de Educação aumentaram ainda mais as expectativas em torno de um grande projeto de alfabetização de jovens e adultos.

Vejamos a expectativa expressa no discurso de um dos entrevistados:

"Em 1º lugar, em 1988 quando o PT ganhou a administração em São Paulo, nós vimos que o pessoal que foi para a Secretaria da Educação era altamente comprometido com a Educação Popular, principalmente o Secretário da Educação que tinha um passado fortemente vinculado à questão da alfabetização de adultos, ao trabalho de educação popular"
(Chico Ferreira - CEZL)

O próprio Paulo Freire e um grupo de educadores a ele ligado, antes mesmo que ele tivesse sido indicado como secretário, já discutia uma possível proposta a ser apresentado à prefeita eleita no sentido da criação de um grande movimento de alfabetização e educação popular na cidade de São Paulo.

Também a crise financeira vivida pelas entidades da região fruto do corte dos convênios com a Fundação Educar provocou forte mobilização de pressão sobretudo por parte do Movimento de Alfabetização da Zona Leste (através de sua entidade o CEZL) no sentido de que o Secretário e até mesmo a prefeita buscassem uma solução

urgente no sentido de liberar recursos para que aquelas entidades pudessem continuar seu trabalho.

3. Gestando o sonho e preparando o terreno

Imediatamente após a posse de Paulo Freire como Secretário e da equipe que se constituiu para assumir as diversas responsabilidades na Secretaria Municipal de Educação iniciou-se uma série de movimentações e ações por parte dos grupos e entidades populares e por parte do governo que deram origem e prepararam as condições para o surgimento do MOVA.

Do lado das entidades na Zona Leste inicia-se um esforço de articulação liderado pelo CEZL e pelo CEMI que buscaram outras entidades e grupos da região para propor o início dos contatos com a SME e com Paulo Freire para saber de seus planos para a alfabetização de jovens e adultos e de apresentar-lhe propostas neste sentido, fruto da experiência já desenvolvida por aquelas entidades na região. É válido lembrar que esta ida dos movimentos a Secretaria vinha acompanhada sempre de um pedido de urgência na liberação de recursos para as entidades que tinham mantido convênio com a Fundação Educar.

Do lado do governo trabalhava-se com a tensão entre construir uma plataforma político-pedagógica que orientasse todo o trabalho da Secretaria (e que se expressou no documento "Construindo a Educação Pública e Popular na cidade de São Paulo" - enviado a rede municipal já

em 01/02/1989) apresentando respostas imediatas à situação calamitosa em que se encontravam as escolas municipais e a precariedade dos recursos orçamentários previstos para tal finalidade deixados pela administração anterior.

É neste quadro mais geral que se iniciam as conversas entre a SME e entidades populares sobre o que deveria ser um projeto de alfabetização de jovens e adultos e sobre a situação concreta de penúria que viviam as entidades que já se dedicavam àquele trabalho. Diante da ausência de recursos orçamentários para aquele trabalho (todo o existente foi canalizado para criar condições mínimas de funcionamento da rede municipal de escolas) e convictos de que a liberação casuística de recursos poderia ameaçar um processo de construção coletiva do projeto, os membros da equipe da Secretaria insistiram na idéia de que num 1º momento todos deveriam estar voltados para a construção do projeto global para só em seguida buscar recursos financeiros emergenciais e fazer a previsão orçamentária necessária ao projeto para os próximos anos.

De certa forma, esta posição da Secretaria foi indutora da necessidade dos movimentos e entidades se articularem melhor tendo início um contato entre grupos de diferentes regiões da cidade. Ao mesmo tempo, começa a nascer a idéia de se criar o fórum geral dos movimentos para uma negociação em bloco com a Secretaria.

Também é importante ressaltar que houve forte debate interno em nível da Secretaria a respeito da validade e sobretudo da modalidade de um projeto de alfabetização em conjunto com os movimentos

populares. As maiores polêmicas foram travadas em torno das seguintes questões:

a) Havia aqueles que numa perspectiva acentuadamente sistêmica defendiam que o trabalho de alfabetização de jovens e adultos e a suplência deveriam ser assumidas exclusivamente pelo programa EDA, que depois de transferido da Secretaria do Bem Estar Social para a Educação deveria ser requalificado pedagogicamente e potencializado na sua oferta de serviço.

b) Havia aqueles que tinham críticas a idéia de que um projeto de alfabetização com os movimentos populares, com receio de que este pudesse ressuscitar a idéia de campanhas com toda tradição negativa que elas carregavam de outras iniciativas mal sucedidas na história recente do Brasil. É bom que se ressalte que esta era uma preocupação mais forte entre alguns intelectuais educadores do que entre as comunidades populares, que nunca se referiram a idéia de campanha e sim ao desejo de uma grande iniciativa do governo em conjunto com os movimentos.

c) Havia ainda um debate sobre a concepção pedagógica do projeto entre aqueles que na equipe da Secretaria vinham de uma referência teórico-prática mais ligada a educação popular e outros que estiveram sempre mais ligados ao sistema formal de ensino. Alguns chegaram a carimbar estes grupos de metodologistas e conteudistas respectivamente.

Destas polêmicas resultaram algumas definições bastante claras e para as quais contribuiram lideranças dos movimentos ligadas a entidades que já tinham uma prática educativa anterior.

Ficou claro que havia uma complementariedade necessária entre uma oferta de serviço que deveria continuar através do EDA (reciclado e potencializado) e a criação de um projeto em parceria com os movimentos populares que significaria não só uma ampliação da oferta no atendimento, mas sobretudo a possibilidade de desenvolver um projeto com uma clara intencionalidade político-pedagógica de ampliar a luta pelos direitos à educação e que pudesse resgatar as práticas pedagógicas desses grupos, ampliá-las, e até requalificá-las em alguns casos.

Trabalhou-se com clareza a idéia de que se estava criando um Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos em contraposição às práticas anteriores de campanhas. Assim entendido, numa perspectiva processual, ele deveria se ampliar progressivamente, trazer embutida desde o início a luta pela continuidade do processo de alfabetização, através da pós-alfabetização e escolarização regular, e ampliar a consciência na cidade acerca da importância do combate ao analfabetismo e do direito à escolarização de todos aqueles que foram escluídos, como condição básica para o exercício da cidadania plena.

Ficou ainda claramente delineada e idéia de que a participação do Estado não poderia se restringir a dotação de recursos financeiros mas teria que incluir necessáriamente a responsabilidade pela criação das condições pedagógicas que assegurassem a melhor qualidade ao trabalho. Tratava-se de construir, em conjunto com os parceiros do movimento,

uma concepção político-pedagógica comum, uma reflexão conjunta sobre a metodologia da alfabetização e de formação dos educadores e, ao mesmo tempo, abrir amplo campo de flexibilidade para a experimentação e criatividade de cada entidade envolvida no processo.

4. Fórum Geral dos movimentos de alfabetização: surge um novo sujeito coletivo na cidade

Como vimos, o primeiro passo dado foi as entidades da região leste buscarem um contato entre si para ir conversar com Paulo Freire. Neste momento, a visão ainda era restrita à construção de um projeto de alfabetização para a região leste.

Após as primeiras conversas com a SME percebeu-se a necessidade de uma articulação mais ampla em nível da cidade, o que permitiria acumular mais força dos movimentos para conquistar um grande projeto na área de alfabetização de adultos:

"Partindo um pouco da conversa que tivemos com Paulo Freire, nós percebemos que seria necessária uma articulação maior para que houvesse o empenho da SME nesta área de alfabetização de adultos." **(Chico Ferreira-CEZL).**

Vale frisar, portanto, que a construção do Fórum Geral dos movimentos é fruto de uma certa indução exercida pela SME e que levou as entidades a perceberem a necessidade de um ator coletivo para construir o projeto e negociar o seu funcionamento:

"É um campo de indução, mas necessário e nem por isso menos democrático ou menos correto politicamente." **(Orlando Jóia-A.E.)**

O Fórum Geral dos movimentos foi constituído como um espaço autonômo onde os movimentos deveriam construir suas propostas e debater as questões gerais do projeto. Era portanto distinto do chamado Fórum MOVA, que foi o espaço formalmente constituído para interlocução e negociação entre movimentos e SME.

Há um reconhecimento generalizado de que, para além dos seus limites e dos conflitos existentes no seu interior, o Fórum Geral dos movimentos teve vital importância na construção e no desenvolvimento do projeto, e, talvez, se constitua ainda hoje no saldo político mais importante do ponto de vista da articulação e organização dos movimentos.

Vejamos alguns dos depoimentos que enfatizam essa dimensão positiva do Fórum:

"O Fórum foi muito importante durante todo o processo. Possibilitou o encontro dos movimentos da cidade, a discussão, o confronto. Um confronto que fez crescer." **(Teca-CEMI)**

"Eu achei que o Fórum Geral foi uma coisa fabulosa para a gente perceber o problema da alfabetização em nível da cidade de São Paulo. Quando você vê a realidade e a quantidade de grupos interessados em levar a questão, isso foi muito bom." **(Nilce-CECOPI)**

"O Fórum era a possibilidade de se garantir uma proposta político-pedagógica para que não fosse um trabalho espontaneísta." **(Joselito-CECOPI)**

"Esse processo do Fórum Geral ajudava muito no entrosamento dos vários movimentos e entidades que a nível da cidade tinham um trabalho com alfabetização." **(Haroldo-AMCHRP)**

"Eu acho que o Fórum deles era fundamental, até para eles poderem decidir, entre eles, os seus pares, as propostas a serem levadas à Secretaria." **(Sílvia Telles - ex-coordenadora - MOVA-SP)**

"É talvez a 1ª vez que se consegue juntar num processo algo cooperativo, entidades de base local que tradicionalmente têm muitos problemas para conseguirem se articular. Foi um grande avanço essas entidades terem conseguido se juntar em função de um objetivo comum e terem conseguido pelo menos ensaiar uma certa identidade." **(Orlando Jóia-assessor A.E.)**

Cabe destacar que essa identidade foi de difícil construção. Juntar entidades naquela quantidade, em diversidade e naturezas tão diferentes, era uma coisa muito difícil de ser realizada. Podemos identificar esta diversidade em pelo menos 3 ordens de motivação presentes entre as entidades que fazem parte do Fórum:

a) Para algumas, tratava-se de buscar novos parceiros para um projeto que já existia, que já tinha uma definição tanto ideológica como pedagógica. Para estas, o MOVA surgia como uma parceria que poderia dar uma alavancada no seu trabalho.

b) Para outras organizações, a alfabetização era uma demanda de suas bases, era um desejo, mas sem muitas condições de realização. Eram entidades que já tinham pensado em fazer isso, já tinham feito tentativas de entrar neste campo, mas lhes faltava a condição técnica, pedagógica e financeira.

c) Para outras entidades que viviam um certo refluxo ou estavam semi-desativadas, o otimismo criado em relação a administração do PT, e em especial em torno de um novo programa de alfabetização, fez com que tais entidades enxergassem no MOVA a possibilidade de trazer um novo alento ao seu trabalho.

Entre os principais limites que foram apontados do Fórum Geral dos movimentos vale destacar:

a) Tamanho das reuniões que chegavam a contar com uns 50 a 60 representantes de entidades, o que dificultava o encaminhamento das discussões.

b) Nem todas as entidades se faziam presentes no Fórum Geral dos movimentos preferindo participar das reuniões do Fórum MOVA (em alguns casos, apenas para cumprir uma exigência da Secretaria).

c) As entidades tiveram dificuldades em apresentar propostas, limitando-se na maior parte das vezes a debater a agenda de temas trazida pela Secretaria.

d) Na prática, a agenda temática previlegiava as questões administrativas do convênio em detrimento de um aprofundamento das questões político pedagógicas.

Vejamos alguns depoimentos sobre estes limites:

"O Fórum Geral dos movimentos se limitou a discutir propostas que a Prefeitura apresentava. Na visão que a gente tinha, devia ser um Fórum que apresentasse propostas, que tivesse outras discussões além das relativas ao convênio; uma articulação geral e com a participação de todos." **(Sandra-CEZL)**

"O Fórum se ateve mais às questões administrativas, de garantir um mínimo de estrutura para se efetivar o convênio e as discussões de caráter político-pedagógico ficaram muito prejudicadas. A impressão que dava era de que muitas entidades estavam preocupadas em garantir a possibilidade de trabalhar e não estavam muito preocupadas de como trabalhar. Algumas delas, aquelas que tinham mais experiência e um compromisso com o trabalho de educação de adultos tentavam encaminhar conjuntamente este tipo de preocupação, mas não tinham muito espaço." **(Joselito - CECOPI)**

Os depoimentos indicam que foi no momento em que as entidades decidiram apresentar uma proposta de pós-alfabetização e certificação do seu trabalho que o Fórum conseguiu expressar uma agenda própria a ser discutida com a Secretaria.

Com relação aos conflitos, a todo tempo presentes no Fórum Geral dos movimentos, pode-se observar que estiveram relacionados ora as características da composição heterogenea do Fórum, ora à dinâmica das disputas entre as entidades e suas lideranças, ora a interferência de

atores externos às entidades e ao Fórum. Entre os principais fatores que contribuiram para os conflitos vale mencionar as seguintes:

a) Diversidade de origem das pessoas e das entidades (algumas de Igreja, outras vinculadas a partidos políticos, outras a associação de moradores) criavam posturas e linguagens diferentes;

b) Distintos acúmulos de experiência e reflexão político - pedagógica, em especial sobre alfabetização de jovens e adultos;

c) Disputa entre as regiões tanto no tocante à avaliação do seu acúmulo de experiência como da sua capacidade numérica de abrir núcleos. Assim sendo, havia uma disputa no sentido de qual delas deveria ter prioridade no projeto. Isto ocorreu de modo mais acentuado entre as regiões Leste e Sul;

d) Também as dificuldades de se administrar conflitos internos em cada região eram levadas ao Fórum Geral dos movimentos;

e) O personalismo de algumas lideranças dos movimentos e a disputa que se estabelecia entre elas;

f) Interferência de grupos ligados a mandatos parlamentares, inclusive do PT, ou a possíveis candidaturas, e que buscavam ganhar mais força no interior do projeto e assim ampliar suas bases eleitorais;

g) Presença de distintas tendências políticas, sobretudo do interior do PT.

Todos estes conflitos tiveram repercussão na possibilidade do Fórum Geral dos movimentos aprofundar o conteúdo das suas discussões:

"Tudo isso de certa forma dificultou uma discussão mais profunda sobre a organização dos movimentos, porque aí a gente teve que abrir mão de uma série de critérios, para possibilitar uma certa unidade de discussão e de trabalho." **(Chico Ferreira - CEZL)**

"Lá também se reproduzia o mesmo que acontecia aqui no Itaim Paulista: dificuldade de se trabalhar relações, choques entre grupos, entre tendências mesmo. Estes conflitos tem sempre um lado positivo, mas eles se tornam muito desgastantes quando você não tem uma assessoria que mostre como lidar com os mesmos... A coisa acaba caindo muito ao nível da briga pessoal e você perde de vista a proposta maior." **(Nilce - CECOPI)**

"Eu acredito que era difícil a relação entre os próprios movimentos porque havia disputa de espaço de poder não só entre as regiões, mas das próprias lideranças. Então o poder, muitas vezes, absorvia aqueles líderes de uma forma burocratizada, de uma forma autoritária, de uma forma onde a própria pedagogia que movia o movimento (que é o diálogo, a compreensão, a reciprocidade, o respeito etc) não era levada em conta, porque havia nos bastidores, conchavos, reuniões paralelas, para um vencer o outro, na disputa polêmica de determinados itens que o programa estabelecia. Isto, ao invés de fortalecer, enfraquecia o próprio movimento, que não se percebia como ator principal daquela cena." **(Stella Graciani - ex-coord. do MOVA-SP)**

Em síntese, para compreender o papel do Fórum Geral dos movimentos é preciso ter claro, ao mesmo tempo, o seu importante papel ao longo do processo, mas também, seus limites e a natureza dos conflitos ali presentes, que, em alguns casos, contribuiram para o seu crescimento e, em outros, atrapalhou o seu desenvolvimento. Dentro daquilo que foi possível verificar, ficou o importante saldo político de um novo ator coletivo que se constituiu na cidade para expressar a consciência de segmentos da sociedade civil com relação a importância da luta contra o analfabetismo e, mais do que isso mostrar que estes mesmos setores têm capacidade de através da parceria com o Estado ampliar as oportunidades de escolarização para milhares de jovens e adultos excluídos nesta cidade:

"O Fórum foi experimento de criar um instrumento de identidade para esse campo. Foi dentro do possível. O melhor teste empírico se deu quando o governo Maluf se retira de todos os níveis da parceria e então esse Fórum tem dificuldades de sobreviver fora da relação de parceria. Agora, o fato de ele ainda estar sobrevivendo, a duras penas, com alguma tentativa de articulação, mostra que ele teve um certo sentido de se realizar." **(Orlando Jóia - assessor A.E)**

5. FÓRUM MOVA - uma relação bastante delicada

O Fórum Mova foi um espaço proposto no sentido de que os dois atores da parceria (SME e Movimentos) tivessem ali uma arena de construção das suas relações:

"O Fórum foi uma das coisas mais inteligentes pensadas inicialmente pois era a capacidade de você em 1º lugar estabelecer de fato um campo de parceria que fosse além do financiamento ou do acompanhamento supervisor e em 2º lugar ele permitiria funcionar como uma câmara de ressonância de natureza pedagógica, ou seja, a possibilidade de serem aprendidas algumas coisas nas relações." **(Mário Sérgio - ex-Secretário de Educação)**

Observamos uma avaliação positiva do Fórum Mova enquanto um espaço de diálogo entre movimentos e a SME e um local onde os movimentos paresentavam e discutiam suas reivindicações em relação a parceria:

"Foi muito importante porque ali havia um espaço onde cada entidade poderia estar reivindicando seus direitos e seus deveres também. Nesta gestão da Luiza Erundina a gente tinha uma abertura muito grande perante o poder público. A gente tinha voz, a gente ia lá, reivindicava. Nós tinhamos a nossa parte que a gente tinha que fazer e a gente podia reivindicar muita coisa. Foi muito importante." **(Ineiva - AMCHRP)**

Apesar deste reconhecimento ficou claro que o Fórum Mova teve muitos limites no sentido de se constituir de fato num espaço de negociação horizontal eou de deliberação conjunta sobre todas as questões que envolveram a parceria.

Em 1º lugar observamos que o processo lento e difícil de tomada de decisão contrariava as expectativas tanto dos movimentos quanto da equipe da Secretaria. Os movimentos avaliavam que sobretudo nas

questões administrativas havia muito emperramento e pouca agilidade por parte da Secretaria. Da parte desta, por vezes, ouviu-se uma avaliação de que o processo amplo e demorado de consultas que o movimento exigia para a decisão sobre cada questão tornava o processo muito moroso em determinados momentos.

Houve uma percepção clara dos movimentos de como o peso da máquina administrativa influenciou na lentidão e outras características burocratizantes das ações do Estado:

"O Estado é burocrático e pesado. O movimento popular é dinâmico, é ágil e essa foi a grande dificuldade da relação dos movimentos com o Estado. O Estado tem uma forma de agir muito difícil. Os movimentos têm as suas limitações, as suas inexperiências, mas faziam as coisas aconteceram. Essa diferença se manifestava em questões administrativas." **(Terezinha - CEMI)**

Ficou evidente para os movimentos, que, sobretudo nas questões administrativas, o poder de definição estava com o Estado. Isto devido ao fato de que o ordenamento jurídico legal era pouco permeável e também em função do fato de que o poder de financiamento do projeto, em última instância, estava nas mãos do Estado.

A discussão detalhada do termo de convênio e da sua planilha foi um momento em que se buscou uma efetiva negociação com os movimentos apesar dos limites impostos pela máquina do Estado.

"Um momento conflituoso que aos poucos foi se diluindo, se encaixando e possibilitando uma construção conjunta foi a definição do

termo do convênio. Foi aonde esbarrou na burocracia da Secretaria e nas inúmeras exigências que havia para se ter um convênio. E aí a equipe coordenadora do MOVA em termos de Secretaria teve que se debruçar muito sobre a parte legal para poder combater os excessos da burocracia."
(Sílvia Telles - ex-coord. MOVA/SME)

Pode-se observar nos depoimentos, que no tocante às questões pedagógicas, os movimentos sentiram maior espaço para diálogo no Fórum MOVA. Foram destacadas as discussões sobre a formação dos educadores, a elaboração dos materiais pedagógicos e a realização do Congresso dos Alfabetizandos da cidade (este último particularmente percebido como uma realização onde os movimentos tiveram forte protagonismo.)

Do lado dos movimentos, um dos limites para seu fortalecimento como pólo de negociação no Fórum MOVA era a heterogeneidade na participação das entidades. Parte delas, que não participava das reuniões do Fórum Geral dos movimentos, chegava ao Fórum MOVA com uma postura passiva de aceitação das propostas trazidas pela Secretaria.

Ficou a percepção por parte das lideranças dos movimentos de que a Secretaria trazia as propostas já definidas no seu conteúdo básico e ao movimento cabia apenas discutir detalhes do seu formato.

"Foi um espaço de integração de algumas entidades que não sabiam muito bem o que era o projeto, foi um espaço de reivindicação dos movimentos, mas não necessáriamente um espaço de negociação, porque muito pouco do que o movimento propôs pode ser cumprido. Algumas

coisas eram ali deliberadas, mas as condições eram aquelas já estabelecidas pela equipe Técnica da Secretaria." **(Joselito - CECOPI)**

"A maioria das propostas eram colocadas meio assim, não muito flexíveis. Até se discutia uma ou outra coisa, mas na maioria das vezes... as entidades que não participavam (do Fórum Geral) *aceitavam. Era deliberativo nesse sentido, mas com poucas coisas que o movimento 22queria. Por exemplo, na questão dos seminários, as coisas já vinham definidas e o discurso era o seguinte: vai ter o seminário, só não temos ainda o local e vamos ver que vai participar junto."* **(Sandra-CEZL)**

Este quadro colocou dificuldades na condução do Fórum e na capacidade dos movimentos de interferirem de fato na política da Secretaria:

"Teve momentos de tensionamento com a Secretaria e as interferências do Fórum no projeto de educação de jovens e adultos da Secretaria não foram muito significativas." **(Marcos Mendonça - ex-coord. NAE-10)**

Apesar de todos os limites acima referidos, o Fórum MOVA foi, na visão dos movimentos, um espaço necessário paa o reconhecimento de que estavam em 'parceria' atores diferentes, com identidades próprias e papeis diferenciados:

"O Fórum MOVA foi um momento interessante pois foi nesse espaço que nós percebemos realmente que a gente estava estabelecendo uma relação com o governo e que, mesmo aqueles Ycompanheiros que a gente sabia terem um passado ligado a organizações populares, traziam

muitos vicíos de SME. Por uma razão prática, vivida no movimento, a gente entendia que tinha que haver mesmo o debate entre entidades e o governo." **(Chico Ferreira-CEZL)**

Esta também foi a percepção geral por parte de quem estava no governo:

"Mas uma coisa eu tinha certeza: se o Fórum não era a garantia exclusiva da participação popular dentro do projeto MOVA, de outro lado, sem o Fórum, essa participação não existiria, pois ele era o canal mais direto para isso." **(Mário Sérgio - ex-Secretário / SME)**

É importante observar que os conflitos no relacionamento entre movimentos e Secretaria não foram poucos e nem pequenos. Podemos constatar que, além dos limites anteriormente mencionados, houve dificuldades grandes tanto dos movimentos quanto daqueles que compunham a equipe central do MOVA e até mesmo do Gabinete em lidar com aquela nova situação. Ou seja, o aparelho de Estado, em nível municipal, passara a ser governado por forças políticas com um programa democrático e popular e, tendo a sua frente , pessoas, que até aquele momento, sempre estiveram atuando no terreno da sociedade civil, ou ainda que, apesar de serem funcionários (sobretudo da rede escolar) não haviam passado pela experiência de serem dirigentes de um governo com aquelas características.

Estas dificuldades também foram acentuadas pelas várias mudanças havidas na coordenação do projeto MOVA, que teve 3 coordenadores efetivos e um interino durante o seu período de

funcionamento. Em cada mudança houve um impacto sobre os movimentos que se queixavam da ausência de transparência por parte da Secretaria na explicação dos motivos de tantas alterações. Além disso, tais alterações de alguma forma provocaram métodos e estilos de condução da parceria diferenciadas e que implicavam em alguns momentos em confusões de papéis e alteração de alguns procedimentos que já haviam sido pactuados com os movimentos. Como exemplo destes últimos, foi mencionado que, a certa altura do processo, houve uma indevida flexibilização de possibilidade de que as entidades pudessem estabelecer convênios diretamente com a Secretaria sem passar pela aprovação dos Fóruns Regionais e do Fórum Geral dos Movimentos.

No tocante a confusão de papéis e identidades houve uma percepção crítica por parte de lideranças dos movimentos que apontam as consequências negativas desta mistura e ao mesmo tempo valorizam positivamente aquelas práticas que procuraram demarcar melhor os papéis diferentes dos movimentos e do governo:

"Alguns grupos na Secretaria tiveram uma relação de cooptação; outros grupos tiveram uma relação de paternalismo, de encarar o movimento como algo a ser apoiado irrestritamente; outros tiveram uma posição mais política, de se posicionar mesmo como governo e marcar espaço. Isto, eu avalio, era um pouco para fazer com que o movimento também marcasse o seu espaço, enquanto movimento. Eu acredito que a relação que se estabeleceu entre movimentos e governo no Fórum MOVA, foi uma relação extremamente complicada, porque na minha avaliação, não havia amadurecimento do ponto de vista do movimento e também das

pessoas que representavam a Secretaria da Educação. Parece que existia uma mistura de identidades: o pessoal que estava na Secretaria, por ter um passado muito ligado às organizações e experiências populares, eles acabavam, muitas vezes, assumindo o papel de um líder do movimento, de uma entidade popular. Isto bagunçava muito, misturava muito e isso, na minha avaliação, não fez o movimento descobrir a sua identidade, o seu papel etc." **(Chico Ferreira - CEZL)**

Este mesmo problema também foi sentido por pessoas que ocupavam postos na equipe central da Secretaria inclusive pelo próprio ex-Secretário quando tinha um contato direto com o Fórum MOVA:

"Algumas pessoas que ocupavam cargos no MOVA e que portanto eram membros do aparelho do Estado quando iam para o Fórum, em alguns momentos se comportavam não como representantes do poder público junto aos movimentos populares, mas como representantes dos movimentos junto ao poder públicom ocupando cargos dentro dele." **(Mário Sérgio - ex-secretário da Educação)**

É interessante ainda ressaltar a reflexão crítica do ex-Secretario de Educação a respeito das consequêcias que este tipo de comportamento criou em relação ao enfretamento dos conflitos entre governo e movimentos no Fórum MOVA:

"Quando se ocupa o aparelho de Estudo você tem uma visão mais ampla de algumas coisas, não pode ter uma visão tópica de elementos da administração em geral e, principalmente, não pode ser populista, não pode ser demagógica de querer ficar sempre bem para não enfrentrar o conflito, porque não enfrentar o conflito é a forma mais fácil de você

favorecer uma sociedade cindida em classes. Você tem que enfrentá-los. O movimento deixou de aprender algumas coisas e nós do Gabinete também, porque alguns conflitos não foram assumidos lá dentro foram remetidos a uma instância superior, o que levou inclusive a algumas rupturas desnecessárias." **(Mário Sérgio ex-Secretário de Educação)**

É importante registrar também que as lideranças do movimento traziam da sua experiência anterior de relação com o poder público e sobretudo da leitura teórica herdada de muitos cursos de formação política, uma visão do estado como inimigo da classe, anti-popular e anti-democrático. Em 1989 quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo cria-se uma ambiguidade em relação a essa visão pré estabelecida que não se alteraria com facilidade:

"Seria absurdo que num prazo de 1, 2, 3 anos tudo aquilo que a gente afirmara para as pessoas, por elas agora fosse entendido como não existente porque isso acabaria caindo numa concepção até estranha de que o que faz as estruturas exclusivamente é a presença de algumas pessoas, quando sabemos que existe a estrutura como moldura forte para isso." **(Mário Sérgio - ex-Secretário de Educação)**

Pode-se observar que a percepção de uma postura por vezes pouco flexível por parte da Secretaria emoldurada por esta herança de leitura do aparelho do Estado, fez com que os movimentos assumissem uma postura reivindicativa e um tom duro nas negociações com a Secretaria. Isto provocou uma postura reativa por parte de seus membros que se sentiam ameaçados e chegavam a criticar o fato de que os movimentos esqueciam-se da aliança de objetivos e os tratavam como inimigos. Em

alguns momentos, uma leitura mais racional valorizava aspectos desta postura dos movimentos como afirmação da sua independência e como mostra de coerência em relação a diferença de identidades e papéis.

Finalmente, outro aspecto que gostaria de sublinhar é que a participação no debate das questões que fizeram parte da pauta do Fórum Geral dos movimentos e do Fórum MOVA parece ter ficado restrito àquelas lideranças dos movimentos que representavam suas entidades. As entrevistas realizadas com os supervisores das entidades revelaram que estes acompanharam de modo superficial o debate que se travava no Fórum Geral e no Fórum MOVA tendo se limitado sua prática e reflexão sobre ela mais aos aspectos pedagógicos da parceria. Exceções a isto vêm da parte daqueles supervisores ligados a entidades com maior trajetória no campo das atividades educativas e que tinham maior inserção nas lutas populares pelos depoimentos colhidos esta disparidade também se reproduziu ao nível dos monitores.

6. Regionalização dos Fóruns: "uma conquista dos movimentos com controvertidos resultados"

O processo de regionalização do Fórum dos movimentos, como a seguinte regionalização do processo de formação dos educadores conduzido pela Secretaria, são apontados como momentos significativos de inflexão do processo totalmente centralizado com que vinha se desenvolvendo o projeto. No entanto à avaliação dos seus resultados

tanto do ponto de vista político como sobretudo nos aspectos da qualidade pedagógica ainda é controvertida.

Em primeiro lugar é importante assinalar o reconhecimento de que a regionalização dos Fóruns foi possível a partir da pressão exercida pelos movimentos e entidades populares:

"Inicialmente a gente deve reconhecer que a regionalização dos Fóruns se deve ao trabalho dos movimentos. Isso foi uma conquista dos movimentos. Eles começaram inclusive a nos pressionar de que não poderiam ir em tantas reuniões de formação nossa pela questão da distancia, das dificuldades financeiras... Então na base da pressão, da discussão, de vários questionamentos e conflitos conseguiu-se regionalizar. A primeira regionalização se dá da parte deles, entre eles, no fórum específico deles, cujas discussões desembocavam no Fórum geral deles. Posteriormente através desse movimento, se regionaliza a parte de formação também." **(Silvia Tellez - ex-coord. MOVA/SME.**

Os depoimentos indicam que a regionalização dos Fóruns foi de particular relevância para regiões, como é o caso da Zona Leste (e provavelmente da Zona Sul) onde havia entidades com maior estrutura e experiência anterior no campo da alfabetização de adultos que tornaram-se pólos de referência para as entidades da região que ingressaram no Projeto MOVA. Sendo assim, a regionalização dos Fóruns possibilitou um melhor nível de entrosamento e articulação entre essas entidades, assim como a regionalização da formação facilitou uma maior troca de experiências pedagógicas entre as mesmas entidades.

Ainda assim, mesmo no caso do Fórum da leste II, pode-se perceber que prevalesceu a discussão sobre os aspectos burocráticos do convênio com a Secretaria, ficando pouco espaço para o debate dos aspectos pedagógicos do projeto. Estes eram discutidos em nível das regiões regionalizadas dos supervisores e monitores com a equipe da secretaria, Parece ter sido difícil o trabalho considerando a diversidade de experiência com alfabetização que as entidades já dispunham. Aquelas com maior experiência e capacidade de elaboração, consideravam insuficiênte o trabalho da equipe da Secretaria inclusive buscavam outros tipos de assessoria. As entidades com menor nível de experiência avaliavam que a formação fornecida pela equipe da Secretaria era muito teórica não conseguindo responder a exigência dos seus supervisores e monitores que necessitariam de uma formação mais básica, mais ligada aos problemas do dia a dia da sala de aula.

Apesar do reconhecimento destes limites em insuficiências, os depoimentos indicam uma avaliação no geral bastante positiva da regionalização do Fórum e em particular da experiência vivida no Fórum da Leste II. Foi possível uma melhor articulação e integração entre as entidades; foi possível conhecer melhor as entidades que pediram ingresso no projeto e saber das suas finalidades e objetivos educativos, houve crescimento da consciência do problema do analfabetismo na região através das pesquisas realizadas, publicação dos dados referentes ao analfabetismo e da rica preparação regional que houve para participação no Congresso dos alfabetizandos. Até mesmo do ponto de vista pedagógico, apesar da insatisfação acima relatada há um

reconhecimento de que se tratou de um espaço que conseguiu garantir intercâmbio entre as entidades da região.

Do ponto de vista de uma visão mais global do impacto da regionalização dos Fóruns sobre o conjunto do projeto na cidade, a avaliação dos seus resultados parece ainda provocar dúvidas.

Embora haja uma convicção generalizada de que a regionalização dos Fóruns criava um potencial grande de democratização do projeto, ao possibilitar maior articulação das diversidades regionais e desenvolvimento de uma proposta pedagógica mais encarnada nestas diversidades, parece haver ainda dificuldades de avaliar melhor os resultados práticos deste processo e diversas dúvidas e questionamentos estão ainda por serem melhor verificadas. Vale lembrar que essa dificuldade talvez se deva também ao fato de que essa regionalização ocorreu praticamente só nos últimos dois anos o que torna mais difícil a visibilidade dos seus resultados.

Os principais questionamentos e dúvidas a serem melhor investigados podem assim serem resumidos:

a) Se por um lado é evidente que houve um melhor entrosamento e reconhecimento entre as entidades em nível regional, será que podemos afirmar que houve uma democratização das relações entre elas? Tal questão se coloca a partir de evidências de que alguns dos vícios e práticas autoritárias que estavam presentes no Fórum geral dos movimentos se reproduziram no nível do Fórum Regional onde também ocorreram fortes disputas entre entidades e suas lideranças. Outra

evidência é a disputa entre regiões que ocorrria ao nível do Fórum Geral, e que acabou se cristalizando ainda mais a partir da regionalização. Isto porque com o Fórum Regional havia mais possibilidade das entidades de uma região assumirem em bloco posições a serem levadas para confrontar com as de outra região no Fórum Geral.

b) Ainda que sem dúvida a regionalização dos fóruns e, em particular da formação, tenha criado vantagens operacionais para este trabalho, tenha criado um certo nível de troca de experiências mais cotidiana entre os educadores da região, será que podemos afirmar que houve uma melhor qualidade pedagógica do projeto a partir desta regionalização? O questionamento se baseia em evidências obtidas nas entrevistas de que tal regionalização teria produzido resultados muito diferentes nas distintas regiões. Ou seja, os resultados teriam sido mais positivos naquelas regiões que contavam com entidades com maior experiência acumulada no trabalho de alfabetização e, menos significativos em outras regiões onde predominavam entidades com menor lastro de experiência. Mesmo em regiões, como é o caso da Leste II, onde os resultados forma mais positivos, ainda não há uma avaliação mais qualitativa no sentido de verificar se tais resultados chegaram ao ponto de significar que houve de fato, a partir da regionalização, a possibilidade de desenvolver uma proposta pedagógica capaz de expressar as especificidades sócios-culturais daquela região. Discute-se inclusive, se a própria amplitude territorial da chamada Região Leste II, não teria que ser subdividida para garantir a expressão de distintas identidades sócio-culturais presentes no seu interior. Estas questões

deveriam fazer parte de um estudo mais detalhado da problemática da regionalização, o que estrapola as finalidades desta pesquisa.

Como afirmamos inicialmente em meio a controvertidas avaliações sobre seus resultados práticos, há, no entanto, uma percepção generalizada de que se tratou de um momento bastante significativo de inflexão do projeto:

"Eu poderia afirmar que o Fórum regional foi um espaço privilegiado do Projeto MOVA porque ele permitiu que as pessoas aprofundassem as discussões em relação às questões burocráticas do projeto, às questões pedagógicas e até mesmo possibilitou a cada entidade a visão do problema da alfabetização em nível regional. Apesar das visões diferentes, a gente se sentia mais a vontade no Fórum regional para discutir a relação com a Secretaria". **(Chico Ferreira - CEZL)**

"A vantagem é que a entidade antes de ir para a Secretaria tinha que passar pelo Fórum regional para uma avaliação se ela realmente tinha um projeto de alfabetização com o objetivo que o Fórum tinha, ou seja, alfabetizar mas também conscientizar". **(Haroldo - AMCHRP)**

"Eu acho que é significativa a mudança porque a região pode discutir no miudinho, pode discutir com mais detalhamento os seus problemas específicos e podem politicamente achar soluções para aqueles problemas da sua região, para depois, ir negociar no Fórum Geral, para depois vir colocá-los para nós. Eu acho que fortaleceu o trabalho e ampliou a dimensão que muitos movimentos tinham sobre o projeto". **(Silvia Tellez - ex-coord do MOVA)**

"A impressão que eu fiquei é que a regionalização foi necessária para dar conta da diversidade daquele mapa de entidades e acredito que sem ela seria difícil contruir esta rede". **(Orlando Jóia - assessor AE)**

"No conjunto eu sou favorável sempre a regionalização. Eu atribuo à regionalização do MOVA o mesmo valor que teve a criação dos CRECES - Conselhos Regionais de Conselhos de Escolas - da Rede". **(Mário Sérgio - ex-Secretário da Educação)**

7. Acesso, distribuição e utilização dos recursos públicos: uma questão cruscial para a construção da parceria

A questão dos princípios e procedimentos que orientaram o acesso, a distribuição e a utilização dos recursos públicos foi um elemento crucial e emblemático de expressão de como se desenvolveu a relação de parceria e uma questão vital para consolidação política do projeto frente aos diversos atores sociais e políticos da cidade e até mesmo no interior da SME.

7.a - Apresentação de um projeto: a construção de um parâmetro público de avaliação dos parceiros

A exigência feita pela SME de que cada entidade para obter seu ingresso no projeto deveria apresentar um projeto, tinha por finalidade assegurar uma avaliação séria das entidades que pleiteavam a realização

do convênio e por consequência garantir uma correta aplicação dos recursos públicos.

"A exigência de um projeto para a obtenção de um convênio é uma questão primeira, profundamente necessária no sentido de proteção do patrimônio público. Seria um contrasenso que duas coisas acontecessem: primeiro, que não se exigisse de cada movimento que ele elaborasse um plano de trabalho porque, do contrário, você não estaria fazendo um movimento de educação e sim um repasse de recursos que poderia ser feito via correio, doações etc; segundo, que exigisse esse plano e depois não fizesse uma análise dos resultados do trabalho. Nós tínhamos sim a tarefa de estar resguardando o dinheito público, a cidadania, a moralidade. O fato de alguém ter a denominação de movimento popular não dá a ele, a priori, nem por substância, a lisura para fazer qualquer coisa, assim como um governo democrático e popular, por ele se dar esse título, não teria por natureza e de pronto a lisura total. Isso você demonstra na prática e no cotidiano". **(Mário Sérgio - ex-Secr. da Educação)**

A partir dessa concepção geral a exigência de apresentação de um projeto era vista tanto pela SME como também pelos próprios movimentos como uma forma de garantir uma variação séria das entidades e do seu compromisso com as finalidades do projeto.

"A exigência tinha como objetivo conhecer a entidade, saber exatamente qual era o seu trabalho, seus objetivos. Para nós, tratava-se de ter um pouco de chão sobre quem eram os nossos novos parceiros. Queríamos ver se eram pessoas comprometidas com educação, se queriam

realmente levar a frente um trabalho, qual a importância, qual o objetivo e que princípios eles tinham sobre este trabalho. Não nos interessava em absoluto ter entidades ou salas de aula fantasmas. Para o movimento significava a possibilidade deles poderem sistematizar tudo aquilo que eles tinham construido. Isso é muito importante porque é meio histórico dentro do movimento popular a dificuldade de registro e, em alguns casos, a falta de percepção sobre a importância deste processo". **(Silvia Tellez - ex-coord. MOVA)**

Também os educadores e lideranças do movimento tinham clara a importância da elaboração de projeto e até mesmo a diferença daquilo que se estava solicitando em relação a outras experi6encias anteriores de elaborar projetos para a Fundação Educar:

"Tem que ter um projeto em qualquer trabalho feito em parceria". **(Valdeci - CEMI)**

"Para nós foi um momento muito importante. Permitiu que a gente pensasse melhor o nosso projeto de trabalho, sobre o que nós fazíamos, elaborasse melhor nossa proposta, enfim ter um comprometimento maior". **(Terezinha - CEMI)**

"Isso foi um momento fecundo para o movimento. Até então a gente trabalhava com aqueles projetos para a Fundação Educar que eram muito sintéticos, eram apenas duas folhas. Parece que não havia uma preocupação da Fundação Educar com a questão pedagógica. Este projeto solicitado pela SME foi muito bom por que exigiu da gente um certo grau de elaboração na medida em que nos pedia que explicitasse qual era a proposta pedagógica que se ia utilizar. Esse foi um momento muito bom

porque permitiu que a gente reunisse todos os monitores e supervisores para discutir este projeto". **(Cristina/Chiquinho - CMJSC)**

Além da significação positiva para a sua entidade, as lideranças dos movimentos expressaram com clareza a importância dessa exigência para a assegurar um grau de coesão entre o conjunto das entidades em relação aos objetivos do projeto:

"Eu acho que foi muito positiva a exigência de apresentação de um projeto. Mediante a apresentação de tal projeto ao Fórum, haveria a possibilidade de a gente ver realmente se aquelas entidades tinham uma proposta de alfabetização na linha da construção do indivíduo ou se se tratava de uma pretensão simplesmente financeira de fazer um agrupamento para outros fins. O projeto também permitia uma discussão da proposta pedagógica, da seriedade da entidade para com a proposta da alfabetização. Uma das coisas que a gente fazia questão de dizer para as entidades novas é de que todos que ali estavam, já haviam apresentado um projeto e que existia uma identidade de trabalho, uma certa linha de trabalho. Na realidade, aquela entidade teria que se enquadrar um pouco naquela linha de trabalho que era a proposta pedagógica do projeto MOVA". **(Chico Ferreira - CEZL)**

Com o crescimento do projeto e com a criação dos Fóruns regionais, ficou estabelecido que a instância primeira de aprovação do projeto se daria no Fórum regional, resguardando-se o direito de recurso ao Fórum geral por parte da entidade que se sentisse prejudicada, e o direito da Secretaria de emitir parecer técnico a ser discutido na instância do Fórum MOVA. As lideranças dos movimentos consideram

muito positiva essa aprovação através do Fórum regional, na medida em que, as entidades de uma mesma região teriam mais condições de opinar sobre o trabalho desenvolvido e sobre o grau de adesão aos objetivos do projeto por parte daquela entidade que estava solicitando seu ingresso. Isto, devido ao fato de estarem numa mesma reunião e portanto com maiores possibilidades de se conhecerem melhor.

Ainda que se possa levantar uma questão se esse procedimento não correria o risco do viés corporativo por parte das entidades que já estavam no Fórum regional em relação às novas que solicitavam seu ingresso, não há elementos suficientes que possam indicar que isso tenha ocorrido.

Apesar da clareza expressa acima quanto às finalidades de tal exigência e de cuidados redobrados que foram sendo tomados na etapa final do projeto, no sentido de assegurar aqueles procedimentos, vários equívocos foram cometidos e foram destacados tanto por lideranças das entidades como pelos responsáveis pelo projeto MOVA na SME. Podemos sintetizá-los da seguinte maneira:

1 - Um certo retardamento no início do processo em se fazer tal exigência de apresentação de projetos provocou alguns problemas. Algumas entidades que teriam se conveniado mais pelas possibilidades que os recursos oferecidos abriam com perspectiva para o trabalho que elas faziam (não necesariamente no campo de educação de adultos) do que por uma real identidade com o trabalho de alfabetização. Os depoimentos indicam que, na medida em que se iniciou com a exigência de apresentação os projetos valendo para todas entidades (inclusive

aquelas já conveniadas), isto provocou uma "filtragem" que fez com que algumas entidades inclusive abandonassem o projeto MOVA.

2 - Sobretudo no "período de" crescimento do projeto e do ingresso das entidades perdeu-se um pouco o controle sobre a fidedignidade de todos os projetos. Descobriu-se inclusive que estava ocorrendo "cópia de projetos" por parte de entidades novas. Vale destacar que isto parece ter ocorrido não por ausência de transparência mas muito mais pelo despreparo destas novas entidades em como apresentar um projeto e pela falha momentânea da Secretaria em fornecer uma assessoria técnica às entidades sobre o procedimento de elaboração de projetos. Detectado o problema a equipe da SME abriu um diálogo franco com os movimentos sobre a importância da elaboração de um projeto e passou a fornecer assessoria técnica na sua elaboração.

3 - Houve um determinado momento em que as alternancias de coordenação do projeto MOVA no nível da SME provocaram uma situação em que diversas entidades conseguiram conveniar-se diretamente com a Secretaria sem passar pelas instâncias dos Fóruns dos movimentos. Segundo o depoimento das lideranças, isso se corrigiu no processo na medida em que essas entidades tinham por obrigação participar das reuniões dos Fóruns. Assim sendo algumas abandonaram o projeto pela ausência de identidade com seus objetivos e outras foram cortadas nas suas intenções de ampliação de recursos pelos próprios Fóruns dos movimentos na medida em que elas não atendiam ao critério de participação nestas instâncias.

Tais equívocos, ainda que detectados a tempo e ainda que se tenham procurado soluções corretivas, certamente provocaram alguns precedentes em relação a entidades menos afins com a proposta. No entando isso não parece ter sido um fenômeno de proporções significativas.

É importante assinalar que constatamos entre algumas lideranças a consciência de que ainda que se tratasse de um governo democrático, popular e parceiro, era necessário a exigência de projeto como forma de criar um parâmetro público de avaliação das entidades com as quais se faria a parceria.

"Então a questão de apresentação do projeto era algo importante pois faz com que as entidades pratiquem isso. Mesmo sabendo que tratava-se de um governo que tinham as mesmas idéias, que seria mais fácil, mas a gente achava que era importante esta exigência de apresentação de projeto. Era questão das entidades irem treinando, porque nem sempre a gente pode contar com parceiros, que têm a mesma preocupação." **(Sandra-CEZL)**

"Em relação ao conjunto de entidades era válido porque fazer o projeto permitia que a entidade participasse com clareza. Se não a coisa ia ficar mais solta: olha aí tem uma Prefeitura fazendo convênios, repassando verbas, vamos lá. Se não fizessemos isso a coisa ia ficar muito difícil. Isso fez com que as entidades pensassem, procurassem investir em formação." **(Terezinha - CEMI)**

7.b - Acesso e distribuição dos recursos públicos: igualdade formal dos critérios não evita disputas pelos recursos

Na avaliação dos entrevistados as suas entidades não tiveram dificuldades para a obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho. Cabe apenas registrar reclamações com relação à morosidade na liberação inicial dos recursos, o que provocava por vezes desânimo e a necessidade de que algumas entidades mantivessem um trabalho totalmente voluntário dos seus monitores e supervisores durante o período em que o recurso já conquistado ainda não tinha sido liberado. Outro aspecto a sublinhar é que, ao menos nos anos de implantação e crescimento do MOVA (90-91), este foi um programa em que a carência de recursos certamente não foi uma marca determinante.

É também consensual uma avaliação positiva, sobre o fato de que, as regras estabelecidas para determinar o montante de recursos a serem destinados mensalmente a cada entidade,[35] eram claras e criavam uma equinimidade de critérios para todas as entidades. Isto servia de forte proteção contra qualquer tentativa de destinação clientelista de recursos.

---

[35] De acordo com os termos do convênio cada entidade recebia um volume X de recursos proporcionalmente ao número de núcleos em efetivo funcionamento. Por sua vez este número de núcleos tinha que ser comprovado através das listas de presença que atestavam o número de alunos com presença regular nos núcleos. Ou seja, um núcleo só tinha reconhecimento efetivo se assegurasse um número mínimo de alunos com presença regular nas aulas.

Esta equanimidade de critérios ainda que positiva no processo contribuir para acirrar um certo nível de concorrência entre elas numa mesma região (como é o caso do Fórum Leste II) ou até mesmo entre diversas regiões. O motivo da disputa tinha que ver com a disposição e/ou capacidade de abertura de um maior número de núcleos que pelo critério estabelecido significaria um maior volume de recursos disponíveis.

A polêmica deste critério utilizado quase que com exclusividade numa 1ª etapa se manifestava de diversas maneiras:

a) Em 1º lugar porque ascendeu e/ou acirrou controvérsias entre as entidades de uma mesma região em função da discussão sobre os limites para a abertura de núcleos. No caso do Fórum da Leste II podemos citar desde o caso do CECOPI que a partir de determinado momento decidiu parar de crescer e fixou um teto para o nº de núcleos que teria condições de trabalhar até a situação do Movimento de Alfabetização da Zona Leste II que ao atingir cerca de 100 núcleos inicia todo um debate interno sobre a validade ou não de prosseguir numa ampliação, sobre suas consequências político-pedagógicas que acabou provocando a sua cisão em duas partes que passaram a ser representadas por duas entidades em separado no Fórum: 28 núcleos ficaram com a entidade do Centro de Educação da Zona Leste e os outros 72 se agruparam na entidade Casa da Mulher do Jardim São Carlos.[36]

---

[36] No relato de seus representantes evidencia-se que haviam avaliações bastante diferentes sobre a validade político-pedagógica de uma entidade buscar uma ampliaação indefinida do número de núcleos sob sua responsabilidade. Algumas destas lideranças se dizem convencidas.

b) Em 2º lugar os critérios inicialmente um tanto genéricos para a admissão de entidades acabavam dificultando uma avaliação mais precisa sobre se o número de núcleos projetados tinha correspondência com a experiência pedagógica acumulada pela entidade e até sua capacidade organizativa. As entrevistas indicam que quando se estabeleceu com mais precisão o fluxo de aprovação e avaliação das entidades começando pelos Fóruns Regionais, houve maior possibilidade de controle entre os próprios movimentos do processo avaliativo e também por parte da Secretaria.

c) Em 3º lugar a comprovação do funcionamento efetivo dos núcleos através das listas de presença ainda que atendesse a uma necessidade da Secretaria em ter algum instrumento formal tornou-se questão bastante controvertida. De um lado porque a Secretaria não teve em todos os momentos do processo condições de estabelecer uma fiscalização ampla e rigorosa do cumprimento de tal critério. De outro lado porque quando o fez encontrou o questionamento até mesmo das entidades com mais tradição de trabalho educativo de que tais "inspeções" ignoravam condições particulares de alguns núcleos em que os alunos de fato não podiam frequentar as aulas todos os dias devido a problemas do seu cotidiano de trabalho ao até a circunstâncias especificas daquela comunidade (problemática de violência etc).

d) Em 4º lugar a disputa pela capacidade de abertura de núcleos acabava dando maior peso a algumas entidades que tinham vínculos com a Igreja e de maior tradição na região. Isto porque tais entidades na corrida por locais para abrir núcleos e por um número de alfabetizandos

acabavam tendo mais acesso às comunidades organizadas pela Igreja e que lhes garantia maiores possibilidades de conseguir salões comunitários e alunos. isso faz com que as entidades que estavam começando o trabalho tivessem maiores dificuldades para a obtenção dos recursos. O problema aqui está em que o critério estabelecido tratava igualmente entidades desiguais.

g) Por fim este tipo de disputa criou uma certa altura na cabeça de algumas lideranças que achavam que a entidade que tivesse o maior número de núcleos na região exerceria maior influência sobre o projeto em nível regional.

É importante destacar que tais fragilidades eram utilizadas por pessoas que no interior da SME ou do conjunto do governo municipal tinham restrições de naturezas e motivações diversas, a utilização de recursos públicos em projetos de parceria com entidades definidos por essas pessoas como de natureza privada. Pode-se constatar no entanto que o empenho tanto dos movimentos quanto da equipe responsável pelo MOVA e das pessoas da equipe central do gabinete em superar e corrigir tais fragilidades foi de fundamental importância para legitimar a idéia de que se estavam utilizando recursos para uma parceria com entidades que prestaram um serviço público e num projeto de interesse público equivalente às atividades desenvolvidas na escola pública.

Ainda assim algumas questões foram motivo de controvérsia até o final, entre as quais podemos citar:

a) O volume de recursos relativamente alto de que dispunha o projeto MOVA em sua fase de implantação e crescimento criou um padrão de possibilidade de remuneração por parte das entidades aos seus monitores e supervisores, que era visto como acima dos padrões vigentes para o professor da rede municipal e estadual da rede de ensino, sobretudo consideranso-se os graus de exigência de titulação formal diferenciados e outras questões relativas a jornada de trabalho. Cabe aqui apenas assinalar que essa controvérsia, ainda que levantada com alguns dados objetivos, era alimentada pelo distanciamento dos educadores e da estrutura do MOVA em relação a rede oficial o que naturalmente exacerbava alguns sentimentos corporativos.

b) Outro motivo de controvércia foi o fato de que as entidades, apesar de receberem recursos para se responsabilizarem pela manutenção de salões comunitários onde funcionava a maior parte dos núcleos do MOVA em alguns casos reivindicavam e até utilizavam salas de aula de escolas públicas. A controvércia aqui estabelecida era de duas ordens de questões: a primeira tinha que ver com a compreensão de alguns movimentos de que era importante "conquistar o espaço da escola pública" para o funcionamento do MOVA, o que era contra argumentado por autoridades da SME no sentido de que identidade do MOVA estaria justamente em fazer educação nos espaços onde a escola não seja e que a consolidação desses espaços pelo movimento seria fundamental para garantir a continuidade do projeto em função de uma possível mudança de orientação por parte de uma nova administração; a segunda tinha que ver com um argumento de que na medida em que os termos do convênio

previam recursos para a manutenção dos espaços comunitários, não seria justo que as escolas públicas abrigassem salas do MOVA arcando sozinhas com a sua manutenção e também que o recurso escedente que isto proporcionava para algumas entidades era injusta em relação a outras entidades que tinham que aplicar todo o recurso previsto nos espaços comunitários em que funcionavam seus núcleos.

É interessante destacar que no último ano de governo em função dos cortes que foram necessários em todo o orçamento municipal, ocorre em relação ao projeto MOVA uma situação paradoxal e em certo sentido positiva: a impossibilidade de ampliar recursos e a necessidade de cortar alguns provoca, por um lado, um acirramento das disputas e divergências entre as entidades, mas ao mesmo tempo, as obriga a afunilar critérios mais precisos de avaliação do trabalho que vinha sendo desenvolvido por cada uma das entidades. Segundo depoimento dos coordenadores do MOVA esse foi um momento de amadurecimento das discussões entre as entidades, que teriam conseguido resolver sozinhas os critérios, sem necessidade de interferência por parte da secretaria. Por outro lado, no âmbito do Fórum MOVA este se constituiu num momento de máxima tensão entre o conjunto dos movimentos e a SME em função da disputa para reduzir ao máximo a necessidade de cortes no projeto.

7.c. - Prestação de contas: uma difícil aprendizagem

A questão da prestação de contas foi um elemento do processo educativo que o projeto MOVA proporcionou tanto para as entidades e

movimentos quanto para aqueles que exerciam as funções de governo e tinham responsabilidade sobre o projeto. Foi uma aprendizagem difícil para ambas as partes, mas ao final pode-se observar que ouve grande amadurecimento sobretudo com relação aos procedimentos que se devem utilizar para assegurar o princípio ético indispensável da transparência na utilização dos recursos públicos.

Apesar de uma clara consciência a respeito da importância da prestação de contas, esse processo foi vivido cheio de contradições tanto pelas entidades como por aqueles que estavam nas funções de governo.

Para entedermos melhor tais contradições vale fazer uma breve descrição de como se desenrolou ao longo do tempo a discussão sobre os procedimentos de prestação de contas.

De acordo com depoimento dos entrevistados, durante o maior período do projeto, a prestação de contas se dava da seguinte forma:

a) Cada entidade deveria manter sua contabilidade em ordem, deixando arquivados os recibos de entrada de verbas e as notas fiscais dos gastos, com fechamentos regulares do balanço.

b) A SME, a solicitação mensal de verbas se fazia através da entrega das listas de frequência dos núcleos, mediante as quais, solicitava-se um montante de verbas necessárias para a manutenção dos núcleos com funcionamento efetivo.

Ao longo do processo as fragilidades deste procedimento foram emergindo, obrigando a um novo acordo entre a SME e as entidades, com novas regras para a prestação de contas:

"Acho que essa foi outra questão conflituosa, mas imprecionantemente rica... Na verdade a gente verificou, depois de um certo tempo, que esta prestação de contas era insuficiênte para mostrar lisura no uso da verba pública. Aí começamos uma discussão com os movimentos que também se alertaram para isso. Simultâneamente, aparece como detonador desta discussão uma série de denuncias, entre os próprios membros do movimento, sobre possíveis desvios de verba. A Secretaria apura todas as denuncias e aí, algumas entidades mais antigas, com uma caminhada maior, conseguem perceber o risco que estávamos correndo. Risco não pela Secretaria e sim deles, de que o projeto fosse julgado inoperante e difícil de ser realizado devido a tantos problemas. Então nós começamos a discutir, até que a gente resolveu solicitar uma prestação de contas completa trimestralmente. Alguns movimentos achavam que isso era burocracia, mas grande parte deles concordou com esta questão e o próprio Fórum deles defendeu essa medida e aí realmente isso começou a acontecer, ainda que tardiamente."
(Silvia Telles - ex-coord. MOVA/SME)

Pode-se constatar também, como resultante deste processo que a Secretaria passou a exercer um controle mais rigoroso sobre a correspondência entre as listas de frequência enviadas a Secretaria e o número real de alfabetizandos que estavam frequentando a sala de aula.

De acordo com os depoimentos, as posições das entidades variavam desde aquelas que tinha muita resistência a qualquer forma de prestação de contas, alegando burocratização, até aquelas que consideravam aquele sistema inicial ineficiênte e achavam que a SME

deveria exigir a apresentação periódica de toda contabilidade da entidade, inclusive com as notas de comprovação de despesas. Esta posição defendida pelas entidades com maior tempo de existência, já acostumadas a prestação de contas desde a época dos convênios com a Fundação Educar, acabou vitoriosa entre as entidades.

Cabe observar ainda que esta prática de prestação de contas ainda que realizada com relativa tranquilidade pelas entidades, não deixava de colocar dificuldades.

A ausência de orientação por parte da Secretaria sobre como proceder a prestação de contas, num primeiro momento prejudicou aquelas entidades mais novas que não tinham a experiência anterior nesta questão. Isso foi revisto ao longo do projeto e a Secretaria passou a oferecer assistência técnica aquelas entidades que assim necessitavam.

Como pode-se perceber os critérios estabelecidos inicialmente dificultaram que a Secretaria tivesse controle do processo e fiscalizasse todos os núcleos numa primeira etapa. Diga-se de passagem que a distância de alguns destes núcleos criava problemas de controle até mesmo para os coordenadores responsáveis pelas entidades às quais estes núcleos estavam vinculados. Mais ao final do processo, diante do crescimento do projeto e do amadurecimento de reflexão sobre estas questões, tanto as entidades como a SME passaram a exercer controle mais rigoroso de prestação de contas.

Sobre as reclamações e denuncias que eram trazidas as reuniões do Fórum Regional Leste II por membros das próprias entidades, o

procedimento adotado foi sempre a solicitação de provas e a procura inédita dos responsáveis pelas entidades denunciadas para obter esclarecimentos. Foi destacado que também neste aspecto a regionalização dos Fóruns foi fator positivo, pois as entidades de uma mesma região tinham mais condições de exercer uma ação fiscalizadora entre si. No caso do Fórum da Leste II não ficaram comprovadas nenhuma das denuncias de possíveis irregularidades.

Outro aspecto a destacar é que a preocupação com a transparencia na prestação de contas estendeu-se também ao interior das entidades tendo havido em várias delas cobrança no sentido de que os monitores e supervisores deveriam ter acesso regular a prestação de contas. A ausência deste mecanismo, em algumas delas, provocou choques e conflitos entre suas lideranças.

Como dissemos inicialmente, em meio às contradições acima referidas, havia um processo educativo que ressultou no amadurecimento tanto dos movimentos quanto das pessoas que estavam a frente do governo:

"Foram feitas várias reclamações e a orientação que a gente procurava dar era de que as entidades precisavam fazer o possível para ter o máximo de transparência nesta questão da prestação de contas, porque o Projeto MOVA tinha que mostrar uma responsabilidade muito grande na questão administrativa, pois estávamos administrando o dinheiro público. Como tratava-se de um projeto desenvolvido por organizações populares, nós tínhamos que ter uma responsabilidade muito grande na boa condução dessa administração, para mostrar

inclusive para o governo, que as organizações populares tinham responsabilidade com o trato da coisa pública. Essa discussão a gente fazia permanentemente no Fórum." **(Chico Ferreira - CEZL)**

"Uma vez que se trabalha com a verba pública, então a prestação de contas é imprescindível. O problema está na maneira como se faz essa exigência. Ficou muito a questão da prestação de contas pela prestação de contas. Não se pode exigir muita qualidade no que tange a apresentação de documentos, se não se tem uma proposta de acompanhamento e assessoria que contribua para isto." **(Joselito - CECOPI)**

Também nos depoimentos os responsáveis pela SME observa-se bastante preocupação e amadurecimento com relação a esta questão:

"As entidades fizeram a prestação de contas direitinho, mas acho que houve problemas pois a supervisão dessa questão tinha que ser mais próxima, mais efetiva por parte da Secretaria. No penúltimo e último ano o gabinete exerceu um maior controle sobre essa questão. Se o projeto não tivesse ganhado a dimensão que teve, nós poderíamos ter acompanhado mais de perto essa questão". **(Marcos Mendonça - ex-coord. NAE 10)**

"Eu, por várias vezes enfrentei alguns conflitos com algumas entidades que achavam que a administração ao cobrar os relatórios estaria exercendo uma forma de controle. Eu sempre dizia que se tratava disso mesmo, era controle do destino do dinheiro público, pois nós queríamos que fosse controlado e isso porque fica estranho que a gente cobrasse de outros atores da sociedade civil e eles tivessem lisura no trato

com recurso público e nós não o fizéssemos. Tratava-se da preservação de uma ética na qual a gente acreditava e continua acreditando até hoje." **(Mário Sérgio - ex-Secr. Educação)**

No depoimento de Mário Sérgio encontramos inclusive a sugestão de um procedimento mais público para a aprovação dos relatórios das entidades:

"Eu preferiria até, num momento em sequência em que fossemos Estado novamente, que a gente fizesse uma discussão mais pública dos relatórios e que estes não fossem apenas um documento. Eu acho que o relatório sobre o uso de um dinheiro público, que é patrimônio da cidade, teria que ser discutido em aprovado nos Fóruns Regionais e só com o aval do Fórum MOVA é que ele deveria ser encaminhado para a administração para ser analisado. Assim ele viria embasado." **(Mário Sérgio - ex-Secr. Educação)**

"Eu tinha uma preocupação bastante responsável sobre o dinheiro público, porque eu sabia que o dinheiro é pouco e a gente precisa fazer o máximo com ele... Não é, por se tratar de um governo de trabalhadores, que a gente não devia fazer uma prestação de contas que condiza com a situação do dinheiro que foi repassado. Quanto maior fosse a transparência, maior seria a credibilidade, a coerência com os princípios de organização dos trabalhadores na cidade." **(Stella Graciane - ex-coord. MOVA/SME)**

É interessante destacar a importante síntese contida no depoimento de quem acompanhou o processo na qualidade de assessoria:

"Num primeiro momento a tendência das entidades era de negar qualquer tipo de transparência. Esta era vista como fiscalização e ingerencia indevida. Com o tempo isso mudou. O MOVA adotou uma postura muito boa com relação as entidades. Eu diria que se o MOVA teve um processo educativo frente as entidades este foi um elemento deste processo. Ter a experiência não percecutória de que você pode fazer uma parceria, mas que esta tem regras. Isso foi muito importante para os movimentos e ajudou a retomada de um certo espírito público." **(Orlando Jóia - assessor AE)**

8. Começando a aprender o funcionamento da máquina do Estado

Tomando por base os depoimentos colhidos, pode-se dizer que houve por parte dos movimentos uma apropriação, ainda que superficial, de alguns aspectos do funcionamento da máquina do Estado. Os aspectos mais sublinhados referem-se às questões relacionadas com o acesso e utilização das verbas públicas. Vejamos os depoimentos:

a) *"Aprendemos a lidar com a verba pública, pois tinha gente que achava que era só receber e gastar como quisesse."* **(Valdice - CEMI)**

b) *"O movimento popular começou a perceber que a máquina pública é muito complicada e o trabalho de prestação de contas foi dos fatores que possibilitou esta compreensão."* **(Chico Ferreira - CEZL)**

c) *"Nós tomamos contato com os trâmites burocráticos, aprendemos a reivindicar de maneira mais organizada, muita entidade aprendeu a formalizar documentos e a necessidade de sistematizar sua produção em função disso."* **(Joselito - CECOPI)**

d) *"Aprendemos que o repasse de recursos não ocorria do jeito que a gente imaginava e eram coisas que a gente não sabia antes como funcionava."* **(Nilce - CECOPI)**

e) *"Houve aprendizagem de algumas noções novas, como por exemplo, a questão do orçamento público."* **(Sandra - CEZL)**

É importante destacar que tais aprendizagens ocorreram em graus diferenciados entre as entidades de acordo com seu acúmulo anterior na prática de relação com o poder público e de reflexão sobre tal questão. Esta diferenciação também ocorreu no interior de uma mesma entidade, sendo maior a aprendizagem por parte daquelas lideranças que acompanhavam as discussões dos fóruns especificos dos movimentos e do fórum MOVA. Isso provocou inclusive a avaliação de que não havia uma devida socialização das informações sobre as discussões da parceria (especialmente nos aspectos político-administrativos) por parte das lideranças que representavam entidade em relação aos supervisores e monitores da mesma.

Outro aspecto a destacar é a de que houve uma percepção por parte das lideranças dos movimentos de aquela parceria se constituia num fato novo em relação ao que tinha sido até então a relação dos movimentos com o poder público:

"Foi um fato novo ter uma administração que trouxe uma parceria com os movimentos sociais como houve na administração Luiza Erundina.") **(Aroldo - AMCHRP)**

"Deu uma outra visão para a gente de que é possível trabalhar com o poder público numa outra ótica, que é a ótica da parceria, da paridade dos grupos. Basta ter vontade da Prefeitura, no sentido de estar abrindo estes espaços para a população." **(Sandra - CMJSC)**

É importante assinalar que houve significativas aprendizagens com relação aos limites desta nova relação que se estabelecia com o Estado:

"Da relação com o Estado eles aprenderam duramente de que o Estado é capaz, mesmo estando ocupado momentaneamente por pessoas progressistas e que queriam ajudar os trabalhos populares, eles aprenderam que isto não é suficiente para a construção de um projeto." **(Marcos Mendonça - ex-coord. NAE 10)**

Vejamos então as aprendizagens acerca destes limites.

Em primeiro lugar a experiência vivida pelos movimentos sobretudo com relação a morosidade dos procedimentos administrativos (assinaturas de convênios, liberação de recursos, etc) possibilitou uma percepção do peso e emperramento da máquina administrativa do Estado e de que estas não se alterava facilmente somente pela vontade política dos governantes:

"Foi dolorosa mais a gente aprendeu que a coisa não é do jeito que a gente pensa que pode ser lá dentro, ou seja, que você pode simplesmente

chegar e fazer acontecer o projeto da forma que voce idealiza." **(Nilce-CECOPI)**

"O que deu para a gente entender é que a coisa quando é diferente, é bastante difícil de se engrenar dentro dessa máquina. Tanto é que só foi a administração Luiza Erundina sair que a máquina ficou mais emperrada para o lado dos movimentos sociais." **(Haroldo - AMCHRP)**

Em segundo lugar, outro aspecto significativo foi a aprendizagem da negociação e percepção de limites a horizontalidade que se buscava estabelecer entre a SME e os movimentos:

"A gente percebeu que a negociação ia até certo ponto. Chegava um ponto em que a decisão era da Secretaria e ponto final. Isso se dava mais no plano administrativo." **(Nilce-CECOPI)**

Em terceiro lugar, percebeu-se que o poder de financiamento do Estado lhe dava um enorme poder político em relação aos movimentos que, as vezes, não tinha conexão direta com a orientação política da administração. No caso da relação de parceria buscada pela Secretaria e movimentos, o poder de financiamento do Estado acabou acirrando uma série de disputas entre as entidades e lideranças dos movimentos. Por outro lado, quando mudou a orientação política da administração municipal na atual gestão esta valeu-se do poder de financiamento para retirar o repasse de recursos e assim estinguir a parceria com as entidades e movimentos.

"Eu acho que esta é uma interferência que o Estado nunca vai deixar de exercer. Vai depender dos movimentos saberem trabalhar com isto." **(Marcos Mendonça - ex-coord. NAE 10)**

Vale ressaltar também que ocorreram aprendizagens importantes por parte daqueles que estavam no exercício da função de governo em relação ao funcionamento do Estado. Gostaria de destacar o depoimento de Silvia Telles (ex-coord. do MOVA) fazendo uma avaliação sobre o que foi aprendido pelos movimentos por quem estava no Governo:

"Eu acho que as entidades mais atuantes, as que realmente participaram, elas ampliaram muito sua visão do que é a burocracia estatal, continuando a não aceitá-la, brigando, reivindicando mudanças, contestando. Mas essa atitude do movimento foi a que possibilitou também ao Estado arejar-se e ficar um pouco menos autoritário. e a gente também perceber e aprender a lidar com essa burocracia. Muitas vezes a gente reproduziu, por não saber por onde caminhar. Graças a algumas pessoas mais arejadas nesta área, a gente procurou formas diferentes de lidar com essa burocracia."

Eu acho que a gente conseguiu abrir muitas coisas, algumas coisas foram abertas erradamente, como aquela questão sobre o controle do trabalho dos movimentos, onde caimos inicialmente numa simplificação lamentável. Mas logo percebemos o quanto a burocracia aí era importante para que o MOVA inclusive pudesse se tornar uma proposta acreditada e respeitada na sociedade a partir de uma transparencia total do seu trabalho.

Aí tivemos uma reflexão muito interessante sobre o que é e para que serve a burocracia. Fizemos inclusive uma assembléia onde discutimos isso exaustivamente, onde o movimento aprendeu muito e nós também crescemos muito e lidamos melhor com a burocracia hoje. Isto é claro não deu conta de todas as questões e os movimentos continuaram lutando, brigando por algumas questões justas e por outras que nós não concordávamos." **(Silvia Telles - ex-coord. MOVA/SME)**

É importante destacar aqui que, tanto por parte das lideranças de movimentos, como daqueles que tinham responsabilidades na Secretaria, há uma avaliação de que as aprendizagens dos movimentos em relação ao funcionamento da máquina, ficaram restritas aos aspectos que foram vivenciados mais imediatamente por esses movimentos, na discussão dos convênios com a SME, faltando uma apropriação mais ampla e profunda dos mecanismos internos do Estado. Por exemplo, no tocante ao orçamento público os movimentos tomaram uma consciência primeira de que este afetava diretamente o projeto, de que era importante participar na sua elaboração, mais ainda faltou aprimorar melhor o conhecimento instrumental acerca de como se produz a peça orçamentária de todos os procedimentos relativos a sua execução.

De qualquer modo se tomamos como referência a cultura anteriormente predominante de compreensão do Estado como inimigo e de sua rejeição, a experiência proporcionada de parceria provocou importante ruptura com relação a esta compreensão anterior. Os movimentos perceberam concretamente que o projeto de parceria representava uma possibilidade efetiva da sua interferência na política

pública de educação do governo municipal. Também, algumas conquistas dos movimentos, ao longo do processo, no sentido de alterar e agilizar procedimentos burocráticos contribuíram para que os movimentos verificassem que é possível, através de pressão e proposição, alterar os mecanismos de funcionamento do Estado.

Vale dizer que, ao mesmo tempo em que se pode afirmar que houve importante aprendizado por parte dos movimentos sobre sua relação com o Estado e sobre alguns aspectos do seu funcionamento, fica a dúvida se esta aprendizagem não ficou muito associada às circunstâncias de um governo petista, especialmente no caso de entidades que tinham menos reflexão anterior sobre o tema e que acumularam menor debate durante o processo.

Também no caso das lideranças e entidades com maior trajetória de prática e reflexão sobre a relação com o Estado, houve importante aprendizagem sobre o que significava um governo petista no aparelho de Estado:

"Deu para o próprio militante do movimento popular entender melhor tanto as dificuldades que o partido no qual ele tinha votado enfrentava ao assumir o poder público, quanto para entender as falhas do seu partido com relação a estar assumindo esse poder público." **(Joselito-CECOPI)**

"A principal contribuição foi o fato de essas entidades poderem ter vivenciado um processo com todos os conflitos, mas um processo onde tinham um espaço de reflexão sobre eles. As entidades puderam sair daquela idéia genérica a respeito da relação com o Estado e vivenciar

uma situação particular, concreta, com os seus vais e vens: nem sempre o governo Erundina-PT é a favor da gente naquilo que é o meu pleito mais imediato. De vez em quando o governo Erundina que eu apoiei está contra minha pretensão e eu tenho que me relacionar com este fato novo de que se trata de um governo da cidade que tem relação com atores específicos dentro deste universo da cidade." **(Orlando Jóia - assessor AE)**

Apenas a título de ilustração gostaria de apresentar a estimativa contida no depoimento de Mário Sérgio sobre os percentuais relativos ao grau de aprendizagem que as entidades tiveram sobre o funcionamento do Estado, porque parecem-me bastante próximos da realidade:

"Eu acho que algumas pessoas aprenderam isto e em termos percentuais eu arriscaria dizer que vinte por cento dos movimentos tiveram bom aprendizado da questão do estatal, do público; quarenta por cento tiveram a compreensão regular e quarenta por cento não compreenderam, ou seja, a relação ainda era de simples cobrança sem compreender os meandros, o cotidiano." **(Mário Sérgio - Ex. Secr. Educação)**

É importante lembrar ainda que este processo todo de relação dos movimentos com o poder público, numa linha de parceria, possibilitou para parcelas de pessoas que estavam no governo uma melhor compreensão sobre a realidade dos movimentos:

"A equipe central como um todo, assim como as pessoas que administravam a Secretaria nos postos chave, vendo o desenvolvimento do trabalho, acompanhando os conflitos e verificando os resultados, começaram a respeitar mais o trabalho dos movimentos, ver que eles são

capazes de desenvolver um trabalho. Ao final da gestão a gente já tinha uma idéia mais homogênea, no bom sentido, uma concepção mais afinada, não vendo o movimento como uma coisa pura, santa, tudo que vem dele é bom e, nem por outro lado, vendo-os como incapazes. Isto porque havia uma visão na Secretaria de que as pessoas que não tinham um certo nível de escolaridade formal, não tinham condições de ensinar e a gente não aceitou isso, até conseguirmos comprovar que os movimentos eram verdadeiros e capazes e que o importante era ter formação para isso." **(Silvia Telles - ex. coord. - MOVA)**

Ao final, cabe mencionar, significativo e generalizado sentimento que se observou, entre as lideranças dos movimentos, de que nesta experiência de parceria com o governo a gente não se sentia explorado. Mais do que isso, observa-se orgulho de ter participado dela:

"Eu nunca ouvi uma pessoa não dizer com a boca cheia, bojuda: — eu participei do MOVA! As pessoas tem orgulho de ter participado e com força. Ninguém fala do MOVA de forma esqualida. Fala de forma forte, de forma que vem de dentro mesmo da pessoa, de estar convicto de que ele participou de um momento histórico da cidade de São Paulo, para refrear o analfabetismo, para contribuir para sua reversão, para minimizar o problema social de um mundo letrado que está entrando na era da computação e da tecnologia e que mantém grande contingente de pessoas que não conseguem detectar ainda que ônibus devem pegar, que direção tomar etc." **(Stella Graciane - ex.coord. MOVA)**

9. Ampliando a visão sobre o analfabetismo e acerca das responsabilidades do Estado e da Sociedade

Os depoimentos obtidos revelam que em termos de conjunto mais geral de entidades houve uma ampliação restrita da visão sobre a problemática do analfabetismo e das responsabilidades do Esrado e da sociedade no seu enfrentamento.

As entrevistas revelam que para a maioria dos participantes esta ampliação se deu através de uma tomada de consciência da dimensão do analfabetismo no seu bairro, na sua região e em alguns casos em relação a cidade como um todo. Diversas entidades realizaram pequenos censos, publicação dos seus resultados, organizaram campanhas de esclarecimento. Tudo isso contribuiu para uma melhor visualização da dimensão do problema ao nível regional tanto por parte dos participantes do projeto MOVA como parte de outros segmentos da sociedade local que passaram a ter maior sensibilidade em relação a problemática.

Em parte isso se explica devido ao fato de que o trabalho de formação desenvolvido junto ao conjunto dos supervisores e monitores ficou mais centrado na discussão da prática de sala de aula e fez uma abordagem restrita da relação entre o analfabetismo e a problemática da escola regular, da educação na cidade e em relação ao modelo de desenvolvimento vigente no País.

Diferenciam-se deste quadro mais geral aquelas lideranças que participaram dos diversos Fóruns (Regional, Municipal e Fórum MOVA)

e em especial aquelas que representavam entidades que já tinham uma reflexão anterior sobre a problemática do analfabetismo e das responsabilidades do Estado e da sociedade.

Tais lideranças puderam em 1º lugar constatar a diferença de uma iniciativa séria daquela gestão no governo municipal em parceria com os grupos e entidades populares de outras iniciativas anteriores da própria Prefeitura e de programas até concomitantes promovidas por outras esferas governamentais. Estas quando não se omitiram totalmente em relação a luta contra o analfabetismo, desenvolveram ações apenas de pirotecnia (como foi o caso do PNAC no Governo Collor) ou programas de baixa qualidade (como foi a experiência do MOBRAL durante a ditadura militar) ou ainda tímidas e insuficiêntes tentativas de parceria (como foi o caso dos projetos apoiados pela Fundação Educar com precariedade de recursos e falta de acompanhamento pedagógico.) Também no plano do governo estadual constatava-se forte omissão em relação a problemática do analfabetismo, além de uma deliberada política de desativação de classes de suplência nas escolas públicas.

"Foi só com a administração de Luiza Erundina na Prefeitura que a gente conseguiu essa abertura. Foi o governo que abriu essa possibilidade de trabalhar com a alfabetização junto com os grupos organizados que já tinham experiência nesta questão. Já o governo federal fez trocentos projetos para trabalhar com essa questão mas que ficaram só no papel, ou seja, não tem um compromisso sério do Estado com essa questão." **(Sandra - CMJSC)**

"Fez a gente avançar e entender que o analfabetismo existe por questões sociais e que o Estado deixa a desejar. O MOVA foi um momento em que o Estado se voltou para isso, tentou fazer um trabalho que acabasse com o analfabetismo e estava dando certo. Só que nem todos que estão no poder têm esse compromisso... Para eles quanto mais as pessoas não sabem ler e escrever ficam sendo mais dominados por eles." **(Haroldo - AMCHRP)**

"Eu acho que especialmente na fase de implantação do projeto MOVA essa questão foi discutida fortemente: o papel do Estado na solução do problema do analfabetismo - isso ficou bastante forte para a gente." **(Cristina/Chiquinho - CMJSC)**

Observa-se que para algumas lideranças o conjunto de discussões havidas nos diversos Fóruns ampliou e tornou mais nítida uma visão sobre a responsabilidade do Estado mas também da sociedade civil organizada na solução do problema do analfabetismo e de outras questões sociais:

"Agora a gente vê o que a gente enquanto cidadão pode estar fazendo por isto, mas que não basta só a nossa boa vontade. É preciso que o Estado também cumpra o seu papel." **(Nilce - CECOPI)**

"Com o projeto MOVA nós começamos a ter uma visão melhor dos números, do número de pessoas analfabetas na cidade, do núnero de pessoa atendidas pelo projeto. Com isso vimos que era realmente importante uma ação conjunta, uma ação ampla, muito forte, para resolver esse problema do analfabetismo. O projeto MOVA acabou sensibilizando outras pessoas da sociedade que não trabalhavam com

alfabetização de adultos para essa realidade do analfabetismo. E acho que na medida em que o Estado todo fazer uma parceria com a sociedade civil, não só na questão da alfabetização mas em relação a outros problemas também, eu acho que estes acabam sendo resolvidos." **(Chico Ferreira - CEZL)**

Outros depoimentos também enfatizam que apesar de o número de pessoas atendidas (cerca de 20.000 foram atingidas pelo trabalho dos núcleos de alfabetização) ser relativamente modesto em relação à dimensão do problema (estimava-se em 1.500.000 o número de analfabetos na faixa de 15 anos ou mais na cidade de São Paulo), o projeto MOVA cumpriu o importante papel de aumentar, para um número bem menor de pessoas e segmentos sociais na cidade, a consciência sobre a questão do analfabetismo:

"Eu tenho uma convicção de que a gente expandiu muito a consciência sobre a questão da educação de adultos para a população dentro desta cidade porque nós falávamos tanto disso na mídia, nos debates que a própria mídia assimilou a questão e começou a lidar com ela de maneira positiva." **(Mário Sérgio - ex-Secretário da Educação)**

Vale lembrar que esta difusão da consciência sobre o analfabetismo e a educação de adultos na cidade tem que ver também com a "capilaridade" proporcionada pela parceria com entidades que atuam em regiões de núcleos populacionais aonde não chega a ação da escola regular. Esse potencial ainda ficou limitado por vezes pela falta de visibilidade do trabalho desenvolvido por algumas dessas entidades que,

segundo alguns, não conseguiram tirar uma certa marca de "clandestinidade" do seu trabalho.

Cabe assinalar que esta ação comunicativa e educativa proporcionada pelo MOVA em relação à questão do analfabetismo e da educação de jovens e adultos teve reflexos positivos também entre o conjunto de educadores da Secretaria particularmente aqueles que estavam no 1º escalão que passaram a dar maior atenção a esta problemática.

Em relação aos educadores que atuavam no 2º escalão da Secretaria e na rede municipal de ensino essa consciência ficou muito prejudicada, pois não houve um fluxo de informações e sobretudo um diálogo mais permanente entre os educadores que faziam o MOVA e o restante dos educadores da rede e de níveis internediários da Secretaria. Ou seja, ainda que o projeto MOVA fosse parte integrante da política educacional da Secretaria, não se conseguiu na prática articular suas ações e as pessoas nelas envolvidas com as práticas e com os educadores da rede municipal de ensino, inclusive no nível do programa EDA. Evidência clara desta ausência de relacionamento é o fato de que as entidades participantes do MOVA não encontraram a solidariedade dos educadores da rede municipal de ensino no momento dos embates pela continuidade do projeto com a nova gestão do governo municipal iniciada em 1993.

Tal situação pode-se explicar em função de algumas razões: em 1º lugar o MOVA situado como um projeto "especial" ligado ao Gabinete do Secretário teve as vantagens relativas a um projeto considerado como

prioritário, mas acabou se tornando uma estrutura paralela em relação aos demais orgãos da Secretaria e em última instância em relação ao conjunto das ações da política educacional desenvolvida; em 2º lugar porque ainda que o projeto tivesse sido pensado na perspectiva de articular-se às ações do programa EDA, desenvolvido na estrutura regular da Secretaria, isto acabou ocorrendo muito timidamente e ao contrário em muitos momentos houve falta de diálogo e até disputas pouco relevantes para uma melhor articulação de uma política de educação de jovens e adultos.

Essa problemática traz a tona a avaliação de que nem nos momento valeria criar maior unidade na política de educação de jovens e adultos, talvez criando um único programa que poderia ser desenvolvido através de mais de uma modalidade de ação.

Também em relação ao 1º escalão da Prefeitura como um todo (secretários e administradores) pode-se dizer que o MOVA adquiriu uma legitimidade que deu a ele o caráter de um projeto visto como prioritário pelo conjunto do governo. Vale dizer que se tratou de uma conquista na medida em que no início alguns secretários tinham resistência ao projeto sobretudo pelo aspecto do repasse de recursos às entidades populares. Pode-se ainda constatar que tal legitimidade conquistada no interior do governo e diante de diversos setores da sociedade civil torna o MOVA hoje uma parte necessária de um programa democrático de governo para a cidade de São Paulo além de tornar-se uma referência que está sendo recriada e aplicada em diversos municípios hoje no Brasil.

Outro aspecto a destacar é de que a parceria com o Estado no projeto MOVA provocou, entre algumas lideranças e entidades com maior trajetória de trabalho educativo, algumas importantes reflexões sobre a natureza mesma do trabalho desenvolvido que podem ser assim sintetizadas:

1) A multiplicação de núcleos proporcionada pelo volume de recursos existentes precisa ser melhor avaliada. Fica a impressão para algumas lidernças que deve-se limitar o crescimento do projeto para assegurar maior qualidade e consistência do trabalho desenvolvido pelas entidades.

2) O trabalho de alfabetização de jovens e adultos é sério e complexo e de resultados bastante difíceis de serem obtidos. Por isso o seu caráter politizador está diretamente associado à competência na ação alfabetizadora propriamente dita. A qualidade do trabalho oferecido precisa ser igual ou superior àquele da escola regular para conseguir atrair e garantir a permanência dos alfabetizandos.

3) As ações empreendidas de alfabetização precisam incluir a pós-alfabetização e uma articulação que possibilite aos alunos prosseguirem seus estudos na escola regular para evitar a ocorrência da regressão ao analfabetismo e possibilitar que tais jovens e adultos tenham assegurado seu direito à uma escolarização completa e de boa qualidade, condição essencial para a sua inclusão social e para o desenvolvimento da sua cidadania.

"Eu trago comigo hoje uma série de amadurecimentos em relação ao trabalho que foi realizado principalmente na Zona Leste naquele período. Um deles é o seguinte: talvez o trabalho da entidade adquirisse uma consistência maior se a gente conseguisse fazer uma distribuição de responsabilidades na região de modo que uma mesma entidade não precisasse concentrar um número muito grande de núcleos sob sua supervisão. Eu sinto que quando houver um novo investimento na alfabetização, este conjunto de entidades mais comprometidas estarão com uma nova qualidade de trabalho." **(Chico Ferreira - CEZL)**

Também as lideranças da Casa da Mulher do Jardim São Carlos ao enfatizar a preocupação atual com a qualidade pedagógica do trabalho afirmaram estarem preocupadas em preparar de fato seus alfabetizandos para poderem cursar com tranquilidade a 5ª série da escola regular.

"Parece à primeira vista que se retira aquele caráter politizador legado a mobilização, mas, na verdade, não se tirou o caráter político pois o revolucionário nesse processo de alfabetização é transformar o sujeito num cidadão com algumas competências. Isso para ser um ganho no processo todo. Eu tenho certeza que numa nova experiência dificilmente o pessoal vai querer crescer e fazer um número muito grande de classes. Vão querer selecionar melhor quem de fato trabalha e fazer um trabalho de mais qualidade. Isso foi um ganho dessa relação com o Estado." **(Marcos Mendonça - ex-coord. do NAE)**

Também a ex-coordenadora do MOVA-SP, Silvia Tellez destaca em seu depoimento a importância deste aprendizado para algumas lideranças dos movimentos e que teve reflexos na sua participação na

elaboração do plano de governo do candidato do PT na disputa eleitoral da Prefeitura de São Paulo em 1992.

"O fato mais significativo em termos de mudança da compreensão do movimento foi quando a gente passou pela campanha do Suplicy à Prefeitura de São Paulo. A equipe de educação do programa de governo entusiasmada com a proposta do MOVA-SP, achou que podia superar os dados de atendimento da administração em que estávamos, fazendo uma proposta mais cuidadosa e que caía na prática de campanha. Qual não foi a nossa surpresa ao ver lideranças do movimento defenderem a idéia de não campanha e irem junto conosco dialogar com a equipe de programa para inverter essa situação. Eles sabiam que a idéia de campanha era inviável e discutiram muito no interior do partido com os organizadores do programa, sobre o que é alfabetização, o que é uma proposta para alfabetizar um adulto, quem é esse adulto e suas necessidades. Eles já tinham toda uma bagagem, uma convicção, uma leitura dessas necessidades. Assim , nessa discussão, pouco precisamos falar." **(Silvia Tellez - ex-coord. MOVA/SME)**

10. Reavaliando a autonomia dos movimentos no processo

Pode-se observar nas entrevistas que apesar de durante o período de parceria haver uma percepção de que havia uma autonomia plena dos movimentos, hoje com um distanciamento maior e com a fragilização

provocada pelo fim dos convênios na atual gestão (1992-1996), há uma avaliação mais crítica e uma visão de que tal autonomia era limitada.

Vejamos os depoimentos mais significativos sobre esta questão entre os entrevistados das entidades do movimento:

"Na época do MOVA, eu acho que os movimentos mantiveram sua autonomia, nós pelo menos mantivemos nossa autonomia. Não houve cortes. Houveram as exigências normais e que eu acho que devia haver. Mas corte assim de dizer: você não pode fazer isso ou aquilo, cortar a autonomia dos movimentos. Isso nunca houve." **(Valdice - CEMI)**

"Naquela época a impressão que eu tinha é de que existia uma verdadeira autonomia dos movimentos em relação à Prefeitura. Foi sòmente com o fim dos investimentos no projeto de alfabetização da cidade, que eu percebi que a nossa autonomia era uma "autonomia" (entre aspas). Não chegava a ser uma autonomia plena porque a gente tinha uma certa relação de dependência da Prefeitura, no aspecto financeiro e também, de certa forma, na questão pedagógica.

Ao final do convênio, com a mudança de gestão e o fim dos recursos, eu senti que as entidades ficaram meio orfãs, ficaram sem aquele apoio que tinhamos antes." **(Chico Ferreira - CEZL)**

"Se houvesse autonomia, a gente poderia ter continuado independente da própria Secretaria, o que não aconteceu. Eu acho que houve uma dependência. A 1ª dependência que ocorria foi a financeira. Mas também houve dependência nos critérios pedagógicos." **(Nilce - CECOPI)**

É interessante destacar que há uma compreensão clara de que a gestão financeira foi o âmbito mais forte de dependência criado na parceria e que acabou provocando dependência política no sentido de que os movimentos não se preocuparam em encaminhar alternativas para enfrentar possível descontinuidade na parceria diante de um governo de outra orientação, buscando também outras formas de sustentação financeira e política daquele trabalho:

"De certa forma os movimentos deveriam ter avançado mais. Mas a gente vê que não foi bem assim tanto é que quando o maluf resolveu cortar o convênio com as entidades, a gente se sentiu super mal, como se fosse um filho que tivesse perdido a mãe. A gente se acomodou um pouco. A gente se esqueceu um pouco de organizar as bases, de se organizar enquanto movimento mesmo, de lutar pela melhoria do ensino público. Inclusive havia uma discussão no Fórum dos movimentos, no sentido de se criar uma entidade que pudesse dar sustentação depois do MOVA, de estar criando formas pelas quais o MOVA pudesse continuar em outra administração e isso não aconteceu. De fato havia essa relação mais igualitária dos movimentos discutindo com o poder público, mas as mesmos, de certa forma, acomodaram-se na situação. Tanto é assim, que depois que termina, tivemos aquela quebra." **(Sandra-CMJSC)**

"Neste caso a parceria econômica com o Estado foi maléfica porque fez com que as pessoas se acalmassem e não se preocupassem mais com o futuro. Até porque várias pessoas do movimento tinham quase que a certeza de que a Erundina faria o seu sucessor." **(Cristina/Chiquinho - CMJSC)**

"E aí que nós caímos na realidade de que, enquanto organização da sociedade civil, não tínhamos nenhum planejamento de como desenvolver o trabalho de alfabetização aqui na cidade. Por exemplo, durante o projeto MOVA eu penso que teria sido possível travar uma luta para colocar em lei a obrigação do poder público municipal de investir no trabalho de alfabetização de adultos. Além disso deveríamos ter criado uma rede que não permitisse a um governo sem compromissos com a questão da alfabetização, que desmonte tão rápido como o atual governo vem fazendo, todo o trabalho de alfabetização. A autonomia nossa, foi muito limitada." **(Chico Ferreira - CEZL)**

Outros depoimentos destacam o fato de que o grau de dependência criado durante o período da parceria com o governo municipal é também resultado da diversidade presente no espectro de entidades que tinham convênios com o MOVA.

a) Há uma diversidade relativa a própria origem das entidades e a natureza das suas atividades: no caso da Leste II havia algumas com forte vínculo com o Movimento dos Sem Terra, outras com o Movimento de Saúde, outras com o trabalho de criança e adolescente e apenas algumas com o trabalho de educação propriamente dito. Este aspecto da diversidade também tinha que ver com as matrizes políticas a que estas estavam ligadas: umas mais ligadas a Igreja, outras mais ligadas a partidos (e neste caso predominantemente ao PT).

b) Haviam graus de institucionalização diferenciados das entidades assim como de experiências anteriores de convênios

com o poder público. Algumas praticamente se institucionalizaram em função do convênio MOVA e tiveram neste sua 1ª experiência de convênio com o poder público.

c) Haviam graus diferenciados de acúmulo anterior nas entidades com relação a questão como alfabetização, cultura, educação de um modo geral. Parece razoável supor que as entidades que já tinham maior acúmulo na reflexão sobre essas questões foram mais beneficiadas com as possibilidades criadas pelo projeto MOVA.

d) Haviam inicialmente graus diferenciados de compreensão sobre a importância da acumulação interna da entidade no processo. Em algumas entidades, algumas lideranças continuavam achando que parceria é só isso. Você me dá um dinheiro e ao realizo o serviço. Ficava difícil a percepção de que essa dimensão de serviço (que é real) precisaria estar recoberta por uma intencionalidade política que apontasse no sentido do acúmulo, da autonomia etc.

Assim sendo, os dados abtidos parecem indicar que o grau de dependência estabelecido no processo foi muito diferenciado para cada entidade dependendo de sua acumulação anterior (grau de institucionalidade, especificidade educariva do trabalho, relação com o poder público) e também do grau de compreensão que adquiriram ao longo do processo de parceria sobre a importância de construir um acúmulo interno a entidade, sobre a importância da articulação com outras entidades e sobre os limites daquela relação que se estabelecia de

parceria naquele momento com o Estado. Parece relevante no entanto destacar que a fragilização generalizada provocada pelo rompimento dos convênios com o governo posterior, ainda que sentida em graus variados, obrigou a todas as entidades a fazerem uma avaliação mais crítica das suas práticas e da compreensão de autonomia que tinham do processo.

É bastante importante também a reflexão crítica que se desencadeou entre as lideranças dos movimentos e entre aqueles que estiveram a frente da SME acerca da necessária relatividade da autonomia quando se constrói uma relação de parceria entre dois atores de natureza tão distintas. (Estado e movimentos):

"O que é autonomia? Poder de decisão? Este ia até certo ponto. Agora se tomarmos a palavra autonomia no sentido da liberdade de poder fazer, então eu acho que ela ocorreu. A produção que houve, a riqueza de material é uma evidência dessa autonomia. Apesar de algumas orientações que vinham da Secretaria, acho que em nenhum momento houve alguma imposição tão rígida, que impedisse as pessoas de na sua prática estarem fazendo, criando, como foi o caso do próprio encontro de Alfabetizandos que nós organizamos na região." **(Nilce-CECOPI)**

"Com relação a autonomia dos movimentos como havia esse acompanhamento pedagógico do MOVA tratava-se de uma "autonomia" (entre aspas) pois a gente tinha de alguma forma seguir algumas coisas que eram determinações da Secretaria. Mas ao mesmo tempo, as entidades e o Movimento tiveram a liberdade de continuar trabalhando de forma que faziam antes. Inclusive o fato que a gente trabalhava e se

organizava aqui no movimento contribuiu de certa forma no próprio modelo de organização que a Secretaria adotou para organizar o MOVA em toda a cidade." **(Sandra-CMJSC)**

É preciso assinalar, no entanto, que permanece uma certa divisão entre os entrevistados dos movimentos com relação ao grau necessário de regras estabelecidas e a liberdade de cada ator envolvido. Observa-se nos depoimentos tanto aqueles que avaliam que faltou o estabelecimento de um maior número de regras e assim a liberdade existente descambou para a fragmentação, expontaneismo e "laissez-faire", outros que consideram que houve uma adequada correlação entre regras estabelecidas e liberdade de ação para as entidades, outros ainda que consideram que havia um número excessivo de regras e exigências em relação a alguns aspectos que significava um grau exagerado de interferência do estado sobre as entidades do movimento.

Mário Sérgio (ex-Secretário da Educação) propõe em seu depoimento um modelo explicativo para esta questão que parece não ter ficado muito bem resolvida para o conjunto das pessoas envolvidas no processo:

"Na parceria com a Secretaria, os movimentos eram autônomos, mas não eram soberanos. Há uma diferença entre autonomia e soberania. Para mim, autonomia é você poder fazer o que quiser, no seu campo de competência. Soberania é você fazer o que você quiser. Nem os movimentos e nem a administração eram soberanos. A autonomia ocorria em grande parte e deveria ter existido cada vez mais. No entanto a diferença entre autonomia e soberania foi um tema mal resolvido. Eu,

Secretário da Educação, representante da Prefeita, eleita por uma parcela da população com mandato na cidade, não poderia chegar para um grupo e dizer: Vocês são livres, façam o que vocês quiserem com um recurso que foi repassado pelo conjunto da população. Eu deveria sim supervisionar, checar bem tudo, acompanhar, porque é isso que contribui na história e na formação política das pessoas. Uma das coisas que contribui na formação política é a seriedade. Socialismo não é barbarie. Democracia não ausência de regras e sim a construção coletiva das mesmas. Éticamente isso não ficou bem resolvido. Parecia, em muitos momentos, que se tratava de uma interferência da administração no trabalho dos movimentos. Assim como, eventualmente, a administração também se sentia dessa forma, quando o movimento quis dizer a nós o que deveríamos fazer.

O que eu tenho certeza é que o MOVA na relação Estado - Movimentos Populares não foi mediocre. Ele não ficou na média. Houve vários confrontos. Mas foi aí que se cresceu, neste embate." **(Mário Sérgio - ex-Secretário da Educação)**

Também o depoimento de Silvia Telles (ex-coord. do MOVA) é bastante elucidativo da aprendizagem mútua acerca da relatividade da autonomia dos movimentos e da Secretaria no processo:

"Eu hoje acho que a questão da autonomia é muito relativa para os dois lados. Até determinado momento, o movimento vai ter que brigar mesmo pela sua autonomia, porque não é possível que a gente admita a cooptação, a prática de mandar tudo pronto, do autoritarismo que se teve durante muitos anos sobre os movimentos. Mas por outro lado, a

Secretaria também tem que ter a sua autonomia. Nos últimos relatórios nós falavamos assim: - respeitando a autonomia de ambos os lados. Por exemplo, a questão do orçamento é muito complexa. Eu não posso olhar o meu umbigo no sentido de olhar só o meu trabalho. Tenho que entender que a verba pública tem que ser destinada a vários outros projetos sociais em benefício das comunidades e que a população tem que participar disso. Assim sendo, foi uma aprendizagem essencial fazer o movimento participar das audiências públicas em que se discutia o orçamento. E eles iriam lá brigar pelo seu pedaço e ouvir da população se ela achava que realmente deveria ser delegado um orçamento maior para aquela questão. Isso colaborou para que o movimento entendesse o que é autonomia e como pensar globalmente o que a sociedade precisa não só na educação de adultos.

Eu acho que as vezes aconteceu que a gente defendia tanto a autonomia do movimento que acabava não se colocando. É importante criar uma relação onde todos tenham liberdade para discutir, argumentar e na argumentação a gente definir, juntos, qual vai ser a cara do trabalho. Mas não que a gente vá se omitir, deixar de falar com medo de que não haja autonomia deles." **(Silvia Tellez - ex-coord. do MOVA)**

Podemos concluir que o ambiente democrático criado na parceria estabelecida no projeto MOVA e o contraste autoritário que se criou logo a seguir pela gestão posterior, foi de vital importância para uma reflexão mais profunda e crítica a respeito da complexidade envolvida na questão da autonomia entre atores sociais e políticos de naturezas distintas. Foram apreendidos limites objetivos colocados para esta autonomia como

é a questão da dependência financeira criada pelos movimentos em relação ao Estado e que acabou dando a este um poder político maior na relação, independentemente da intencionalidade democrática daqueles que ocupavam o governo por ocasião do período da parceria.

Foi também apreendido que numa relação de parceria e numa prática democrática de um modo mais geral, há a necessidade de estabelecer regras que retiram uma soberania total de cada parte, imprimindo portanto alguns limites a autonomia de cada um, que no entanto, pode e deve ser exercida no âmbito de competencia de cada ator. Ficou claro que o não exercício pleno desta autonomia por parte dos movimentos durante o processo e a sua relativa acomodação e atrelamento àquela situação específica de um governo democrático e parceria acabou fragilizando o movimento no sentido de fortalecer e, constituir espaço próprio de criar capacidade de gestão para enfrentar situação de alternancia de governo e de orientação política como de fato ocorreram logo a seguir.

11. Parceria pedagógica: uma construção que não se completou

É interessante observar que mesmo havendo o reconhecimento de que havia intencionalidade positiva no sentido de construir uma parceria pedagógica, há a constatação de que as limitações foram grandes tanto por parte da Secretaria. Existe ainda uma sensação generalizada de que

o tempo de existência do projeto (três anos) foi pequeno para uma construção que envolve desafios muito grandes para ambas as partes e que só no final é que houve um amadurecimento maior desta relação.

Da parte dos movimentos foram reconhecidas algumas limitações:

a) Nem todas as entidades tinham o mesmo grau de preocupação com as questões relativas a qualidade pedagógica do trabalho. Algumas entidades não atribuiam importância devida a esta preferindo discutir "as questões mais práticas dos convênios". Aquelas que já tinham uma trajetória maior e mais acúmulo pedagógico, de um lado, não se satisfaziam com a formação proposta pela Secretaria (ora por considerarem muito teórica, ora muito técnica) e, por outro lado, parecem ter se acomodado no processo de reivindicar, durante um bom tempo, alterações, tendo dificuldades de apresentar propostas alternativas. Algumas delas chegaram inclusive a buscar assessoria externa junto a ONGs com tradição na ação de assessoramento a grupos populares de alfabetização.

b) Aquelas entidades que teriam maior experiência a oferecer parecem ter se intimidado diante da "enfase teórica" trazida pela Secretaria prejudicando um processo de troca de conhecimentos.

c) Aquelas entidades que não tinham experiência pedagógica se colocavam básicamente como aprendizes em relação a formação oferecida pela Secretaria e, assim sendo consideravam suficiente o fato de a Secretaria preocupar-se em oferecer a melhor assessoria pedagógica

possível, valorizando-se sobretudo o processo de regionalização havido na formação.

Em função deste contexto pode-se constatar de parte de lideranças e supervisores das entidades com maior acúmulo pedagógico, de que, a Secretaria acabou desempenhando um forte papel de condução do processo, relativizando assim o caráter mais efetivo de uma parceria:

"Não houve parceria efetiva. A Secretaria acabou conduzindo esta parte. Isso porque os movimentos têm uma prática, mas tiveram dificuldades para expressar suas propostas. As limitações foram muitas e apareceu a grande dificuldade dos movimentos em teorizar. E a Secretaria embora não entendesse muitas vezes o funcionamento prático de um núcleo, pensava sobre o assunto e pensava melhor que os movimentos." **(Terezinha - CEMI)**

Expressando a avaliação daquelas entidades que tinham menos acúmulo encontramos depoimentos que avaliam a parceria mais pelo lado do investimento feito pela Secretaria na questão pedagógica:

"Parceria teve porque a Secretaria teve grande influencia nos movimentos, porque ela ajudou muito na maneira de se supervisionar, estar passando para seus monitores e estes para seus educandos... Do meu ponto de vista houve uma grande parceria sim. O movimento entrou com as suas experiências e a Secretaria com o conhecimento técnico." **(Ineiva - AMCHRP)**

Numa avaliação mais crítica sobre a efetivadade da parceria podemos observar alguns depoimentos reveladores de como algumas

lideranças do movimento percebiam uma certa desigualdade de papéis no dia a dia desta relação:

"Existia uma parceria, mas não se efetivou de fato. Havia parceria porque em toda atividade de formação estava ali sempre uma pessoa da Secretaria e uma pessoa do movimento. Mas, ao representante do movimentos era solicitado que apresentasse uma história do mesmo, enquando a Secretaria assumia toda questão das contribuições de Piaget, Emília Ferreiro e processo de construção da escrita. E isso já vinha pronto." **(Sandra - CEZL)**

"Neste sentido não dá para afirmar que houve parceria efetiva. Houve parceria enquanto estrutura, por exemplo, o movimento contribuia com o cadastramento, com inscrições, com a organização dos eventos. Mas metodológicamente muito pouco." **(Joselito - CECOPI)**

É interessante observar a consciência por parte de lideranças e supervisores do movimento de que as dificuldades para se dar maior efetivadade a parceria devem-se as limitações e formas de agir tanto da parte da equipe técnica como por parte dos movimentos:

"A prefeitura achava que como eles eram pessoas técnicas detinham o conhecimento técnico e os movimentos tinham a prática. E nós acabamos inicialmente aceitando isso. Eu sempre dizia que isso era contraditório com a linha de trabalho do Paulo Freire que afirma justamente que todo trabalho deve partir da prática do educando. Mas a Secretaria não fazia isso conosco, eles ignoravam essa prática e jogavam todo o peso da teoria. Ficava com o movimento e com o supervisor a

responsabilidade de ver como essa teoria se encaixava na nossa prática. **(Sandra - CEZL)**

"Na minha avaliação esse processo não se efetivou cem por cento porque os supervisores do movimento tinham uma série de atividades além do trabalho de alfabetização no tempo que dispunham para o aprofundamento de conteúdo, preparação dos cursos para os monitores era muito limitado. Já a equipe da Secretaria tinha todo o tempo disponível e com isso conseguia trazer uma reflexão bem mais aprimorada. Nesse sentido os nossos supervisores tiveram uma participação timida nos debates e nas discussões." **(Chico Ferreira - CEZL)**

Outros depoimentos ainda apontam a questão de que o tempo que se teve ao longo do projeto foi pequeno para um amadurecimento da relação e para a superação de suas limitações, ainda que se reconheça que houve avanços em relação a situação inicial:

Certamente estes limites com relação a formação dos educadores criaram problemas no tocante a qualidade pedagógica do trabalho desenvolvido, particularmente entre aquelas entidades que não dispunham de acúmulo nesta área que não contavam com nenhum outro tipo de assessoria a não ser aquela fornecida pela Secretaria. A grande relevância da temática da qualidade pedagógica e sua relação com a formação dos educadores no projeto MOVA-SP, sugere a necessidade de uma futura investigação centrada neste aspecto do projeto.

"O que acontecia lá nas reuniões com os supervisores na Secretaria ficava um pouco aquém do que a gente estava vivenciando. A nossa realidade com suas dificuldades era bastante precária. Nós

trabalhávamos com monitores que tinham um nível de escolaridade bastante diferenciado e com compreensões bastante diversas do universo das questões políticas. Fazer um trabalho assim valeu como iniciativa, valeu a teimosia pois é por ai mesmo que agente acha o caminho. Só que o tempo que a gente teve para essas práticas, para encontrar o caminho ideal foi muito pequeno. Na realidade portanto o que a gente trabalhava lá naquelas reuniões era muito proveitoso enquanto tal, mas nem sempre eram coisas que você podia trazer para a realidade daqui de modo integral." **(Nilce - CECOPI)**

"Bem no início do MOVA essa questão da parceria deixava um pouco a desejar... Nesse início vinha muita coisa da Secretaria e era ela quem organizava a formação. Portanto naquele período eu acho que não teve essa parceria e isso foi sendo construído no desenvolver do projeto. De certa forma houve um pouco de acomodação das entidades. Até então as entidades que já tinham um trabalho anterior, tinham sua própria maneira de fazer a formação. Elas deixaram esse trabalho muito na mão da Secretaria. Só mais ao final do MOVA, essa relação mudou e houve uma maior parceria." **(Sandra - CMJSC)**

No depoimento de Silvia Tellez (ex-coord. do MOVA) encontramos uma síntese dos conflitos presentes nessa busca de uma parceria agora no campo pedagógico e uma importante descrição das aprendizagens que esta relação proporcionou tanto para os movimentos como para a equipe técnica da SME:

"Tanto eles como nós, estávamos aprendendo a fazer isso. Eu acho que nós somos fruto de uma educação bastante tradicional e de uma

profissionalização que nos habituou a preparar planos, montar planejamentos, etc. Assim, por mais que estivéssemos imbuídos dos princípios da parceria, houve momentos fortes, particularmente no início, de já trazer a coisa mais elaborada. Isto até por causa da exigência que tínhamos conosco mesmo: nós só seremos competentes se estivermos preparados para dar este curso de formação inicial e se tivermos um material pedagógico elaborado para isso. Então houve este equívoco no início. O movimento, no começo, parece de certa forma aceitar, sendo que, alguns questionavam e outros não. Ficava como um ponto de interrogação para o movimento: Não havia clareza se deveriam brigar por isso ou não. E a questão foi ficando meio pastosa no sentido de se misturarem as coisas.

A Secretaria começou o trabalho junto aos supervisores e, ao longo do processo, fomos percebendo essas nossas contradições. Mais ao final, o movimento já estava bastante mais firme exigindo que construíssemos mais parceria enquanto na Secretaria nós nos questionávamos se agora tudo tinha que ser em parceria. No último ano e meio, nós começamos a preparar todas as formações iniciais em conjunto com os supervisores e desenvolvê-las também em conjunto.

Um dado interessante é que a gente se preparava para a reunião de preparação da formação com os supervisores. Aí o pessoal do movimento nos perguntava: Como vocês chegam e já estão pensando tudo isso, vocês de reuniram antes? Nós respondíamos que sim, até por uma questão de respeito aos movimentos. Aí eles diziam: Agora descobrimos que a gente chega em desvantagem para esta construção. Fizemos esse debate na

equipe central, alguns não concordaram, mas acabamos percebendo como a gente se trai de vez em quando e acaba fazendo as coisas da forma que a gente não quer... Começamos a discutir melhor o que é esse construir pedagogicamente em parceria e daí para frente demos um salto de qualidade. Do lado dos movimentos, enquanto alguns supervisores descobriram esta contradição, muitos outros gostavam que a gente viesse com as questões elaboradas previamente, porque eles tinham pouco que contribuir, ou melhor, não acreditavam na sua contribuição.

Então a gente preparava junto e vimos que é diferente mesmo fazer junto desde o começo, partindo da avaliação do último curso, até chegar à construção do novo com as modificações necessárias. Neste processo nós aprendemos e o movimento também. Foi uma experiência muito saudável, tanto para aqueles no movimento que queriam tudo pronto e para nós que aprendemos a não fazer aquilo tão quadradinho, tão pacotinho." **(Silvia Tellez - ex-coord. do MOVA)**

Conquistando a pós - alfabetização e a emissão dos certificados: um momento de forte protagonismo dos movimentos

A questão da pós alfabetização e da emissão dos certificados foi motivo de forte conflito entre os movimentos e a Secretaria, sendo que uma solução institucional para a questão foi bastante retardada e acabou acontecendo apenas no último ano.

É preciso dizer que desde o projeto inicial do MOVA já estava previsto o trabalho com a pós alfabetização como parte integrante do próprio processo da alfabetização de jovens e adultos. No entanto, aquela altura, não haviam ainda definições precisas sobre quem se responsabilizava pelo desenvolvimento daquele trabalho e como se resolveria a questão dos certificados.

Da parte dos movimentos, sobretudo daqueles que já tinham uma trajetória maior e que já faziam a pós alfabetização desde os tempos do convênio com a Fundação Educar, inicia-se forte pressão junto a Secretaria no sentido de que esta reconhecesse e apoiasse o seu trabalho de pós alfabetização assim como emitisse certificado que desse valor legal a esse reconhecimento. Essa idéia acabou sendo apoiada também por outras entidades que tinham interesse em desenvolver a pós alfabetização.

Da parte da Secretaria havia muita dúvida e alguma resistência à idéia de que os movimentos assumissem a tarefa da pós alfabetização, imaginando-se que tal responsabilidade deveria ficar a cargo do EDA. As dúvidas também residiam na questão de como se encontrar um instrumento que assegurasse validade jurídica a emissão de certificados pela Secretaria para o trabalho desenvolvido pelas entidades conveniadas com o MOVA.

Essa discussão foi tomando tal vulto e demorando tanto tempo para resolver-se que, as entidades mais antigas, continuaram a fazer a sua pós- alfabetização independentemente da Secretaria avaliar como positivo ou não este fato. No entanto isso começou a colocar uma

necessidade de urgência para a solução do problema, pois era necessário, apresentar uma alternativa concreta de certificação para os alunos que concluiam tal curso.

Finalmente constituiu-se um grupo de trabalho com representantes de todas as partes envolvidas (dos movimentos, da equipe central do MOVA e do EDA) e construiu-se um projeto conjunto que ficou denominado CICLO DE ENSINO FUNDAMENTAL I, uma proposta em ciclo que compreendia a processualidade da alfabetização e da pós (correspondente à primeira até quarta série). Tal projeto depois de ter passado nos Fóruns regionais, no Fórum geral dos movimentos, foi aprovado no Fórum MOVA, no final de 1991, abrindo a possibilidade portanto de que as entidades, que assim desejassem, e, sobretudo tivessem condições (o que seria avaliado mediante a apresentação de um projeto}, pudessem realizá-lo.

Com relação aos atestados, depois de vários estudos de legislação, descobriu-se que a Secretaria teria competência para manter um sistema de verificação da avaliação dos alunos para emissão dos atestados. Além do acompanhamento do trabalho dos monitores e supervisores, a Secretaria passou a fazer uma verificação de todos os trabalhos finais dos alunos para poder emitir os atestados.

Concluindo, pode-se dizer, que como resultado mais geral da parceria no campo pedagógico, conseguiu-se garantir aquele mínimo comum de formação que era preciso dar a todos os supervisores e monitores para o exercício da ação alfabetizadora. Construiu-se um modelo de formação articulado e sequenciado que previa as denominadas

formação inicial, **formação complementar** e a **supervisão permanente.** No entanto os resultados indicam que foram muitos os limites para que se conseguisse estabelecer uma efetiva parceria dos movimentos (sobretudo daqueles que já tinham um acúmulo na área pedagógica) com a Secretaria (mais especificamente com a equipe técnica do MOVA encarregada da assessoria pedagógica).

O tempo para a construção e amadurecimento desta parceria foi pequeno. Também as sucessivas modificações ocorridas na equipe de coordenação do MOVA, com uma natural alteração de procedimentos, ênfases e estilos de atuação, sem dúvida contribuiu para retardar um pouco mais o amadurecimento de tal dimensão da parceria.

Ainda assim é importante constatar que há uma avaliação geral positiva entre os movimentos e entre quem esteve à frente da Secretaria quanto a alguns resultados específicos produzidos. Um deles refere-se ao material pedagógico produzido em conjunto (cadernos pedagógicos) que, ainda que não tivesse sido editado e distribuído com mais agressividade pela Secretaria, serviu e serve até hoje como referência, tanto para os educadores que participaram diretamente do MOVA, como para outros, que em outros municípios, desenvolvem projetos na área de educação de jovens e adultos.

Foi destacado também que a ênfase na produção coletiva de textos na sala de aula, foi uma inovação metodológica para os movimentos e produziu importantes resultados.

Há ainda resultados mais difíceis de se medir na sua dimensão, mas que são significativos, como por exemplo, a motivação criada entre vários educadores que participaram do MOVA em prosseguirem e aperfeiçoarem seus estudos e o engajamento daqueles que acumularam maior experiência e capacitação no assessoramento a outras experiências e projetos de jovens e adultos.

12. Atuação da SME no projeto MOVA: abertura de importante espaço para o trabalho político- educativo dos movimentos mas dificuldades em criar condições para sua continuidade

É importante destacar a unanimidade, tanto das lideranças dos movimentos como daqueles que estiveram a frente da Secretaria e também daqueles que acompanharam enquanto assessores, em torno da vontade política expressa na ação da SME como um fator de vital importância para a existência do projeto.

Essa vontade política é vista como inovadora, no sentido da abertura que teve para uma parceria com os movimentos populares e no fato de que a SME não se limitou a um simples repasse de recursos, mas atuou no sentido de articular política e pedagogicamente a realização do referido projeto. Isso se expressou na estrutura criada pela Secretaria, que envolveu a disponibilização de recursos públicos de significativo montante e de quadros de pessoal especificamente destinados à

viabilização política e pedagógica do projeto MOVA. Destacou-se neste particular a importância da presença entre esses quadros de pessoas que conheciam a realidade dos movimentos populares, o que facilitou a interlocução com os mesmos.

Ao mesmo tempo, observa-se nos depoimentos, uma avaliação crítica a respeito das dificuldades que a SME teve ao longo do processo no sentido de criar condições para uma maior presença pública do MOVA e no sentido de criar bases mais sólidas que pudessem assegurar sua continuidade ao final da gestão.

Aponta-se logo de partida que um certo titubeio inicial por parte do conjunto da Secretaria sobre a importância e viabilidade de tal projeto trouxe algum retardamento desnecessário à sua implementação efetiva. Depois disso as sucessivas mudanças havidas na equipe de cordenação do MOVA são apontadas como um fator que criou dificuldades para o seu processo de implementação com conseqüências não só no plano das relações políticas da Secretaria com os movimentos, mas também para uma necessária continuidade do trabalho de supervisão pedagógica e formação dos educadores.

Outras dificuldades apontadas tem que ver com a localização institucional do projeto MOVA na estrutura da Secretaria e com a falta de uma maior organicidade da relação dos coordenadores do projeto com o conjunto dos dirigentes da Secretaria. A condição de projeto especial, definida inicialmente para o MOVA, e que, o ligava diretamente ao gabinete do Secretário, se por um lado assegurou a sua realização diante de um certo titubeio no início do processo por parte do conjunto dos

dirigentes da Secretaria, acabou transformando-se num fator que contribuiu para um certo isolamento do MOVA em relação ao conjunto das discussões da política educacional da Secretaria e de vários dos seus dirigentes tanto em nível central (gabinete) como em nível regional (NAEs).

Acredito que se revestiu de particular gravidade, a ausência de uma relação mais orgânica do MOVA com o EDA durante a maior parte do processo, pois isso diminuiu a possibilidade prevista inicialmente de que ambos projetos pudessem articular-se como modalidades distintas de uma mesma política de educação de jovens e adultos. Isso veio ocorrer quase ao final do processo quando a partir dos conflitos em torno da pós alfabetização e da certificação, constituiu-se um trabalho conjunto (movimentos, MOVA e EDA) e que resultou numa importante formulação de um Ciclo de Ensino Fundamental I que daria unidade ao trabalho desenvolvido ao nível da alfabetização e da pós, correspondente até a quarta série do ensino fundamental.

Cabe aqui também destacar que as dificuldades de articulação interna do projeto MOVA, provavelmente, tiveram impacto sobre a sua possibilidade de obter maior presença pública, consolidação institucional e relação com outros atores da cidade. É preciso reconhecer inicialmente que o espaço de parceria criado pela Secretaria junto com as entidades dos movimentos populares teve o grande mérito de colocar a discussão da educação (em particular da educação de jovens e adultos) para além do espaço atingindo pela escola regular. Como já assinalamos anteriormente, esta capilaridade possível com este projeto fez chegar a

muitas comunidades e segmentos da população um tipo de debate sobre educação e um serviço de atendimento que o trabalho exclusivo através da rede regular de escolas teria dificuldade de dar conta.

No entanto, isso não foi suficiente para assegurar uma maior presença pública do MOVA. Houveram várias dificuldades por parte dos movimentos e um reduzido trabalho da Secretaria no sentido de dar maior visibilidade pública àquele projeto. Também faltou uma ação política de maior envergadura por parte da SME do sentido de assegurar algumas parcerias institucionais que poderiam dar maior amplitude de ação ao projeto, como é o caso, da relação com as universidades, com as igrejas e com os sindicatos. Outro ator relevante com o qual não se conseguiu um diálogo necessário e adequado foi com a Câmara de Vereadores, tanto no sentido de sensibilizar os vereadores para aquele projeto como para a consequente institucionalização do MOVA, enquanto lei municipal e com previsão de recursos específicos. Isto, poderia ter se constituido num importante instrumento de luta para os movimentos, no sentido de que a administração posterior se visse obrigada a assegurar as condições necessárias para a continuidade do projeto.

No tocante a parceria estabelecida no âmbito pedagógico do projeto, existe um reconhecimento fundamental, por parte das lideranças dos movimentos, de que havia uma preocupação forte da SME nesta área, de que houveram aspectos inovadores na metodologia utilizada, mas que ao mesmo tempo, houveram muitos limites para que se estabelecesse uma parceria de fato, tanto em função das limitações e da heterogeneidade das entidades conveniadas, como em função de uma

prática um tanto vertical, adotada em alguns momentos, pela equipe da Secretaria e que provocou muitos conflitos de motivações e expectativas. No entanto, é importante ressaltar que as entrevistas expressam a convicção de que na dureza dos conflitos, houve aprendizagens e crescimento importante para ambos os lados.

13. Avaliando os principais ganhos e limites das entidades populares no processo da parceria

É preciso destacar que as entrevistas indicam uma clara avaliação de que houve ganhos muito importantes para entidades e os movimentos a elas vinculados com a realização da parceria com o Estado proporcionada na administração da prefeita Luiz Erundina. Esta avaliação vem fundamentada numa leitura crítica daquele processo no sentido de concluir que houve ganhos indiscutíveis em meio aos limites e contradições daquela experiência, reforçada pelo impacto e os prejuízos causados quando a administração posterior rompeu tal relação de parceria.

Em primeiro lugar há uma avaliação de que houve um ganho em termos da ampliação e fortalecimento do trabalho já desenvolvido por aquelas entidades que se conveniaram com o MOVA. Este fortalecimento se observou na ampliação da sua capacidade de atendimento, na possibilidade de oferecer uma estrutura de trabalho mais adequada para

seus monitores e supervisores e na assessoria e material pedagógico a que esses tiveram acesso e que ainda hoje é utilizado por eles.

Em segundo lugar, e este parece ser um dos mais importantes saldos políticos do projeto, o MOVA permitiu que as entidades que já trabalhavam a questão da alfabetização pudessem sair de um certo isolamento em que viviam no seu bairro para reconhecer e conhecer melhor outras entidades da sua região e de outras regiões da cidade que tinham preocupação específica e que já atuavam na questão da alfabetização de jovens e adultos. Mais do que isso, ele criou a possibilidade de que estas entidades se articulassem em nível regional e da cidade, o que permitiu, apesar de todas adversidades que se seguiram com a mudança de administração, que permanecesse algum nível de articulação entre as mesmas, buscando novos parceiros para assegurar a continuidade do trabalho.

Em terceiro lugar houve um ganho para as entidades na percepção da dimensão da problemática do analfabetismo na sua região e na cidade e da complexidade da ação envolvida na sua superação. Cresceu também a compreensão de que para enfrentar um fenômeno dessa grandeza, é imprescindível a presença do Estado, tanto no sentido de assegurar melhores condições materiais e pedagógicas para o trabalho desenvolvido por aquelas entidades dos movimentos sociais, como no sentido de construir políticas públicas mais amplas para a superação do analfabetismo e para assegurar o direito a escolarização completa para aqueles jovens e adultos.

Convém verificar nos próprios depoimentos das lideranças, outros aspectos também destacados como ganhos para as entidades a partir do projeto MOVA:

"O MOVA possibilitou o reconhecimento do trabalho do alfabetizador popular e com isso veio muita coisa. Eu acho que na história da alfabetização de adultos de São Paulo, o MOVA foi um grande marco. De certa forma, a Igreja sempre esteve envolvida neste trabalho de alfabetização. A coisa diferente que ocorreu foi a participação das associações de moradores e o envolvimento de outros movimentos com o problema da alfabetização, como foi o caso do Movimento da Terra, da Saúde, das Mulheres etc." **(Terezinha - CEMI)**

Ainda sobre o Fórum dos movimentos parece importante a aprendizagem de que em meio a adversidade e ao conflito, é possível construir um trabalho conjunto:

"O Fórum mostrou que apesar de perfis bastante diferentes das entidades e apesar das divergências, todos estiveram muito envolvidos e foi possível desenvolver uma proposta em conjunto." **(Terezinha - CEMI)**

Outro ganho importante parece estar na auto confiança adquirida por algumas lideranças no sentido de que os movimentos sociais têm capacidade de interferir nas decisões do poder público:

"Esta relação com o plano institucional permitiu desmistificar o próprio poder público, mostrou que o movimento pode interferir, e as vezes têm mais competência que o próprio poder público, para deliberar

determinadas coisas na medida em que estas o movimento conhece melhor." **(Joselito - CECOPI)**

Vale destacar também, o ganho de compreensão que algumas lideranças tiveram sobre os limites impostos pelo funcionamento da máquina administrativa do Estado em relação aos objetivos pretendidos pelo projeto:

"A gente ganhou em experiência, ganhou em entender melhor essa máquina administrativa e ver que ela não é tão simples. Eu acho que a gente tinha antes uma visão ingênua de achar que tudo era possível. Agora, quando a gente começou a vivenciar essa relação mais próxima, começamos a ver que nem tudo era possível, ou seja, que para que tudo seja possível a gente tem que brigar muito." **(Nilce - CECOPI)**

É interessante observar também um amadurecimento no sentido de avaliar que há resultados que não são mensuráveis, mas que estão contidos no próprio processo de desenvolvimento do projeto e outros que podem ser visualizados através dos ganhos que ficaram para as pessoas que por ele passaram.

"Eu sinto que nós aprendemos bastante, mas apanhamos muito enquanto CECOPI. Hoje eu acho que valeu, mas as vezes eu fico me perguntando sobre o que sobrou de tudo aquilo em termos de resultado final mesmo. Enquanto processo que se desenvolveu teve muitas coisas boas que aconteceram, mas que ninguém se preocupou em guardar, em fazer memória disso. Eu acho que foi um ganho. Se tivesse que começar tudo de novo, a gente começaria. Serviu neste sentido de despertar lideranças, de trazer revelações. Essas coisas não tem fita métrica que

calcule a medida ou balança para medir o peso. Inclusive quando fizemos aqui a atividade com os alfabetizandos, nós vimos a criatividade deles, eles próprios se expressando. Essas coisas eu acho que é um ganho muito grande que mesmo que o MOVA tivesse durado apenas 2 meses teria valido a pena por isso.

Numa avaliação mais geral, do ponto de vista numérico, nós não exterminamos com o analfabetismo que ainda está aí presente. Mas sem dúvida houve um ganho e as pessoas que passaram e que viveram essa experiência do MOVA cresceram muito enquanto pessoas. Esse aspecto mais subjetivo da coisa é muito importante. Quando você vê hoje tanto na Associação São José como no CECOPI quem você está chamando para participar das lutas populares, você observa que está convocando aquelas pessoas que passaram pela alfabetização e são essas pessoas que vão defender hoje os seus direitos nas ruas. Muitas pessoas até já podiam ter essa prática antes, mas certamente muitas pessoas aprenderam a lutar por seus direitos conversando nos núcleos de alfabetização." **(Nilce - CECOPI)**

Também quem esteve entre os quadros da Secretaria faz uma avaliação positiva de ganhos para as entidades e movimentos populares:

"Eu acho que eles se aprofundaram mais na questão da alfabetização. Eles ganharam em competência, investigaram mais, enxergaram a alfabetização como um processo." **(Silvia Tellez - ex-coord. MOVA).**

Em outro depoimento destaca-se a compreensão adquirida a respeito da relação dos movimentos com o Estado e sobre a necessidade da independência dos movimentos em relação a ele:

*"Adquiriu-se a compreensão de que o Estado nunca é bonzinho mesmo tendo uma administração favorável. Eu acho que o movimento sabia isso, mas não sabia bem. Eu lembro que no final da administração o pessoal dizia que iria negociar com Maluf e iria conseguir também. Depois se deram conta de que não havia negociação alguma. Tem que ter uma construção, se você quer trabalhar um movimento de alfabetização de adultos é preciso ter uma independência mesmo. Essa compreensão ficou clara para aqueles grupos que estão ainda aí e que provavelmente vão continuar trabalhando com a questão de educação de adultos.***(Marcos Mendonça NAE 10)**

"Hoje fazendo um retrospecto eu fico impressionado com o tamanho que essa coisa pode atingir. ter conseguido montar um programa com alguma coisa parecida com 20.000 educandos nos seus tempos áureos , mostrou uma capacidade de alavancar e articular essas pequenas entidades que tem muita dificuldade de fazer alguma coisa (pela falta de estrutura de gente para desenvolver o trabalho). Ter conseguido abrir para uma população sem acesso a possibilidade de ir a escola, eu acho que foi um grande avanço.

Eles puderam de fato exercitar uma dimensão de um serviço público. Um serviço público que não se esgotava na sua dimensão imediata de serviço, mas que tinha a possibilidade do exercício e de uma intencionalidade cultural, de uma intencionalidade política, de uma ação

local fortemente carregada da dimensão ética, cultural e política." **(Orlando Jóia - assessor AE)**

Cabe assinalar alguns dos limites apontados pelas lideranças dos movimentos em relação a participação destes no projeto MOVA.

Um dos primeiros limites assinalados foi a heterogeneidade das entidades que se conveniaram e que foi agravada pela atração exercida sobre outras em função dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do MOVA:

"Apesar de todo o lado positivo, a Secretaria com a assinatura de convênios e repasses de verbas possibilitou a existência de grupos sem nenhum compromisso sério com a alfabetização. Isso atrapalhou e limitou muito a ação dos grupos com um compromisso sério. Também o funcionamento do MOVA ficou como referência na cabeça de muitas pessoas e hoje é difícil falar em desenvolver um trabalho de alfabetização de forma voluntária." **(Terezinha - CEMI)**

Por outro lado as lideranças tem claro que a questão financeira (a falta de apoio hoje) é um dos limites mais sérios para a continuidade do trabalho.

Outro limite apontado foi a dificuldade que os movimentos tiveram em lidar com as divergências presentes tanto nos Fóruns regionais como ao nível da cidade.

"Outro entrave é como trabalhar essa questão da pluralidade no espaço do Fórum. No começo a gente não entendia porque as pessoas do Fórum brigavam tanto. A medida que fomos participando mais tempo,

começamos a entender melhor o porque desses conflitos, mais sem conseguir ir além deste entendimento. Essa pluralidade é rica por um lado, de outro, atrapalhou bastante. Por um lado, a Secretaria não conseguia e parece que não queria trabalhar isso, de outro lado, nós do Fórum dos movimentos não conseguiamos colocar limites para os próprios companheiros e isso atrapalhou bastante. Talvez a questão seja esta: nós não estamos acostumados com a prática da democracia, nós estamos mais acostumados com a ditadura, mandou a gente obedece. Este processo foi muito doloroso: de repente vimos que este espaço tinha que ser garantido, mas não sabíamos ao mesmo tempo como fazê-lo." **(Nilce - CECOPI)**

Outro limite verificado tem que ver com os conteúdos trabalhados na alfabetização e levanta-se a dúvida se eles foram suficientes para preparar os alfabetizandos para prosseguirem sua escolarização na escola pública. O MOVA parece não ter conseguido enfrentar de maneira generalizada e consistente os problemas de qualidade. Trata-se de uma questão a ser melhor investigada em outros estudos

É importante destacar nesta direção o depoimento da ex coordenadora do MOVA sobre os limites relativos a uma melhor integração das dimensões política e pedagógicas do projeto:

"Havia um respeito social pelo analfabeto mas não havia um respeito mais integral pelos limites cognitivos deste adulto. Uma das dificuldades encontradas era que havia uma divisão nítida entre um grupo de monitores e supervisores politicamente muito avançados, mas que tinham uma deficiência grande no pedagógico (relutavam em aceitá-

la acreditando que o central era a questão política) e, por outro lado, um grupo de bons técnicos na alfabetização mas que não deram a devida importância a questão política e ficaram muito mais na leitura da palavra. Houve muita discussão até que eles chegassem a compreensão de que trabalhar essas dimensões (pedagógica e política) de forma integrada, era a condição para se atingir um outro patamar de qualidade inclusive na formação política." **(Sílvia Tellez - MOVA)**

Outro limite foi a insuficiente geração de impulsos que levassem a uma discussão mais ampla e generalizada na cidade sobre a questão do analfabetismo, da desescolarização da população e das obrigações do Estado nesse sentido.

Também a própria visibilidade do programa parece ter sido um limite da ação dos movimentos. As entidades poderiam ter criado mecanismos para dar maior visibilidade a ação que estavam empreendendo e assim alavancar uma reflexão mais abrangente na população sobre a educação. Esse potencial foi insuficientemente desenvolvido e acabou se constituindo em um limite do projeto.

14. Alternância de governo: Prefeitura rompe a parceria e movimentos buscam novos parceiros

Pode-se observar nas entrevistas uma clara percepção das dificuldades que se sucederam ao rompimento dos convênios pela gestão do Sr. Paulo Maluf o prefeito seguinte da cidade de São Paulo. Há uma

clara idéia de que o rompimento dos convênios é a materialização de uma nova orientação política da prefeitura de não priorizar a educação e de não investir no combate ao analfabetismo.

A estratégia adotada para acabar com a parceria combinou o rompimento progressivo dos convênios que iam terminando e, ao mesmo tempo, uma tentativa de desacreditar o trabalho desenvolvido pelo MOVA frente à opinião pública, alegando que nele havia mais ênfase nos aspectos ideológicos-partidários em detrimento de suas finalidades educativas e de que teriam ocorrido vários problemas de má gestão administrativa dos convênios.

Os movimentos procuraram travar uma luta de resistência, que combinou respostas públicas a tais acusações e manifestações públicas junto a Câmara dos Vereadores e a Secretaria Municipal de Educação no sentido de exigir da prefeitura a continuidade do programa. Tais manifestações não tiveram resultado prático e rompeu-se qualquer possibilidade de diálogo com a prefeitura.

A partir daí, as entidades que estavam melhor estruturadas para resistir mantiveram-se articuladas, buscaram novos parceiros e constituiram finalmente uma entidade jurídica como expressão desta aglutinação, o IACEP - Instituto de Alfabetização, Cultura e Educação Popular. O IACEP realizou seu Congresso de fundação em 93 e constitui uma parceria com o MEB (Movimento de Educação de Base) organismo ligado a CNBB e que tendo obtido recursos do orçamento da União passou a constituir uma rede de parceiros em distintas regiões do Brasil. O IACEP passou então a fazer parte do chamado Polo Regional V do

projeto de parceria do MEB com entidades de todo o estado de São Paulo, fórum no qual passou a se discutir mecanismos de cobrança de políticas efetivas de alfabetização de jovens e adultos nos âmbitos dos governos municipal, estadual e federal.

Na medida em que os recursos do MEB foram de magnitude bem menor em relação aos que se tinham quando da parceria com a prefeitura e ainda com dificuldades de fluxos de repasses devido aos impasses de aprovação do orçamento da União, houve um processo de grande fragilização das entidades que se mantinham em torno do IACEP. Todas elas reduziram drasticamente o número de núcleos, várias tiveram que extinguir a figura do supervisor que passou a assumir uma sala de aula, todas tiveram maiores dificuldades para reunir seus monitores e assegurar uma formação pedagógica mais intensa. Apesar disso houve um enorme esforço em manter um certo número de núcleos em cada entidade e de assegurar uma qualidade pedagógica no trabalho desenvolvido.

Houve outras entidades que se desligaram do IACEP e buscaram uma parceria direta com o MEB ou então procuraram outros parceiros como ONGs nacionais e internacionais para continuar seu trabalho. Outras ainda optaram por suspender o trabalho de alfabetização, não descartando retomá-lo quando voltarem a ter condições de realizá-las; finalmente, outras simplesmente desapareceram.

Pode-se observar nos depoimentos de várias lideranças e entidades a disposição de, apesar de todas dificuldades e adversidades, continuar o trabalho, buscar novos parceiros e assegurar uma das

principais conquistas do MOVA que foi um melhor nível de articulação entre as entidades que se dedicaram a este trabalho.

"Eu acredito que a situação do MOVA hoje é a mesma de muitos que trabalham com alfabetização no País, ou seja, sem muitas perspectivas. Mas, por outro lado, eu sinto que a gente está num estágio muito à frente daquele que nos encontrávamos antes do projeto MOVA. Por exemplo, até fins de 88 e início de 89, nossa visão de alfabetização ficava muito limitada a zona leste e mais especificamente à Ermelino Matarazzo. Hoje já se tem outra visão: o MOVA contribuiu no sentido de apontar algo maior em torno da questão da alfabetização." **(Chico Ferreira - CEZL)**

"Nós temos dificuldades hoje porque não conseguimos apoio financeiro. Nós temos dificuldades também porque as pessoas estão um pouco apáticas, desiludidas, machucadas. É a vida mesmo que está muito difícil para as pessoas. Então hoje, além de não ter a verba, está faltando aquela mística no trabalho. Eu penso que exístem perspectivas de continuidade para o MOVA e que ele deixou importantes sementes para todos aqueles que com ele estiveram envolvidos." **(Terezinha - CEMI)**

"Nós pensamos no CECOPI em estar retomando a proposta de alfabetização nos moldes em que era antes, inclusive com trabalho voluntário." **(Nilce - CECOPI)**

"Uma dificuldade grave é a questão da continuidade da formação dos nossos monitores. Outro problema não menos grave é o da subsistência econômica do movimento. Eu não vejo formas imediatas para solucionar este problema... Estamos trabalhando de forma muito

limitada. Pessoas que estão hoje no movimento fazem disso uma militância, a forma que elas têm de estar dizendo que essa realidade é possível mudar." **(Cristina\Chiquinho (CMJSC)**

Vale também destacar o depoimento da ex-coordenadora do MOVA sobre sua visão a respeito das perspectivas de continuidade:

"A primeira dificuldade foi a falta de coesão. Eu acho que houve análises muito diferentes sobre a possibilidade de continuidade do projeto durante o governo Maluf. Isso provocou uma falta de coesão no encaminhamentos, o que levou ao retardamento de alguns destes ou a precipitação de outros.

Em segundo lugar, há o problema da verba. Eu não tenho dúvidas de que os movimentos precisam do apoio financeiro para desenvolver seu trabalho, mas se tivéssemos permanecido na administração, eu gostaria de rediscutir o montante de verba, o porque da verba, para não virar um emprego. Nós tivemos muitos problemas.

A questão da coesão e da falta de verbas foram muito significativas para a continuidade do movimento. A verba do MEB não deu conta de manter a atividade no mesmo nível anterior, sendo que o trabalho de sala de aula e de formação ficaram prejudicados.

Também as divergências políticas tomaram um vulto maior do que deviam. Enquanto havia uma sustentação para o trabalho, o coletivo era o princípio primeiro e apesar das divergências, prevalecia o projeto coletivo.

Eu acho que se o IACEP tiver mais ajuda financeira e maior coesão interna, é possível dar continuidade ao trabalho do MOVA." **(Silvia Tellez - MOVA)**

Finalmente, vale destacar o depoimento de Orlando Jóia que enfatiza o significado de se ter conquistado uma articulação de entidades populares como possibilidade de assegurar uma continuidade do MOVA apesar de todas as dificuldades enfrentadas:

"Depois que acabaram os convênios com a prefeitura, que há dificuldades com o convênio do MEB, ficou um tempo meio complicado, mas parece que se está retomando. A minha impressão inicial era de que a maior parte iria fechar. E a minha surpresa é que não fecha. Isso mostra claramente que aquela idéia que deu origem ao MOVA estava correta, ou seja, o MOVA mostrou que havia possibilidade de oferecer educação básica (alfabetização) para uma população antes sem possibilidade de acesso a ela e mostra que esta população está interessada nisso. Esse foi o grande ganho deste programa." **(Orlando Jóia - Assessor AE)**

15. O MOVA não morreu: está vivo sendo repensado e recriado

É importante destacar que ainda que sob condições bastante adversas, aquelas entidades que fizeram parte do MOVA prosseguiram na sua atividade, ainda que de forma reduzida, mas sobretudo mantendo

alguns níveis de articulação no sentido de cobrar políticas de educação de jovens e adultos dos vários níveis de governo.

Mas talvez o fato mais significativo é que a experiência bem sucedida do MOVA construiu uma forte convicção a respeito da sua possibilidade de realização e da necessidade de colocar a questão da educação de jovens e adultos na pauta das discussões sobre política educacional no Brasil. Fatos emblemáticos desta contribuição oferecida pelo projeto MOVA são uma série de iniciativas em outros municípios do País que de alguma forma se inspiram no MOVA, recriando-o à luz das características locais (em alguns casos até adotando formal ou informalmente a sigla), e mesmo outras iniciativas que partiam de entidades da sociedade civil (sindicatos, ONGs, universidades, outros movimentos sociais) que direta ou indiretamente procuram recolher os ensinamentos da experiência do MOVA para a discussão de seus projetos de educação de jovens e adultos. É também significativo o interesse despertado em pesquisadores nacionais e internacionais por estudar a experiência do MOVA.

É interessante observar que por parte das lideranças das entidades que estiveram diretamente envolvidas no MOVA e que continuam, ainda que com muitas dificuldades, mantendo seu trabalho, há uma forte convicção de que a retomada do MOVA nas dimensões que ele chegou a atingir durante a parceria depende fundamentalmente de um novo apoio governamental:

"Essa continuidade do MOVA, do jeito que era, uma coisa grande, bonita e que mexeu com a cidade de São Paulo, só seria possível com o

apoio do governo. Sem esse apoio, as entidades ficam muito restritas ao trabalho lá no seu bairro, fica difícil fazer um trabalho mais articulado, fazer propostas para a cidade e cobrar dos governos políticas de combate ao analfabetismo." **(Sandra-CEZL)**

"Com relação as perspectivas, eu não vejo formas imediatas de solucionar esses problemas a não ser com a eventual chegada à Prefeitura de um governo popular que se interesse por isso." **(Chiquinho - CMJSC)**

É importante destacar que estas lideranças das entidades que estiveram a frente do MOVA quando vislumbram a possibilidade de retornar o MOVA com um novo apoio governamental numa gestão popular, tem clareza de que seria necessário repensar uma série de questões em relação à experiência anteriormente desenvolvida. São apontados com maior freqüência: **a)** necessidade de repensar o número de núcleos que uma entidade tem condições de se responsabilizar garantindo a qualidade pedagógica do projeto; **b)** repensar mecanismos mais eficientes de controle e prestação de contas; **c)** repensar aspectos relativos a formação pedagógico de supervisores e monitores; **d)** existência por parte da Secretaria de um planejamento mais definido para um projeto desta natureza e de uma coordenação em condições de acompanhá-lo do começo ao fim.

É importante também destacar a reflexão que vem sendo feita por aqueles que estiveram a frente a SME a respeito do significado mais geral do MOVA e sobre os desafios para ela colocados em uma possível retomada de sua realização na cidade de São Paulo.

"Se eu fosse trabalhar hoje no SME eu não teria dúvidas de propor novamente o MOVA. Acho que os grupos têm que se renovar e partir para outras experiências de trabalho com alfabetização de adultos. Nós não podemos descartar o vídeo, a TV e o computador. Isso tem que ser pensado e não é caro. Se você não tiver um processo de formação de educadores na TV e até uma TV na sala de aula, a gente não sai do estágio atual. Temos que pensar em coisas mais massivas e mais ágeis. Você tem grupos populares trabalhando com Tvs comentários e outros com circuito fechado de TV (como é o caso da APEOSP em alguns de suas atividades). Numa cidade como São Paulo isso é possível, tem recursos, tem dinheiro. Eu acho que esses grupos populares e qualquer Secretaria de Educação do PT precisa pensar nessas coisas." **(Marcos Mendonça - ex-coord. NAE 10)**

"Depois que o MOVA acabou por decreto deste famigerado hoje prefeito de São Paulo (Paulo Maluf)... muitos resistiram e a duras penas estão continuando, mas a esperança ele não conseguiu matar. O MOVA é um programa que não morreu dentro da mentalidade e do conhecimento dos educadores de norte a sul deste País. O MOVA está mais vivo do que nunca. Não é decreto que faz uma Lei ser implantada (vide Estatuto da Criança e do Adolescente") como também não é um decreto que mata um projeto que está na alma de seus educadores, destes progressistas educadores. Para Paulo Freire, o educador profeta é um ser histórico molhado de seu tempo. Eu estou convicta de que quem participou do MOVA-SP pelo menos se respingou do seu tempo... Tanto coordenação do MOVA como movimentos aprendemos o sentido e o significado na prática

de que Paulo Freire falava de educação como ato político que é a grande inovação de sua proposta. Aprendemos o que é ser protagonista e sujeito de história." **(Stella Graciane - ex-coord. do MOVA)**

Também o ex-Secretário de Educação Mário Sérgio faz importante depoimento sobre o significado do MOVA e suas perspectivas:

"Eu não acho que o MOVA renascerá das cinzas, porque ele não foi às cinzas. Ele está anestesiado durante este tempo.

Acho que os movimentos têm responsabilidade nisso e a administração também. Em parte o enfraquecimento do MOVA se deveu aos equívocos que nós cometemos. Nós não demos todo calço necessário para que ele se sustentasse também à posteriori.

Mas também os movimentos têm resposanbilidade. Porque de tal maneira eles nos enfrentaram, fizeram embate conosco em relação a algumas coisas, que não compreenderam, que também eles nos enfraqueceram no momento da defesa da continuidade do mesmo com a mudança de administração.

Em todos os lugares por onde eu vou, as pessoas sempre perguntam do MOVA e eu já vi filhotes do MOVA em vários locais. Filhotes do MOVA e de uma filosofia que está dentro do PT.

Eu acho que a saída para um renascimento do MOVA não está em simplesmente ganharmos a gestão novamente. Ela está num movimento nacional pela educação, ela está na mão dos Sindicatos, da CUT, que finalmente está entrando firme nesta luta.

Eu acho que o MOVA volta. Nós temos muita possibilidade de voltar no ano que vem ao aparelho público. E aí ele pode ser reordenado com outras bases. Você entra com mais cautela com relação a coisas que se equivocou e entra com uma expectativa de que ele é possível. Ele não é só necessário, ele é possível.

Em todos os programas de governo com os quais disputamos as últimas eleições aparece lá a prioridade de educação de jovens e adultos. Só que antes a gente colocava isso como uma palavra de ordem e agora a gente já põe como um projeto que você tem dados, números, custos, onde você já tem noção dos problemas e das alternativas.

Essa cultura acumulada é patrimônio dos movimentos que eu penso que precisa cada vez mais ir preservando, divulgando, estimulando.

Eu fui um dos alunos do MOVA, eu fui alfabetizando do MOVA - durante esses 4 anos... Eu fiquei melhor educador ao aprender essas coisas porque sempre lidando com escolaridade formal, faltava alguma coisa nas minhas falas, nas minhas reflexões e nos meus textos. Faltava a relação mais forte da educação com cidadania que eu só fui pegar seu alcance com o MOVA e com a educação de adultos.

... Eu sou um dos proprietários do MOVA. Eu o tornei próprio. Ele é meu também. Se ele é meu, eu o defendo tal como a gente defende outras coisas." **(Mário Sérgio - ex-Secretário Municipal de Educação)**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas Considerações Finais pretende-se buscar uma visão global da relação entre os resultados desta pesquisa, seus objetivos e hipóteses iniciais e o referencial teórico que orientou este trabalho.

A exposição que se segue está sub-dividida em 5 ítens correspondentes a distintas ordens de questões que estarão sendo abordadas:

1. Sobre o significado geral do projeto MOVA-SP
2. Sobre o processo de construção da relação de parceria
3. Sobre os aprendizados dos movimentos e entidades populares
4. Sobre os aprendizados daqueles que estavam na SME
5. Sobre parâmetros para uma pedagogia democrática da construção de parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil

Passemos então às conclusões a que cheguei sobre estas questões e sujestões de algumas pistas para outras investigações suscitadas pelos dados emergentes desta pesquisa.

1. Sobre o significado geral do projeto MOVA-SP

Acredito que a significação mais relevante do projeto MOVA-SP está na demonstração das potencialidades abertas, com a prática da parceria entre o governo municipal (através da SME) e os movimentos populares (através de suas Entidades), em relação a execução de

programas de educação de jovens e adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular.

A efetividade desta parceria estabelecida no período da gestão municipal de 1989-1992 pode ser constatada já no tocante a ampliação que ela possibilitou da oferta de atendimento, através de cursos de alfabetização e pós-alfabetização para jovens e adultos. É expressivo o fato de que cerca de 20.000 jovens e adultos tiveram a oportunidade de iniciar sua escolarização a partir das classes criadas pelas entidades que estabeleceram convênios com a PMSP naquele período. Diante da argumentação acerca da timidez deste resultado frente aos índices de analfabetismo na cidade de São Paulo, acredito que é preciso afirmar, de um lado, os limites de recursos do poder municipal para uma ampliação ainda maior deste atendimento, e, de outro, reconhecer que as dificuldades de ambos atores (SME e Movimentos) na construção desta nova modalidade de parceria, contribuiram para que não se conseguisse ampliar mais o número de classes criadas.

Outro aspecto a ser destacado com relação a efetividade daquela parceria, tem que ver com a capilaridade do trabalho desenvolvido pelas entidades populares. Esta, criou a possibilidade de que o atendimento à demanda pudesse atingir jovens e adultos em locais mais difíceis de serem alcançados pela ação da escola regular. Mais significativo talvez seja o fato de que tal capilaridade possibilitou que o debate sobre a questão do analfabetismo e dos direitos a educação pudesse ser levado a um número maior de pessoas sobretudo das comunidades populares.

No caso específico da Região Leste II, o projeto MOVA guarda relação de continuidade com as lutas travadas naquela região desde o início dos anos 80 pelo direito à escolarização pública, democrática e de qualidade. Guarda também relação com a oferta de serviços de alfabetização e pós-alfabetização promovida por diversos grupos e entidades populares desde os anos 70. A parceria proporcionado pelo projeto MOVA-SP alavancou significativamente o trabalho daquelas entidades, possibilitou sua rearticulação através do Fórum Regional Leste II, contribuiu para uma melhor qualificação do seu trabalho. A contradição desta efetividade propiciada pelo processo da parceria é que, com a retirada do apoio e o fim dos convênios por parte da gestão que assumiu o governo municipal em 1993, houve um acentuado processo de fragilização daquele trabalho na própria região leste e na cidade como um todo.

Por isso, fica o desafio mais global de como assegurar continuidade a este tipo de programas, de modo que sua existência e amplitude não fique totalmente condicionada à vontade política dos governantes de uma determinada gestão, mas sim que este tipo de programa torne-se uma obrigação do poder público.

Este estudo indica, portanto, que a efetividade demonstrada pelo projeto durante o período da parceria não conseguiu se traduzir em uma legitimidade pública e força política necessária para assegurar a sua continuidade, inclusive através de salvaguardas legais. De um lado, porque faltou ao governo municipal, construir um leque de alianças maior e mais plural em torno do projeto MOVA-SP, que posssibilitasse

criar uma força de apoio maior na opinião pública capaz de pressionar o Legislativo (Câmara Municipal) e o Executivo no sentido de exigir a continuidade do projeto. Do lado dos movimentos, parece ter faltado suficiente clareza com relação a necessidade de lutar, para que tal projeto, que teve sua possibilidade histórica de realizar-se naquela gestão, pudesse se transformar em uma iniciativa de política pública que deveria ter continuidade com uma provável alternancia de orientação política na gestão municipal. Quando não faltou clareza, parece que não se acumulou força e coesão políticas suficientes entre os movimentos para lutar por isso.

De qualquer modo, parece que a efetividade maior da parceria presente no projeto MOVA-SP, traduz-se na exemplaridade daquela iniciativa, tanto para os atores que dela participaram diretamente, como para muitas outras iniciativas semelhantes que passaram a se desenvolver em diversos municípios, inspiradas na experiência do MOVA-SP.

Para os atores que se envolveram diretamente naquele projeto, ficou a avaliação de que é necessário e possível realizar uma parceria entre poder público, movimentos e entidades populares que amplie significativamente o atendimento escolar de jovens e adultos e, ao mesmo tempo, amplie a discussão em torno dos direitos à educação e da necessidade de um projeto popular de educação. Parece ter ficado claro também que o apoio, com recursos materiais e capacitação pedagógica, proporcionado pelo poder público, cria condições não só para ampliação do trabalho já desenvolvido pelas entidades populares, mas sobretudo,

cria condições para uma melhor qualidade pedagógica do mesmo. Em relação aos resultados da parceria no tocante a este último aspecto, cabe uma investigação específica sobre o grau e qualificação pedagógica que teria sido atingido no trabalho a partir da relação de parceria.

Em relação a outras iniciativas hoje em curso em diversos municípios do Brasil, que se inspiraram no projeto MOVA-SP, parece haver clareza de que há aspectos naquela experiência passíveis de universalização e outros que se referem às condições históricas particulares em que ela se desenvolveu, às características específicas dos atores envolvidos e que, portanto, não devem servir de modelo a ser copiado em todos os seus aspectos e procedimentos. Fica evidente que o MOVA tornou-se uma idéia força, testada na sua possibilidade de realizar-se e que precisa ser reinventada à luz das condições concretas de cada realidade e dos atores que estão envolvidos na sua promoção em cada município.

Neste sentido, creio que um dos aspectos universalizantes presentes nesta experiência é a concretização que ela permitiu de uma necessária redefinição das relações entre o público e o privado, na constituição de uma esfera pública não estatal de controle, capaz de inverter a lógica predominante de execução das políticas públicas na relação do aparelho de Estado com as entidades organizadas da sociedade civil.

O projeto MOVA-SP demonstra que é possível construir um programa voltado ao bem público, que não se configura nem como uma ação estritamente estatal e nem como uma simples transferência de

recursos públicos para entidades privadas. Creio que o projeto MOVA aponta para a possibilidade de que o Estado, ao estender sua ação através de uma parceria política e administrativa com entidades da sociedade civil com finalidades públicas, consegue maior democratização das suas políticas e maior publicização das suas ações. Por outro lado, as entidades da sociedade civil que atuam com finalidades públicas, adquirem maior capacidade de intervenção e maior qualificação das suas ações quando, através da parceria com o poder público, podem ampliar o universo por vezes corporativo, do seu atendimento, podem obter melhores condições materiais e de qualificação para o desenvolvimento do seu trabalho e, portanto, também conseguem dar mais consistência à dimensão pública da sua prática.

A concepção de parceria que orientou o programa MOVA-SP tem características completamente distintas do discurso neoliberal. Nele, o que se enfatiza é a importância desta prática como forma de diminuir a intervenção do Estado e transferir responsabilidades para a sociedade na solução dos problemas provocados com o processo de exclusão social. A proposta de parceria, desenvolvida no contexto de um governo democrático e popular, busca, sem recusar o papel e a presença indispensável do Estado, construir uma ação compartilhada com atores da sociedade civil na tentativa soluções conjuntas para os problemas. Não se trata de transferir responsabilidades, mas de assumí-las conjuntamente, respeitando a autonomia de cada ator envolvido e operando uma clara divisão de atribuições na execução dos programas. Nesta concepção, o Estado mantém a sua função reguladora e os atores

da sociedade entram para a cena pública com a possibilidade de propor alternativas, executar ações junto com o Estado e exercer o controle e fiscalização sobre as práticas do mesmo.

A prática do MOVA-SP mostra que é possível inverter a lógica históricamente predominante de tutela do Estado na sua relação com a sociedade, inclusive com as forças organizadas da sociedade civil.

No entanto, a herança histórica do autoritarismo desta relação deixa marcas profundas na forma de estruturação e de atuação do Estado e, também, no comportamento dos atores da sociedade civil (inclusive dos movimentos populares). Portanto, uma concepção de parceria orientada a partir de um referencial de radicalização da democracia e de construção de uma cidadania ativa só pode ser praticada na perspectiva de um **processo de construção**, necessariamente carregado de tensões e conflitos na relação entre os atores envolvidos.

2. Sobre o processo de construção da relação de parceria

A ótica de análise deste estudo do processo de construção da relação de parceria no projeto MOVA-SP está voltada para verificar, se houve uma mudança de qualidade na relação das entidades e movimentos populares com o poder público. É importante sublinhar que as afirmações que se seguem estão baseadas numa investigação mais detalhada em relação àquelas entidades que fizeram parte do Fórum Regional Leste II.

Vale destacar inicialmente, que a criação do Fórum Geral dos Movimentos de Alfabetização da Cidade de São Paulo e do Fórum Regional da Leste II representou um salto político de qualidade na articulação do trabalho das entidades e movimentos, que, caracterizava-se anteriormente, por uma situação de fragmentação e dispersão. Criou-se um novo ator político na cidade de São Paulo, reunindo aquelas entidades dos movimentos populares que estavam engajadas na luta pela democratização da educação e, mais especificamente, da escolarização básica de jovens e adultos. Apesar de toda fragilização provocada pela interrupção da parceria, com a posse de uma nova gestão no governo municipal em 1993, manteve-se até hoje, três anos depois, um grau de articulação entre aquelas entidades na busca de novos parceiros para seus trabalhos e lutas, o que não existia na situação anterior ao início da parceria ocorrida na gestão de 1989-1992.

A existência do Fórum Geral dos Movimentos de Alfabetização e dos Fóruns Regionais possibilitou que a parceria se construisse a partir de um interlocutor coletivo dos movimentos na relação com a SME. Isso permitiu que a construção do projeto se fizesse a partir de uma discussão ampla e coletiva com as entidades, diminuindo assim os riscos de possíveis pressões isoladas que algumas entidades pudessem exercer para obter prioridade na distribuição dos recursos públicos.

Durante todo o desenvolvimento do projeto, a presença ativa deste interlocutor coletivo, possibilitou a construção de parâmetros públicos e regras democráticas que deveriam nortear os convênios e os desdobramentos do projeto como um todo. Os dados da pesquisa revelam

que, apesar de toda igualdade pretendida com relação as condições e regras estabelecidas, o poder desigual das entidades presentes no projeto se manifestou nitidamente. Ou seja, aquelas entidades que tinham um trabalho mais bem enraizado e estruturado anteriormente ao MOVA, tiveram melhores condições de ampliar seu trabalho, outras entidades mais frágeis, ou que se constituiram a partir da possibilidade de obter convênios com o MOVA, tiveram um crescimento limitado e outras inclusive se desligaram do processo antes mesmo do seu término. Penso que a prática democrática reside exatamente na criação de regras claras e condições iguais para todos e que a desigualdade manifestada no poder das entidades faz parte do reconhecimento das diferenças sempre presentes num processo democrático.

Por outro lado, a clara distinção estabelecida de competências entre o Fórum Geral dos Movimentos (instância de deliberação dos movimentos), a equipe técnica da SME (instância de deliberação do governo) e o Fórum MOVA (espaço de deliberação conjunta entre movimentos e SME) foi importante no sentido de preservar a autonomia das partes na construção da relação de parceria e, ao mesmo tempo, criar uma esfera de negociação (Fórum MOVA) das regras e desdobramentos da parceria. A existência destes espaços claramente definidos na sua especificidade e atribuições também facilitou o processamento da discussão de temas polêmicos, como foi a questão dos procedimentos de prestação de contas, a reivindicação da pós-alfabetização e da emissão de certificados.

Já o momento em que ocorre a regionalização dos fóruns parece ter representado um avanço ainda maior para a relação e a articulação entre as entidades dos movimentos. Isto porque, nos fóruns regionais, era possível tratar melhor as questões das identidades e diferenças regionais e estabelecer uma avaliação mais precisa em torno do cumprimento das exigências iniciais e das regras estabelecidas por parte das entidades que solicitavam seu ingresso no projeto. É importante constatar, no entanto, que apesar de as entidades fazerem uma avaliação bastante positiva sobre os efeitos da regionalização, e também sobre o trabalho de formação dos educadores (possibilitando maior troca de experiências e conhecimentos entre elas), ainda há uma avaliação controvertida sobre os resultados daquela regionalização em relação à qualidade pedagógica do trabalho desenvolvido. Este parece um tema instigante para outras investigações e que nos remeterá a uma discussão mais detalhada sobre as consequências e os requisitos necessários nos processos de descentralização da intervenção em projetos desta natureza.

Outro aspecto relevante constatado é o de que a prática de ação compartilhada e a construção conjunta, requer sempre uma clara delimitação das responsabilidades específicas e mecanismos de cobrança do seu cumprimento para que esta relação seja construída com transparência e coerência em relação aos parâmetros públicos estabelecidos.

A exigência da apresentação de um projeto de trabalho para o ingresso das entidades no MOVA e, mais à frente, a cobrança que estas entidades fizeram de que a SME apresentasse um plano de ação, foram

dois ingredientes desta busca por definição de responsabilidades. O termo de convênio estabelecendo atribuições de ambas as partes e a exigência de prestação de contas por parte das entidades, constituíram-se em importantes mecanismos para dar transparências à avaliação sobre o desempenho dos vários atores envolvidos no projeto.

A pesquisa nos mostra que a introdução destes mecanismos e procedimentos necessariamente provoca conflitos e tensões na relação entre as partes (Estado e Movimentos). De um lado, porque o aparelho do Estado está estruturado juridicamente e no seu modo de atuar por procedimentos burocráticos que operam no sentido contrário ao da transparência e das ações de co-responsabilidade. Assim sendo, a introdução de procedimentos voltados a transparência e uma relação de horizontalidade com os parceiros da sociedade civil acabam tensionando o próprio aparelho de Estado. De outro lado, a herança histórica de uma cultura predominantemente autoritária na relação do Estado com os movimentos, criou entre estes muitas resistências à possibilidade de se travar uma relação transparente com o poder público e que não viesse a redundar em cooptação dos movimentos pelo Estado. Portanto, foi absolutamente nova e necessariamente tensa a experiência para os movimentos, Este foi um terreno cheio de conflitos e, no qual, a mediação explícita de uma ação educativa, quando se fez presente, contribuiu para modificar procedimentos, comportamentos e atitudes, como ficou particularmente evidente em toda discussão sobre os mecanismos de prestação de contas.

Pode-se observar, ao longo de todo processo de construção da parceria, que houve um forte papel indutor do poder público na conformação do projeto e na proposição de mecanismos para o seu desenvolvimento. O papel protagonista das entidades e movimentos fez-se sentir sobretudo no momento que denominamos de **construção do projeto**. Na fase denominada de **implementação do projeto**, os movimentos e entidades ficaram bastante condicionados à agenda proposta pela SME, exercendo seu papel mais protagônico no momento em que propõem a discussão da pós-alfabetização e da emissão de certificados. Em relação ao momento de **institucionalização do projeto**, houve uma preocupação bastante forte dos movimentos em reafirmar a sua autonomia frente ao Estado e uma discussão menos consistente e propositiva sobre como assegurar a continuidade de uma parceria com o poder público em cenários políticos diferenciados. Em síntese, parece que havia uma aposta na continuidade da administração democrática e popular e, com isso, as entidades e movimentos não se prepararam para o cenário que acabou prevalecendo de descontinuidade e do desmonte da parceria por parte da gestão Paulo Maluf.

A pesquisa ainda nos revela que a consistência da parceria estabelecida variou também de acordo com distintas dimensões daquele processo. Ou seja, os dados indicam que, do ponto de vista das lideranças dos movimentos e entidades, sua energia maior esteve canalizada para a dimensão político-administrativa da parceria (objetivos do projeto, formato dos convênios, prestação de contas, critérios de participação e representatividade, definição de atribuições e de espaços de deliberação).

Entre estas lideranças, as referências à parceria na sua dimensão político-pedagógica são mais genéricas e menos acentuadas. Já, entre os supervisores pedagógicos, esta última dimensão é bastante enfatizada como de fundamental importância, ainda que se reconheça que o processo de contrução de uma efetiva parceria na formação de educadores começa a ter maior amadurecimento apenas no final do projeto. É interessante ainda ressaltar que os supervisores entrevistados revelaram pouco domínio no acompanhamento das discussões relativas aos aspectos políticos-administrativos do projeto.

Passemos então, a detalhar os aprendizados mais significativos que os movimentos e entidades tiveram na construção da relação de parceria no MOVA-SP.

3. Sobre os aprendizados dos movimentos e entidades populares

A pesquisa nos revela que importantes aprendizados ocorreram ao longo do processo de construção da parceria dos movimentos com o governo municipal democrático e popular na gestão de 1989-1992.

Os movimentos, através sobretudo das lideranças que acompanharam diretamente os distintos fóruns, apropriaram-se de importantes informações acerca dos mecanismos de funcionamento da máquina do Estado. Com uma pesada herança de momentos anteriores de alheiamento em relação a esses conhecimentos, aprendeu-se que a capacidade de interferência dos movimentos em relação a formulação,

execução e gestão das políticas públicas depende em grande parte do domínio sobre os mecanismos de funcionamento do Estado. Ficou evidente que esta apropriação ainda ficou limitada ao âmbito dos aspectos que estavam mais diretamente relacionados com o MOVA, ainda que, outros aspectos como a importância da participação na discussão e acompanhamento do orçamento público tenham se tornado evidentes para diversas lideranças.

Os movimentos também aprenderam que a construção de parâmetros públicos, a definição de procedimentos de transparência e regras de funcionamento, tensionam necessariamente práticas corporativas ainda presentes na lógica de suas lideranças. Ou seja, ficou claro que tais regras e parâmetros teriam que ser pensados sob uma lógica mais universal que desse conta da complexidade e diversidade dos atores da sociedade civil o que, portanto, tensionava qualquer pretensão de definir critérios a partir de crivos ideológicos ou até partidários.

Os movimentos aprenderam que o processo de construção de uma esfera pública democrática é necessariamente conflitivo, pois envolve atores com papéis e lógicas diferenciadas. Portanto, é necessário encarar o conflito como parte do processo e, ao mesmo tempo, definir claramente os espaços e regras de negociação e deliberação entre as partes envolvidas.

Os movimentos aprenderam que numa relação efetiva de parceria, a autonomia em relação ao Estado não significa soberania absoluta nem dos movimentos e nem do Estado. A autonomia deve ser entendida como a preservação da identidade própria de cada um dos atores no processo e,

ao mesmo tempo, a construção de uma unidade de objetivos do projeto, numa clara definição das atribuições e responsabilidades de cada parte, bem como o estabelecimento de mecanismos transparentes e democráticos de controle sobre a ação de cada uma.

Particularmente, no tocante a utilização dos recursos públicos, as tensões e contradições vividas no processo levaram as lideranças dos movimentos a uma reflexão sobre a ética da sua utilização e sobre a necessidade da aplicação nos movimentos do mesmo rigor daqueles critérios formulados para toda sociedade.

Ainda sobre autonomia, aprenderam também que ela deve significar, além da preservação da identidade, um processo de legitimação pública e construção de força organizada capaz de capacitar os movimentos a enfrentarem cenários adversos à construção do processo de parceria com o poder público. Se isso houvesse sido percebido a tempo, talvez se tivessem tomado medidas no sentido de diminuir o impacto de uma descontinuidade administrativa. Em certo sentido, pode-se afirmar que os movimentos aprenderam naquele processo, que o seu discurso da autonomia não guardava correspondência com uma prática que foi de bastante dependência em relação à administração municipal.

Outra importante aprendizagem refere-se a compreensão desenvolvida por diversas lideranças de que a luta contra o analfabetismo de jovens e adultos é parte de uma luta mais global pelo direito a escolarização completa daqueles jovens e adultos e, em última análise, por uma educação pública, popular, democrática e de qualidade para todos. Os dados revelam que esta compreensão desenvolveu-se em

níveis heterogêneos entre o conjunto das lideranças e de suas entidades. Aprendeu-se também que ainda que a sociedade civil mobilize-se e até crie alternativas de oferta de serviços educativos, a presença do poder público é indispensável para garantir a universalidade do acesso a este direito e para proporcionar o indispensável apoio material e pedagógico para um melhor desenvolvimento do trabalho das entidades dos movimentos populares. O contexto de ampla discussão sobre as políticas de educação de jovens e adultos, coincidente com o Ano Internacional da Alfabetização e a realização do Congresso dos Alfabetizandos da Cidade de São Paulo, construiram um cenário maior e que trouxe importantes estímulos a esta reflexão mais abrangente sobre o analfabetismo e sobre o papel do Estado e da Sociedade na sua superação.

Em síntese, pode-se dizer, que toda discussão travada em torno da questão do analfabetismo de jovens e adultos, naquele período, ampliou a consciência entre os envolvidos no projeto MOVA e também em outros segmentos da sociadade acerca do papel central da luta pelo direito à educação na formação de uma cidadania ativa e na construção de uma democracia integral.

Outro importante campo de aprendizagens refere-se à parceria na área pedagógica e na formação dos educadores. Os movimentos apropriaram-se de uma visão mais clara sobre a complexidade da ação alfabetizadora e suas implicações para a capacitação de educadores, visando assegurar qualidade e eficácia pedagógica no trabalho desenvolvido. Outro aprendizado, neste terreno, foi a percepção da dificuldade que ambos atores tiveram (Secretaria e Movimentos) de

articular dialeticamente teoria e prática no trabalho de formação dos educadores. Acredito que esta temática também mereceria uma investigação específica, cabendo aqui apenas a constatação do problema mencionado durante o trabalho de pesquisa.

Vale destacar também que os aprendizados daquele processo de parceria também tiveram reflexos entre aqueles que estavam no interior ao aparelho do Estado respondendo pelo projeto MOVA e pelas políticas mais gerais da SME. Ainda que este não tivesse sido um foco específico desta pesquisa, vale registrar alguns daqueles aprendizados que ficaram mais evidenciados.

4. Sobre os aprendizados daqueles que estavam na SME

Do ponto de vista mais geral dos quadros que estavam à frente da SME, o projeto MOVA trouxe, com toda sua complexidade, o importante aprendizado de que é necessário e possível realizar ações educativas em parceria com setores organizados da sociedade civil e que esta parceria contribuiu para publicizar as políticas do Estado e também as ações daquelas organizações.

Desenvolveu-se com clareza, ao final do processo, a idéia de que uma política pública de educação de jovens e adultos pode e deve comportar modalidades de ação e projetos distintos, desde que, integrados num único programa que possa assegurar coerência e complementariedade entre estas distintas ações. Estamos nos referindo à

difícil integração entre o projeto MOVA e o EDA, e outros, como foi o caso da alfabetização do funcionalismo.

Aprenderam também, aqueles que estavam a frente da Secretaria, que projetos de parceria com movimentos populares podem trazer, para o âmbito da escolarização formal, a força viva das lutas pela cidadania e, portanto, contribuem para explicitar a dimensão política da ação educativa.

Ficou claro também que o campo dos chamados movimentos populares é heterogêneo e complexo e não está imune aos vícios e práticas herdados de uma cultura política autoritária e de uma ética que não é a do bem público.

Aqueles que estavam mais diretamente a frente do projeto MOVA e da discussão dos convênios aperceberam-se que a máquina do Estado estava estruturada para servir a outra lógica, caracterizada pelo autoritarismo da burocracia. Aprenderam, portanto, que a construção de uma parceria, requeria não só uma relação democrática com as entidades da sociedade civil, mas também ações voltadas para a reforma do aparelho do Estado no sentido de dotá-lo das condições necessárias para o exercício da transparência administrativa, para dar maior agilidade a suas ações e torná-lo permeável ao controle da sociedade.

Também ficou o aprendizado de que a construção da parceria entre movimentos e o Estado com suas respectivas características e heranças é necessariamente conflitiva. Portanto, a mediação explícita de uma pedagogia democrática no tratamento dos temas dos conflitos é indispensável para torná-los fontes de aprendizagens e capazes de

modificar o comportamento dos atores envolvidos. Toda a discussão sobre os mecanismos de controle e prestação de contas parece elucidar bem que quando as partes explicitam as razões e motivações do conflito e buscam juntas soluções novas para o mesmo, saem ganhando todos os atores envolvidos.

De todo esse processo de construção da parceria, emerge, portanto, a necessidade de uma pedagogia democrática para a construção de novas relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

5. Sobre os parâmetros para uma pedagogia democrática na construção de parcerias entre Estado e Sociedade Civil

Chegamos ao final desta investigação com a convicção reafirmada de que a criação de uma prática radicalmente democrática e uma cidadania ativa requer a criação de espaços e canais de participação da da sociedade na execução das políticas públicas e no controle sobre as ações do Estado. Trata-se, em última instância, de reinventar novas relações de poder no terreno da sociedade civil e no plano da democratização da gestão pública.

No entanto esta criação de espaços e canais de parceria e participação da sociedade não é suficiente para criar uma nova qualidade da intervenção dos atores envolvidos. É preciso criar também novos valores, atitudes, comportamentos e instrumentos de conhecimento e ação para dar um sentido coerente às ações dos movimentos e daqueles que dentro do aparelho do Estado lutam para reformá-lo na direção da

sua democratização. E quando estamos nos referindo a transformações de tal ordem, estamos no terreno específico da ação educativa e diante da exigência de uma pedagogia democrática para mediar as ações de parceria entre governos locais e movimentos populares.

Uma pedagogia democrática no sentido e no contexto aqui referido define-se a partir de alguns parâmetros e conteúdos que passamos a enunciar:

a) Uma pedagogia voltada para a construção de novos significados e práticas do exercício do poder apontadas para uma radical democratização do conjunto das relações entre Estado e Sociedade.

b) Uma pedagogia voltada para a construção de uma cidadania ativa onde os atores envolvidos assumem a luta por direitos como um processo permanente de criação e recriação.

c) Uma pedagogia voltada para possibilitar o exercício da mais absoluta transparência nas relações entre Estado e Sociedade.

d) Uma pedagogia voltada para a mediação de interesses e lógicas que se tornam motivos de conflitos entre os atores envolvidos nas práticas de parceria.

e) Uma pedagogia voltada para a consolidação da autonomia dos atores envolvidos no processo.

f) Uma pedagogia capaz de promover entre os atores da sociedade civil uma apropriação dos mecanismos de funcionamento do Estado e do instrumental necessário a uma melhor capacitação para que tais atores possam interferir na formulação, execução e gestão das políticas públicas.

g) Uma pedagogia capaz de contribuir na construção de valores ancorados na ética do bem público e nas práticas substantivamente democráticas.

h) Uma pedagogia capaz de possibilitar a interlocução entre o Estado e distintos atores da sociedade civil na direção da construção de uma sociedade econômicamente justa, socialmente igualitária, políticamente democrática e culturalmente plural.

Os atores que se envolveram na complexa trama de construção da parceria no projeto MOVA-SP acreditaram neste sonho e o tornaram possível em meio a tantos desafios e contradições que fizeram parte do processo.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roberto A. R. (1994). Parceria Estado e Sociedade : *Aspectos Jurídicos*. Brasília : INESC.

ALFORJA; CEP. (1991). Construyendo desde abajo la alternativa popular : Memória das reuniões do comitê de responsáveis. San José, Costa Rica.

ALVAREZ, Sonia E. (1992). Deepning, Democracy Popular Moviment - Networks, Constitutional Reform an Radical Urban Regimes in Contemporany Brazil.. Campinas-SP. Mimiografado.

ARROYO, Miguel G. (1993). Educação e exclusão da Cidadania da coletânea. In : EDUCAÇÃO e Cidadania. 4ª ed. São Paulo: Cortez. p.31-79.

BEISEGUEL, Celso de Rui. (1982). *Política e Educação Popular*. São Paulo: Ática.

BENEVIDES, Maria Vitória. (1991). *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática.

BENEVIDES, Maria Vitória. (1994). Democracia e Cidadania. *Polis,* São Paulo, fev. 1994, n. 14, p. 11-19.

BENGOA, José.(1988). A educação para os movimentos sociais. In: *Educação Popular na América Latina*: a teoria na prática. Cidade México Ceso : (Ceso Paperback 4). p.7-42.

BOFF, Leonardo; ARRUDA Marcos. (1994) Educação e Desenvolvimento na perspectiva da Democracia Integral. *Cadernos de Fé e Política*, n. 12, p. 55-71.

CAMPOS, Maria Malta. (1991). As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n. 79, p. 33-64.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. (1994). A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: Dagnino Evelina (Org.). *Anos 90:- Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

CARVALHO, Maria do Carmo. (1995). *Redes de Movimentos Sociais* : uma perspectiva para os anos 90. Campinas-SP. Mimeografado.

CEAAL - Conseyo Latino Americano de Educacion de Adultos. (Jan/94). *Educação Popular para uma democracia com cidadania e equidade*. Mimeografado.

CEDI; FÓRUM DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. (1990). *Educação de Jovens e Adultos* : subsídios para elaboração de políticas municipais. São Paulo: CEDI. Série Documentos 3.

COELHO, Franklin Dias. (1993). Estratégias Urbanas e Movimentos Populares. FASE Nacional. Mimeografado.

COUTINHO, Carlos Nelson(1991). Democracia e Socialismo no Brasil de Hoje. In: *A DEMOCRACIA como proposta.* Rio de Janeiro: IBASE. p.91-112.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. (1991). *O que é Cidadania.* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

DAGNINO, Evelina. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: Dagnino Evelina (Org.). *Anos 90 : Política e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense.

DAGNINO, Evelina. (mar./1994). *Cidadania e Participação Popular no Brasil.* (Texto mimeografado)

DANIEL, Celso. (fev 1994). Gestão Local e Participação da Sociedade. São Paulo: *Polis*, São Paulo, n. 14, p. 21-41.

DAWBOR, Ladislau. (1994). *O que é Poder Local.* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

FLETCHER, Philip R. (1983). *Mobral e a alfabetização* : a promessa, a experiência e alguma evidência de seus resultados. Rio de Janeiro: IPEA/CNRA. Mimiografado.

FREIRE, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança.* São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (1993). Alfabetização como Elemento de Formação da Cidadania. In: POLÍTICA e Educação. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo. (1994). *Cartas a Cristina.*. São Paulo : Paz e Terra. Décima quarta carta.

GENRO, Tarso. (1995). Reforma do Estado e Democratização do Poder Local. *Revista do Fórum Nacional de Participação Populas nas Administrações Democráticas*, n. 1, p. 19-27.

GOHN, Maria da Glória.(ago 1992). *Movimentos Sociais e Educação* São Paulo: Cortez : Movimentos Sociais, Cidadania e Educação, p. 11-55.

GOHN, Maria da Glória. (1994). *Novos movimentos sociais e a construção da cidadania* : balanço dos anos 80 e tendências nos anos 90. São Paulo. Mimeografado.

GRACIANI, Maria Stela Santos. (1992). MOVA-SP: uma experiência tentando esculpir a utopia. *Travessia,* São Paulo, v. 5, n. 12, p. 39-42.

HADDAD, Sérgio. (1991). *Estado e Educação de Adultos (1964-1985).* São Paulo. Tese (Doutoramento em Educação) - Faculdade de Educação, USP.

INAPP / INCA. (nov. 1991). *Participação Popular: um sonho possível.* São Paulo: Fórum de Participação Popular. Mimiografado.

JACOBI, Pedro. (1993). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas.* 2º ed. São Paulo: Cortez.

JOIA, Orlando. (1993). Parceria e Conflito na Alfabetização de Adultos: movimentos populares e Prefeitura. *Tempo e Presença,* Rio de janeiro, n. 272.

MEJIA, Marco Raul. (1993). Educacion y política: fundamentos para una nueva agenda latino-americana. *Piragua,* Santiago do Chile, n 7, p. 7-21.

MENDONÇA, Terezinha N. J. (1984). Mobral: do discurso a realidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Brasília, v. 65, n. 151.

OLIVEIRA, Francisco de. (1994). *Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Início do Séc. XXI.* PIC/FASE. Mimeografado.

OSÓRIO, Jorge. (1993). Que pedagogia crítica. *La Piragua,* Santiago do Chile, n. 7.

PAIVA, Vanilda P. (1981). Mobral: um desacerto autoritário : parte I. *Síntese,* Belo Horizonte, v. 8, n. 23, set. / dez. 1981.

---------- (1982). Mobral: um desacerto autoritário : parte II. *Síntese,* Belo Horizonte, v. 9, n. 24, jan. / abr. 1982.

---------- (1982). Mobral: um desacerto autoritário : parte III. *Síntese,* Belo Horizonte, v. 9, n. 25, maio / ago. 1992.

PONTUAL, Pedro. (fev 1994). Por uma Pedagogia da Participação Popular. São Paulo, *POLIS* n. 14, p. 63-68.

PONTUAL, Pedro. (1993). Construindo a Central dos Movimentos Populares. In: MOVIMENTOS Populares Urbanos - Projetos Políticos. Porto Alegre: FASE/CIDADE.

PONTUAL, Pedro. (set 1993). A relação de parceria entre governos municipais e movimentos populares de alfabetização: a experiência do MOVA-SP. In: *Anais do Encontro Latino Americano de Jovens e Adultos Trabalhadores.* Olinda: MEC/INEP.

PONTUAL, Pedro; ACCORSI Pereira, Marcia; SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da (ago 1992). Participação Popular na administração municipal de São Paulo. *Proposta,*. Rio de Janeiro, n. 54, p. 20-25.

RIBEIRO, Vera Mazagão (Org.). (1986). *O Caminho da Escola* : luta popular pela Escola Pública. São Paulo: CEDI. Cadernos do CEDI, 15.

SADER, Eder. (1988). *Quando Novos Personagens entram em Cena : experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.* São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura S. (1994). *Pela mão de Alice.* Porto: Afrontamento. Subjetividade,Cidadania e Emancipação.

SOUZA, Herbert de (28/06/95). Em nome do Bem Público. *Folha de São Paulo,* São Paulo.

SPÓSITO, Marília Pontes (1993). *A Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares.* São Paulo: HUCITEC-USP.

STROMQUIST, Nelly P. (1994). *Literacy for Citisemship: gender and grassroots dimensions in São Paulo.* California; USA : School of Education - University of Southerm.

TELLES, Vera. (fev 1994). Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. *POLIS,* São Paulo, n. 14, p. 43-53.

VILLAS BOAS, Renata. (1994). Os canais institucionais de Participação Popular. *POLIS,* São Paulo, n. 14, p.55-62.

WARREN, Ilse Scherrer. (1993). *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo: Loyola.

Documentação sobre o MOVA

Sobre o MOVA-SP: resposta ao dossiê enviado pela atual gestão a imprensa. (1993) Mimeografado.

FÓRUM GERAL DOS MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO. (03.09.1990). *Carta de Princípios*. Mimeografado.

FÓRUM GERAL DOS MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO. (17/03/1991). *Relatório do I Encontro de Movimentos Populares de Alfabetização da Cidade de São Paulo*. Mimeografado.

FÓRUM LESTE II. (16/03/1991). *Carta dos Movimentos da Zona Leste II.*

IACEP. (1994). *Tese da Coordenação no Caderno I Congresso do IACEP/MOVA: dias 22, 23, 24/04/1994.* Colégio Caetano de Campos. São Paulo.

MILANE, Rosinaldo Antonio. (19/10/1990). Alfabetização na Zona Leste. *Jornal Grita Povo*, São Paulo.

MOVA-SP. (1990). Reflexões sobre o Processo Metodológico da Alfabetização. *MOVA Caderno nº 3.* São Paulo: SME.

MOVA-SP. (1991). *Proposta de Plano de Ação do MOVA-SP.* São Paulo: SME: Mimeografado.

MOVA-SP. (Abr. 1990). Princípios Político Pedagógicos do MOVA-SP. *MOVA Caderno nº 2.* São Paulo: SME.

MOVA-SP. (out. 1989). O Que é o MOVA-SP? *Caderno nº 1.* São Paulo: SME.

MOVA-SP. (set. 1992). *Construindo o Ciclo Ensino Fundamental I.* São Paulo: SME.

MOVA. (16/11/1991).: *Estado e Movimento Popular: constatações, propostas e questões*: relatório do seminário

MOVA. (1990). *Histórico do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo.*

PMSP/SME, Núcleo de Pesquisa e Documentação. (dez. 1992). *Relatório de Pesquisa - Avaliação MOVA-SP: dados preliminares.*

PMSP/SME. (1992). *Construindo a Educação Pública e Popular: diretrizes e prioridades para 1992.* Ano IV.

PMSP/SME. (DEZ. 1990). *Documento Base do I Congresso dos Alfabetizandos da Cidade de São Paulo.*

Outros documentos

. *Cadernos de Atas do Fórum Regional Leste II*

. *Projetos das 13 entidades do Fórum Leste II.*

Anexos

Anexo 1.A

Roteiro das Entrevistas

1. Como era o trabalho educativo anteriormente desenvolvido por sua entidade? Haviam formas de relação com outras entidades? E com o poder público?
2. Quando, como e por que sua entidade começou a participar do MOVA?
3. Como era a participação da sua entidade no Fórum Geral dos Movimentos? Na sua avaliação, qual foi o papel do mesmo na construção do projeto e ao longo do seu desenvolvimento? Que tipo de conflitos você observou entre as entidades?
4. Como você avalia o funcionamento do Fórum MOVA? Na sua opinião ele foi de fato um espaço de decisão conjunta? Quais os principais conflitos que você viu ali se manifestarem?
5. Para você a criação do Fórum Regional trouxe alguma vantagem para a relação da sua entidade com as demais? E no tocante a relação com a SME, houve alguma mudança no tipo de relação? O Fórum Regional contribuiu para uma melhor qualidade pedagógica do projeto? Como?
6. Para sua entidade a exigência de apresentação de um projeto para a celebração do convênio teve validade? Foi positiva? Por que? Como você avalia o papel desta exigência em relação ao conjunto das entidades?
7. Como foi encarada e praticada na sua entidade a exigência de apresentação de relatórios de atividades e de prestação de contas para administração municipal? Havia transparência total? Houve problemas? Você tem alguma avaliação sobre como esta questão foi tratada em outras entidades que participaram do projeto?
8. Como se deu na prática a distribuição de recursos públicos para o trabalho do MOVA:

a) Sua entidade teve dificuldades na obtenção de recursos junto a SME?

b) Houve alguma divergência com outras entidades por causa da distribuição de recursos?

c) Na avaliação da sua entidade houve condições iguais para que entidades obtivessem os recursos necessários?

9. Na visão da sua entidade houve parceria efetiva no tocante a formação dos educadores e a discussão do projeto pedagógico do MOVA? Por que? Qual foi a posição defendida pela sua entidade com relação a pós-alfabetização e a emissão de certificados? Como foi esse debate com a SME?

10. O desenvolvimento da relação de parceria possibilitou a sua entidade uma melhor compreensão sobre o funcionamento da máquina do Estado? Que novas aprendizagem vocês tiveram a partir dessa parceria com o poder público?

11. O projeto MOVA proporcionou à sua entidade uma melhor compreensão da problemática do analfabetismo e da responsabilidade do Estado e da Sociedade na sua solução? Explicite que novas visões vocês desenvolveram sobre estas questões?

12. Como você sentiu a autonomia dos movimentos durante o processo? Que avaliação você faz hoje acerca desta questão?

13. Como vocês avaliam a atuação da SME na construção da parceria? Quais foram os pontos positivos da sua atuação? Quais as principais falhas? E os principais conflitos?

14. Quais os principais ganhos que a relação de parceria proporcionou à sua entidade? Quais os principais limites que vocês encontraram? Como vocês avaliam isto com referência ao conjunto das entidades?

15. Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam hoje após o rompimento da parceria com o governo municipal? Que perspectivas exístem para a continuidade do trabalho da sua entidade? E para o MOVA como um todo?

Anexo 1.B

Perfil dos Entrevistados

1. **Francisco de Assis Ferreira** - é professor da rede pública estadual, assessor parlamentar na Câmara Municipal, formação em Filosofia e Teologia. À época da construção do MOVA era membro do Movimento de Alfabetização da Zona Leste e depois da Diretoria do Centro de Educação da Zona Leste (CEZL). Tendo sido um dos principais interlocutores do Fórum leste II junto a SME. É vice-presidente do IACEP - Instituto de Alfabetização Cultura e Educação Popular.

2. **Sandra Martins Ferreira** - é professora, tem curso de Pedagogia incompleto ainda e atua hoje como orientadora de educadores que trabalham com crianças em instituição na região do Ermelino Matarazzo. Entrou no Movimento de Alfabetização da Zona Leste em 1989 como monitora ainda antes do convênio. Depois permanece ligada ao Centro de Educação da Zona Leste onde foi responsável pela parte administrativa por 1 ano. Depois atuou como supervisora acompanhando também as reuniões dos Fóruns. Hoje atua no movimento como monitora responsável por um dos núcleos ainda mantidos pelo Centro de Educação da Zona Leste. (CEZL)

3. **Terezinha (TECA)** - cursou até o 2º ano de Letras e é hoje responsável, á nível de coordenação do trabalho de alfabetização da Diocese de São Miguel. Na época do projeto de parceria do MOVA com a Prefeitura era representante no Fórum do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI)

4. **Valdeci Magalhães Bezerra** - dona de casa, tem 2º grau completo e atua ainda hoje como monitora de núcleos de alfabetização da Diocese de São Miguel Paulista. Na época do projeto MOVA exerceu a função de supervisora de núcleos do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista.

5. **Joselito Lopes Martins** - é estudante de História na PUC-SP e trabalha no projeto de alfabetização interdiciplinar do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP. Trabalha com educação popular desde 1987 na região Leste da cidade de São Paulo e na época do projeto MOVA atuou como representante junto ao Fórum pelo Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista (CECOPI).

6. **Nilce Aparecida de Oliveira** - é religiosa e trabalha hoje na área de saúde na região de Itaim Paulista. Trabalhou durante vários anos junto a grupos de alfabetização ligados às comunidades do setor Itaim Paulista da Diocese de São Miguel Paulista. Na época do projeto MOVA atuava como supervisora do Centro de Educação e Comunicação Popular do Itaim Paulista (CECOPI)

7. **Sandra Cristina Moscheta** - é estudante do 3º ano de Serviço Social na PUC e trabalha na entidade Casa da Mulher do Jardim São Carlos entidade que na época do projeto MOVA passou a se responsabilizar pela parte dos núcleos que se retiraram da jurisdição do Centro de Educação de Zona Leste. Naquele período respondia

pela parte administrativa do convênio e representava junto ao Fórum a Casa da Mulher do Jardim São Carlos (CMJSC).

8. **Maria Cristina Sierra** e **Francisco de Assis da Silva Santos (Chiquinho)** - ambos dividiram responsabilidades de uma única entrevista. Maria Cristina Sierra é comerciaria. Trabalha há 9 anos como monitora de alfabetização no movimento. Na época do projeto MOVA atuou como supervisora. Chiquinho é acreano e está na região leste desde 1985 sendo que hoje trabalha com movimentos populares ligados a alfabetização de adultos, saúde e luta pela terra. Ambos atuaram durante o projeto MOVA como supervisores ligados a Casa da Mulher do Jardim São Carlos (CMJSC).

9. **Haroldo José Coutinho** - trabalha como frentista e atua hoje nos mutirões de habitação ligados a União dos Movimentos de Moradia. Tem 2º grau completo e na época do projeto MOVA atuava como representante junto ao Fórum da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional do Rio das Pedras (AMCHRP).

10. **Ineiva de Fátima Calisto** - é estudante de Pedagogia e atua como animadora de recreação infantil de um mutirão de construção habitacional nos finais de semana. Na época do projeto MOVA atuava como supervisora pedagógica na Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional do Rio das Pedras (AMCHRP).
11. **Sílvia Tellez** - é pedagoga cursando atualmente o mestrado no Rio de Janeiro. É também pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e

assessora dos projetos de educação de jovens e adultos da Prefeitura Municipal de Diadema. Começou como professora de 1ª a 4ª série tanto de educação infantil como de alfabetização de adultos. Participou nos anos 70 e 80 do movimento de creches na região do Taboão como orientadora pedagógica, assumiu a função de supervisão e coordenação dos cursos do EDA (Programa de Educação de Adultos) na região do Campo Limpo e foi professora de educação de adultos do Colégio Santa Cruz. Na época do projeto MOVA exerceu a função de coordenadora geral do projeto junto ao Gabinete da Secretaria Municipal de Educação depois de já atuar como membro da equipe central do MOVA

12. **Maria Stella Santos Graciano** - é doutora em Educação ligada à Faculdade de Educação da PUC-SP. Coordena atualmente o núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP. Seu interesse por educação de jovens e adultos se desperta já na adolescência atuando como enfermeira junto a adultos e crianças bóia-frias que trabalhavam na fazenda Morro Alto na região de Araras no interior de São Paulo. Muda-se para São Paulo cursa Pedagogia na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, participa do movimento estudantil e de luta pela Anistia. Atuou como orientadora pedagógica na Campanha Paula Souza de alfabetização de jovens e adultos e como diretora operacional da região de Santo Amaro do MOBRAL na época sendo subordinada a Luiza Erundina. Em 1990 assumiu a coordenação do MOVA por convite de Paulo Freire.

13. **Marcos Mendonça** - professor, diretor de escola e foi coordenador do NAE-10 (Núcleo de Ação Educativa) instância regional da SME da região de São Miguel durante a gestão Luiza Erundina. Tem longa trajetória a sua relação com a educação de adultos que vem desde 1975 quando atuava no MOBRAL. Depois começou a trabalhar com ensino de 1º grau regular e retoma o tema de educação de adultos no início dos anos 80 quando cursava a USP e participava do Movimento de Educação da Zona Leste e depois Movimento de Alfabetização da mesma região . Atuou como assessor de diversas entidades populares da região.

14. **Mário Sérgio Cortella** - professor da PUC-SP há mais de 20 anos do Departamento de Teologia e Ciências da Religião tendo o curso de mestrado e doutorado na área de Educação. Além disso dedica-se hoje a atividades de assessoria e palestras sobre educação em todo País. Durante os dois primeiros anos da gestão Luiza Erundina atuava como assessor especial do Gabinete do Secretário Municipal de Educação que era Paulo Freire e com o afastamento deste assumiu a função de Secretário nos dois últimos anos da gestão.

15. **Orlando Joia** - Formação em Ciências Biológicas com longa experiência na área de educação de adultos iniciada no curso supletivo do Colégio Santa Cruz onde trabalha até hoje. A partir de 1981 começa a trabalhar também no programa de Educação e Escolarização Popular do Centro Ecumênico de Documentação e

Informação (CEDI). Na segunda metade dos anos 80 passa a acompanhar as lutas do Movimento de Educação da Zona Leste e as entidades que faziam parte do Movimento de Alfabetização daquela região. Durante o período do projeto MOVA participou da coordenação do Fórum de Políticas de Educação de Jovens e Adultos estimulado pelo CEDI e que reuniu cerca de dez prefeituras. Na época também acompanhou algumas entidades da região sul que mantinham convênios com o MOVA. É hoje membro integrante da Ação Educativa uma das entidades criadas a partir da experiência do CEDI.

Anexo 2

Decreto Lei nº 28302 D.O. 21/11/1989

GABINETE DO PREFEITO

Pav. Padre Manoel da Nóbrega – Pq. Ibirapuera – PABX: 549-0055

DECRETO Nº 28.302 , DE 21 DE Novembro DE 1989

Institui o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo junto à Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê a eliminação do analfabetismo nos 10 primeiros anos da promulgação da Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a existência no Brasil, segundo cálculos da UNESCO, de mais de 20 milhões de jovens e adultos sem instrução e mais de 15 milhões de semi-alfabetizados;
CONSIDERANDO que na Região Metropolitana da Grande São Paulo existem 1 milhão de jovens e adultos sem escola e dois milhões e meio de jovens e adultos com menos de 4 anos de estudo;
CONSIDERANDO que a educação de jovens e adultos constitui uma das grandes prioridades da Secretaria Municipal de Educação, na atual gestão;
CONSIDERANDO que o ano de 1990 foi aclamado pela UNESCO como o "Ano Internacional da Alfabetização",
D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído junto à Secretaria Municipal de Educação o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo - MOVA-SP.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação fica autorizada a firmar convênios e acordos com entidades assistenciais, sociedades e associações regularmente constituídas, nos termos do disposto no artigo 3º da Lei nº 7.693, de 6 de janeiro de 1972.

Parágrafo único - Poderão ser concedidos auxílios e subvenções a entidades conveniadas, no valor a ser fixado no termo próprio, por classe de alfabetização de adultos a ser criada.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com as entidades conveniadas, manterá permanente "FORUM dos Movimentos Populares de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo", que estabelecerá as diretrizes e princípios gerais do Movimento ora criado.

Art. 4º - As despesas com a execução deste decreto correrão por conta da dotação orçamentária do código 16.30.08.42.1872.480.3132, da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa - CONAE, do orçamento do exercício de 1990.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de Novembro de 1989, 436º da fundação de São Paulo.
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA
HÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos
AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças
PAULO REGLUS NEVES FREIRE, Secretário Municipal de Educação
LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 21 de Novembro de 1989.
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

Anexo 3

Relatório de Pesquisa

Avaliação do MOVA-SP

ANEXO

3.1

DADOS DA CARACTERIZAÇAU DA DEMANDA

QUADRO I

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS E CADASTRADOS
NOS NUCLEOS CONVENIADOS EM JUNHO/92

REGIOES	TOTAL DE NUCLEOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	TOTAL DE ALUNOS CADASTRADOS	MEDIA ALUNOS MATRICULADOS POR NUCLEO	MEDIA ALUNOS CADASTRADOS POR NUCLEO
CENTRO-OESTE	96	1732	1365	18, 04	14, 22
NORTE	86	1754	1635	20, 40	19, 01
LESTE I	95	1806	1605	19, 01	16, 89
LESTE II	304	6264	5777	20, 61	19, 00
SUDESTE	47	832	727	17, 70	15, 47
SUL	268	6012	5486	22, 43	20, 47
TOTAL N	896	18400	16595	20, 54	18, 52
%		100, 00	90, 19		

FONTE: NUCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇAO
PMSP -SME - MOVA/SP

TABELA I
PERFIL OBTIDO SEGUNDO A VARIAVEL
SEXO

	SEXO	FREQ	%
1	MASCULINO	955	39,30
2	FEMININO	1475	60,70
	TOTAL	2430	100,00

PERFIL DOS ALUNOS SEGUNDO SEXO
GRAFICO I

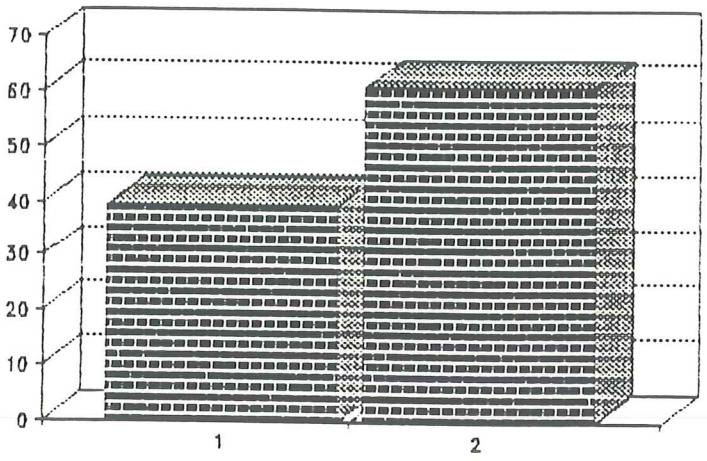


TABELA III
PERFIL OBTIDO SEGUNDO A VARIAVEL
GRUPOS DE IDADE

	CATEGORIAS	FREQ	%
1	ATE 13 ANOS	32	1, 3
2	14 A 17 ANOS	400	16, 5
3	18 A 21 ANOS	312	12, 8
4	22 A 29 ANOS	454	18, 7
5	30 A 44 ANOS	674	27, 7
6	45 A 64 ANOS	459	18, 9
7	65 E MAIS ANOS	68	2, 8
8	NAO DECLAROU	31	1, 3
	TOTAL	2430	100, 0

GRUPOS DE IDADE
GRAFICO I

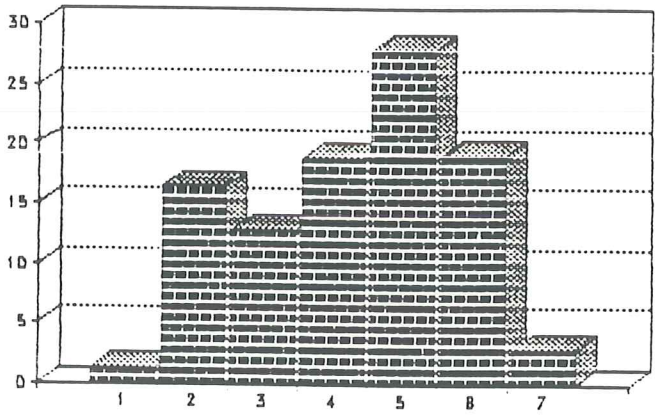


TABELA VI
PERFIL OBTIDO SEGUNDO A VARIAVEL
PROCEDENCIA

	PROCEDENCIA	FREQ	%
1	NORTE	3	0, 12
2	NORDESTE	1397	57, 49
3	SUDESTE	297	12, 22
4	GRANDE SAO PAULO	417	17, 16
5	INTERIOR SP	156	6, 42
6	SUL	86	3, 54
7	CENTRO OESTE	10	0, 41
8	OUTROS PAISES	11	0, 45
	TOTAL	2377	

PERFIL DOS ALUNOS SEGUNDO PROCEDENCIA
GRAFICO V

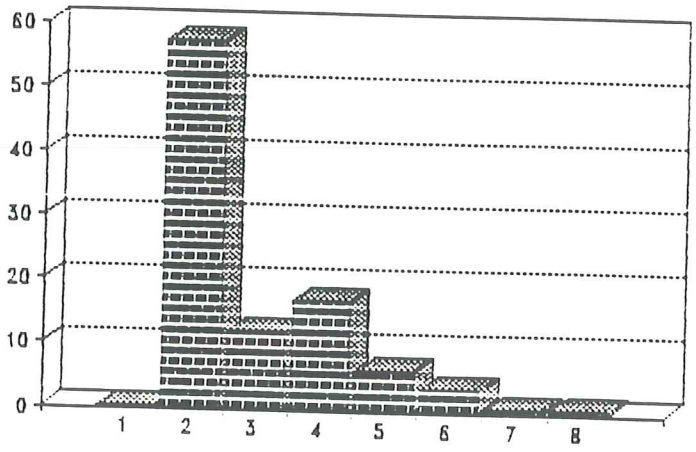
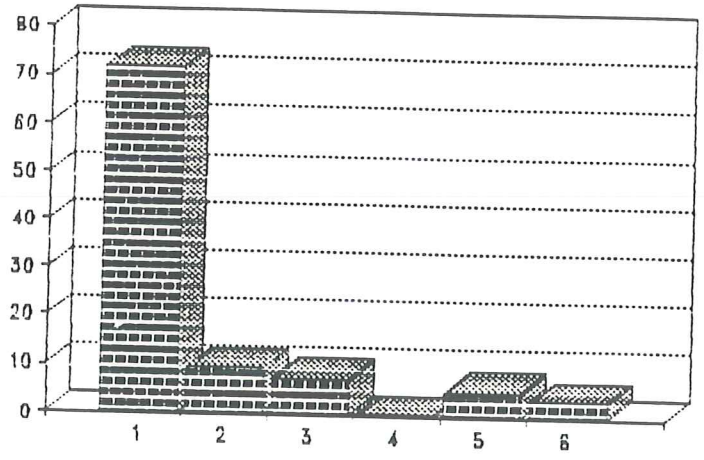


TABELA VII
FREQUENCIA DE RESPOSTAS A QUESTAO
COMO FICOU SABENDO DO MOVA ?

	CATEGORIAS	FREQ	%
1	AMIGOS/PARENTES	1750	72,02
2	MOVIMENTO/ENTIDADE	239	9,84
3	IGREJA	187	7,70
4	JORNAIS / RADIOS	11	0,45
5	CARTAZES	135	5,56
6	OUTROS	84	3,46
	TOTAL	2406	

COMO FICOU SABENDO DO MOVA
GRAFICO VI



DADOS DO PERFIL DO ALUNO

TABELA VII.A

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO MOVA, POR PARTICIPAÇAO NO MOVIMENTO

	CATEGORIAS	PARTICIPA		NAO PARTIC		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%
1	AMIGOS/PARENTES	163	55,8	1571	75,1	1734	72,8
2	MOVIMENTO	61	20,9	172	8,2	233	9,8
3	IGREJA	42	14,4	142	6,8	184	7,7
4	RADIOS/JORNAIS	0	0,0	11	0,5	11	0,5
5	CARTAZES	15	5,1	118	5,6	133	5,6
6	OUTROS	11	3,8	71	3,4	82	3,4
7	NDECL	0	0,0	6	0,3	6	0,3
	TOTAL	292	100,0	2091	100,0	2383	100,0

TABELA IX
FREQUENCIA DE RESPOSTAS A QUESTAO
MODALIDADE DA ULTIMA ESCOLA FREQ. ?

	CATEGORIAS	FREQ	%
1	NAO FREQ.	719	29, 59
2	ESCOLA REGULAR	1052	43, 29
3	SUPLENCIA	70	2, 88
4	EDA	35	1, 44
5	MOBRAL	412	16, 95
6	OUTROS	99	4, 07
	TOTAL	2387	

MODALIDADE DA ULTIMA ESCOLA FREQ
GRAFICO VII

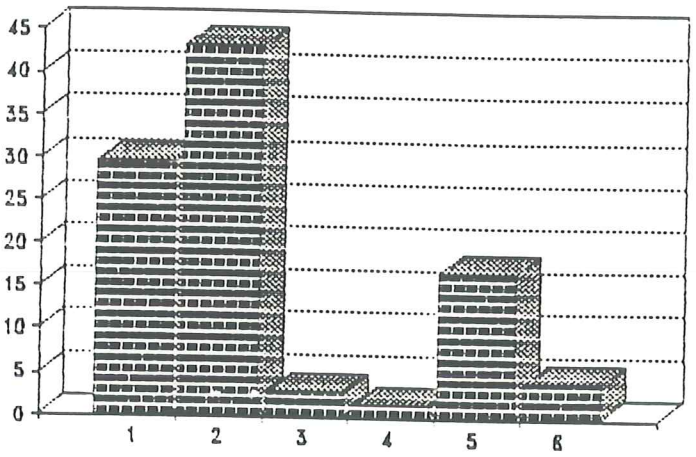


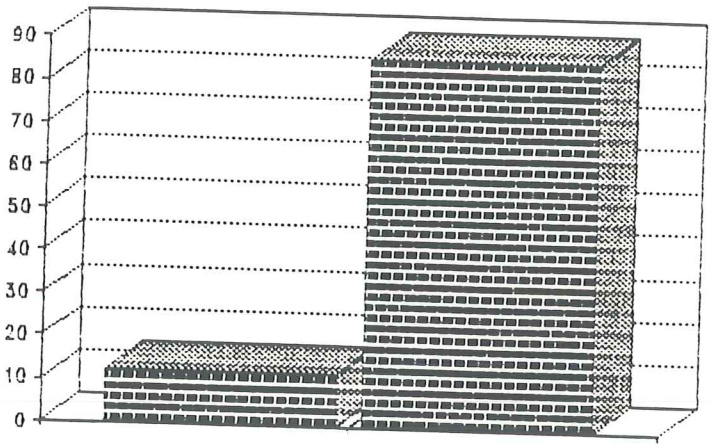
TABELA XII
PERFIL SEGUNDO A VARIAVEL
QUANDO ENTROU JA SABIA LER/ESCREVER/CONTAR ?

	CATEGORIAS	FREQ	%
1	LER/ESCREVER/CONTAR	1211	50,7
2	LER/ESCREVER	451	18,9
3	CONTAR	59	2,5
4	NAO LIA/ESCR/CONTAVA	668	28,0
	TOTAL	2389	100,0

TABELA XIII
FREQUENCIA DE RESPOSTAS A QUESTAO
PARTICIPA DO MOVIMENTO/ENTIDADE ?

	CATEGORIAS	FREQ	%
1	SIM	292	12,02
2	NAO	2091	86,05
	TOTAL	2383	

PARTICIPA DAS ATIV. DO MOVIMENTO ?
GRAFICO XI



DADOS DO PERFIL DO ALUNO DO MOVA

GRAFICO XV

SITUAÇAO ATUAL DE TRABALHO
POR SEXO

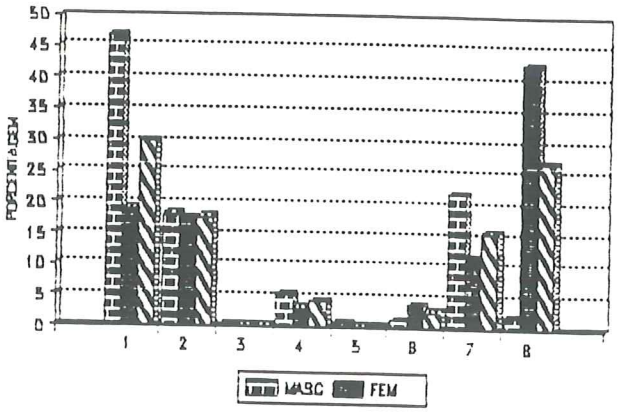


TABELA XVII
SITUAÇAO ATUAL DE TRABALHO, POR SEXO

	CATEGORIAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%
1	EMPREGADO REGISTR	447	46, 8	281	19, 1	728	30, 0
2	EMPREGADO NAO REG	174	18, 2	258	17, 5	432	17, 8
3	EMPREGADOR	4	0, 4	3	0, 2	7	0, 3
4	TRABALHADOR AUTON	53	5, 5	49	3, 3	102	4, 2
5	APOSENTADO QUE TR	8	0, 8	4	0, 3	12	0, 5
6	APOSENTADO NAO TR	12	1, 3	57	3, 9	69	2, 8
7	DESEMPREGADO	209	21, 9	170	11, 5	379	15, 6
8	DO LAR	21	2, 2	630	42, 7	651	26, 8
9	NAO DECL	27	2, 8	23	1, 6	50	2, 1
	TOTAL	955	100, 0	1475	100, 0	2430	100, 0

DADOS DO PERFIL DO ALUNO

GRAFICO XVI

FAIXAS DE RENDIMENTO
POR SEXO

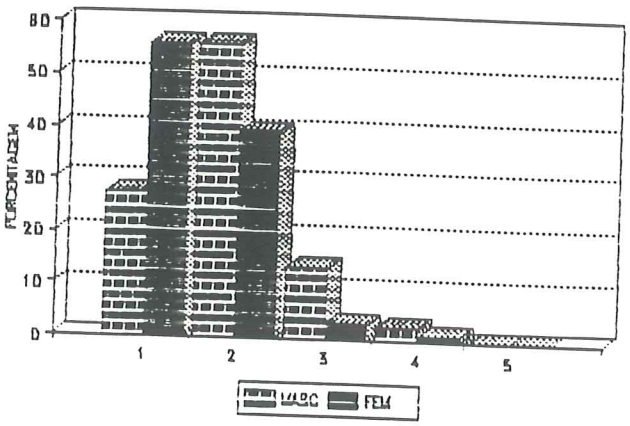


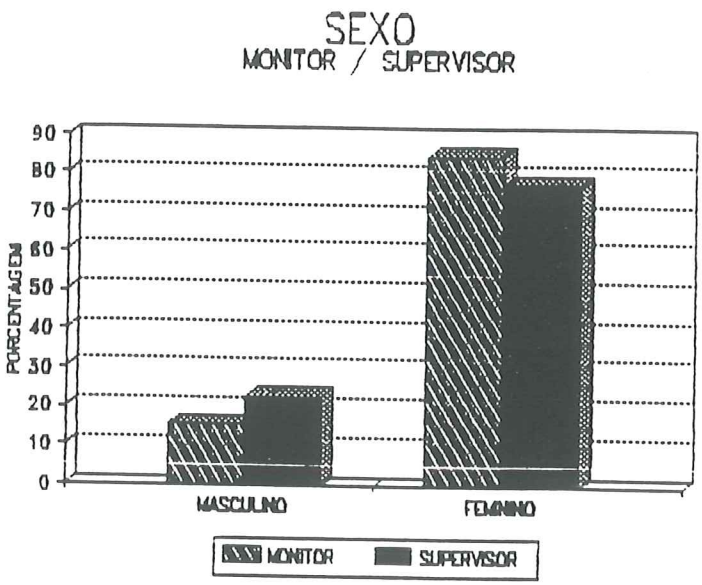
TABELA XVIII
FAIXAS DE RENDIMENTO, POR SEXO

	CATEGORIAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%
1	ATE 01 SAL MINIMO	183	27, 6	352	56, 1	535	41, 5
2	DE 01 A 03 S.M.	371	56, 0	248	39, 6	619	48, 0
3	+ DE 03 ATE 05 S.	91	13, 7	20	3, 2	111	8, 6
4	+ DE 05 ATE 10 S.	17	2, 6	7	1, 1	24	1, 9
5	= DE 10 S.M.	1	0, 2	0	0, 0	1	0, 1
7	TOTAL	663	100, 0	627	100, 0	1290	100, 0

ANEXO

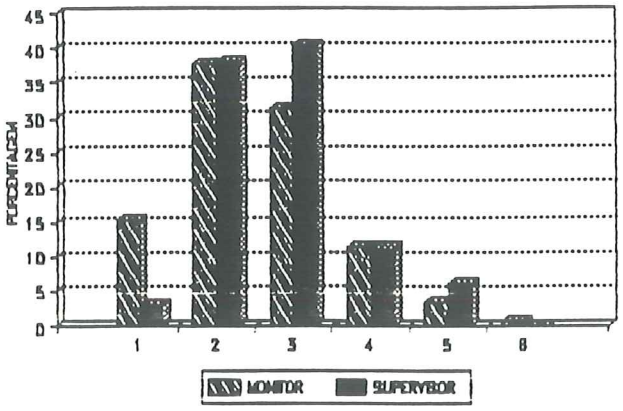
3.2

DADOS DA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA



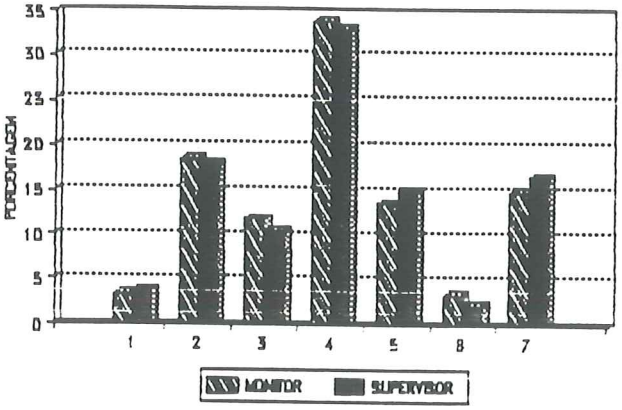
SEXO		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	MASCULINO	130	15, 4	30	22, 6
2	FEMININO	712	84, 6	103	77, 4
3	N.DECL	0	0, 0	0	0, 0
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

GRUPOS DE IDADE
MONITOR / SUPERVISOR



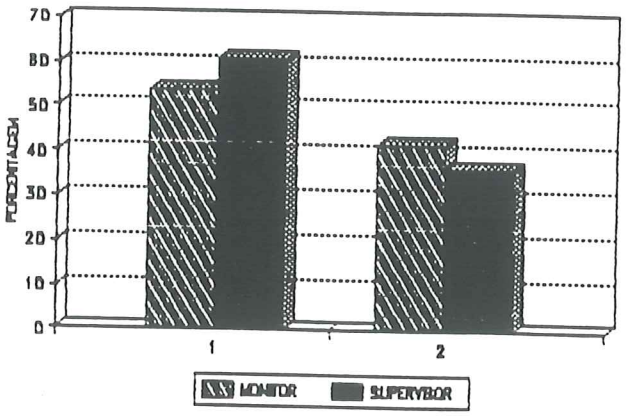
GRUPOS DE IDADE		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	ATE 20 ANOS	127	15, 1	4	3, 0
2	DE 21 A 30 ANOS	318	37, 8	51	38, 3
3	DE 31 A 40 ANOS	263	31, 2	54	40, 6
4	DE 40 A 50 ANOS	97	11, 5	15	11, 3
5	DE 50 A 60 ANOS	29	3, 4	8	6, 0
6	MAIS DE 60ANOS	6	0, 7	0	0, 0
7	N.DECL	2	0, 2	1	0, 8
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

TEMPO RESIDE NO BAIRRO
MONITOR / SUPERVISOR



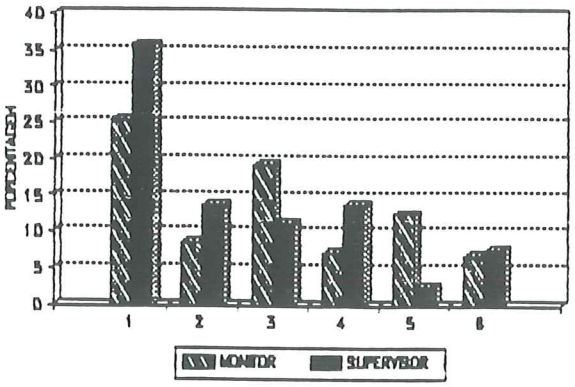
TEMPO RESIDENCIA NO BAIRRO		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	– DE 1 ANO	28	3, 3	5	3, 8
2	01 A – 05ANOS	156	18, 5	24	18, 0
3	05 A – 10ANOS	100	11, 9	14	10, 5
4	10 A – 20ANOS	285	33, 8	44	33, 1
5	20 A – 30ANOS	115	13, 7	20	15, 0
6	30 ANOS E +	29	3, 4	3	2, 3
7	SEMPRE RESID	126	15, 0	22	16, 5
8	N.DECL	3	0, 4	1	0, 8
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

DESENVOLVE OUTRA ATIVIDADE ?
MONITOR / SUPERVISOR



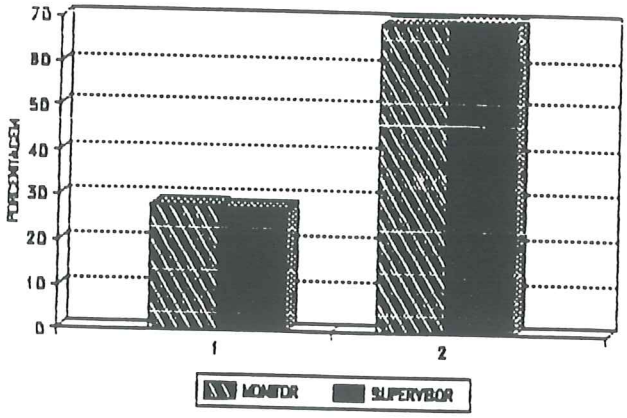
OUTRA OCUPAÇAO ALEM DO MOVA ?		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	SIM	454	53, 9	81	60, 9
2	NAO	352	41, 8	49	36, 8
3	N.DECL	36	4, 3	3	2, 3
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
MONITOR / SUPERVISOR



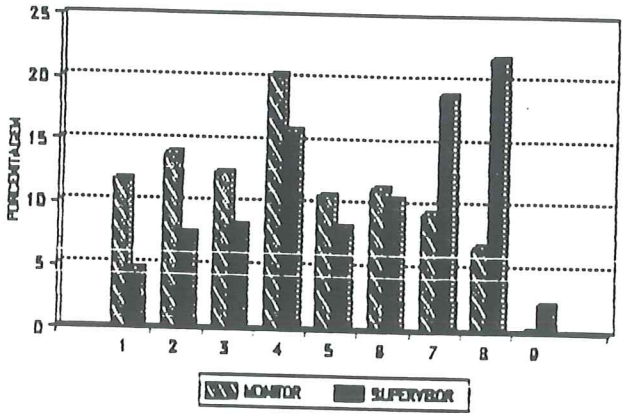
OCUPAÇOES		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	PROFESSOR	116	25, 6	29	35, 8
2	SERV.PUBL./LIB	39	8, 6	11	13, 6
3	SERV. ADMINS	88	19, 4	9	11, 1
4	COMERC/VEND	32	7, 0	11	13, 6
5	PR.SERV.SERV	57	12, 6	2	2, 5
6	PROD.INDUST	31	6, 8	6	7, 4
7	MAL DEF/N.DEC	91	20, 0	13	16, 0
	TOTAL	454	100, 0	81	100, 0

ESTA ESTUDANDO ATUALMENTE ?
MONITOR / SUPERVISOR



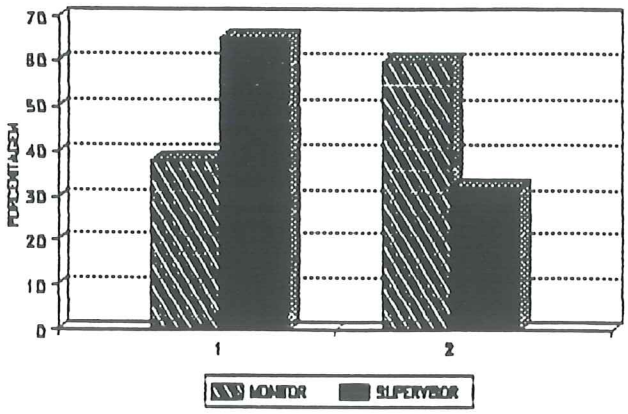
ATUALMENTE ESTA ESTUDANDO ?		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	SIM	236	28,0	37	27,8
2	NAO	585	69,5	93	69,9
3	N.DECL	21	2,5	3	2,3
	TOTAL	842	100,0	133	100,0

GRAU DE ESCOLARIDADE
MONITOR / SUPERVISOR



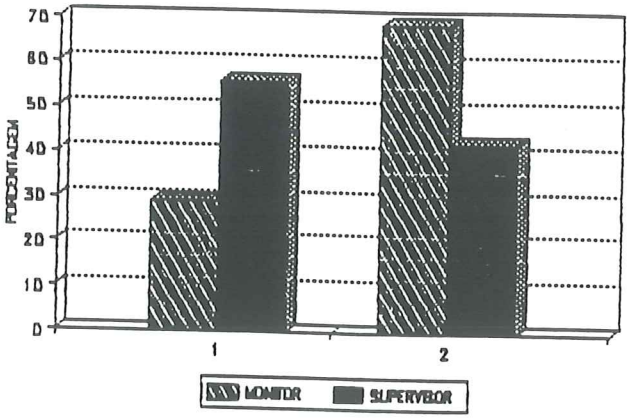
GRAU DE ESCOLARIDADE		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	1º GRAU INC	100	11, 9	6	4, 5
2	1º GRAU COM	117	13, 9	10	7, 5
3	2º GRAU INC	105	12, 5	11	8, 3
4	2º GRAU COM	171	20, 3	21	15, 8
5	MAGISTER INC	91	10, 8	11	8, 3
6	MAGISTERIO C	95	11, 3	14	10, 5
7	SUPERIOR INC	79	9, 4	25	18, 8
8	SUPERIOR C	56	6, 7	29	21, 8
9	OUTRO	2	0, 2	3	2, 3
10	N.DECL	26	3, 1	3	2, 3
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

JA FOI PROFESSOR ?
MONITOR / SUPERVISOR



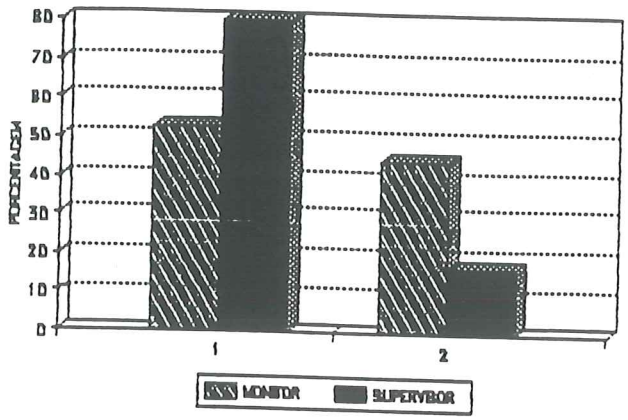
JA FOI MONITOR OU PROFESSOR ?		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	SIM	320	38, 0	87	65, 4
2	NAO	505	60, 0	43	32, 3
3	N.DECL	17	2, 0	3	2, 3
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

EXPERIENCIA ANTERIOR EM ALFABETIZAÇAO?
MONITOR / SUPERVISOR



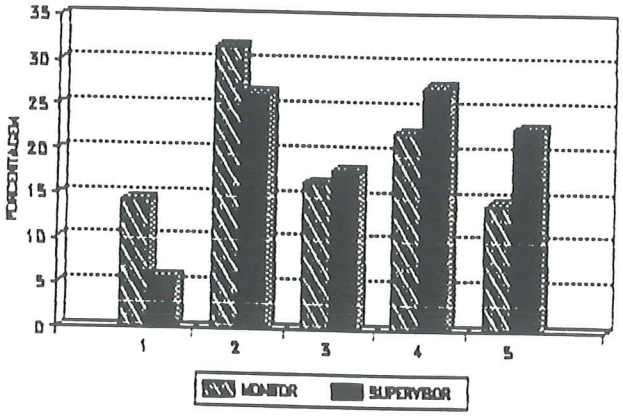
EXPERIENCIA ANTER. ALFABET. ADULTOS ?		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	SIM	245	29, 1	74	55, 6
2	NAO	578	68, 6	56	42, 1
3	N.DECL	19	2, 3	3	2, 3
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

PARTICIPA ATIVIDADES MOVIMENTO?
MONITOR / SUPERVISOR



PARTICIPA DAS ATIV NO MOVIMENTO ?		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	SIM	445	52, 9	106	79, 7
2	NAO	375	44, 5	23	17, 3
3	N.DECL	22	2, 6	4	3, 0
	TOTAL	842	100, 0	133	100, 0

TEMPO PARTICIPAÇAO NO MOVIMENTO
MONITOR / SUPERVISOR



TEMPO DE PARTIC NO MOVIMENTO		MONITOR		SUPERVISOR	
		N	%	N	%
1	– DE 01 ANO	64	14, 4	6	5, 7
2	01 A – 03ANOS	141	31, 7	28	26, 4
3	03 A –05ANOS	73	16, 4	19	17, 9
4	05 A – 10ANOS	98	22, 0	29	27, 4
5	10 ANOS E +	63	14, 2	24	22, 6
6	N.DECL	6	1, 3	0	0, 0
	TOTAL	445	100, 0	106	100, 0

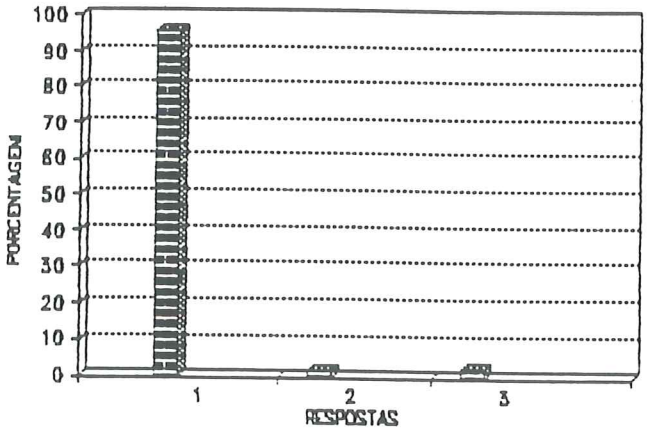
ANEXO

3.3

DADOS DA CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO

O MOVA DEVE CONTINUAR ?

QUESTAO 18.1



QUESTAO 18.1

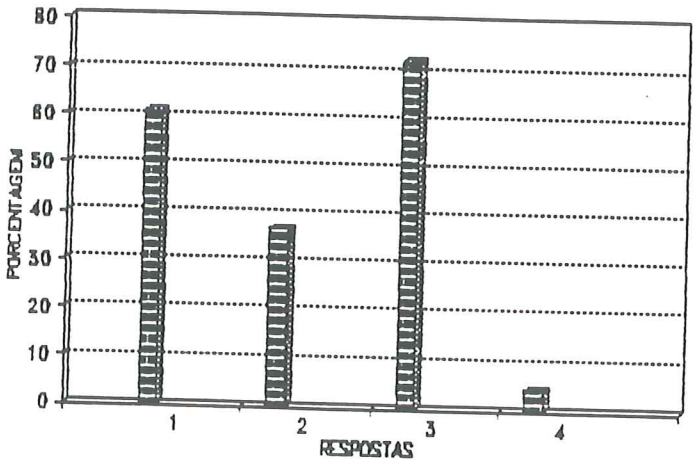
O MOVA DEVE CONTINUAR ?

	CATEGORIAS	"+"	%
1	SIM	363	95, 53
2	NAO	8	2, 11
3	NR	9	2, 37

N=380

POR QUE O MOVA DEVE CONTINUAR ?

QUESTAO 18.2



QUESTAO 18.2

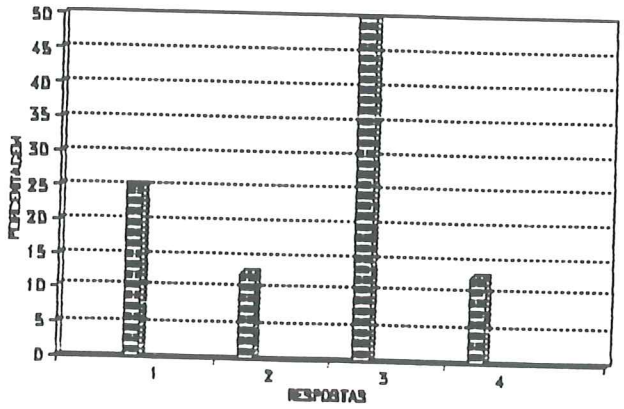
POR QUE DEVE CONTINUAR ?

	CATEGORIAS	"+"	%
1	DA OPORTUNIDADE EST	220	60,61
2	AJUDA CONSEG EMPREGO	134	36,91
3	MUITOS PRECISAM	260	71,63
4	OUTRAS	16	4,41

N=363

POR QUE O MOVA NAO DEVE CONTINUAR ?

QUESTAO 18.3



QUESTAO 18.3

POR QUE NAO DEVE CONTINUAR ?

	CATEGORIAS	"+"	%
1	ESTUDO FRACO	2	25,00
2	INSUF P CONTINUAR	1	12,50
3	MA ORGANIZAÇAO	4	50,00
4	OUTRAS	1	12,50

N=8

Anexo 4

"Proposta de Plano de Ação do MOVA-SP")

(Extraído do Documento da SME - 1991)

SME e Movimento Populares

A.1. Atribuições dos Fóruns Regionais

- Discussão conjunta com a S.M.E. das seguintes atividades:
  - Formação Inicial e Permanente
  - Cursos de conhecimentos Específicos
  - Seminários

A viabilização destas atividades será garantida pela S.M.E.

- Discussão sobre a distribuição do orçamento na região.

- Elaboração, em conjunto com a S.M.E., de critério para a seleção de monitores e supervisores e organização da seleção dos mesmos antes e depois da Formação Inicial.

- Decisão, em conjunto com a S.M.E., pela inclusão ou exclusão de Entidades no ou do Projeto (com ratificação do Forum-MOVA). A inclusão de novas entidades deve considerar os seguintes princípios, já definidos com os movimentos. O grupo popular que pretenda integrar-se ao MOVA-SP deve estar comprometido com uma proposta de alfabetização voltada para o fortalecimento do Movimento Popular;

  - O grupo popular deve, inicialmente, constituir-se numa entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, ou estar ligado a entidades desta natureza;
  - Os trabalhos devem se desenvolver dentro da concepção político-pedagógica libertadora, explicitada em projeto aprovado em Fórum regional;

- Os educadores devem ter o domínio da leitura e da escrita, segundo conceituação contida no item 4.3.
- Os educadores populares devem estar comprometidos a participar do processo de Formação Permanente junto ao coletivo dos educadores do MOVA-SP;
- A entidade deve ter representação no Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo, segundo Carta de Princípios, de 03/09/90, aprovada pelo Fórum Geral.

A.2. Atribuições do Fórum-MOVA

- Aprovação, no início do ano, do plano de trabalho anual que consiste nas ações conjuntas que a S.M.E. e o Movimento desenvolvem na construção deste Projeto como: Formação Inicial, Formação Permanente, Formação Específica, Seminários, Pesquisa e Documentação.

- Avaliação semestral da execução deste plano e acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades citadas.

- Elaboração e discussão de propostas sobre o orçamento anual a serem apresentadas à S.M.E.

A.3. Atribuições da Executiva (Grupo de representação do Fórum Geral, composto por 03 (três) representantes de cada Fórum Regional, em atuação com a S.M.E.)

- Preparação e coordenação, em conjunto com a S.M.E., das reuniões do Fórum-MOVA, acompanhando a implantação das decisões tomadas.

Reunião mensal com a S.M.E. para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

B. Atribuições da S.M.E.

- Controle do funcionamento dos núcleos dentro das normas do Termo de Convênio e cancelamento daqueles que não estiverem em dia com as exigências previstas.

- Verificação mensal da aplicação dos recursos repassados às entidades.

- Discussão com monitores e supervisores sobre a produção de material didático (textos subsídios para o monitor, coletânea de textos produzidos pelos educandos - material de leitura do educando). Esta produção se dará de acordo com a necessidade dos movimentos.

- Garantia da orientação político-pedagógica e da formação permanente dos educadores populares através de encontros sistemáticos entre educadores dos movimentos populares e da S.M.E.

- Participação nas reuniões do Fórum Regional.

- Viabilização das atividades já citadas no item 4.1.1.

- Organização de um banco de dados contendo Pesquisa e Documentação sobre o perfil do monitor, supervisor e alfabetizando; sobre o número de alunos alfabetizados e evadidos e as informações das condições operacionais deste projeto.

- Análise e aprovação da proposta orçamentaria anual, apresentada pelo Fórum.

C. Atribuições da Área Pedagógica

- Condições necessárias para exercer as funções de monitor e supervisor:

- O monitor deve atuar ou ter disponibilidade para, no movimento popular.
- Durante a formação inicial monitores e supervisores serão avaliados através de suas produções escritas, com o objetivo de se garantir o critério mínimo exigido na incorporação do movimento neste projeto: "domínio da leitura e da escrita",
- Não haverá exigência de escolaridade formal para monitores e supervisores, porém deverão possuir uma leitura com interpretação crítica, escrita com domínio básico de ortografia e clareza na organização de idéia.
- O supervisor deve atuar no movimento popular, comprovar experiência docente e acompanhar o trabalho desenvolvido pelo monitor em sala de aula.
- A orientação pedagógica deste projeto será construída pelo conjunto de entidades e pela Coordenação Geral do MOVA-SP, devendo ser assumida pelas entidades, supervisores e monitores, respeitando-se o cronograma e o planejamento das atividades previstas (cláusula nona do convênio).

D. Definição Operacional

De acordo com a cláusula segunda do Termo de Convênio o número mínimo é de um núcleo por entidade.

"Não haverá limitação para o número máximo de núcleos, para decidi-lo será discutido com o movimento e realizado um estudo de demanda e averiguação da estrutura deste movimento pela S.M.E., registrado em Parecer Técnico".

Outra importante definição da relação de parceria ocorreu em relação ao processo de formação dos monitores e supervisores do MOVA-SP. Também neste plano ainda que a responsabilidade fundamental coubesse à equipe Técnica de S.M.E. conforme estabelecido na definição de atribuições, houve desde o início, reivindicação e participação efetiva dos movimentos na elaboração da proposta de formação e mais adiante inclusive uma atuação direta conjunta no curso de formação inicial. Também do documento "*Proposta do Plano de Ação de MOVA-SP-1991*" de 13/08/1991 podemos extrair a seguinte sistematização da proposta de formação(11):

"5. Proposta de Ação do MOVA-SP

5.1. Formação Inicial

Objetivo: Fornecer a novos monitores e supervisores subsídios teórico-práticos necessários ao trabalho de alfabetização.

Possibilitar um processo de avaliação de monitores e supervisores em relação ao seu domínio da leitura e da escrita.

Procedimento:

a) Encontros em quatro sábados consecutivos e, após o intervalo de 30 dias haverá o 5º e último encontro.

b) A elaboração do programa da Formação Inicial e sua avaliação será desenvolvida pelos educadores de S.M.E. e supervisores populares.

Cronograma: haverá mais uma Formação Inicial nesta ano em data a ser discutida com o movimento.

5.2. Formação Permanente

Objetivo: Fornecer subsídios teórico-práticos que auxiliem na construção e ampliação dos conhecimentos necessários ao trabalho de alfabetização.

Procedimentos:

a) *Supervisão* Reuniões semanais com os supervisores populares e educadores da S.M.E., para se discutir a prática de sala de aula e questões teóricas.

Cronograma:

Estas reuniões serão semanais:

Zona Sul: às quintas-feiras, das 19 às 22:OO hs.

Zona Leste: às quartas-feiras, das 14 às 17:00 hs (2 grupos)

Zona Oeste, Norte e Centro: às terças-feiras, das 19 às 22:00 hs

b) *Supervisão Integrada:* Reuniões mensais regionalizadas, com monitores, supervisores populares e da S.M.E.

c) *Plantão*: Atendimento individual ou em pequenos grupos aos supervisores populares que necessitarem de aprofundamento nas questões pedagógicas específicas da realidade dos núcleos com que trabalham.

d) *Cursos temáticos*: Serão realizados cursos temáticos para todos os monitores e supervisores semestral ou anualmente.

Tendo em vista que F.I. foi reelaborada por um grupo de trabalho constituídos de supervisores populares e educadores da S.M.E., propõe-se que os cursos temáticos sejam planejados da mesma forma.

e) *Cursos Específicos*: Cursos em módulos, conforme a necessidade de aprofundamento dos monitores e supervisores nas seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Estudo da Realidade.

Língua Portuguesa: O tema do primeiro módulo do Curso de Língua Portuguesa será: Redação e Leitura Interpretativa de Textos.

Cronograma de Ação/Local:

Zonal Sul: 24 e 25 de agosto (das 9:00 às 18:00 hs), EMPG Professor Lineu Prestes

Zona Norte, Oeste e Centro: 26, 28 e 29/08 e 02, 04 e 05/09 (das 9 às 12:00), Avenida Paulista, 2198 - 5º andar.

Zona Leste: 07 e 08/09 (das 9:00 às 18:00 hs), EMPG Fábio da Silva Prado.

Matemática e Estudo da Realidade: A S.M.E. está em fase de seleção de pessoal especializado para elaborar os cursos nestas áreas.

f) *Trabalho de Campo*: Visitas sistemáticas às salas de aula por educadores da S.M.E., com o objetivo de acompanhar o trabalho pedagógico em desenvolvimento, assim, como, analisar o processo de construção de conhecimento do aluno. Estas visitas serão discutidas e preparadas em conjunto com os supervisores.

g) *Material Didático:* Elaboração de subsídios que auxiliem os monitores e supervisores no desenvolvimento do trabalho de alfabetização".

Também no referido documento podemos constatar a proposta de estruturação de um Setor de Pesquisa e Documentação do projeto MOVA-SP(12):

"5.3. Pesquisa e Documentação

Somente este ano iniciou-se este trabalho, pois não havia nada sistematizado e muito pouco documentado.

Objetivo: Organizar o banco de dados que subsidie a realização do trabalho de formação pedagógica, bem como, a operacionalização deste projeto.

Procedimentos:

a) Organização do Arquivo Geral do MOVA-SP

b) Mapeamento dos dados quantitativos de 1990 e 91 com a atualização mensal desses dados e sua inserção no quadro geral da S.M.E., através do Centro de Informática referente a:

- Monitor, Supervisor, Alfabetizando, Entidades/Movimentos, Núcleos, os monitores e os supervisores que passaram pela Capacitação Inicial, e os supervisores que participaram da Formação Permanente.

c) Levantamento dos índices de evasão e de alfabetizados.

d) Elaboração e aplicação dos roteiros e questionários para caracterização do perfil de:

- monitor - supervisor - alfabetizando.

e) Elaboração do quadro comparativo referente aos agentes que constituem o MOVA-SP em 1990-91".

Anexo 5

"O Processo Metodológico da Alfabetização"

(extraído *Caderno nº 3, MOVA, 1990, p. 05 e 06: - ítem 1 - Considerações Preliminares" -)*

"I - Considerações Preliminares

O processo de alfabetização supõe um conjunto sistematizado e integrado de atividades que o educador vai propondo ao alfabetizando. A seleção, a articulação entre as várias atividades e o modo de trabalhá-las com os educandos, no dia a dia das aulas, desvelam a síntese teórica que fundamenta a ação docente.

A atuação do educador-alfabetizador implica o movimento entre as tarefas de planejar-observar-registrar-avaliar cada encontro com os educandos. Agindo assim sistemticamente o professor vai se tornando capaz de construir o processo alfabetizador, compreendendo globalmente o que faz e porque o faz. Vai se tornando capaz de decidir, modificar e intervir nos momentos certos. Em sua sala de aula o professor é o coordenador, aquele que dirige, organiza o processo de construção do conhecimento do alfabetizando, este, por sua vez, sujeito ativo na alfabetização.

No MOVA-SP o educador-alfabetizador não está sozinho nesta tarefa. Apostamos no movimento coletivo de reflexão da prática, nos encontros de formação permanente do educador em pequenos grupos, no processo construtivo do pensar e do fazer pedagógico.

Um caminho para a formação coletiva do educador é o estudo em profundidade das atividades cotidianas da alfabetização: a atividade planejada e desenvolvida pelo educador sendo discutida, dissecada, analisada pormenorizadamente. Que objetivos se pretendia que resultados foram, de fato, atingidos? Como o alfabetizando se colocou nesta situação de Conhecimento - cognitiva, afetiva e ideologicamente? A partir daí é possível seqüenciar novo tema, organizando novas

atividades, sempre tendo em vista o planejamento global da alfabetização.

Documentando esta experiência pedagógica de sala de aula, vamos revelando como o MOVA-SP está organizando e construindo sua proposta metodológica com os educadores dos movimentos populares.

"Não" aos Pacotes Pedagógicos

Rejeitamos aquela prática tradicional de entregar ao educador um planejamento pronto do que deve ser feito. Entregar ao educador um pacote embrulhado e amarrado de aulas a serem dadas, com os conteúdos prontos e exercícios a serem preenchidos, mecanicamente, pelos educandos, é desrespeitar o educando, é "embrulhar" o próprio educador. É encher o educador de invólucros externos, destituindo-o da potencialidade intrínseca de pensar, desapropriando-o de seu próprio saber. Quem fica amarrado é o próprio professor despojado de seu poder de decidir, de intervir. Negamos, enfaticamente, o modelo técnico-burocrático, autoritário de Educação.

Não significa, no entanto, a defesa da abordagem espontaneísta do pedagógico.

Acreditamos que uma proposta pedagógica que se recuse a ser autoritária e espontaneísta deve garantir dois tipos de atuações:

1º - Partir de princípios político-pedagógicos e de princípios metodológicos gerais, fundamentais e comuns, alicerçados num referencial teórico selecionado.

Este conjunto de princípios ganha significado e sentido à medida em que são amplamente discutidos e assumidos pelo coletivo dos educadores participantes do projeto. Supõe o compromisso, por parte de cada educador, em relação à proposta político-pedagógica e metodológica-didática coletivas do projeto MOVA-SP.

2º - Organizar uma infra-estrutura de formação dos educadores em pequenos grupos com uma coordenação pedagógica, num encontro semanal, produtivo, de socialização das experiências entre os educadores e de intervenção pedagógica do coordenador, onde a prática do educador-alfabetizador é coletivamente discutida, tendo como referência, os princípios políticos e metodológicos da proposta pedagógica do projeto MOVA-SP.

O saber e o saber-fazer pedagógico é um processo histórico: contínuo, coletivo e profundamente pessoal.

Consideramos de extrema importância a construção, discussão e documentação das duas ordens de princípios:

- Os princípios político-pedagógicos (documentados no caderno nº 2 do MOVA-SP).

- Os princípios metodológicos gerais da alfabetização (registrado no presente trabalho)."

ANEXO 6

Documento do Primeiro Encontro de Movimentos Populares de Alfabetização da Cidade de São Paulo - 17/03/91

"Este documento tentará reproduzir os elementos levantados pelos participantes do encontro quanto às concepções que têm a respeito da educação de adultos. Apresenta constatações a respeito do ensino oficial e o papel dos movimentos populares bem como inquietações sobre a necessidade da implementação e reconhecimento da pós-alfabetização no Projeto MOVA-SP e ainda propostas para tal necessidade.

O Movimento Popular tem papel fundamental na alfabetização, uma vez que está próximo da realidade do educando. Convivendo com o cotidiano do aluno, ambos têm condições de refletir a situação de explorados, tornando-se setes participantes e portanto, transformadores dessa realidade.

Acredita-se que a educação é dever do Estado, mas basta analisar-se como esta está hoje nos órgãos oficiais para concluir-se que não é esta a escola de que o povo necessita. Uma escola que exclui grande parte da classe trabalhadora do processo, que não trabalha a realidade social e as contradições dentro dessa sociedade. Uma escola distante da língua e da cultura do povo só pode estar antes contra o povo do que a favor dele.

Sabe-se também que o Estado não consegue atender à demanda de analfabetos da sociedade. Não tem grande acesso nem penetração em locais como favelas, morros e regiões afastadas que por vezes não possuem escolas públicas. Sem considerar que em muitos casos os alunos são os marginalizados dessa escola.

Há oposição à essa visão tradicional, hierarquizada e burocrática que a escola impõe. Quer-se construir o conhecimento com os alunos para que o saber se torne uma arma da classe trabalhadora.

Acredita-se também, que não basta atuar na área da educação com uma prática diferenciada da que existe. É preciso interferir nesta escola. É preciso mudá-la. **Não é uma educação paralela e sim uma alternativa de educação.** Neste sentido, o MOVA vem fortalecer o movimento popular como um todo, somar nas lutas, pois o objetivo não se limita a alfabetizar.

A pós-alfabetização passa a ser neste contexto, uma necessidade concreta do trabalho que já vinha sendo desenvolvido. Parece lógico que os núcleos que trabalharam o ano passado continuem no sentido de concluir um processo educacional que de forma alguma pode ser barrado.

Entende-se alfabetização como um processo global, sendo uma de suas tarefas a de encaminhar os alunos para a 5ª série do 1º grau.

Quer-se que a continuidade desse trabalho se dê com um conteúdo político-pedagógico diferenciado do esquema oficial. Aprofundar história, geografia e ciências de forma a libertar, conscientizar e não manipular ou cegar.

O educando, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem se conscientiza de sua situação, tornando-se um ser livre e pensante.

Para que se possa desenvolver este trabalho é necessário que se discuta os princípios norteadores e a metodologia desse trabalho, englobando todas as áreas do conhecimento, ou seja, que possa-se trocar experiências e ter subsídios também de ciências, história e geografia.

O movimento também entende que é necessário emitir um certificado de conclusão pelo MOVA, pois só assim ter-se-á um reconhecimento político do trabalho que já se realiza na prática.

Precisa-se criar oficinas de trabalho ou algum projeto cultural na comunidade para aqueles que não darão continuidade aos estudos.

Há uma Proposta de que seja inserido no projeto MOVA um ensino profissionalizante, como motivação de formação para os alunos. E que na pós-alfabetização sejam trabalhados desafios que o aluno vai encontrar na seqüência dos seus estudos".

ANEXO 7

Estado e Movimento Popular - constatações - propostas e questões

(extraído do Relatório do Seminário realizado em 10/11/91.)

"No processo de discussão entre a S.M.E. e o movimento notou-se que haviam pontos que exigiam uma discussão mais profunda. Esta discussão é a parceria. Assim sendo, este seminário é um momento de formação, um momento de construção e de ação concreta, onde precisamos ter clareza com relação ao papel e os limites do movimento popular e da S.M.E., para podermos ir avançando no projeto MOVA-SP.

As afirmações (constatações) que saíram nos grupos e na plenária foram as seguintes:

1 - Atualmente, há uma abertura maior para os movimentos populares, antes a "coisa" era jogada no MOVA;

2 - Para o movimento de Saúde, tem vindo maio apoio por parte da administração municipal;

3 - O MOVA tem dois anos e meio. Neste período já passamos por várias equipes/pessoas e não houve explicação alguma;

4 - O pessoal do MOVA é pago para elaborar um projeto, nós (movimento) não temos só o MOVA, temos outras coisas;

5 - A democracia não pode ser vivida só no momento do voto. Há necessidade de fiscalização pelo movimento popular da Administração Municipal.

6 - O movimento popular não pode aceitar um Estado paternalista;

7 - O dia a dia do movimento popular do MOVA, às vezes, vem pronto, porém a falha é do próprio movimento popular;

8 - Nós somos muito pequenos para o tamanho dos problemas que cercam o MOVA e poucos de nós (referência ao movimento popular) tomaram consciência deste fato. Os movimentos mesmo descaracterizados, antes, compareciam nas manifestações sem serem

chamados, hoje, precisamos sermos convidados. Existe um desânimo por parte dos movimentos. Existe as críticas e não a organização. O movimento está morrendo, o pessoal não quer ir mais a frente;

9 - O movimento popular não está trabalhando com suas bases, tal como foi concebido, inicialmente, no projeto MOVA-SP. Assim, o fortalecimento do movimento popular ocorrerá se os alfabetizandos estiverem com o referencial do próprio movimento popular.

10 - O movimento não pode perder o papel da consciência crítica, isto é, questionar, propor e construir, pois o seu papel é de libertação e esta não está acabada ou finita;

11 - Se a parceria não acontece na realidade a culpa é dos dois lados. O movimento popular precisa apresentar um projeto para poder negociar e dividir o poder com a S.M.E. Este projeto precisa dar conta das necessidades do movimento popular. O movimento ao conseguir o espaço precisa assumi-lo, ser sério, como por exemplo, a Formação Inicial. O movimento quer a parceria na supervisão, mas para tanto precisa assumir primeiro suas conquistas. Neste sentido, a parceria necessita ser sempre praticada e discutida para tornar-se de domínio de todos.

As propostas feitas foram as seguintes:

1 - Precisamos superar a discriminação dos monitores do MOVA, junto aos professores da Rede Municipal de Educação;

2 - Os supervisores e monitores precisam falar a mesma língua;

3 - Os agentes do Estado (S.M.E.) precisam estar divulgando todos os informes à população dos reais acontecimentos que ocorrem na administração municipal;

4 - O educador popular precisa vivenciar a vida dos alfabetizandos, valorizando, assim a igualdade;

5 - O Estado (S.M.E.) necessita financiar os projetos sem interferências;

6 - Os movimentos populares ligados ao MOVA precisam registrar, documentos, pois o MOVA precisa ter uma história;

7 - O movimento popular para se fortalecer necessita formar uma consciência de classe, criando fatos para lutas organizadas no combate as estruturas atuais na perspectiva da autonomia;

8 - Há necessidade de se organizar, conscientizar e unirmos enquanto movimento e enquanto classe, além disso, conhecer a máquina pública e os recursos disponíveis para enfrentar as mudanças que surgirem no futuro. Com a preocupação permanente no tocante a questão do produzir (criar) e não apenas reproduzir. Ampliando a nossa formação para que as nossas reivindicações se tornem projetos concretizáveis. E, assim, continuarmos com o MOVA independente da existência da Administração Democrática e Popular do PT;

9 - Que a Administração Municipal seja um Estado capaz de apontar novos rumos e de trilhar juntos com os vários movimentos populares da Sociedade Civil. E, neste sentido, que dê apoio e assessoramento técnico, no caso do MOVA, e Jurídico, bem como, plena autonomia para os movimentos, trabalhando em parceria nos projetos e no trabalho de conscientização. Desta forma, esta administração deve

utilizar da máquina para romper com as estruturas da Sociedade burguesa e corrigir os seus vícios;

10 - O movimento popular necessita criar condições de auto-organização, conseguindo a auto-gestão, neste sentido, precisamos (movimentos) construir uma infra-estrutura com o leque aberto para a educação como um todo. Aproveitando o que esse Governo Municipal deu para fazermos um salto de qualidade no futuro;

11 - Os movimentos populares precisam aglutinar as forças sociais que possuem uma perspectiva transformadora, assim buscando o fortalecimento de propostas de mudança. Desta forma, fazendo pressão no Estado, seja em qualquer esfera de poder;

12 - Para tornar mais conhecida e praticável a parceria temos (S.M.E. e movimento) que discutir a questão da hierarquia, da descentralização de poder, pois só melhorando este diálogo é que a parceria se tornará mais rica e aceita pelo movimento popular. Isso compreendendo a parceria na concepção, avaliação, ação, espaço, seriedade e compromisso. Desta forma, há necessidade de ampliarmos o número de encontros/seminários como esse para que possamos melhorar nossa formação e transmitir com mais segurança nossos conhecimentos;

13 - Precisamos trabalhar em parceria de forma democrática com apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, tornando o trabalho dinamizador onde se coloque as experiência acumuladas à disposição dos movimentos populares;

14 - Fazer um encontro entre os movimentos populares que busque a elaboração de um projeto de Educação e cultura popular para a cidade de São Paulo. Neste encontro montar uma comissão com duas

pessoas por movimento para organizá-lo. Esta comissão se reuniria no dias 31.11.91;

15 - Elaboração de um projeto de Educação Popular envolvendo outros movimentos (saúde, moradia, transporte) para discutirmos na esfera Municipal, Estadual e Federal.

ANEXO 8

Construindo a Educação Pública e Popular

(extraído do documento SME - Ano 4 - Diretrizes e Prioridades para 1992 - ítem D - Política de Educação de Jovens e Adultos)

d) Política de Educação de Jovens e Adultos

Em 1992, procuraremos criar e viabilizar espaços coletivos de discussão e ação entre os educadores de EDA e MOVA objetivando um confronto pedagógico que possa contribuir na construção de uma nova educação pública popular, adequada aos alunos trabalhadores.

Indicações para 1992

1) Operacionalizar uma proposta de Educação de Adultos mais flexível na sua estrutura e organização, que leve em conta as condições objetivas de vida do trabalhador-aluno.

2) Desenvolver ações concretas (Seminários/reuniões conjuntas) envolvendo as várias instâncias de S.M.E, de modo a obter mais informações e ampliar o debate acerca do MOVA, bem como, de integrar MOVA e EDA na execução de uma única política mais eficaz de alfabetização de adultos na cidade de São Paulo.

3) Ampliar a equipe central de SME-MOVA para a manutenção do bom desenvolvimento das ações tanto no trabalho de formação pedagógica como no núcleo de pesquisa e documentação.

4) Adquirir micro-computador para a sistematização, implementação e ampliação dos dados de SME-MOVA (Núcleo de Pesquisa e Documentação).

5) Garantir melhor infra-estrutura para o noturno.

6) Contratar professores de Educação de Adultos.

7) Ampliar em mais 332, o número de núcleos de Alfabetização de Adultos, atendendo a mais 9.000 pessoas.

8) Realizar no início de 1992 Seminário sobre o MOVA onde serão discutidas questões e indicações sobre esta modalidade de educação de adultos e alternativas de alfabetização de adultos na cidade de São Paulo".

ANEXO 9

Construindo o Ciclo do Ensino Fundamental I

(extraído do documento SME - 1992)

"Desde fins de 1989, os Movimentos Populares, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, vêm desenvolvendo o PROGRAMA MOVA SP - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo.

Até setembro de 1991, os trabalhos do programa se restringiam oficialmente à alfabetização, embora vários movimentos já desenvolvessem a pós-alfabetização.

Diante da necessidade de adequar o programa a essa realidade e de questões objetivas, como a expedição de atestado para possibilitar o ingresso dos alunos na 5ª série do ensino regular ou na suplência II, foi desenvolvido um amplo processo de debate entre o Movimento e a S.M.E. que culminou no projeto do ENSINO FUNDAMENTAL I.

Este projeto se constitui numa proposta de educação de jovens e adultos trabalhadores, voltada para suas reais necessidades, não se reduzindo, portanto, a uma reposição de escolaridade perdida.

Uma de suas características é não estar dividido em alfabetização e pós-alfabetização, mas se constitui num ciclo único, denominado CICLO ENSINO FUNDAMENTAL I, cujos conteúdos serão desenvolvidos em complexidade crescente de forma interdisciplinar, respeitando-se o processo de construção do conhecimento do aluno.

CICLO ENSINO FUNDAMENTAL I leva em consideração o processo educativo a partir do estudo da realidade do educando, de forma interdisciplinar, por meio de temas geradores.

Nesse sentido, o nosso ponto de partida é a realidade imediata do educando, representada pelas comunidades onde ele vive e seu universo

de trabalho, que são as principais e mais importantes fontes de referência para o seu pensamento e para a sua ação.

Este estudo da realidade não pode e não deve reduzir a realidade a um mero material didático, como tem sido comum em muitas práticas escolares. A realidade deve ser estudada com o intuito de ser **compreendida e modificada**, a partir de uma prática conseqüente.

Esta realidade imediata deve estar constantemente relacionada a outras realidades que a envolvem e possibilita explicar a sua existência. Ela reflete outras realidades mais amplas, como a nacional e a internacional.

Um outro aspecto que convém salientar é que estas realidades serão estudadas de forma interdisciplinar, pois o objetivo é entendê-las nas suas totalidades, tais como realmente são e não de forma fragmentada. A realidade é interdisciplinar em si mesma.

A prática de ensino que fragmenta o conhecimento em disciplinas estanques muitas vezes dificulta e, às vezes, inviabiliza a compreensão destas realidades, o que acaba provocando alienação do educando sobre o seu próprio meio, portanto, dificultando-o de realizar ações transformadoras que visem melhorar a condição de vida da comunidade da qual faz parte.

A partir do levantamento de informações e dados fornecidos pelo estudo da realidade, selecionamos um conjunto de situações significativas para aquela comunidade, que poderão transformar-se em temas geradores a serem desenvolvidos no trabalho educativo.

Esses temas geradores, abordados de forma interdisciplinar, ao se configurarem em questões significativas para os educandos, não só

servem de motivação para os educandos e educadores que participam do processo educativo como também podem possibilitar uma maior compreensão das realidades estudadas.

Além dos aspectos citados, é importante dizer que também é objetivo do MOVA a luta pela escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade. Neste sentido, procura participar:

- dos Conselhos de Escolas que são instrumentos de democratização da gestão escolar e que têm como um de seus papéis principais a melhoria da qualidade do ensino;

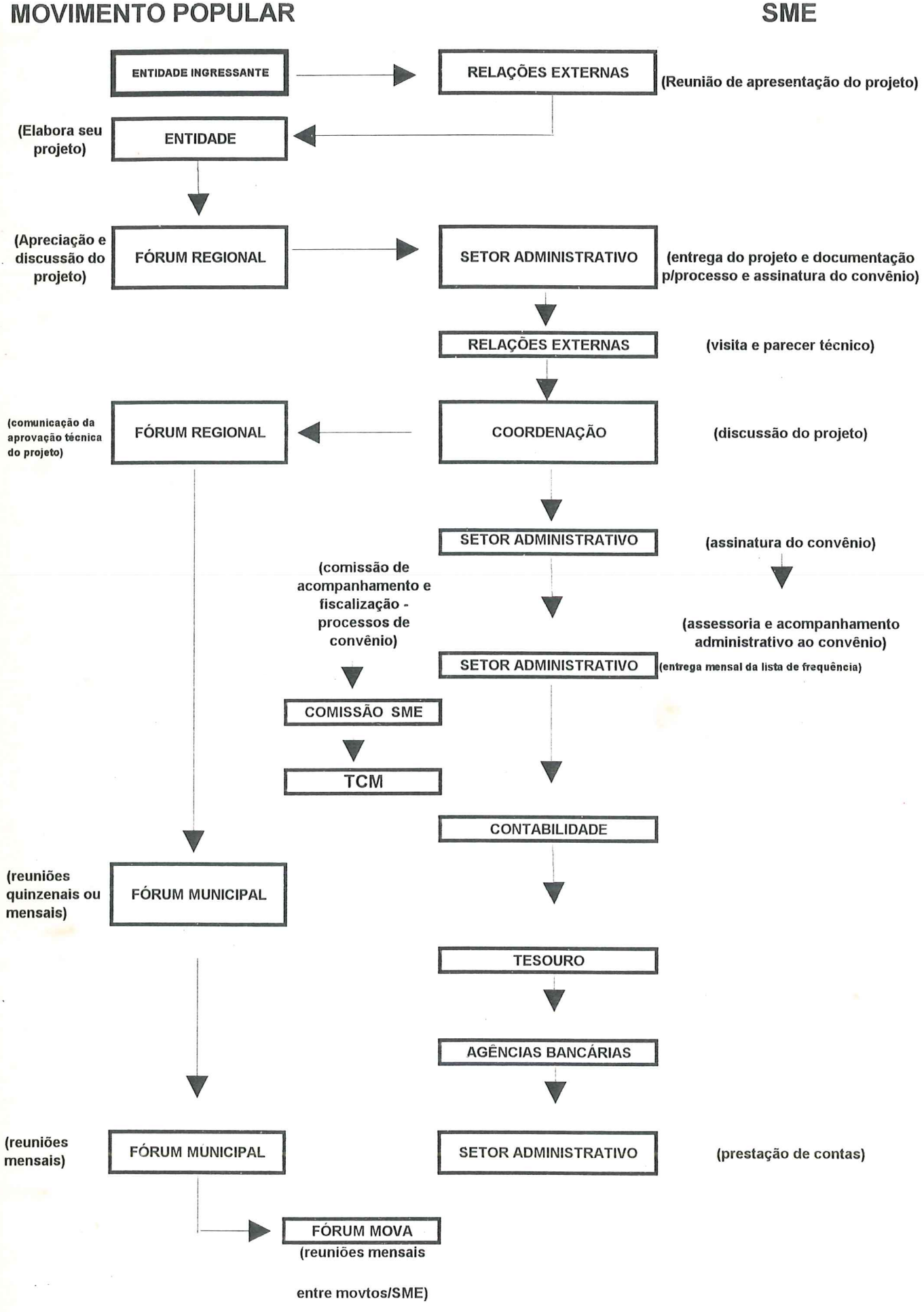
- do processo de criação do Conselho Municipal de Educação;

- dos Fóruns Estaduais e Nacional em Defesa da Escola Pública, que estão lutando para colocar na ordem do dia e aprovar no Congresso Nacional a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que substituirá a Lei 5.692, atualmente em vigor, que, por sua vez, está dificultando a realização de mudanças necessárias para o desenvolvimento da educação e para a melhoria da qualidade de ensino".

Anexo 10

Fluxograma da Relação entre as Entidades e a SME

FLUXOGRAMA


MOVIMENTO POPULAR
SME
ENTIDADE INGRESSANTE
RELAÇÕES EXTERNAS
(Reunião de apresentação do projeto)
(Elabora seu projeto)
ENTIDADE
(Apreciação e discussão do projeto)
FÓRUM REGIONAL
SETOR ADMINISTRATIVO
(entrega do projeto e documentação p/processo e assinatura do convênio)
RELAÇÕES EXTERNAS
(visita e parecer técnico)
(comunicação da aprovação técnica do projeto)
FÓRUM REGIONAL
COORDENAÇÃO
(discussão do projeto)
SETOR ADMINISTRATIVO
(assinatura do convênio)
(comissão de acompanhamento e fiscalização - processos de convênio)
(assessoria e acompanhamento administrativo ao convênio)
SETOR ADMINISTRATIVO
(entrega mensal da lista de frequência)
COMISSÃO SME
TCM
CONTABILIDADE
(reuniões quinzenais ou mensais)
FÓRUM MUNICIPAL
TESOURO
AGÊNCIAS BANCÁRIAS
(reuniões mensais)
FÓRUM MUNICIPAL
SETOR ADMINISTRATIVO
(prestação de contas)
FÓRUM MOVA
(reuniões mensais
entre movtos/SME)